

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL**

**FELIPE ROMÃO DE PAIVA**

**O DIREITO ACHADO NO CORPO: CASA NEM É CASA VIVA**

**Niterói  
2019**

**FELIPE ROMÃO DE PAIVA**

**O Direito achado no corpo - Casa Nem é casa viva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de mestre

Linha de pesquisa Instituições Políticas, Administração Pública e Jurisdição Constitucional

Orientador: Professor Doutor Enzo Bello

**Niterói  
2019**

**FELIPE ROMÃO DE PAIVA**

**O direito achado no corpo: Casa Nem é casa viva**

**Data:**  
**Banca examinadora**

---

Prof. Dr. Enzo Bello (Orientador)  
Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (UFF)

---

Prof. Dr. Gladstone Leonel da Silva Jr.  
Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (UFF)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Amara Moira  
Faculdade de Letras da UNICAMP

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Laila Maria Domith Vicente  
Faculdade de Direito UNESA

---

Prof. Dr. Ricardo Nery Falbo  
Programa de Pós-Graduação em Direito (UERJ)

**Niterói**  
**2019**

Ficha catalográfica automática - SDC/BFD  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

P142d Paiva, Felipe Romão de  
O direito achado no corpo : Casa Nem é casa viva / Felipe  
Romão de Paiva ; Enzo Bello, orientador. Niterói, 2019.  
341 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,  
Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGDC.2019.m.10989796647>

1. Ocupação. 2. Gênero. 3. Cidade. 4. Moradia. 5.  
Produção intelectual. I. Bello, Enzo, orientador. II.  
Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Direito. III.  
Título.

CDD -

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense e aos funcionários Mirian e Eric. E especialmente aos professores do Programa que contribuíram neste itinerário: Gladstone Leonel da Silva Junior pelas perspectivas mais radicais e Enzo Bello, meu orientador, pelas perspectivas marxistas e pela ampla autonomia e liberdade concedidos em meu processo de escrita.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa, que possibilitou a minha imersão, enquanto aluno externo, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ). Agradeço especialmente aos professores do Programa pelo preparo e qualificação de excelência do exercício de escuta ativa inerente ao olhar sociológico e antropológico: Maria Elvira Diaz Benitez, Adriana de Resende Barreto Vianna, Alexandre Magalhães e Luiz Fernando Duarte.

Agradeço às amigas da ocupação pelas trocas afetivas tão significativas e que tanto ajudaram no meu processo pessoal de desconstrução de preconceitos: Indianare, Biancka, Evelyn, Alana, Luciana, Suzy, Bernardo, Mari, e *todes* as demais. O convívio e o testemunho pessoal das biografias de vocês certamente contribuíram muito no meu processo de transmutação da dor pelo luto de meu pai.

Agradeço à Karina Abreu pelo empréstimo afetuoso dos materiais referentes à Casa Nem resultado da produção do curta-documentário “Sob o mesmo teto”.

Agradeço às amigas do Programa, em especial Bianca e Larissa, pelo amor e companheirismo tão importantes para mim. À família de Bianca, por extensão, agradeço pelo acolhimento em um dos ambientes que mais favoreceram o processo desta escrita.

Agradeço à minha família, à minha mãe e meu irmão, pelo apoio, amor e acolhimento na reta final deste processo.

## A cidade contra a identidade vermelha Renan Porto<sup>1</sup>

Decerto é mais fácil reproduzir que criar. E assim crescemos: imitando referências. Mas também crescemos sendo castrados e disciplinados em nossa criatividade para sermos ensinados a reproduzir os modelos que já estão postos: as identidades. Somos treinados para encenar os papéis dos personagens que compõem a nossa ficção social. Os desejos que não deixam. Inquietos, eles escapam pelas frestas e escrevem outras histórias. “O desejo torna os seres humanos mais inteligentes”, se diz no filme *Náufrago na Lua*, do diretor coreano Lee Hae-jun, que narra a história de um homem isolado numa pequena ilha que teve de criar pra sobreviver.

Assim nos quer hoje a casta política no poder: isolados. Mesmo que esse isolamento seja num quarto de brinquedos onde se possa pôr uma capa vermelha e brincar de super-herói sob tutela da pátria educadora. E para os que não tem pátria, tem mátria e querem frátria, resta a criminalização – terroristas! – e uma carrada de desqualificações: coxinhas, burgueses, “ah, vocês não tem o que temer se a direita voltar!”, dizem, enquanto a ex-querda deixa aumentar salários de parlamentares, corta verbas da educação e permite (ou faz) que índios e jovens negros morram a esmo.

Outros de boa consciência dizem que devemos limpar as paredes da bolha com cuidado para não estourar. Purificar a identidade de esquerda e deixá-la tinindo. Encarnar a doxa e fazê-la conhecida por cartilhas e manuais de “como ser de esquerda”. Os discursos, as bandeiras, coros e gritos de guerra: apenas repita e marche! Cabeças a mudar-se e preencher-se com o que se deve pensar: “Ah, mas, já foi debatido em todas as instâncias, por que você não foi nas plenárias?” Mais uma circular da direção nacional: cumpra-se.

Eu que vim de uma formação cristã um dia aprendi a ler a bíblia sem a ótica das doutrinas totalizantes e ficções da teologia ocidental, que tentam apreender o inapreensível da fé. Descobri na bíblia histórias de povos, tribos e profetas que por volta de 1220 a.C. já lutavam por terra e liberdade, resistiam à poderes imperiais, denunciavam injustiças. Muito antes dos bolcheviques tomarem o poder, estourava há mais de 100 anos antes do nascimento de Jesus a revolta dos Macabeus contra o Império Selêucida. E sabemos também de tantos levantes e revoltas que ocorreram na América Latina e na África nas lutas por libertação da colonização. Todas essas lutas se constituíram a partir do seu contexto e pelas necessidades da situação definiam o que eram e o que queriam.

Mas, depois que Lênin sistematizou o militarismo de Clausewitz numa receita de burocracia autoritária e chamou isso de partido revolucionário, agora há um só modelo de ser um autêntico revolucionário. “Kit militante! Venha e pegue sua bandeira, camisetas e livros. Não se esqueça de ler a nova cartilha: cumpra-se”. O que foge a regra, por mais que também seja uma justa revolta, por mais que sejam clamores por corpos negros caídos no chão, por mais que receba tiro do Estado, corre risco de estar fazendo o jogo da direita.

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://uninomade.net/tenda/a-cidade-contra-a-identidade-vermelha/?fbclid=IwAR3uKEPb4MaDoLPiNdYVedSI9jiTb-OzB75igwutOXIFuLHnDE2QHoYa57w>. Acesso em 6 de março de 2019

Ah, a direita... BU!

O ano de 2015 está nos mostrando sua cartilha sendo seguida por nossa presidenta, que, coitada, não pode fazer nada – “É que minha conjuntura não permite”.

Contra a identidade vermelha: a cidade, city, cité.

É nas demandas reais de nossos espaços urbanos e na organização da indignação daqueles que vivenciam todos os dias os serviços públicos que devemos constituir nossas organizações políticas. E nesse mesmo espaço onde se situam e circulam nossos corpos, fazer surgir a democracia com mais presenças que representatividades, deixar vibrar as vozes que não são escutadas, aparecer os corpos que são invisibilizados, e assim irmos produzindo espaços comuns, novas organizações e instituições comuns, o comum. Sem fetiche de fazer cumprir um modelo ideal, transcendente, mas, no plano da imanência, organizarmos nossa luta por aquilo que queremos. E mais do que fazer articulações políticas, ter nesse processo a abertura para a pessoalidade, afetividade e diálogo, pois é mesmo na relação com o outro que nos constituímos a si mesmo e a nós como corpo coletivo. O rosto do outro que nos confronta faz falhar as cartilhas.

## RESUMO

PAIVA, F. R. O Direito achado no Corpo: Casa Nem é casa viva. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

Casa Nem é uma *ocupação-identitária* de um imóvel situado na interseção entre os bairros da Glória e Lapa (RJ), que fundamenta suas ações na urgência de um acolhimento de pessoas LGBTTQIA+ em situação de precariedade e vulnerabilidade. O cotidiano desse coletivo é plural e confere margem à análise da cidade em vários aspectos, o que faço com base numa narrativa pessoal, na qualidade de pesquisador-observador-participante, registrada em um diário de campo em que analiso criticamente as possibilidades de *agenciamento* como formas de (r)existência das ocupantes, com ênfase nas articulações que fazem frente à violência urbana que se volta contra estas pessoas. Dada a pertinência, também faço uma análise crítica e jurídica acerca destes fatos no âmbito da Ação de Despejo em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Quanto à metodologia, a pesquisa é qualitativa, de perfil multidisciplinar, numa abordagem que envolve as áreas do Direito, Antropologia, Sociologia, Filosofia e Geografia. Adoto como técnicas de pesquisa entrevista, observação participante (fontes primárias) e revisão bibliográfica, análise documental (fontes secundárias). O marco teórico desta pesquisa se baseia em teorias sobre o corpo, sexualidade, produção social do espaço e teoria crítica do Direito, destacando-se Michel Foucault, Judith Butler, Elias Lopes de Lima, Eduardo Gonçalves Rocha, Vera Telles e Roberto Lyra Filho.

Palavras-chave: ocupação, gênero, sexualidade, cidade, moradia.



## ABSTRACT

PAIVA, F. R. O Direito achado no Corpo: Casa Nem é casa viva. Thesis defense (master's in law) – College of Law. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

Casa Nem is a social phenomenon that occupies a house located in between Glória and Lapa neighborhood (RJ), which actions come from the homeless LGBTTTQIA+ urgent need of attention and care. Its routine is plural and gives a chance to analyze how would be living in the city from several perspectives, like the agency possibilities to keep resisting and alive facing the violence conjuncture that comes up against those people, which episodes I brought to this from a field diary written by myself as an attending-searcher-observer. Due to the facts, I also analyze critically the ongoing legal proceedings. Methodologically, this research is qualitative and multidisciplinary outline involving Law, Anthropology, Sociology, Philosophy and Geography affairs. I adopt some research techniques such as interviews and participant-observation as primaries sources, and bibliography review and documental analyzes as secondaries sources. The main theoretical source comes from the body and sexuality affairs, also the social production of space affairs, and some *status quo* Law critiques, according to Michel Foucault, Judith Butler, Elias Lopes de Lima, Eduardo Gonçalves Rocha, Vera Telles e Roberto Lyra Filho point of views.

Keywords: occupation, gender, sexuality, city, living.

## LISTA DE IMAGENS

Figura 01: mapa geográfico da região onde se situa a Rua Morais e Vale, Lapa (RJ).....	25
Figura 02: foto autoral do painel situado à esquina da Rua Joaquim Silva e Rua Morais e Silva, Lapa (RJ).....	26
Figura 03: foto de própria autoria da fachada do imóvel situado à Rua Morais e Vale, 57, Lapa (RJ).....	27
Figura 04: mapa geográfico ilustrativo da região, com destaque em amarelo do imóvel onde se situa a Casa Nem.....	32
Figura 05: Foto autoral da fachada da ocupação Casa Nem, em que constam palavras de ordem, princípios e regras elementares e fundantes do espaço.....	109
Figura 06: Foto autoral de parte da porta de entrada da ocupação Casa Nem, em que constam os horários de entrada/saída.....	109
Figura 07: Foto autoral da entrada interior do térreo da ocupação, em que constam os mandamentos basilares de respeito à diversidade.....	110
Figura 08: Foto autoral de uma das paredes do térreo da ocupação, em que constam os nomes das travestis e transexuais integrantes da primeira turma do Prepara Nem, e que, em continuidade, participaram do movimento de fundação da Casa Nem.....	110
Figura 09: Foto autoral da parede lateral do primeiro andar da ocupação, em que constam os significados sociológicos de termos constituintes do debate sobre gênero e sexualidade.....	111
Figura 10: Foto autoral de uma das paredes do térreo da ocupação, em que constam desenhos e mensagens de cunho pessoal e político.....	111
Figura 11: Foto autoral de uma das paredes do térreo da ocupação, em que constam os nomes das travestis e transexuais integrantes da primeira turma do Prepara Nem, costuradas a mensagens de cunho político e pessoal.....	112
Figura 12: Foto autoral de uma das paredes do térreo da ocupação em que constam mensagens de cunho político e pessoal.....	112
Figura 13: Foto autoral de uma das paredes do térreo da ocupação em que constam mensagens de cunho político e pessoal.....	112
Figura 14: Foto autoral de uma das paredes do térreo da ocupação, em que constam mensagens de cunho político e pessoal.....	113
Figura 15: Foto autoral de uma das paredes do térreo da ocupação, em que constam mensagens de cunho político e pessoal.....	113
Figura 16: Foto autoral de uma das paredes laterais do térreo da ocupação, em que constam desenhos e mensagens de cunho político e pessoal.....	114
Figura 17: Foto autoral de uma das portas do primeiro andar da ocupação, em que constam mensagens de cunho político e pessoal.....	114
Figura 18: Foto autoral de uma das portas do primeiro andar da ocupação, em que constam regras da casa, mensagens de cunho político e pessoal.....	115
Figura 19: Foto autoral de uma das paredes laterais do primeiro andar da ocupação, em que constam desenhos e regra de convivência da Casa.....	115

Figura 20: Foto autoral de uma das paredes laterais do térreo da ocupação, em que consta uma faixa da Associação Grupo TransRevolução, que tinha como sede a Casa Nem e como Presidenta, Indianare Siqueira.....	116
Figura 21: foto de Indianare durante a Marcha das Vadias, em Copacabana (RJ).....	124
Figura 22: foto tirada do primeiro andar da ocupação-identitária Casa Nem do evento realizado em frente ao imóvel. Sentadas, no canto direito da imagem, estão Flavia Oliveira, Djamila Ribeiro e Indianare Siqueira.....	145
Figura 23: Ao final da aula inaugural do Prepara Nem na Faculdade Nacional de Direito (UFRJ), todes que permaneceram nos reunimos para registrar o encontro ocorrido em 23/05/2018, entre professores e professoras, as <i>alunes</i> , conhecidos, amigos e Indianare.....	152
Figura 24: foto pessoal com o Rodrigo e as <i>alunes</i> , em um dos nossos encontros às segundas-feiras no Prepara Nem.....	153
Figura 25: foto autoral da seleção de fotografias feita por Beatriz para a realização da dinâmica no âmbito do Prepara Nem.....	161
Figura 26: cabeçalho da petição protocolada por Maria Eduarda, primeira advogada trans da seccional do Rio de Janeiro da OAB pela qual Indianare requereu o ingresso na Ação de Despejo.....	166
Figura 27: foto de Gaudêncio Fidelis, curador da Queermuseu, em que resta claro não se tratar de um sujeito que se reivindica queer dado a conformação de seu corpo ao padrão cis-heteronormativo, branco e de classe média alta.....	199
Figura 28: foto da performance não-autorizada de Gabe Passarelli no saguão de entrada da Escola de Artes Visuais do Parque Lage, durante a exposição Queermuseu.....	201
Figura 29: foto autoral do momento em que foi dada a palavra à Indianare no Leilão Beneficente em favor da Casa Nem, realizado no âmbito do Queermuseu, no Parque Lage (RJ).....	203
Figura 30: foto autoral do anúncio da Casa Nem encampado na lateral do trio das travestis e transexuais na 23ª Parada LGBT de Copacabana (RJ).....	204
Figura 31: apresentação do grupo Baque Mulher em frente a ocupação do prédio do Automóvel Clube, centro (RJ).....	211

## SUMÁRIO

Introdução.....	12
1 Capítulo sociopolítico-metodológico .....	24
1.1 Encontros geograficamente situados: o bairro da Glória costurado pela narrativa trans.....	24
1.2 Do sujeito-pesquisador ao sujeito-em-pesquisa.....	36
1.2.1 Da narrativa em primeira pessoa: o corpo do sujeito-pesquisador.....	36
1.2.1.1 Conclusões parciais.....	43
1.2.2 Do corpo da dissertação – elementos da pesquisa militante.....	44
1.2.2.1 Conclusões parciais.....	50
1.2.3 A gestão dos corpos dissidentes: a <i>vida matável</i> das pessoas LGBTTQIA+ e a <i>crise sistêmica do cuidado</i> .....	51
1.2.3.1 Conclusões parciais.....	65
2 O campo de pesquisa.....	67
2.1 Justificativas metodológicas prévias da narrativa.....	70
2.2 A fundação da Casa Nem, <i>ocupação-identitária</i> .....	74
2.2.1 Conclusões parciais.....	94
2.3 A Casa Nem como <i>política em movimento</i> .....	96
2.3.1 O espaço Casa Nem.....	107
2.3.1.1 Conclusões parciais.....	118
2.3.2 A Casa Nem a partir do <i>direito achado no corpo</i> de sua idealizadora.....	120
2.3.2.1 O tempo como uma rede de intencionalidades.....	130
2.3.2.1.1 Conclusões parciais.....	138
3 O diário de campo.....	140
3.1 Metodologia da narrativa do diário de campo: a minha perspectiva de sujeito-pesquisador devedora em relação aos sujeitos-em-pesquisa.....	140
3.2 O diário de campo.....	142
3.2.1 Preparativos para a Greve Geral.....	142
3.2.2 Mutirão para alteração registral nos documentos de identidade.....	143
3.2.3 “O que é lugar de fala?” Djamila Ribeiro na Casa Nem.....	144
3.2.4 Preparativos para o Prepara Nem 2018.....	147
3.2.5 Corpos Visíveis.....	154
3.2.6 Despatologização da identidade trans e envelhecimento.....	156
3.2.7 Se essa rua fosse minha.....	160
3.2.8 <i>Bixa travesty</i> .....	162
3.3 As idas e vindas do oficial de justiça: o processo judicial e o cotidiano da ocupação.....	164
3.3.1 Uma (falsa) luz no fim do túnel: a percepção do Direito deficitário em torno dos problemas sociais.....	171
3.3.1.1 Conclusões parciais.....	180
3.4 Reunião política nos últimos dias da Casa Nem: a <i>seletividade</i> da democracia.....	182
3.4.1 A Defensoria Pública como possibilidade de <i>agenciamento</i> ao sistema.....	189
3.4.1.1 Conclusões parciais.....	196

3.5 Queermuseu e Casa nem no Parque Lage.....	198
3.6 Casa Nem na 23ª Parada LGBT de Copacabana (RJ).....	203
3.7 Reunião do Coletivo Nuvem-Nem antes da desocupação do imóvel.....	204
3.8 A desocupação do imóvel.....	207
Considerações finais.....	208
Referências bibliográficas/documentais.....	214
Anexos.....	224

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se insere num contexto de debate sobre cidades, sob o foco de gênero, classe social e raça, tendo em vista se tratar de um campo protagonizado por pessoas LGBTTQIA+ em situação de extrema precariedade e vulnerabilidade. O cotidiano do coletivo que constitui a Casa Nem é plural e confere margem à análise da cidade em vários aspectos.

Partindo da ideia de que as ocupações são produtos de política, constituindo práticas de Estado nesse maquinário, fui instigado a refletir este contexto a partir da perspectiva que entende a política dentro de um contexto maior, para algo além de estar atrelado e submetido direta ou estritamente ao Estado. Para tanto, explorarei esta ótica relacionada aos modos de sociabilidade, pesquisando e investigando o que a ocupação produz em termos de relações e práticas sociais, sua intervenção, seus efeitos e significados num contexto maior, e tudo isto ainda enquanto produção de política.

Muito além de uma dissertação em defesa do direito à moradia, trata-se de uma pesquisa que pretende entender a articulação desta luta com a questão identitária, sob a égide da *transfobia*, que abrange acepções em torno da precariedade e vulnerabilidade, enunciando a crise sistêmica do *cuidado* na democracia atual – que basicamente se refere a um sintoma de falha da democracia, que urge mediante a existência de corpos em situações de vulnerabilidade e precariedade que merecem tratamentos diferenciados a partir de seu lugar de fala. Como possibilidades de *agenciamento*<sup>1</sup>, há a necessidade de entender as formas de (r)existência<sup>2</sup> das ocupantes, todas LGBTTQIA+, majoritariamente excluídas do mercado formal de trabalho, com ênfase nos arranjos, modos de circulação, redes de contato, enfim, articulações que fazem frente à violência urbana que se volta contra estas pessoas.

---

<sup>1</sup> Esta noção foi assinalada por Guattari e Deleuze. Ela ressalta os processos de singularização em oposição à reificação das identidades individuais, bem como às forças minoritárias que atravessam os modos de subjetividade majoritários; “são os micromovimentos, as segmentações finas distribuídas de modo totalmente diferente, partículas inencontráveis de uma matéria anônima, minúsculas fissuras e posturas que não passam mais pelas mesmas instâncias, mesmo no inconsciente, linhas secretas de desorientação ou de desterritorialização: toda uma subconversa na conversa; uma micropolítica da conversa” (DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix, *apud* FERNANDES, 2013, p. 228). Fernandes (2013) ressalta ainda que agenciamento pressupõe desejo/desejar, e que os autores estavam interessados nas forças, nas intensidades, nas minorias, nas forças minoritárias, em sua variação, assim como na desconstrução das palavras de ordem, e na descoberta das senhas e das cifras que desmontam as obstruções constituintes das sociedades de controle e disciplinares. Emergem-se, dessa forma, outras possibilidades de existência na própria existência, outras possibilidades de corpo no próprio corpo, outras modalidades de corpo social no próprio corpo social; sua política é tentar positivar o caráter múltiplo e heterogêneo constitutivo da subjetividade, do agenciamento, do desejo, do corpo e do real. Fernandes (2013, p. 230) também chama a atenção para o fato de que todo agenciamento é coletivo porque se compõe de uma multiplicidade de forças, que podem se constituir enquanto agenciamentos de enunciação: atribuindo-se aos corpos; como ações e paixões; como mistura de corpos reagindo uns sobre os outros, formando territórios, planos de consistência.

<sup>2</sup> Neologismo resultante do emprego conjunto das palavras “resistência” e “existência”.

Através de depoimentos de agentes envolvidas na ocupação desde a sua fundação, tive condições de construir uma abordagem processual, no sentido da corporificação paulatina e gradativa deste *movimento social*<sup>3</sup>. O tempo aqui emergiu menos como uma ótica linear, e mais como uma rede de intencionalidades: a construção da Casa Nem mediante os acontecimentos e eventos que foram se sucedendo, possibilitando *agenciamentos* pelos sujeitos que deram corpo à ocupação. Inicialmente o Prepara Nem, ainda no âmbito do Coletivo Nuvem, como um projeto voluntário de preparação e qualificação de pessoas LGTBTTQIA+, com especial atenção a travestis e transexuais<sup>4</sup>, em razão da qual trato do *cuidado* em sentido amplo, como uma rede também de afetos, intensificados como reflexo da própria urgência e situações de vulnerabilidade.

A efetividade da Casa Nem enquanto espaço de transição recheado de oportunidades “para agarrar e voar”, nos dizeres de uma das ocupantes, oferecendo serviços de promoção à saúde, educação, cultura e renda, orientados por profissionais voluntários das citadas áreas, o que será devidamente exposto ao leitor adiante, dava contornos próprios de um *espaço heterotópico*<sup>5</sup>, mas que por vezes era colocado em xeque dada a incapacidade de tais *agenciamentos* friccionar os privilégios sociais no âmbito estrutural.

---

<sup>3</sup> Categoria cunhada por Gohn (2011) para se referir às ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas, ao mesmo tempo que constituem como campo de atividades e experimentação social geradoras de criatividade e inovações socioculturais. De acordo com a autora, os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Apresentam como características básicas a identidade, um opositor, e a articulação ou fundamentação em um projeto de vida e de sociedade. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Há neles uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania. Finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais. Dada a similitude da ocupação aos termos expostos por Gohn (2011), é possível considerá-la como *movimento social*.

<sup>4</sup> A diferenciação entre os termos “travestis” e “transexuais” costuma ser interrogada por pessoas cisgêneras, isto é, pessoas não-trans. Isto, por si, implica uma escusa legítima por parte do movimento identitário em explicar a distinção. De toda forma, cumpre esclarecer que há distinções entre os termos, os quais, de forma genérica, podem se resumir na compreensão da travestilidade como um terceiro gênero, enquanto a transexualidade se limitaria às identidades de gênero conformadas aos masculinos/femininos. De acordo com Amara Moira, “o termo “transexual” é um termo de origem médica, de certa forma mais “bem aceito” pela sociedade. Por se tratar de uma “entidade clínica”, as pessoas começam a ver a pessoa transexual como “não tendo culpa” de serem diferentes. Já o termo “travesti” é cheio de (pre)conceitos atrelados, como se fossem “culpadas” por expressarem abertamente suas fantasias sexuais, como se a visão de uma travesti remetesse à impureza, à promiscuidade, ao pecado”. Mais informações disponíveis em <http://julianagabriel.com.br/entrevista-amara-moira-e-se-eu-fosse/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

<sup>5</sup> A ideia de heterotopia defendida por Michel Foucault corresponde à busca por uma forma de classificação espacial que valorizasse a presença de múltiplas representações conflitantes em uma mesma área. Para o autor, haveria determinados espaços em que a ordem oficial fosse invertida, suspensa ou mesmo neutralizada, dada a

Assim, minha interação com o campo aconteceu em prol de uma experiência de moradia autogestionária e *heterotópica*, composta por personagens nômades, fugitivas e/ou andarilhas, no que diz respeito a formas de circular, modos de “fazer dinheiro”, maneiras de encarar os despejos e as realocações subsequentes; e também personagens engajadas de forma militante à causa. Trata-se, portanto, de uma referência valiosa à análise dos modos de gestão da vida relacionados, eis que determinantes às formas de existência e de resistência dessas pessoas, derivando a *arte do contornamento*<sup>6</sup> e a *exceção ordinária*<sup>7</sup>.

Nesse quesito, a experiência que tive no campo de pesquisa se revelou além das fronteiras da “luta por moradia”, pois dialoga com os modos de socialidade (ou sociabilidade): o que a ocupação produz em termos de relações e práticas sociais, sua intervenção, seus efeitos e significados num contexto maior, e tudo isto enquanto produção de política, bem como as práticas do Estado nesse contexto, sobressaltando categorias valiosas para esta análise. Contextualizando a discussão ao cenário urbano e ao debate sobre gênero/sexualidade, deve-se levar em conta as metrópoles como um complexo de formas e de exercícios de comando, que requer o atravessamento dos espaços possíveis para descobrir os canais e as formas de ligação, os modos nos quais as pessoas ficam juntas.

Um outro elemento relevante diz respeito à posição geográfica da ocupação. Por se situar na região central do Rio de Janeiro, tornou-se possível, mediante *agenciamentos*, a *transgressão* à realidade *neoliberal* e *neocolonial*, de gestão *biopolítica* e vertente *necropolítica*<sup>8</sup>, na medida em que havia possibilidades à *arte do contornamento* das

---

concentração de atores e de significados reunidos naquele *loco*. A heterotopia é o inverso de utopia, no sentido de se conceber um espaço concreto em que as representações se fizessem presentes, mesmo que conflitantes, causando contestações, fragmentações e inversões de regras decorrentes dos conflitos. (FOUCAULT, 2001)

<sup>6</sup> Categoria sustentada e explorada por Fernandes (2013, p. 141) que se caracteriza pela perspicácia e a sagacidade, além de operar por evitâncias, no sentido de que estas buscam esquivar-se da morte matada e de outras situações relacionadas à vida nua.

<sup>7</sup> Categoria de Michel Agier que se refere a situações vividas nos campos de refugiados espalhados pela África, mas não apenas. Agier se apropria da noção de Agamben, que considera o campo a figura paradigmática da política hoje: “Trata-se de poder interrogar sobre o sentido dos campos não somente como espaços de governança global dos indesejáveis e como espaços de socialização dentro da exceção ordinária, mas também como espaços políticos. Mais do que um retorno aos campos, a gente observa a continuidade dos campos, suas transformações físicas e sociais, e seus deslocamentos no espaço” (AGIER *apud* FERNANDES, 2013, p. 94-95). Fernandes (2013), por sua vez, utiliza dessa categoria fazendo uma analogia com as ocupações como forma de produção de precarização na cidade e como campos, no sentido de serem espaços políticos da exceção ordinária. É também nesta perspectiva que eu utilizo da categoria.

<sup>8</sup> Mbembe refere-se a uma formação necropolítica (2011, 2012) que de modo algum designa algo anterior ou posterior à biopolítica, mas uma forma de fazer e pensar que atravessa o desenvolvimento da modernidade, desde os seus primórdios, aderindo de forma paradoxal e tensional a formas de corte mais biopolíticas. A necropolítica que Mbembe enuncia refere-se a uma lógica do excepcionalidade securitária assumida por uma soberania (neo)liberal-(neo)colonial que instrumentaliza a existência humana, possibilitando a destruição de corpos e sujeitos considerados supérfluos, sendo esse caráter supérfluo algo que, em grande medida, é acompanhada de um discurso que não deixa de construir uma noção ficcional ou fantasmagórica do inimigo. A partir daí, a necropolítica refere-



adversidades e situações de usurpação de direitos, relativos à *exceção ordinária*. Isto é, a localização central possibilitou *agenciamentos* na construção da rede de contatos e voluntários que deram corpo a ideias e projetos tendentes a inserir na sociedade pessoas em situação de vulnerabilidade e às margens. Isto tudo dentro de uma escala geográfica específica, na interseção entre os bairros da Glória e Lapa (RJ), conhecido pelo acolhimento histórico a biografias trans na tessitura da vida permeada por atritos, conflitos, disputas e tensões, em suma, elementos que sobressaem em contextos de vidas às margens, onde viver é também estar exposto à morte.

Adiante, no primeiro capítulo, desenvolverei uma argumentação de cunho metodológico, abordando questões prioritárias e preliminares, ao menos no presente momento, tais como a opção por uma narrativa em primeira pessoa, e a opção por desenvolver uma pesquisa de cunho militante. Ato contínuo, tratarei de uma análise conjuntural, revelando os contornos próprios de uma gestão biopolítica de vertente necropolítica, estabelecendo ao final um vínculo elucidativo quanto à questão militante.

Considerando a relação de interdependência entre o privilégio social e o privilégio epistêmico, busco por uma narrativa que tenta transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Igualmente, uma narrativa imbuída de um propósito de traduzir o entendimento de vida, aqui incluído a moradia, tentando se esquivar do que Fernandes (2013, p. 36-38) denominou de premissas banalizadas como (i) a noção de que ocupações significam um modo exemplar de luta por moradia; (ii) a qualificação das precarizadas ou da vida na precariedade como destituídos de iniciativa e de vontade política; (iii) num mundo em que o Estado se apresenta mais como um dispositivo de controle; e (iv) a ideia de “sociabilidade espontânea” extensiva às pobres/precarizadas/vulneráveis.

Em substituição, uma narrativa que ressalte as inúmeras tensões ou linhas de força, linhas de fuga e afetos que percorrem e constituem o cotidiano, como elementos que dão destaque às atrizes não conformadas à *ideologia*<sup>9</sup> dominante. Emerge daí o desafio de entender as práticas sociais engendradas por processos de subjetivação e assujeitamento pautadas nos

---

se a "esse tipo de política em que a política é entendida como o trabalho da morte na produção de um mundo que se acaba com o limite da morte" (Mbembe, 2012: 136).

<sup>9</sup> A experiência da intersubjetividade se inscreve, assim, em um campo de forças que a torna um domínio essencialmente ideológico. [...] As ideologias não operam através de ideias isoladas; mas em cadeias discursivas, agrupamentos, campos semânticos e formações discursivas. [...] Somos constituídos [enquanto sujeitos] pelos processos inconscientes da ideologia, naquela posição de reconhecimento ou fixação entre nós mesmos e a cadeia de significados sem a qual nenhum significado ideológico seria possível. É nessa zona de contato entre as objetividades dominantes e as narrativas subjetivas, muitas vezes subversivas e refratárias, que os grupos subalternos e marginalizados passam a partilhar da objetivação dos conteúdos do real, constituindo-se, assim, como sujeitos. (LIMA, 2014, p. 46-48)

enunciados da *cis-heteronormatividade*, *sexismo*, *machismo*, *viriarcado* (hegemonia constituída sobre a virilidade), *binarismo sexual*, cujos conceitos e categorias serão expostos e fundamentados no primeiro capítulo, eis que metodologicamente relevantes à compreensão dos temas abordados nesta dissertação. O enfrentamento contra tal ideologia conclama um desafio constante, uma vez que a realidade nunca está dada, e ocorre em várias esferas, nas quais se incluem os movimentos identitários.

Assim, no primeiro capítulo pretendo situar o/a leitor/a na perspectiva crítica que considera a participação do sujeito na construção do espaço urbano, através de uma narrativa com enfoque no contexto em que se insere a Casa Nem, levando-se em conta as configurações sociopolíticas na interseção entre os bairros da Glória e Lapa (RJ). Figuras notórias como Vinicius de Moraes, Chiquinha Gonzaga, Aracy de Almeida, João Gilberto, Manuel Bandeira e Madame Satã nos revelarão exemplos de corporalidades distintas, autênticas, plurais e que dão margem para dimensionarmos no bairro as inúmeras possibilidades de histórias de vida e de estar exposto à morte, as quais se somam às figuras anônimas, não menos importantes. Em suma, alternativas singulares e diversas de como habitar um espaço, intimamente relacionadas à maneira como os corpos são lidos por um viés racial-classista-generificado. Isso, por sua vez, dá margem a episódios de discriminação, controle e humilhações, produzindo experiências sociais de isolamento, desagregação, exploração e pobreza material. Como resultado desta constância de invisibilizações e apagamento de outras verdades, saberes e conhecimentos, pretendo evidenciar a *crise sistêmica do cuidado*.

No segundo capítulo tentarei formular um arcabouço geopolítico narrado de forma a possibilitar a dimensão do que vem a ser o campo de pesquisa, uma *política em movimento*, explorando os entraves, disputas, conflitos, que segregaram os corpos dos sujeitos-em-pesquisa a partir de suas subjetividades, as quais, por sua vez, correspondem às formas singulares das relações de poder derivadas nas tramas da vida. Para tanto, focarei o olhar sociológico no processo de construção do elemento *transfobia*, a fim de elucidar o *movimento social* de ocupação Casa Nem defendendo o conceito de *ocupação-identitária*. No contexto da fundação da Casa Nem essencialmente político, posto que constituído por elementos *intersubjetivos*, elementos *intercorpóreos*, isto é, a realidade como produto da *subjetividade*, a ação crítica como resultado da corporificação do pensamento, o sujeito corpóreo como uma unidade vital preche de possibilidades: a *transfobia* forjada a partir de experiências corpóreas reais que incluem as dimensões da afetividade e sensibilidade, da memória, da imaginação e do projeto; a experiência como um misto de sofrer e agir. Nesse sentido, a adoção do próprio termo *ocupação* por uma perspectiva de luta por um espaço cujas conformações ideológicas

dominantes se apresentam como obstáculo para a manutenção do Beco do Rato como uma área ocupada primordialmente por pessoas travestis e transexuais. É nessa configuração que tentarei conferir corpo, cor, tamanho e, principalmente, espaço à palavra de ordem *transfobia*, revelando-a como algo concreto, como uma luta política.

Como, então, conciliar aspectos subjetivos ao corpo e a elementos concretos colocados em prática pelos sujeitos? Como é possível dar forma a este leque de possibilidades aparentemente abstrato? Para responder a esta questão de ordem prática, a partir do terceiro capítulo, focarei nas possibilidades de *agenciamentos* agarradas pelas agentes do campo, que serão devidamente introduzidas. A atenção será nas trajetórias individuais daquelas que corporificam o campo, com a finalidade de construir uma outra perspectiva dessas subjetividades, não sob o rótulo inferiorizado em torno dos processos de subalternização, vulnerabilidade e de precariedade inerentes à gestão *biopolítica-necropolítica*, imbuídas de princípios neoliberais e de caráter neocolonial outrora abordados por mim.

Então, construirei uma etnografia a partir de um outro modo de interrogar essas realidades, que não parte de definições prévias e muitas vezes modelares de exclusão social, de segregação urbana ou de pobreza e que, no mais das vezes, deixam escapar a rede de relações e práticas que conformam um espaço social. Pois, ao seguir os traçados dos percursos urbanos de indivíduos e suas famílias (aqui conceituada de forma ampla, baseada no mais genuíno afeto e não restrita às relações de consanguinidade), é a própria cidade que vai se perfilando. Não como contexto dado, geral e homogêneo, em função do qual situar “casos” e explicá-los em suas determinações. São múltiplos os perfis da cidade que vão se delineando nos contextos variados nos quais se inscrevem os atores e o jogo tenso (e por vezes conflitivo) de suas relações.

A descrição e observação do espaço físico da ocupação será outro viés oportuno na tarefa de explorar as nuances do movimento, principalmente ao se reter a premissa de que há relação orgânica e mútua entre o ser humano e o espaço, entre o social e o espaço. O *sujeito* aqui emerge como um agente na *empíria, corporificado*, dotado de racionalidade e emoções, estando capaz de traçar caminhos não-lineares, aleatórios, sucessivos e abertos ao desconhecido. A investigação do espaço físico da ocupação nos revelará escritos e grafias típicas das ruas, numa aparente desordem em que palavras ecoam mensagens pessoais e políticas, numa engrenagem mútua em que o pessoal é político, e vice-versa.

Após a contextualização geográfica e espacial da ocupação em estudo, quero possibilitar a perspectiva de entender este *sujeito empírico e corporificado* no processo de produção do espaço social. Mas de quais sujeitos estamos falando? Em razão de sua condição de liderança

do movimento, introduzirei a figura da liderança da ocupação, Indianare Siqueira, retomando sua trajetória por meio de uma narrativa que condense seus pontos de tensão, conflitos, disputas e bastante afetos. Entre tantos caminhos tortuosos, tendentes a um desfecho pré-dado pela conjuntura estrutural que põe em xeque a manutenção da vida de corpos trans, Indianare é uma pessoa que foi se fazendo agarrando as oportunidades e chances de *agenciamentos corporificados* nos entraves e nos encontros ao longo de sua vida. Seu processo de militância esteve (e ainda está) aberto às regras do jogo, que deram (e continuarão a dar) os contornos à sua própria vida pessoal e, em sequência, às suas estratégias políticas, inclusive de sobrevivência, pois as leis (e as regras, em sentido amplo) existem não somente para conformar condutas, mas também para diferenciar as maneiras de contorná-las. Contextos e episódios deram margem à apropriação de um problema social para abrange-lo em uma dimensão pública, através de um processo em que o *corpo* emerge como a *estrutura fundante do ser-no-mundo*, do que se extrai a legitimidade do *direito achado no corpo*<sup>10</sup>.

Em suma, desenvolvi o trabalho etnográfico exposto nesta dissertação com a intenção de explorar o corpo da ocupação, desconstituindo uma narrativa vigente no discurso dominante em que a subjetividade estaria dissociada da objetividade. Ao vislumbrar de maneira nítida os sentidos subjetivos indissociáveis de biografias de vida, a percepção de que a subjetividade compõe a objetividade será uma conclusão irrenunciável, haja vista ser impensável o sujeito sem a sociedade.

Sem dúvidas a ocupação é plural, de perfis heterogêneos e múltiplos, os quais tentei explorar e investigar de maneira mais fiel às subjetividades. Situadas em seus contextos de referência e nos territórios traçados pelos percursos individuais e coletivos, as trajetórias narradas nos servirão como prismas pelos quais o mundo urbano vai ganhando forma em suas diferentes modulações. É isso que nos pode oferecer uma chave para apreender as dinâmicas urbanas que definem as condições de acesso à cidade e seus espaços, a trama dos atores, as modalidades de apropriação dos espaços e seus recursos. É justamente nessas tramas da cidade que se aloja a complicação atual e que será preciso, por isso mesmo, auscultar. É nessas tramas que os lances da vida são jogados, é aí que se processam as exclusões, as fraturas, os bloqueios.

---

<sup>10</sup> Categoria derivada do “direito achado na rua”, fruto da reflexão e da prática de um grupo de intelectuais membros do movimento Nova Escola Jurídica Brasileira, cujo principal expoente é o professor Roberto Lyra Filho. O “direito achado na rua” busca pensar e viver o direito de forma crítica, ao legitimar um maior número de sujeitos como responsáveis por criar as transformações sociais que são amparadas pelo código de legitimidade do direito. A rua é a esfera pública que também é o lugar do acontecimento, da formação de novas sociabilidades, do protesto e do reconhecimento. A rua é o que revela o direito como um empreendimento complexo que envolve discursos, símbolos, mas também corpos e afetos (ROCHA, 2014, p. 176). Daí a derivação da subcategoria “direito achado no corpo” como fruto da articulação e apropriação desta categoria adaptada ao *modus operandi* da luta dos sujeitos-em-pesquisa na presente dissertação.

O elemento *tempo* será tratado menos como uma chave linear, e mais como uma *rede de intencionalidades*: dentro da disputa pela reivindicação de um direito pautado na subjetividade expressa e explícita e aquele disfarçado pelo manto de uma aparente objetividade, foi possível perceber o descompasso entre estas duas vertentes a partir do peso desmedido decorrente da propriedade privada como eixo central. A articulação das forças jurídicas em favor da desocupação da Casa Nem é nitidamente desproporcional à articulação das forças subjetivas em favor da manutenção da Casa, desnudando a categoria da *cidadania de geometria variável* (Lautier, 1997), explorada melhor adiante, útil a esta pesquisa posto que elucidativa da segregação das cidadãs referenciadas a partir de um viés de *classe social*, imbricadas ao *gênero* e *raça*, com implicações no ponto de partida desta análise, qual seja, a eficiência e eficácia do processo de *publicização* de um problema social a fim de que se torne um problema prioritário, isto é, um problema público.

O público remete não somente a um modo de governo, o que enfatizaria apenas os problemas públicos do ponto de vista de suas respostas governamentais, mas também são considerados como uma modalidade de sociabilidade e um modo de vida, que caracterizam uma *democracia urbana* Freire (2013, p. 733) - a reflexão sobre a *democracia* para além da análise restrita de seu modo de governo; pensá-la como um *modo de vida*. Um assunto problemático se elabora e se desenvolve em determinados mundos sociais e arenas públicas, e este é regulado e estruturado segundo uma certa ordem social. Ora, se uma ordem social é sempre uma ordem negociada, uma ordem negociada não é sempre pública.

Há que se atentar, portanto, para as implicações empíricas de um projeto da pluralidade envolvendo subjetividades. A compreensão da Casa Nem enquanto *ocupação-identitária* corrobora esta perspectiva *intersubjetiva*, derivada do *direito achado no corpo*, na medida em que se trata de um campo que reúne experiências pessoais e coletivas, ambas de tom político, sintetizando um horizonte objetivo comum, isto é, um horizonte *intercorpóreo* - reconhecendo o corpo como a via de acesso aos conteúdos informes da existência (LIMA, 2014).

Nesse sentido, quero com esta dissertação traduzir a Casa Nem como uma *potência subjetiva* analisadora, catalisadora e aceleradora das transformações de moralidade, usos e costumes. Minha pesquisa de campo me instigou a desafiar o contexto micro e macro dessa conjuntura, um complexo de formas e de exercícios de comando, requerendo, para tanto, o atravessamento dos espaços possíveis para descobrir os canais e as formas de ligação, os modos nos quais as pessoas ficam juntas. A proposição nesta etnografia será a de perceber a continuidade, as rupturas, os deslocamentos e as tensões que percorrem este lugar de fronteira a partir da minha experiência pessoal de dentro da ocupação e entre as ocupantes.

Metodologicamente, etnografei a minha experiência junto ao campo realizando anotações no formato de um diário de campo, pautado por uma sequência cronológica, que, para este fim, serve menos como uma presunção de linearidade, e mais como um parâmetro de organização. Mesmo porque se trata de um *diário de práticas urbanas* contextualizadas em uma cidade, que, por sua vez, é um *campo de práticas*. Colocar a cidade em perspectiva e como perspectiva significa assumir um certo prisma para exercitar esses postulados básicos da análise sociológica. Não é apenas um contexto, tampouco apenas o solo no qual situar o registro de condições de vida e suas mudanças – não é a mesma coisa que espacialização de dados e variáveis. A vida urbana é toda colocada sob o signo da mobilidade: os fluxos migratórios, os deslocamentos espaciais e mobilidades habitacionais, os percursos ocupacionais e suas inflexões no tempo e no espaço, traduzem na escala dos destinos individuais e coletivos a dinâmica das transformações urbanas (TELLES, 2010, p. 79). É por essa via que se deixam ver como pontos de condensação de tramas sociais que articulam histórias singulares e destinações coletivas. Tempos biográficos organizam trajetórias que individualizam histórias de vida, e estão inscritos em práticas situadas em espaços e nos circuitos urbanos que as colocam em fase com *tempos sociais* e *temporalidades urbanas* (TELLES, 2010, p. 81).

Levada ao cabo nestes termos, quero fazer desta etnografia não somente um documento ilustrativo da violência e resistência urbanas, mas também num sentido propositivo, traduzindo outras possibilidades de futuro, e mesmo as já existentes, ambas emergentes do campo. Para que, ao final, seja um terreno fecundo com margem à discussão sobre o direito e a democracia não apenas no plano macro, mas também no micro, haja vista que estão para além do instituído; são, igualmente, resultado de políticas subjetivas.

Será mais do que oportuna a análise crítica do Direito vigente a respeito da luta por moradia de acordo com a narrativa dos atos processuais praticados no processo judicial nº 0431587-11.2016.8.19.0001, ação de despejo em trâmite perante a 34ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o que será costurado nas tessituras da vida exploradas no capítulo terceiro. A desproporcionalidade entre os esforços envidados por Indianare e toda a Casa Nem, articulando um *movimento social* cuja legitimidade advém do *direito achado no corpo* que deu contornos à *ocupação-identitária*, em comparação às forças contrárias à ocupação, fortalecidas pela prestação jurisdicional na Ação de Despejo, nos mostrará como a asfixia da palavra manifesta o difícil horizonte de problematização de determinados assuntos. Mais especificamente, quis investigar porque certos assuntos, mesmo quando reconhecidos como prioritários pelos atores, são difíceis de ser publicizados de forma efetiva, levantando à hipótese de que o silenciamento transborda os territórios da *pobreza*, o que pode ser percebido

no próprio espaço público e suas instituições - para este trabalho, proponho a substituição da palavra *pobreza* pelos vocábulos *precariedade* e *vulnerabilidade* por sua maior amplitude e abrangência ao que é viver às margens.

De minha parte, proponho articular o debate em torno da Casa Nem pelo nítido e evidente *viés classista*: as forças acionadas contrariamente à ocupação, em que se incluem a Ação de Despejo, identificam na propriedade privada a exteriorização da própria personalidade como um direito a ser protegido, tutelado. Isto é, trata-se de uma *luta de classes* pautada na *propriedade privada*, na medida em que nos revela a prerrogativa de mobilizar uma série de recursos jurídicos, políticos e moleculares, como se fosse um direito natural, legítimo, em detrimento de outras realidades (subjetividades). O que se evidencia deste descompasso é, assim, um movimento objetivo aparente de mediações de classe, ou seja, um movimento *intersubjetivo* constituinte e constituído pela *ideologia capitalista*.

No geral, ao adotar o corpo como elemento fundante das relações sociais, pude perceber o elo estabelecido entre mim e as pessoas em pesquisa: o afeto decorrente (não só) do fato de compartilharmos da opressão *heteronormativa* em voga em nossa sociedade, que discrimina as nossas subjetividades da ordem da sexualidade, com especial destaque para o gênero, resguardadas as devidas proporções. É importante ter a dimensão desta proporção, eis que determinante ao privilégio frente às situações de opressões na vida em sociedade. Por eu ser um homem cisgênero, pardo e de classe média, tais marcadores reverberam um tratamento social distinto da vizinhança em relação a mim, em comparação às ocupantes da Casa Nem, por exemplo. Estas percepções emergiram a todo tempo em que interagia com as ocupantes, sob várias nuances e perspectivas, de modo que tentei me apropriar destas provocações, problematizando-as na forma de um diário exposto no capítulo terceiro.

Compreender a imbricação das opressões não se trata de pensar categorias que conformam um somatório de experiências ou uma intersecção de categorias analíticas. Trata-se de entender como estas experiências se conformam de maneira diferente a depender dos marcadores sociais inscritos nos corpos dos sujeitos, isto é, em relação às pessoas que não experimentam privilégios de raça, classe, sexo e sexualidade, sob o recorte específico ao campo de pesquisa. Afunilando esta premissa da ordem da opressão *heteronormativa*, quero aprimorar

o debate entendendo a dinâmica conjunta entre o *biopoder*<sup>11</sup>, *governamentalidade*<sup>12</sup> e *necropolítica*, numa dimensão coletiva, com reflexos diretos e indiretos em torno do campo de pesquisa, no sentido de como a imposição deste poder se imprime no cotidiano urbano das personagens que constituem a Casa Nem, possibilitando *agenciamentos*, em relação a elas mesmas, à vizinhança e também perante as instituições, com especial destaque à jurisdição prestada nos autos dos processos judiciais junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, duas variáveis serão consideradas nesta pesquisa: o tipo de direito a ser reivindicado, e as características das atrizes sociais em pesquisa, tendo como plano de fundo a articulação das opressões da *branquitude*, *viriarcado* e *cis-heteronormatividade*.

Assim, a justificativa para a escolha do tema e do objeto de pesquisa é calcada, num primeiro momento, no elo de afeto entre mim e as travestis e transexuais, prostitutas-de-rua na interseção entre os bairros da Lapa e Glória (RJ), decorrente do fato de compartilharmos, cada qual ao seu modo, da opressão *heteronormativa* vigente na sociedade como um todo. A localização específica diz respeito às tramas e tessituras da vida marcantes do bairro: a trajetória de Madame Satã pela região; a presença constante de prostitutas-de-rua; e o fato da Casa Nem ter se instalado na região, todas as situações protagonizados por travestis e transexuais, que costuram desde então subjetividades trans na geografia política da área.

Nos capítulos seguintes, explorarei as nuances em torno desta temática, desde as relações interpessoais a aspectos mais globais em torno do campo. De todo modo, é imperioso ter em mente se tratar de uma ocupação incomum, haja vista que a luta pela moradia ganha contornos identitários com o fato desta demanda se fundamentar também na precariedade e vulnerabilidade, abrangidas pela denúncia de *transfobia*, elemento-chave para compreender a potencialidade em torno do campo. Esta conjuntura atrai peculiaridades específicas do próprio campo, principalmente a respeito de Indianare Siqueira, e também reverbera na manipulação

---

<sup>11</sup> Biopoder como técnica de poder onipresente no capitalismo em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), com alcance nos processos econômicos; operando também como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do bio poder com suas formas e procedimentos múltiplos. (FOUCAULT, 1998)

<sup>12</sup> A noção de governamentalidade (e não de Estado) é usada por Michel Foucault para afirmar o “método” genealógico, pensando numa análise nem genética, nem por filiação, nem institucional, mas: “uma análise genealógica que reconstitui toda uma rede de alianças, de comunicações, de pontos de apoio. [...] passar por fora da instituição para substituí-la pelo ponto de vista global da tecnologia de poder. [...] A partir de um tríplice deslocamento: [...] procurar destacar as relações de poder da instituição, a fim de analisá-las [a partir do prisma] das tecnologias, destacá-las também da função, para retomá-las numa análise estratégica e destacá-las do privilégio do objeto, a fim de procurar ressitua-las do ponto de vista da constituição dos campos [campos de verdade], domínios e objetos de saber” (FOUCAULT, 2008 [1978]. p. 157-159).



dos fatos pelo Direito, o que confere um terreno fértil de crítica sociojurídica ao *status quo*. A contextualização do campo de pesquisa revela um *movimento social* cuja pauta política mescla demanda por moradia com movimentos identitários, de modo que é possível afirmar que as personagens e o modo de ocupação em estudo são autênticas e singulares.

## 1 CAPÍTULO SOCIOPOLÍTICO-METODOLÓGICO

### 1.1 Encontros geograficamente situados: o bairro da Glória costurado pela narrativa trans

Quando soube da possibilidade de fazer pesquisa de campo para a escrita de uma dissertação de Mestrado em Direito Constitucional, associada à oportunidade de uma perspectiva crítica ao *status quo* do Direito, considerei causas e temas que são caros a mim. Com a chance de mergulhar fundo em um estudo sobre uma temática de grande pertinência social, e que me afeta, não titubeei em cogitar a cidade sob a perspectiva de gênero. Há várias formas de se estudar, analisar e entender a cidade, esse fenômeno humano em constante ebulição. Desde 2007, mais da metade da população mundial é urbana, e a pobreza no mundo exacerba-se na desigualdade das cidades (FERREIRA, 2015). Os ciclos virtuosos de crescimento econômico sob a égide do capitalismo, embora festejados, reforçam um modelo de cidade irracional e insustentável. Considerando que tal dinâmica se fundamenta na concentração de riquezas, no meio urbano isto acabou refletido no aumento generalizado da informalidade, da precariedade habitacional e da segregação e das injustiças espaciais.

Parto, então, da premissa de que o espaço urbano é produto do trabalho social humano, numa ordem em que tanto o espaço interfere na vida do sujeito que nele habita, como também o contrário: o sujeito também exerce influência na construção deste espaço. É certo que esta engrenagem mútua não ocorre de forma homogênea, tampouco harmoniosa, na medida em que se deve ter em vista os marcadores sociais da diferença, como raça, classe social e gênero, nitidamente percebidos através dos corpos dos sujeitos que vivem (n)a cidade. Isto é, a depender do corpo deste sujeito, a relação com o espaço pode variar. Este filtro tem o condão de revelar diferentes configurações no espaço, bem como sujeitos distintos envolvidos nesta produção, o que abre um leque enorme de possibilidades para abordar o tema.

No meu caso, a forma como eu iria recortar o gênero dentro deste debate foi se construindo a partir da minha própria localização: tenho residência na Avenida Augusto Severo, situada no bairro da Glória, cidade do Rio de Janeiro, há cerca de seis anos. O que também significa que, desde esse mesmo tempo, convivo cotidianamente com travestis e transexuais. Esta é uma avenida que possui usos diversos ao longo da semana, durante todo o dia. No domingo, abriga uma feira-livre, onde se comercializam diversos produtos e alimentos, e que também funciona como ponto de integração entre os moradores e de socialização. De segunda a sábado há um pequeno comércio local (um comércio de adubo para plantas, uma academia

de musculação, um estacionamento e três bares). Por ser um bairro localizado entre o eixo Centro-Zona Sul, há um tráfego constante de carros. Às noites, por sua vez, a Avenida é conhecida por ser um ponto de prostituição de travestis e transexuais, cujos estereótipos igualmente estigmatizantes são associados ao bairro como um aspecto negativo e pejorativo, subjacente à uma manipulação perversa dos marcadores sociais da diferença (classe social, gênero e raça). Essa dinâmica ao longo de sete dias, durante 24 horas, confere à rua um sentido de vida coletiva, de multiplicidade de subjetividades, mas numa dinâmica nem sempre harmoniosa.

A presença de travestis e transexuais não se dá somente nesta avenida, pois à Rua Morais e Vale, transversal a esta avenida, na interseção entre a Glória e a Lapa, instalou-se a Casa Nem, uma ocupação em que a pauta identitária é o cerne principal do movimento. Não ao acaso, historicamente este logradouro também é costurado pela narrativa de biografias trans, que são por vezes silenciadas pela dinâmica urbana. É o que passo a demonstrar.



Figura 01: mapa geográfico da região onde se situa a Rua Morais e Vale, Lapa (RJ)

O endereço já recebeu distintos nomes, como Rua Detrás do Seminário da Lapa, Travessa do Desterro, Rua Conselheiro Morais e Vale, e atualmente, Rua Morais e Vale<sup>13</sup>. Tal configuração resulta do próprio processo de urbanização, com especial destaque aos acréscimos em aterro ao continente, que originaram as principais áreas públicas no entorno imediato (Praça Paris, Passeio Público e, mais posteriormente, o Parque do Flamengo). Esta dinâmica provocou alterações significativas na configuração das quadras que compõem a rua, bem como reconfigurações sucessivas no traçado da malha e, em períodos mais recentes, a verticalização da nova orla, direcionada pela valorização desta porção da nova cidade.

<sup>13</sup> Informações disponíveis em <http://literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com/2003/01/nomes-antigos-de-ruas-do-rio-de-janeiro.html>. Acesso em 5 de agosto de 2018.

Embora esta configuração, se olhada em seu conjunto (sobretudo em vista superiores) possa denotar uma diferença gritante entre os gabaritos da área, a morfologia urbana da via, de calha estreita, unida à notória preservação da unidade potencial de suas arquiteturas, proporciona ao observador, situado no local, um ambiente pouco influenciado visualmente pelas grandes e severas alterações do tecido e da morfologia arquitetônica da cidade contemporânea existente ao seu redor. Cito aqui as paredes de pedras sobrepostas fixadas com uma argamassa feita com óleo de baleia ainda visível em muitas construções da rua. É também um logradouro conhecido por ter sido o endereço de gente famosa como o poeta Manuel Bandeira e da pianista e compositora Chiquinha Gonzaga - a primeira ‘chorona’, primeira pianista de choro - autora da primeira marcha carnavalesca com letra e também a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil.

Vinicius de Moraes que desde seus tempos da Faculdade de Direito no Catete passava pelas tabernas da Conde de Lages cruzando com a Taylor até desembocar no começo (ou final?) da Joaquim da Silva fez do Beco do Rato junto com Chiquinha Gonzaga, Aracy de Almeida, Sinhô, João Gilberto, entre tantos outros, a resistência cultural assim expressa. O samba resiste ali, mas a sensação de que o Beco já foi melhor ainda insiste.

(...)

Num painel na esquina do Bar do Ernesto são retratados os embaixadores natos como Madame Satã, Noel Rosa, João do Rio, Portinari, Villa Lobos, Rosinha, Di Cavalcanti e Manuel Bandeira. Que, assim como nós, eram também moradores e frequentadores<sup>14</sup>:



Figura 02: foto autoral do painel situado à esquina da Rua Joaquim Silva e Rua Morais e Silva, Lapa (RJ).

<sup>14</sup> Fragmento de um texto intitulado “Operação malandro ausente”, em que o autor aborda a questão da especulação imobiliária, influência direta de um turismo, disponível em <http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2014/01/14/operacao-malandro-ausente/>. Acesso em 18 de julho de 2018.

Manuel Bandeira também morou no nº 57 da Rua Morais e Vale durante vários anos. Era um lapeano quando se candidatou à Academia Brasileira de Letras<sup>15</sup>. Em frente à casa onde morou o poeta consta uma singela homenagem de sua própria autoria ao Beco do Rato, em que se diz “Que importa a paisagem, a Glória, a baía, a linha do horizonte? – O que vejo é o beco”:



Figura 03: foto de própria autoria da fachada do imóvel situado à Rua Morais e Vale, 57, Lapa (RJ).

Madame Satã foi outra figura também notória na região. “Era uma bicha, um veado, e não tinha problemas para se referir a si mesma dessa forma” (GREEN, 2003, p. 208). Nascida como João Francisco dos Santos em uma família humilde da cidade de Glória do Goitá (PE), reza a lenda que fugiu de sua cidade natal para o Rio de Janeiro depois de ter sido barganhada por água pela sua própria mãe. Na capital carioca, trabalhou numa pensão em regime de superexploração que a fez abandonar o trabalho e viver nas ruas pela Lapa. Passou a fazer serviços esporádicos na vizinhança, como carregar sacolas de mercado, e também como garçom em um bordel do bairro boêmio. Tempos depois conseguiu um trabalho num *show* da Praça Tiradentes, reduto conhecido àquela época por ser um local frequentado por pessoas não-heterossexuais<sup>16-17</sup>. Neste *show*, João Francisco performava como Madame Satã.

<sup>15</sup> Fragmento retirado de “Lapa: documento e saudade”, disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Tematico&PagFis=44493&Pesq=>. Acesso em 18 de julho de 2018.

<sup>16</sup> Por se tratar de fatos ocorridos entre os anos 20 e 30, deixo de adotar o acrônimo LGBTTTQIA+, posto que àquela época não se discutia a sexualidade tal qual hoje em dia.

<sup>17</sup> Neste sentido: “Nos anos 20 e 30, a topografia homoerótica do Rio de Janeiro estendia-se num semicírculo que começava na praça Floriano Peixoto e no Passeio Público, na Cinelândia, passando pelo bairro boêmio e operário da Lapa, até a praça Tiradentes. As duas pontas dessa longa área arqueada, a Cinelândia e o antigo Largo do Rossio, ofereciam ambientes públicos para interações homosociais e homossexuais. A Lapa, com as pensões, edifícios de aluguel, bordéis e quartos para alugar por hora, oferecia outros espaços para interações com maior

À época, também acabou se envolvendo numa briga com um guarda, sacou sua arma e deu fim na vida do sujeito, episódio este que deve ser contextualizado numa narrativa que revela o preconceito constante contra João Francisco:

Uma noite, depois do show, João Francisco, segundo sua narrativa deste momento de epifania, voltava para seu quarto na Lapa. Era tarde da noite, e ele decidiu comer alguma coisa no bar da esquina. Enquanto tomava uma cachaça e aguardava sua refeição, um policial do local entrou no bar. Ao notar João Francisco vestindo uma fina camisa de seda, calças elegantes e sandálias, o guarda noturno abordou-o agressivamente.

“Viado”, ele disse.

João Francisco ignorou a alcunha, então o homem repetiu:

“Nós já estamos no carnaval, viado?”

De novo, nenhuma resposta de João Francisco.

“Estamos ou não estamos no Carnaval, seu viado?”

João Francisco permaneceu em silêncio, e então o guarda aproximou-se dele e gritou:

“Viado vagabundo!”

“Vim do trabalho”, João Francisco finalmente respondeu.

O guarda-noturno retorquiu: “Só se foi do trabalho de dar a bunda ou de roubar os outros”. E o ofensor foi aumentando a provocação, chamando o outro para a briga.

João Francisco foi até seu quarto, próximo dali, e voltou com uma arma.

“O viado voltou?”, o policial desafiou.

“Sua mãe!”, gritou de volta João Francisco.

“Vai apanhar”, o guarda ameaçou.

“Tenta”, respondeu João Francisco.

“E vai dormir no Corpo de Segurança.”

“Com a sua mãe”, respondeu João Francisco.

---

privacidade, tanto heterossexuais quanto homossexuais. Os bares e cabarés da Lapa eram também lugares freqüentados por homens em busca de mulheres “faciles” para momentos de prazer, bem como por homens desejosos de sexo com outros homens. Funcionários públicos, jornalistas, profissionais da classe média, intelectuais boêmios e jovens de famílias tradicionais, amantes da aventura, misturavam-se livremente com escroques e ladrões de fim de semana, apostadores, cafetões, frescos e putas. Personalidades literárias do movimento modernista, artistas e estrelas em ascensão nos círculos intelectuais brasileiros – tais como Jorge Amado, Cândido Portinari, Sérgio Buarque de Holanda e Mário de Andrade – vinham aos bares e cabarés da Lapa para reunir-se com nomes importantes da música popular brasileira – Noel Rosa, Cartola, Nelson Cavaquinho, Chico Alves – e ouvir suas mais recentes composições.” (GREEN, 2003, p. 205 e 206)

Seguiu-se então a briga. João Francisco sacou sua arma e matou o policial. (GREEN, 2003, p. 210-211)<sup>18</sup>

A reprodução da narrativa acima é oportuna, pertinente e útil à tarefa de ilustrar a reação moral-conservadora em relação ao estereótipo social do homem negro (associado à acusação de que ele estaria roubando as pessoas pela rua), assim como do homem afeminado - hodiernamente denominada por homofobia - , o que abordo de forma mais apropriada mais à frente.<sup>19</sup> Após o episódio, João Francisco foi preso e, após dois anos, foi absolvido pelo Tribunal sob a justificativa de que teria agido em legítima defesa. Tal feito reverberou na sua imagem de malandro, aqui num sentido também estereotipado, o que abriu oportunidades de trabalho como uma espécie de segurança em bares.

No entanto, a associação com a figura do malandro não era tão óbvia assim, na medida em que, em termos de gênero, era um sujeito um tanto quanto andrógino. “A homossexualidade de Madame Satã fez dele uma figura intrigante, um bicho raro – ou talvez uma bicha rara – que desafiava os estereótipos e desestabilizava o que se acreditava ser o comportamento apropriado para os homossexuais brasileiros”. “Típica vanglória masculina, misturada com uma prática homossexual que solapava as noções de comportamento homossexual “apropriado”. (GREEN, 2003, p. 212-213)

Eles não se conformavam com a minha valentia, porque eu era homossexual conhecido. Achavam que não podiam perder para mim e por isso estavam sempre querendo me provocar e me bater. Por outro lado, os jornais davam muito mais destaque para as minhas façanhas, exatamente pelo mesmo motivo de eu ser homossexual. Mas o que devia fazer? Tornar-me um covarde só para satisfazer as pessoas deles? Deixar que fizessem comigo o que faziam com as outras bichas que viviam apanhando, e eram presas todas as semanas, só porque os policiais achavam que as bichas deviam apanhar e fazer a limpeza de todos os distritos? E de graça. Não, eu não podia me conformar com a situação vexatória que era aquela. Eu achava que ser bicha era uma coisa que não tinha nada demais. Eu era porque queria, mas não deixava de ser homem por causa disso. E me tornei bicha por livre vontade e não fui forçado pelos outros.” (PAEZZO *apud* GREEN, 2003, p. 212-213)

\*\*\*

Comecei minha vida sexual aos 13 anos, quando as mulheres da Lapa organizavam bacanais dos quais participavam homens, mulheres e bichas. Com essa idade de 13 anos eu fui convidado para alguns, e funcionei como homem e como bicha, e gostei mais de ser bicha, e por isso fui bicha.” (PAEZZO *apud* GREEN, 2003, p. 213)<sup>20</sup>

<sup>18</sup> O relato foi recriado pelo escritor Paezzo após algumas entrevistas realizadas com a própria Madame Satã, à ocasião em que estava escrevendo sua obra *Memórias de Madame Satã*, e reproduzido e adaptado por James N. Green no artigo em questão.

<sup>19</sup> Por ora, cumpre registrar que a articulação de diferentes nomenclaturas obedece à cronologia dos fatos, no sentido de que, àquela época as questões identitárias não eram tratadas da forma como operam hoje em dia. Logo, o termo homofobia ainda não havia sido cunhado, tampouco tinha a potência política atual.

<sup>20</sup> Trata-se de um depoimento dado pelo próprio João Francisco ao Paezzo, autor da obra *Memórias de Madame Satã*.

A narrativa autobiográfica de João Francisco denota uma posição política pessoal consciente dos marcadores sociais da diferença, sejam de classe social, raça e de gênero/sexualidade, a respeito dos quais tratarei mais adiante. A narrativa supra importa para dimensionar o empoderamento inerente à fala sobre si mesmo, e também é útil à comparação com a narrativa elaborada por um policial, à ocasião de um dos episódios em que Madame Satã foi presa por perturbar a ordem:

É um indivíduo de estatura modesta e aparenta gozar de boa saúde. É conhecidíssimo na jurisdição dessa DP, como sendo desordeiro, sendo frequentador costumeiro do Largo da Lapa e imediações. É pederasta passivo, usa as sobrancelhas raspadas e adota atitudes femininas alterando até a própria voz. Entretanto é um indivíduo perigosíssimo, pois não costuma respeitar nem as próprias autoridades policiais. Não tem religião alguma. Fuma, joga e é dado ao vício da embriaguez. A sua instrução é rudimentar. É solteiro e não tem prole. É visto sempre entre pederastas, prostitutas e outras pessoas do mais baixo nível social. (CABRAL *apud* GREEN, 2003, p. 216)

A comparação entre as duas narrativas revela como os marcadores sociais da diferença são articulados individualmente e/ou em conjunto a depender da imbricação das relações de poder, e que se manifestam principalmente sob a forma de estereótipos, por isso mesmo a-históricos, generalizantes e estigmatizantes, denotando a complexidade do mundo compreendido nas experiências sociais: enquanto João Francisco fala de si num discurso em que se depreende certa autonomia e liberdade, o policial, por sua vez, esboça a sua imagem situada de maneira diametralmente oposta, convergente à figura marginalizada e subalternizada, principalmente quando associada às suas passagens criminais: 27 anos e 8 meses de prisão; 13 agressões; 4 resistências a prisão; 2 recepções de furtos; 2 furtos; 1 ultraje público ao pudor; 1 porte de arma<sup>21</sup>.

Em suma, João Francisco, transformista como Madame Satã, foi uma figura presente na história da Rua Moraes e Vale, cuja memória é tutelada de forma lisonjeira na tessitura de vida da região, a ver por sua representação central no painel ainda presente nos dias atuais no logradouro, em que pese o histórico recortado por atravessamentos de poder e situações de opressão. O referido painel, em que constam Madame Satã, Noel Rosa, João do Rio, Portinari, Villa Lobos, Rosinha, Di Cavalcanti e Manuel Bandeira é ilustrativo de como os múltiplos espaços sociais em que os sujeitos se fazem no mundo são fontes de subjetivação, bem como resultado da produção de sentidos subjetivos. “O ser que constitui e é constituído no mundo a todo instante sofre influência dos espaços em que está imerso e o influencia” (ROCHA, 2014, p. 52).

---

<sup>21</sup> As informações a respeito das passagens criminais foram colhidas de “O Pasquim e Madame Satã, a “rainha” negra da boemia brasileira”, de autoria de James Green.



A trajetória de João Francisco enquanto transformista incutiu na região da Glória elementos da ordem de gênero/sexualidade que foram e são revisitados pela constante presença de travestis e transexuais até os dias atuais, cuja dinâmica também se relaciona com a expansão da cidade. Para os fins desta pesquisa, faço uma associação com o apogeu da Lapa, entre os anos 20 e 30, seguido de sua decadência com o desenvolvimento de Copacabana. Este fenômeno denota uma dinâmica em que a segregação urbana delinea os contornos da cidade, bem como a circulação dos cidadãos, numa ordem em que carrega em si manifestações ideológicas, comumente caracterizadas pelos pensamentos derivados e difundidos pela classe dominante. O estereótipo recaído sobre o corpo de Madame Satã é ilustrativo do que estou tratando, o que se comprova pelo estigma constituinte da abjeção associada aos corpos travestis e transexuais, e que, por estarem presentes na biografia do bairro da Glória há tanto tempo, fez com que se constituísse a imagem pejorativa da região. O elemento da negatividade é endossado pela boca de fumo presente no endereço, que funciona sob a fachada de um hotel, situado ao lado de um estacionamento.

Há, como se vê, narrativas de ordem subjetivas variadas costuradas na biografia da região central, na interseção dos bairros da Glória e Lapa, marcadamente pela presença de corpos dissidentes, reconhecidos coletivamente por meio de estereótipos, os quais, por sua vez, “negam a historicidade e a processualidade que os constituem” (ROCHA, 2014, p. 60). A convivência plural, é, porém, desarmoniosa, na medida em que se misturam classes sociais diferentes e culturas distintas, subjacentes aos efeitos do estereótipo<sup>22</sup>, ainda que este diagnóstico não seja consciente, posto que estamos tratando de produção de sentidos subjetivos<sup>23</sup>.

Por sua vez, o histórico em discussão, em que se mescla a narrativa de Madame Satã com Manuel Bandeira, ganha novos contornos hoje em dia. Há uma crescente especulação imobiliária potencializada pelo discurso em voga em defesa da famigerada “revitalização” de espaços potencialmente turísticos, e que, em sua origem, apresenta traços genuinamente populares.

---

<sup>22</sup> Os estereótipos que recaem sobre o corpo do homem negro, afeminado, trans, sob julgamentos do tipo “toda travesti é violenta”, “todo viado é escandaloso”, “todo negro pobre é bandido” são abstrações generalizantes que geram estigmas incutidos de forma dominante por imposição de uma ideologia. Como explica Rocha (2014, p. 610), o estereótipo não é aberto ao diferente, ao aprendizado, à mudança, ao acontecimento, à ruptura que são necessários à linguagem. É uma abstração que existe fechada em si, distante da experiência, que tenta impedir toda travessia. É o isolamento no anonimato da tipificação.

<sup>23</sup> “Sentido subjetivo” é uma categoria cunhada por Rey (2003) para se referir à produção de sentidos. Pretende-se mais ampla do que a subjetividade, tradicionalmente pensada como uma entidade em si, pertencente ao indivíduo visto como essencialidade, possuidor de uma mente da qual emana a razão. Por sua vez, a categoria de “sentido subjetivo” supera a oposição entre o individual e o social, pois ambos são momentos distintos de um mesmo processo (ROCHA, 2014, p. 50)

Esse contexto se intensifica ao considerar a localização geográfica privilegiada do logradouro na cidade do Rio de Janeiro: ao analisar a área de entorno ampliada, tendo como epicentro a Casa Nem, em um raio de até 1.500 m (o que equivale a cerca de 20 minutos de caminhada em ritmo médio), é possível acessar uma diversidade imensa de atrativos (antigos e contemporâneos) e funções urbanas: proximidade com elementos de forte representatividade simbólica no contexto da cidade, e de grande capacidade comunicação externa (nacional e internacional), tais como os Arcos da Lapa, Theatro Municipal do Rio de Janeiro, estação de desembarque do bonde de Santa Teresa, Escadaria Selaron, Museu de Arte Moderna e Parque do Flamengo; estabelecimentos marcantes da vida noturna da cidade situados na Lapa, Praça Tiradentes e arredores, tais como Circo Voador, Fundação Progresso e outras casas noturnas (desde modernas, como Carioca da Gema, às mais antigas e representativas, como a Gafieira Estudantina), e centenas de bares e restaurantes. É também próximo do polo cultural da cidade, tais como o Museu de Belas Artes, Biblioteca Nacional, Caixa Cultural, Centro Cultural da Justiça Federal, Palácio Capanema, Teatro Municipal, Sala Cecília Meireles, Clube Democráticos, Parque do Flamengo, Praça dos Arcos, Praça Paris, Passeio Público. Por conta desta localização estratégica, a região permite uma gama de mobilidade, que contempla uma farta rede de transporte público (em diversidade e abrangência territorial), dotando a área de facilidade de acesso, por meio de metrô, ônibus e mais recentemente, o VLT (veículo leve sobre trilhos):

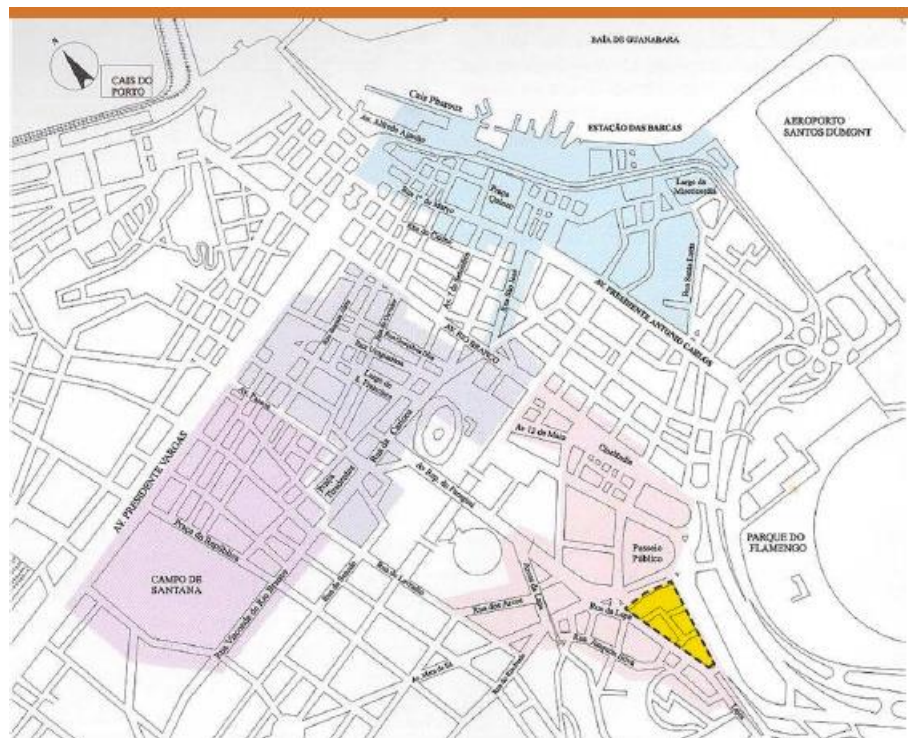


Figura 04: mapa geográfico ilustrativo da região, com destaque em amarelo do imóvel onde se situa a Casa Nem.

A partir desta contextualização geopolítica, ressalto a tentativa recorrente de emplacar a famigerada revitalização do logradouro, valendo-se do discurso em prol de uma arte, a exemplo da “Ocupação Morais e Vale”, “evento que pretende transformar os sobrados históricos da Rua Morais e Vale em ateliês de arte”. Veja a divulgação do evento, a título ilustrativo do que estou sugerindo:

#### INFORMATIVO | Ocupação Cultural Morais e Vale - Lapa RIO

A rua onde morou luminares como Chiquinha Gonzaga, Manuel Bandeira e o polêmico Madame Satã, a Rua Morais e Vale, no bairro boêmio da Lapa, no Rio, receberá uma Galeria de Artes pelas mãos do produtor de artes visuais Paulo Branquinho, que comemora 50 anos de idade de profissão.

O produtor está promovendo uma verdadeira ocupação artística na Lapa - a "Ocupação Cultural Morais e Vale". Serão cerca de nove casas, algumas em ruínas, que abrigarão exposições com mais de 100 artistas, entre eles Luiz Aquila, John Nicholson, Custódio Coimbra, Marco Terranova, Renata Richard, Pérola Maia Bonfanti. Serão amostras coletivas de pinturas, esculturas, gravuras, desenhos e fotografias.

O espaço da nova galeria possui 80 metros quadrados e está situado em uma charmosa casa de fachada de pedra construída em 1778. Na mostra de abertura, Gonçalo Ivo, Jeannette Priolli, John Nicholson, Luiz Aquila e Ronaldo Do Rego Macedo apresentarão trabalhos tendo como tema o abstrato e o geométrico.

A inauguração será no dia 20 de fevereiro e contará com o evento paralelo "Ocupação Cultural Morais e Vale" que ocupará a rua inteira e seguirá até o dia 28, com pinturas de painéis nos muros e instalação de esculturas de grande porte nas calçadas ou penduradas nas fachadas, varal de gravuras e performances.

Três das casas, duas em ruínas e uma em processo de restauro, serão ocupadas por artistas que produzirão obras interativas com a arquitetura local. Entre eles, Ângelo Milani, Pérola Maia Bonfanti, Renata Richard, Roberto Chagas e o colombiano Jorge Rodriguez Aguilar.

Com apoio dos moradores e empresários da rua, que cederam suas casas e abraçaram a ideia, este evento passa a ser o primeiro projeto cultural que leva o selo da recém-criada AMEBECO (Associação de Moradores e Empresários da Rua Morais e Vale, Baixo Joaquim Silva, Beco dos Carmelitas e Marquês Rebelo), na qual Branquinho responde como Diretor Cultural.

Esta iniciativa vem tomando grandes proporções, integrando os vizinhos, a classe artística e a Prefeitura, se tornando também um convite aos cariocas e visitantes, para conhecerem a rua e seu belo casario. Pretendemos fazer da Ocupação Cultural Morais e Vale o primeiro projeto de uma série a serem oferecidos pela AMEBECO, explica Branquinho.

#### SERVIÇO

Ocupação da Rua Moraes e Vale.

Abertura – Sábado 20 de fevereiro, das 11h às 21h.

Período das exposições na rua e nas casas – de 20 a 28 de fevereiro

Horário de visitação: segunda a sexta, das 15h às 20h. Sábados, das 11 às 21h; Dom., das 11h às 20h.

Galeria de Arte Paulo Branquinho

Abertura – Sábado 20 de fevereiro, das 11h às 21h.

Período de exposição– 20 de fevereiro a 18 de março  
 Horário de visitação: segunda a sexta, das 15h às 20h. Sábados (20/02 e 27/02), das 11 às 21h; Dom. (21/02 e 29/02), das 11h às 20h.  
 Entrada gratuita

#### PROGRAMAÇÃO COMPLETA

– Casa 8 | (Paulo Branquinho Galeria de Arte) – Pinturas de Gonçalo Ivo, Jeannette Priolli, John Nicholson, Luiz Aquila e Ronaldo do Rego Macedo.

– Casa 5 | Varal de Gravuras (Curadoria Marcelo Oliveira)

Artistas Varal Beco do Rato – Bárbara Sotério, Bruno Awfull Matos, Carolina Passaroni, Clara Machado, Cláudia Tolentino, Floriano Duarte, Gian Shimada, Giselda Bittencourt, Guilherme Memi, João Moura, Marcelo Oliveira, Márcio Goldzwig, Natali Tbenchlak, Sergio Sall, Soda AW e Thiago Modesto.

– Casa 10 | 2º Piso - Poesias Visuais / Tchello D'Barros; 3º Piso - O Corpo

José Arnulfo, Luiz Rocha, Marcelo Fonseca, Marcelo Papy, Roberto Torterolli,

Casa 10 da Joaquim Silva

DIÁLOGOS – Arte brasileira popular, contemporânea e do inconsciente (curadoria Clarisse Tarran)

Uma mostra que provoca um diálogo entre três instâncias da arte brasileira: os entrelaçamentos estéticos e conceituais entre a arte popular com suas raízes e memórias, a arte do inconsciente com sua profundidade e mitos e a arte contemporânea que tem o Brasil como referência, em suas apropriações e provocações.

Casa 12 | Intervenções, com Ângelo Milani, Jorge Rodrigues Aguilar, Renata Richard e Roberto Chagas

– Casa 15 | (Centro Cultural Othelo) Térreo – Fotografias (Custódio Coimbra, Eduardo Mariz, Rosane Barata, Frederico Dalton, Loló Bonfanti, Marco Terranova, Miguel Pinheiro e Peninha); Painel de Martine Brillard; 2º Piso João Batista Medeiros, Paulo Villela e Denise Torbes; 3º Piso Catiúscia Dotto; 4º Piso Edneuz Bezerril, Marcelo Oliveira, Marilou Winograd, Roberto Tavares, Jorge Grisi.

– Casa 19 | Painel interativo

– Casa 28 | Marcelo Caldas, Paulo Jorge Gonçalves

– Casa 31 | Ana Durães, Araken Hipólito, Clarisse Tarran, Cris Cabus, Deneir, Edneuz Bezerril, Gianguido Bonfanti, Jung Wladimyr, Mercedes Lachmann, Moema Branquinho, Renato Santana, Robson Macedo, Yuli Geszt.

– Na Rua

. Esculturas de Claudio Aun e José Petrônio Farias

. Painéis de Marcelo Gemmal, Marcelo Ment e Smael Vagner

. Varal de Gravuras (curadoria Marcelo Oliveira)

. Desenho de modelo vivo.

. Performances Circenses

Fonte: Sopa Cultural (por Claudio Aun e Marçal Athayde) e Glamurama (por Michelle Licory)

Foto: AMEBECO (Associação de Moradores e Empresários da Rua Morais e Vale, Baixo Joaquim Silva, Beco dos Carmelitas e Marquês Rebelo)<sup>24</sup>

A descrição do evento é útil para se ter dimensão da tentativa de revitalização associada às iniciativas que não contemplam as moradoras do logradouro, majoritariamente de classe popular, tampouco se presta a salvaguardar a narrativa de protagonismo trans forjada ao longo da história da região, como tentei demonstrar. A despeito desta tensão de ordem subjetiva, a iniciativa emplacou, tendo em vista o crescente número de ateliês de arte que vem se instalando no endereço, e que passaram a funcionar aos domingos, tendo em vista a movimentação provocada pela tradicional feira de rua. O suposto sucesso da iniciativa também pode ser interpretado como uma vitória ideológica, amparada na constante reafirmação de estereótipos, que, na prática, tem contribuído ao apagamento gradativo das subjetividades trans presentes no bairro desde muito tempo.

As consequências políticas do processo de estereotipação social é a imposição de uma realidade reificada como único caminho, algo fortemente presente na forma de subjetivação da sociedade moderna contemporânea. Os sentidos subjetivos daí decorrentes reafirmam “universos simbólicos” que legitimam a realidade social naturalizada – subjetivação social que sujeitará os indivíduos à narrativa dominante. (ROCHA, 2014, p. 61-62)

Assim, de uma maneira geral, é possível afirmar que a Rua Morais e Vale, cujo marco é a sequência de casarões, alguns em estado de má conservação, tem sido ocupada por ateliês de arte que convivem de forma conflituosa com a moradia e o trânsito de pessoas que não são o público-alvo de seus produtos. Há uma relação contrastante bastante nítida, principalmente ao considerar a movimentação causada pela boca de fumo, situada na extremidade oposta da mesma rua. O evento em destaque também se mostra útil para a contextualização geográfica, numa perspectiva que considera a participação ativa do ser humano na dinâmica em torno da produção social do espaço em que impera uma disputa de forças ideológicas.

Regimes políticos, paradigmas e espaços sociais são subjetivamente produzidos; assim sendo, são indissociáveis de políticas de subjetivação<sup>25</sup>. Dentro desse processo de construção subjetiva do real, é possível dizer que há aquelas representações dominantes do sistema do real, mas que nunca são exclusivas. Sempre existem outros universos simbólicos, construções discursivas, políticas de subjetivação e sentidos

<sup>24</sup> Texto extraído da divulgação do evento, disponível em <https://www.facebook.com/fotografiaturilhosantiago/posts/a-rua-morais-e-vale/1591475721127557/>, e também veiculado em <http://www.maiorviagem.net/ocupacao-cultural-morais-e-vale-lapa/>, <http://lulacerda.ig.com.br/galeria-de-arte-abre-na-rua-onde-morou-madame-sata/>, e na Veja Rio, <https://vejario.abril.com.br/atracao/arte-na-lapa/>. Acesso em 18 de julho de 2018.

<sup>25</sup> Política de subjetivação é uma categoria utilizada por Rocha (2014) que diz respeito às formas de estímulo à produção de subjetividade, isto é, produção de sentidos subjetivos.

subjetivos submetidos, e em conflito com a perspectiva dominante. (ROCHA, 2014, p. 62)

Rocha (2014) traduz as produções intersubjetivas como a interrelação entre o indivíduo e o social, mas também reitera que devemos considera-los em sua singularidade, pois em todo sentido subjetivo há uma dimensão compartilhável, que reafirma o tecido social, e outra de ruptura. Com isso, antecipo minha pretensão com este trabalho: debruçar sobre a subjetividade, integrando indivíduo e sociedade, compreendendo como continuidade e interrupção caminham juntas. Até aqui já se sobressaem dois elementos cruciais ao desenvolvimento desta dissertação: corpo e cidade, ou, numa tentativa de já relacioná-los, corpo na cidade, e (por que não?), cidade no corpo.

## **1.2 Do sujeito-pesquisador ao sujeito-em-pesquisa**

### **1.2.1 Da narrativa em primeira pessoa: o corpo do sujeito-pesquisador**

Antes de dar continuidade à narrativa esmiuçando as particularidades do campo, faço uma pausa antecipando uma observação de cunho metodológico evidente desde já: escrevo em primeira pessoa, pois a discussão a ser travada nesta dissertação decorre de uma observação de campo feita por um sujeito determinado e corporificado – eu. Então, quaisquer notas, observações, registros, comentários, não poderiam se pretender objetivos, impessoais, muito menos distorcidos sob a forma de uma aparente objetividade universal.

Parto da premissa de que os fatos não existem como uma realidade em si; são produtos sociais, pois não há oposição entre dados e interpretação (RORTY *apud* ROCHA, 2014, p. 19). Ou seja, há várias possibilidades de se enxergar, entender e explicar um fato, uma vez que requer a mediação pelo ser humano, aqui entendido como um corpo atravessado por marcadores sociais da diferença, tais como raça, gênero e classe social<sup>26</sup>. Mencionar os marcadores é fundamental, na medida em que a narrativa exposta na presente dissertação decorre de uma observação de campo construída da experiência entre mim e os sujeitos em pesquisa<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Desenvolverei melhor este argumento mais à frente. Por ora, é o suficiente ter em mente a ideia de que “fatos não são o que apreendemos em nossa experiência sensorial, mas resultado de teorias em termos das quais é organizada nossa apreensão das coisas”, em que se insere a intersubjetividade, sendo, por isso, oportuna e válida a referência aos marcadores sociais da diferença.

<sup>27</sup> Deixo de adotar o termo “objeto de pesquisa” em razão de se tratar de um campo protagonizado por pessoas determinadas, e que são atravessadas cotidianamente por poderes que evidenciam os marcadores sociais da diferença. Ademais, o termo “objeto” denota uma certa inação, o que não condiz com a realidade. Também ciente da discussão em torno do lugar de fala, reconheço e tentarei, na medida do possível, dar destaque às falas dos sujeitos-pesquisados na condução da narrativa. Assim, numa tentativa de conclusão, diria que objetos de pesquisa não falam; sujeitos de pesquisa, sim.

Uma das formas de dimensionar esta experiência é aquela que considera o sujeito *corpóreo*, isto é, um sujeito de unidade vital repleta de possibilidades. A capacidade de estar socialmente no mundo atribui à matéria a ideia de corpo, a significância como corpo, e os corpos não são os mesmos porque são socialmente significados. Rocha (2014, p. 59-61) explica que o significado social conferido a um corpo advém dos chamados papéis sociais, cujo principal efeito é a constituição de sentidos subjetivos que impactam as atitudes e a autocompreensão de todos os indivíduos. Ou seja, ao desempenhar um determinado papel constituído socialmente, o indivíduo participa do mundo social, ao mesmo tempo em que este mundo é interiorizado, tornando subjetivamente real para este indivíduo. Por sua vez, ao assumir determinado papel, o indivíduo objetiva-se em uma figura socialmente reconhecida, o que controlará suas condutas e influenciará os sentidos subjetivos produzidos por ele. Deste processo resulta a criação dos estereótipos, gerando estigmas sociais<sup>28</sup>.

Desta abordagem destaco o *corpo*, que confere um domínio prático ao sujeito, dando expressão e forma à *subjetividade*, compreendendo a unidade da diferença entre o sensível e o inteligível. Nesses termos, o sujeito estaria muito mais para um ser encarnado em um corpo que se evidencia nos atos e nas realizações vitais de sua cotidianidade (no ato de ver, de falar, de sentir, de pensar, de gozar) do que em um ego cogito interiorizado em um corpo fisiológico. (LIMA, 2014, p. 93). Considero, então, o *corpo* como um dos únicos meios concretos de conciliar ideia e prática, tendo em vista que toda prática humana implica em primeiro lugar uma ação do sujeito sobre seu corpo; que é, para os fins propostos, um modo de ser prático do sujeito inserido em um domínio relacional segundo seu modo específico de ser objeto. Assim, a relação com o outro se expressa como *outridade*, e também como *corporeidade*:

Apreendo o outro enquanto um “outro-eu”, assim como este reconhece a si próprio como um eu enquanto é outro para outrem, em tudo interferindo o modo, a um só tempo, distinto e comum como percebemos as coisas em derredor. (...) E uma vez que a tríade eu-outro-objeto é irredutível a qualquer uma das partes, tem-se caracterizada uma terceira dimensão ontológica do corpo contrastada ao em-si (objeto ou coisa) e ao para-si (sujeito), a saber, a do “ser-para-outro. (LIMA, 2014, p. 99)

(...)

Na intersubjetividade, está implicada a existência e a perspectiva do outro como complemento de minha própria situação histórico-geográfica. Assim, a subjetividade é forçosamente intersubjetividade, porquanto o sujeito da experiência perceptiva não tem uma existência independente dos outros sujeitos. E, uma vez que esta

---

<sup>28</sup> O estereótipo é a-histórico, é generalizante e gerador de estigmas. Nega a relação pensamento e linguagem, retirando o oxigênio que a alimenta, pois não se conecta à complexidade do sistema do real. Não é aberto ao diferente, ao aprendizado, à mudança, ao acontecimento, à ruptura que são necessários à linguagem. É uma abstração que existe fechada em si, distante da experiência, que tenta impedir toda travessia. É o isolamento no anonimato da tipificação. (ROCHA, 2014, P. 61)

interdependência perceptiva se expressa em termos de corporeidade, a intersubjetividade é, por sua vez, forçosamente “intercorporeidade”, já que se não fosse remetida à corporeidade, permaneceria limitada a um plano cognoscente transcendental. (LIMA, 2014, p. 100)

Isto é, o corpo é um traço ontológico de natureza sensível, uma matriz de inteligibilidade do mundo, que, ao mesmo tempo, não é capaz de exaurir toda a experiência perceptiva, posto que a coisa e o mundo percebido transcendem todas as perspectivas, já que essa apreensão é sempre inacabada<sup>29</sup>.

A partir do corpo como matriz de inteligibilidade do mundo, como o elemento sobre o qual recaem os estereótipos, ainda que de maneira parcial, passo a me descrever: sou homem, cisgênero, 28 anos, de etnia parda, de orientação sexual *gay*, *viado* (afeminado). Descrevo-me nestes termos tendo em vista características corpóreas, as quais, em certa medida, confluem à produção de estigmas, relacionados aos papéis sociais frutos de uma narrativa ideológica dominante. Dessa maneira, apropriado do insulto *viado*, pronunciado pelos sujeitos heterossexuais para marcar os gays afeminados como “abjetos”, transformando-o numa autodenominação contestadora e produtiva de um grupo de “corpos abjetos” que, pela primeira vez, amparado pela *performatividade queer*<sup>30</sup>, tomam a palavra e reclamam sua própria identidade. O mesmo ocorre com o vocábulo *travesti* e *sapatão*, este referente às lésbicas.

Tendo em vista os elementos enunciativos do meu próprio corpo, tratarei adiante da fragilidade inerente aos papéis sociais, relacionando-os também com os corpos trans, de modo a encontrar um ponto em comum: o que nos afeta, tanto positiva quanto negativamente, ambas contextualizadas em relações de poder, das quais deriva primordialmente a *cis-heteronormatividade*. Como problematizar essa hipótese?

A noção de virilidade requer a *heteronormatividade* como premissa, entendida como um conjunto de instituições tanto linguísticas como médicas ou domésticas que produzem constantemente corpos-homem e corpos-mulher, e que pode ser caracterizada como uma máquina de produção ontológica que funciona mediante a invocação performativa do sujeito como corpo sexuado. (PRECIADO, 2014, p. 28). Com isso em vista, podemos trabalhar com a noção de *viriarcado*, conceituada resumidamente como a hegemonia constituída sobre a

<sup>29</sup> Este é um tema que instaura um debate instigante e que demandaria um maior espaço ao desenvolvimento da ideia. Considerando que tal observação, ao menos por ora, fugiria do cerne da narrativa, opto por concluir vagamente este raciocínio com a seguinte citação: “um sujeito em si mesmo é incapaz de esgotar as potencialidades objetivas de um objeto, pois a percepção somente dá conta de determinados aspectos parciais das coisas, de alguns poucos conteúdos, enquanto estes detêm prioridades das quais sequer pode-se suspeitar sob dada experiência ou conjuntura”. (LIMA, 2014, p. 105)

<sup>30</sup> Preciado (2004, p. 28) explica a performatividade queer como uma força política da citação descontextualizada de um insulto homofóbico e da inversão das posições de enunciação hegemônicas que este provoca.



virilidade, isto é, entendido como o poder dos homens (vir), sejam eles pais ou não, sejam as sociedades patrilineares ou matrilineares (WELZER-LANG, 2004). Ou seja, para ser homem é preciso que a virilidade se expresse constantemente nas relações com o outro<sup>31</sup>.

Assim, entre os homens, o feminino se torna o polo antagônico central, o inimigo interior que deve ser combatido, e isso mostra o papel central da *homofobia*, compreendida como uma forma de controle social que se exerce entre os homens (e mulheres), e isso desde os primeiros passos da educação masculina (e feminina). Para ser valorizado, o homem precisa ser viril, mostrar-se superior, forte, competitivo, senão é tratado como os fracos e como as mulheres, e assimilado aos homossexuais. *Homofobia* e dominação das mulheres são as duas faces de uma mesma moeda. *Homofobia* e *viriarcado* constroem entre as mulheres e entre os homens as relações hierarquizadas de gênero. A *homofobia* é o produto, no grupo dos homens, do paradigma naturalista da superioridade masculina que deve se exprimir na virilidade (WELZER-LANG, 2004, p. 118).

É a expectativa de uma virilidade em torno do corpo do homem que fundamenta o *heterossexismo*, discriminação e opressão baseadas em uma distinção feita a propósito da orientação sexual, bem como de toda forma assumida de sexualidade (aqui se inclui o gênero) que se distingue da *heterossexualidade autorreferenciada* como modelo único; isto é, compulsório<sup>32</sup>. A ideia de uma *heterossexualidade compulsória* está introjetada na psique humana através da construção do “sujeito” masculino, decorrente da lei que proíbe o incesto e

---

<sup>31</sup> A utilização do conceito de *viriarcado* busca se distanciar do tema popular do *patriarcado*, reavivado por Christine Delphy, em 1970, quando ela explica a dupla opressão das mulheres (capitalismo + exploração patriarcal da produção doméstica não remunerada, no contexto do contrato de casamento que representa também um contrato de trabalho para as mulheres). O sucesso do conceito de *patriarcado*, amplamente adotado pelos movimentos sociais, fez com que ele se tornasse um tema mal definido que não leva muito em conta as mudanças na relação entre homens e mulheres. (WELZER-LANG, 2009)

A mal definição do que seria o patriarcado também advém de uma abordagem que o retrata de maneira universal, sem dar conta das particularidades com que esta universalidade se manifesta em cada sujeito. Isto porque características pensadas como femininas ou masculinas que se expressam, contextualmente, em espaços, atividades e corporalidades não recobrem inteiramente masculinidades, feminilidades, homens, mulheres nem as modalidades da pessoa por eles e elas acionados (PISCITELLI, 2004). Na medida em que há diferentes culturas e, naturalmente, diferentes corpos, a noção de um patriarcado universal fracassa na tentativa de explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais em que ela existe (BUTLER, 2017 [1990]).

<sup>32</sup> A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. (BUTLER, 2017 [1993], p. 44)

(...)

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regular o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual. (BUTLER, 2017 [1993], p. 53)

impõe um deslocamento infinito do desejo *heterossexualizante*<sup>33</sup>.

Considerando, então, que *sexualidade e poder* são *coextensivos*, na medida em que culturalmente nos foi imposta uma sexualidade dependente da lei<sup>34</sup> - e não uma sexualidade livre, subversiva e emancipatória -, a presente conjuntura revela um modelo político de gestão dos corpos e dos desejos, de modo que os homens que querem viver sexualidades não-*heterocentradas* são estigmatizados como não sendo homens normais, suspeitos de ser “passivos” e ameaçados de ser assimilados e tratados como mulheres.

Na verdade, o duplo paradigma naturalista que, por um lado, define a superioridade masculina em relação às mulheres e, por outro lado, rege o que deve ser a sexualidade masculina, resulta na produção de uma norma política *andro-heterocentrada e homófoba* que nos diz o que deve ser o homem de verdade, o homem normal. Este, homem viril no modo de se apresentar e em suas práticas – portanto não efeminado -, ativo, dominante, pode aspirar aos privilégios de gênero. Os outros, os que se distinguem por uma razão ou outra, por causa de sua aparência ou de seus gostos sexuais “pelos” homens, representam uma forma de insubmissão ao gênero, à opinião de sexo, e são simbolicamente excluídos do grupo dos homens por pertencer aos “outros”, o grupo dos dominados/as, formado pelas mulheres, pelas crianças e por todas as pessoas que não são os homens normais. (WELZER-LANG, 2004, p 120-121)

Valendo-me, então, da relação proposta homem viril *versus* outros, eu, sob o estigma *viado*, sou alocado na segunda hipótese (outros), assim como as travestis e transexuais do bairro da Glória, bem como as moradoras da Casa Nem, porém não de forma paritária, evidentemente. Pois esta disparidade advém do próprio gênero enquanto marcador social da diferença: embora *viado*, sou um homem *cisgênero*, isto é, sou conformado com o gênero masculino e o meu sexo biológico, o que não acontece com as travestis e transexuais<sup>35</sup>. Esta distinção é de suma

---

<sup>33</sup> Nesse sentido, Butler (2017 [1993], p. 61) explica que o feminino nunca é uma marca do sujeito; o feminino não pode ser o “atributo” de um gênero. Ao invés disso, o feminino é a significação da falta, significada pelo Simbólico, um conjunto de regras linguísticas diferenciais que efetivamente cria a diferença sexual. A posição linguística masculina passa pela individuação e heterossexualização exigidas pelas proibições fundadoras da lei Simbólica, a lei do Pai. O incesto, que separa o filho da mãe e, portanto, instala a relação de parentesco entre eles, é uma lei decretada “em nome do Pai”. Semelhantemente, a lei que proíbe o desejo da menina tanto por sua mãe como por seu pai exige que ela assuma o emblema da maternidade e perpetue as regras de parentesco. Ambas as posições, masculina e feminina, são assim instituídas por meio de leis proibitivas que produzem gêneros culturalmente inteligíveis, mas somente mediante a produção de uma sexualidade inconsciente, que ressurgue no domínio do imaginário.

<sup>34</sup> Aqui eu desenvolvo melhor o argumento: “Se a sexualidade é construída culturalmente no interior das relações de poder existentes, então a postulação de uma sexualidade normativa que esteja “antes”, “fora” ou “além” do poder constitui uma impossibilidade cultural e um sonho politicamente impraticável, que adia a tarefa concreta e contemporânea de repensar as possibilidades subversivas da sexualidade e da identidade nos próprios termos do poder”. (BUTLER, 2017 [1993], p. 65)

<sup>35</sup> De forma complementar, enfatizo uma observação acerca da cisgeneridade: “o termo cisgeneridade foi introduzido por ativistas transfeministas como um neologismo no sentido de atribuir um nome às matrizes normativas e ideais regulatórios relativos às designações compulsórias das identidades de gênero. Nesse sentido,

importância, pois reverbera em estigmas e estereótipos sociais distintos, com implicações em termos de privilégios sociais que, no limite, são determinantes ao grau de humanização reconhecido ao meu corpo, em sentido contrário aos corpos travestis e transexuais, relacionando-se intimamente aos riscos de vida<sup>36</sup>.

Compreender a *performatividade* na sexualidade, isto é, compreender o mundo presumido dos significados sexuais, é tarefa de fácil observação, literalmente: basta ver o “estranho”, a “exceção”, e aqui sugiro a travesti como exemplo. A travesti é um corpo que, por ser conscientemente desnaturalizado, revela o modo de constituição de uma aparente naturalidade. Todos os pressupostos sexuais inscritos culturalmente, e aqui me refiro à *binaridade de sexo e gênero*, são perturbados pelo corpo da travesti, posto que não é homem, e nem mulher. Ou seja, o corpo da travesti é, por si, uma subversão à convenção cultural vigente no que diz respeito ao sexo e gênero. E, por (re)existir no mundo, acaba revelando a teoria da *performatividade* do sexo e gênero, solapando qualquer discurso em defesa do que seria “natural”.

Quando a desorganização e desagregação do campo dos corpos rompe a ficção reguladora da coerência heterossexual, parece que o modelo expressivo perde sua força descritiva. O ideal regulador é então denunciado como norma e ficção que se disfarça de lei do desenvolvimento a regular o campo sexual que se propõe descrever. (BUTLER, 2017 [1993], p. 234)

(...)

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. (...) Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora. (BUTLER, 2017 [1993], p. 235)

O sistema sexo/gênero é, portanto, um sistema de escritura, haja vista que o corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e

---

nomeia-se, conseqüentemente, experiências de identificação de pessoas, ao longo de suas vidas, com o sexo/gênero que lhes foi designado e registrado no momento do nascimento (atribuição marcada pelos saberes médico e jurídico). Com a afirmação desse conceito de cisgeneridade, afirma-se também um nome do suposto lugar de “identidade de gênero normal”, a partir do qual a transexualidade foi construída como desvio e patologia. Pensar, como propõem as transfeministas, a cisgeneridade como ideal regulatório das normas sociais mostra-nos as diferentes formas com que lidamos e produzimos discursos sobre os marcadores de sexo-gênero-desejo na sociedade e, conseqüentemente, como operam os processos de criminalização e patologização de experiências divergentes de tais normativas.” (MATTOS; CIDADE; 2016, p. 133-134)

<sup>36</sup> A violência resultante de LGBTTTQIA+ fobia é uma realidade incontestável, a ver pelas próprias estatísticas, cujos dados exponho adiante no subcapítulo “1.2.3 A gestão dos corpos dissidentes: a *vida matável* das pessoas LGBTTTQIA+ e a *crise sistêmica do cuidado*”.

outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A *(hetero)sexualidade*, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais. (PRECIADO, 2014, p. 26)

A *heteronormatividade*, então, decorre de uma problemática das relações sociais entre os sexos que reifica e (re)naturaliza o gênero criando dois grupos distintos, percebidos como socialmente homogêneos e antagônicos (ou complementares, o que vem a dar no mesmo). Estes estereótipos não são inócuos, produzem seus efeitos e até performances: a performance do estereótipo é o *negacionismo* (GRAPPE-NAHOUM, 2004), contra a qual há certas *agências* em espaços deixados por essas sobredeterminações sociais (estigmas sociais), bastando que se conheça os mecanismos da norma para mover-se em seus interstícios. Assim, há que se ter em vista que em cada sociedade o sistema sexo/gênero será diferente, pelo que a mulher como conceito não existe; o que existe são mulheres e homens em plural.

A *heteronormatividade*, portanto, configura-se como elemento fundante às avessas do afeto estabelecido entre mim e os sujeitos em pesquisa, eis que se manifesta sob a forma de opressão em comum, ainda que compartilhada díspar. O corpo reaparece aqui não só como a personificação dos stigmas sociais, mas também sob uma perspectiva emocional e simbólica, ambos entranhados no sentido subjetivo.

A produção de sentidos tem uma forte influência do social, uma vez que é indissociável da estrutura intersubjetiva da linguagem, mas também é individual, pois está unida às biografias particularizadas. Toda pessoa está constantemente produzindo novos sentidos por meio das experiências vivenciadas. É importante compreender o fato de que novos sentidos somente podem ser produzidos dos preexistentes, ou seja, de uma história. Essa rica interação entre sentidos anteriores, produção de novos e a atuação recursiva entre ambos, em que todos se alteram, é o que aqui se chama de psique humana. (REY *apud* ROCHA, 2014, P. 48)

As emoções, portanto, precisam do simbólico, construído socialmente, para se tornarem elementos significativos. Assim, o social, para além de gerar o simbólico, permite que o corpo, tendo uma das dimensões as reações físico-químicas, adquira significado. As emoções correspondem a afeto, a capacidade de afetar e ser afetado que atuará recursivamente nos sentidos estruturantes da psiquê (ROLNIK *apud* ROCHA, 2014, p. 47). Isto é, sugiro que há um elo de afeto entre mim e os sujeitos em pesquisa que se deve, não só, ao fato de compartilharmos proporcionalmente da opressão *heteronormativa* em voga na sociedade, e que recai sobre os nossos corpos nos moldes de uma norma social que requer a performatividade do gênero masculino estereotipadamente viril, e, em oposição, a performatividade do gênero feminino. Ainda que pareça limitante traçar esta hipótese, esclareço que o afeto decorre de, ao

mesmo tempo que reverbera, uma interação ampla com estas pessoas, revelando dimensões no âmbito da experimentação, interação, emocional, em suma, multidimensional.

### 1.2.1.1 Conclusões parciais

Em decorrência da minha escolha em narrar em primeira pessoa o contexto (afetivo)geopolítico em que se insere a Casa Nem, campo de pesquisa da presente dissertação, achei pertinente explicar ao meu interlocutor o porquê desta possibilidade. A começar pelo próprio recorte espacial que foi se modulando a partir da minha residência e as relações sociais decorrentes desta localização: tanto em relação às travestis e transexuais do bairro onde eu moro, quanto em relação às outras pessoas que cruzaram meu caminho de maneira significativa em direção ao cerne desta pesquisa: cidade e gênero.

Da própria premissa de que se trata de uma dissertação construída a partir de observação de um campo, é inevitável perceber a presença de sujeitos, tanto aquele que observa (eu), quanto aquele observado (os sujeitos em pesquisa, que, num espectro mais amplo, são tanto as moradoras da Casa Nem, quanto as travestis que transitam pela região, assim como todo aquele que tenha eventualmente contribuído neste aspecto). Essas relações podem ser analisadas de tantas formas possíveis, dentre as quais escolhi a abordagem que considera o corpo como elemento fundante destas relações.

A partir disso, explorei as minhas características corpóreas no sentido de tentar entender o porquê de toda a logística no que tange aos corpos que cruzam com o meu instituindo vínculos de afeto. Partindo de quem eu sou (jovem, pardo, *gay*, *viado*), pude perceber a natureza do elo estabelecido entre mim e as pessoas mencionadas até então: o afeto decorrente do fato de compartilharmos, proporcionalmente, da opressão *heteronormativa* em voga em nossa sociedade, configurado pelo que se pode denominar de *intercorporeidade*, um conceito mais apropriado à narrativa que tem em vista o corpo como elemento conectivo (e também excludente) das relações sociais.

A escolha do corpo não poderia ser mais proveitosa, na medida em que gênero/sexualidade é um campo em que as relações de poder se concretizam sob a forma de um sistema binário de sexo e gênero, em que se comunicam mútua e reciprocamente, determinando a si e o outro por meio de normas sociais ditas naturais, mas que se tratam de meros discursos performativos: a *heteronormatividade*. Não há, por sua vez, qualquer universalidade na *intercorporeidade* decorrente do fato de compartilharmos da opressão *heteronormativa*, afinal somos todos sujeitos atravessados pelos marcadores sociais da diferença, cada qual ao seu

modo. Isto tem o condão de abrir um leque de diferenças entre mim e os sujeitos em pesquisa, numa ordem de proporcionalidade correspondente ao privilégio social, o qual, por sua vez, é determinado tanto por elementos de ordem socioeconômica quanto pela cisgeneridade.

Reconhecer a particularidade de cada atravessamento corpóreo repercute numa melhor compreensão da realidade, desconstituindo a premissa da universalidade objetiva, assunto melhor desenvolvido a seguir.

### 1.2.2 Do corpo da dissertação – elementos da pesquisa militante

No tópico anterior introduzi a abordagem do corpo que se fará presente ao longo de toda a dissertação. Isto porque seres sociais que somos, nossa experiência é radicalmente *intersubjetiva*. Com isso quero dizer que vige um mecanismo que estabelece uma ordem de reconhecimento nas relações sociais: dependemos do reconhecimento do outro para ascendermos a um sentimento de segurança sobre nossa própria realidade, uma vez que a realidade é ela mesma uma experiência *intersubjetiva*. Ou seja, o reconhecimento do outro é nada menos que a condição fundamental para o desenvolvimento do eu (BOSCO, 2017).

(...) para chegar a uma autorrelação bem-sucedida, ele [o ser humano] depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações; se uma tal forma de assentimento social não ocorre em alguma etapa de seu desenvolvimento, abre-se na personalidade como que uma lacuna psíquica, na qual entram as reações emocionais negativas, como a vergonha ou a ira. (HONNETH *apud* BOSCO, 2017, p. 75)

A *intersubjetividade*, então, diz respeito à consciência coletiva, à maneira como um objeto é instituído em comum acordo com o grupo social. Trata-se de um domínio objetivo, a princípio horizontalizado, no interior do qual os sujeitos, a despeito de suas impressões particulares de mundo, partilham objetivos, sensações, pontos de vista e opiniões, costurados por perfis perceptivos diferenciados, em um jogo dialético de identidade e diferença. A experiência *intersubjetiva* não é outra coisa que o campo de nossas experiências conjuntas, capaz, portanto, de sintetizar um horizonte objetivo comum (LIMA, 2014, p. 34). A *intersubjetividade* reúne, portanto, o que é de natureza consensual na caracterização do objeto, constituindo um horizonte objetivo comum. É um elemento de ordem fundamental na compreensão do sujeito menos como uma consciência que se volta para si mesma, e mais em paridade com a realidade objetiva.

Haveria alguma diferença substancial entre *subjetividade* e *objetividade*? Rocha (2014 p. 7) sustenta a interdependência entre sujeito e sociedade, não mais desprezando a realidade

como produto da subjetividade. O autor propõe o desafio do trabalho acadêmico com o propósito de “criar, precisar, distinguir e utilizar conceitos, gerando novas zonas de sentido na realidade social”, a partir da categoria da subjetividade, eis que “leva em consideração o semiótico, mas também o corpo, o emocional; que se atém ao histórico, ao social, sem desprezar biografias singulares”. Ou seja, há que se considerar o sujeito, isto é, aquele que produz a novidade, que ocupa o local sempre aberto da autoria, com o cuidado de “evitar recaídas reificadoras que estabeleçam conceitos universais”, por meio de “um campo de inteligibilidade específico, trazendo para a discussão da autoria a dimensão do sentido, do simbólico e o emocional” (ROCHA, 2014, p. 10). A assimilação de que a realidade constitui um campo sempre inacabado desmascara o sujeito como um critério de validade universal, que se relaciona com a famigerada objetividade científica.

Desta associação emerge a hipótese de que o cientificismo nasce eivado, na medida em que converte a experiência *intersubjetiva* em impessoalidade. Justifico: a imparcialidade é problemática posto que não concebe a experiência inerente ao ser social como mola propulsora da atualização das premissas objetivas anteriores – por sermos racionais, refletimos sobre os acontecimentos ao nosso redor. Justamente por isso, a *intersubjetividade* se inscreve em um campo dominado ideologicamente, que tem na imparcialidade uma cartada objetiva, mas que, por sua vez, omite a sua natureza mais basilar: a de um argumento retórico que distorce a introjeção de ideologias dominantes no cotidiano e nas estruturas de poder<sup>37</sup>.

É claro que se deve admitir que tais determinações ideológicas não são fixas no tempo, e tampouco que estejam dadas. Há uma disputa em torno desta dinâmica, uma coalisão de forças que envolve múltiplos interesses. Lima (2014, p. 47-49) explica que as ideologias não operam através de ideias isoladas; mas em cadeias discursivas, agrupamentos, campos semânticos e formações discursivas. Somos constituídos [enquanto sujeitos] pelos processos inconscientes da ideologia, naquela posição de reconhecimento ou fixação entre nós mesmos e a cadeia de significados sem a qual nenhum significado ideológico seria possível. É nessa zona de contato entre as objetividades dominantes e as narrativas subjetivas, muitas vezes subversivas e

---

<sup>37</sup> De acordo com as ideias de Foucault, por “poder” quero me referir às práticas de controle não institucionais, antes atuantes sobre formas de vida e cultura, como a indústria cultural, o “espetáculo”, experiências de conformação de gênero e sexualidade, etc. Isso é possível porque a natureza do poder é tal que, diferentemente da violência explícita, se articula sobre um elemento que lhe é indispensável. Como aprofunda Foucault, numa relação de poder é necessário “que o outro seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação”. Ou seja, o outro, subjugado pelo poder, permanece aparentemente livre e ativo. É, entretanto, sobre o campo do possível dessa liberdade que o poder se exerce, restringindo-o e rebaixando-o. O poder, para repetir a fórmula exata de Foucault, “é uma ação sobre ações”. (BOSCO, 2017).

refratárias, que os grupos subalternos e marginalizados passam a partilhar da objetivação dos conteúdos do real, constituindo-se, assim, como sujeitos.

Assim, a constituição *intersubjetiva* é um processo de disputa de forças em condições nada paritárias, de forma que se prepondera a universalidade ideológico-objetiva, que pretende eliminar todas as subjetividades que não convergem a esta perspectiva. Essa constatação nos autoriza a falar em uma *universalidade perversa*, já que, sob o rótulo de generalização o que ela faz, sobretudo, é discriminar e aumentar, de um lado, a riqueza e o poder de alguns e, de outro lado, a pobreza e a fragilidade da imensa maioria (LIMA, *ibidem*).

No que tange à produção de conhecimento, essa discriminação se manifesta na forma de hierarquização de saberes, sob a lógica de quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico (RIBEIRO, 2017). Assim, qualquer teoria resultante de uma observação não carrega em si a expressão de dados brutos da experiência, sendo, na verdade, interpretação do mundo. Nesse caso “é a teoria que confere sentido aos fenômenos captados pelo aparato sensorial”, de modo que “fatos não são o que apreendemos em nossa experiência sensorial, mas resultado de teorias em termos das quais é organizada nossa apreensão das coisas”, em que se insere a intersubjetividade. É possível, então, afirmar que “o conhecimento do mundo, ao contrário, não se resume à identificação de singulares; consiste no reconhecimento das determinações universais e particulares dos singulares, das categorias que enfim especificam os efeitos que produzem no mundo e que o mundo neles produz” (DUAYER, 2015, p. 102).

A devida dimensão da importância do sujeito como corpo político no mundo tem, portanto, o condão de revelar as ciências não como um projeto de revelação crescente do mundo, mas como um produto resultante de crenças compartilhadas por uma determinada comunidade. Isto é, as ciências como resultado de uma forma específica de apreensão e produção dos fatos e relações sociais. (ROCHA, 2014, p. 13)

Para se ter uma justa dimensão do que exponho, entendo que deve haver uma contextualização ao *modus operandi* do capitalismo, entendido como um sistema de poder globalmente organizado que não se esgota nos processos econômicos dele inerentes. Há que se conceber como parte integrante do capitalismo as dinâmicas políticas e culturais que atuam como verdadeiros pilares para a sua legitimação: desde a estruturação da economia pautada na produção de excedentes, e na distribuição desigual, dentre outros, de classes, recursos, bens, serviços, poder, conhecimento e liberdade tanto entre pessoas quanto entre regiões, países e territórios. Ademais, provoca consequências em toda a sociedade: reconhece formas de conhecimentos legítimos e válidos; produz coletividades duradouras como os capitalistas e os trabalhadores; cria infraestruturas sociais e físicas para sustentar a circulação do capital;



desenvolve sistemas jurídico, financeiros, educacionais, administrativos e urbanísticos compatíveis com o funcionamento regular do mercado (HARVEY, 2005); e cria mecanismos culturais e simbólicos que legitimam a forma de organização social e as enormes desigualdades criadas. Mais que isso: passa inclusive a regular as desigualdades sociais através da mercantilização contínua de políticas.

Disso decorre uma forma de entendimento da realidade a partir de um eixo eurocêntrico, que reverbera, no que tange ao conhecimento, na difusão e consolidação das concepções de mundo capitalistas e ocidentais. Dentre as consequências, a naturalização no entendimento e na percepção das pessoas, das diferenças pelas quais o capitalismo se estrutura. Logo, há que se entender o conhecimento científico como uma construção social, historicamente localizada e, por isso, necessariamente contingente. Isto é, os conhecimentos são temporalmente e espacialmente situados e ligados a determinadas formas de organização social e política e a específicas concepções de mundo, sendo inverídica a universalidade através da qual o discurso científico se externaliza (BRIGEL; VARELLA, 2016).

Eis uma conjuntura moldada a partir da globalização, com origem na formação da América e no capitalismo colonial/moderno eurocentrado como novo padrão de poder mundial; e definida também a partir da ideia de raça como justificativa para a dominação colonial e hegemonia eurocêntrica, cujo elemento de *colonialidade* ainda é encontrado no padrão hegemônico atual (QUIJANO, 2005). A *intersubjetividade objetiva* vigente é fruto desta ideologia capitalista eurocentrada e que adota um discurso pseudo-científico sob a forma de uma aparente universalidade, impessoalidade.

Não é então, pois, um acidente, um acaso, que tenhamos sido, pelo momento, derrotados em ambos os projetos revolucionários, nas Américas e em todo o mundo. O que podemos avançar e conquistar em termos de direitos políticos e civis, em uma necessária redistribuição de poder, dentro da qual a descolonização da sociedade é premissa e ponto de partida, está agora sendo arrasado com o processo de reconcentração de controle do poder do capitalismo mundializado, sendo gerido e governado localmente pelos mesmos funcionários da colonialidade do poder. Por consequência, é o tempo de aprender a libertar-nos do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tem, enfim, de deixarmos de ser o que não somos. (QUIJANO, 2005, p. 138-139)

Rocha (2014, p. 24-29) contribui com este debate ao demonstrar a fragilidade da epistemologia moderna como uma forma de produção de conhecimento objetivo que não tivesse influência da subjetividade; vale dizer, um sistema de verdades que não perpassasse o sujeito, que ficasse imune aos jogos de verdade e de poder. Tendo como premissa o poder na base do conhecer, Foucault (2005) sugere que há interdependência entre poder e ciência, já que

as relações de poder permeiam todas as esferas sociais, inclusive a que se pretende mais dura e neutra. Todo conhecimento é indissociável do subjetivo, por conseguinte das relações de poder.

Portanto, é salutar que se deixe de associar o termo *objetividade* a uma linguagem neutra como condição necessária para a comunicação universalizável. O autor insiste na rejeição de uma leitura de mundo reduzida à dimensão objetivista, posto que reificaria a realidade como algo estático e dado. Há que se esforçar em pensar historicamente, de forma complexa, jogando luz nas complexas relações sociais e de poder que estão por detrás de cada fato, de cada significado construído.

Historicizar o subjetivo e o objetivo é romper com o equívoco de uma teoria que pressupõe a existência do homem sem o mundo e do mundo sem os homens. Resulta deste esforço em questionar a epistemologia das ciências a conclusão de que se tratam de uma ficção científica, posto que não existem leis sociais e naturais que independem da criação. Ou seja, toda e qualquer ciência existe somente a partir do ingrediente humano. (ROCHA, 2014, p. 20)

O corpo re-emerge aqui como elemento evidente e concreto da potência da subjetividade na produção do conhecimento. O desafio de romper do eixo eurocêntrico é, portanto, uma constante e se dá em várias esferas, mas que devem partir de um mesmo denominador comum: a participação ativa do ser humano na produção de sentidos ditos objetivos, reconhecendo a realidade como um sistema subjetivo complexo (ROCHA, 2014, p. 24).

Isto posto, e considerando a presente dissertação um estudo etnográfico<sup>38</sup>, é imperioso que se tenha em vista a interlocução nítida entre o pesquisador e os sujeitos-em-pesquisa, imbuídos na forma de uma narrativa marcada socialmente – e corporalmente - pela raça, gênero, classe social, de forma histórica e contingente, tendo em vista que cada sujeito carrega e constrói cotidianamente narrativas de vida pessoal. Não há como sustentar qualquer universalidade objetiva e impessoal em qualquer narrativa.

A desconstituição da premissa em torno de uma narrativa impessoal derivada de um sujeito universal e indeterminado é também fundamental para marcar a militância imbricada nesta dissertação, seja em razão do tema da desigualdade e de sua relação com o direito, justiça e cidadania; seja pelo fato do campo de pesquisa se referir a um espaço de resistência e principalmente (r)existência, conforme demonstrarei adiante. Por ora, considerando que se trata de um espaço coletivo para pessoas LGBTTQIA+ em situação de vulnerabilidade e precariedade, o aspecto militante decorre na mesma medida da conjuntura de violência notória

---

<sup>38</sup> Quero com isso me referir a um estudo cujo objetivo é o de observar os modos como grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas com o objetivo de revelar o significado cotidiano, nos quais as pessoas agem. O objetivo, em apertada síntese, é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação, por uma perspectiva dialética, adotando uma abordagem qualitativa. (MATTOS, 2011)

e escancarada contra estes corpos: somente no primeiro semestre de 2018, foram assassinadas 86 travestis e transexuais majoritariamente do gênero feminino, negras e prostitutas atuando na rua, o que confere um recorte de ordem preferencial ao *corpo matável*<sup>39</sup>, mas que não exime as demais existências trans da violência cotidiana que ocorre por vezes de forma velada, de forma simbólica, religiosa ou psicológica<sup>40</sup>.

Ao afirmar que a presente dissertação resulta de uma pesquisa militante, e tendo em vista que do privilégio social advém o privilégio epistêmico, enfatizo um aspecto metodológico inerente à necessidade de romper a dicotomia entre o pesquisador e os sujeitos-em-pesquisa, adotando como premissa elementar a produção do conhecimento de forma conjunta, por meio de um processo dialético que inclui a interação entre a teoria e a prática. Este método de pesquisa exige do pesquisador um envolvimento para além da mera observação participante, atuando de forma prática na causa e valorizando todas as interações estabelecidas em campo<sup>41</sup>, não somente aquelas formais e institucionais, como também as situações informais, cotidianas e que defluem majoritariamente fora do contexto de entrevistas e longe de gravadores<sup>42</sup>.

Ademais, a interlocução constante com os sujeitos-em-pesquisa teve o condão de revelar um cenário que busca fazer frente ao pensamento hegemônico, ao *status quo* e as desigualdades, através de novas perspectivas (metodológicas, epistemológicas e políticas) que situam as práticas sociais, políticas e jurídicas de conhecimento a partir de uma lógica emancipatória, dentro das limitações estruturais e com as agências possíveis. Referida articulação acadêmico-militante acaba por revelar uma abertura teórico-metodológica e epistemológica que modifica consideravelmente as noções, os termos e as categorias para a interpretação da realidade, em

---

<sup>39</sup> “Corpo matável” é uma categoria cunhada por Mbembe (2010) ao atualizar a crítica social foucaultiana para fenômenos da periferia do capitalismo, em específico aqueles referentes a uma passagem da *biopolítica* – a produção da vida e da subjetividade adequadas à forma social do capitalismo – para a *necropolítica*, isto é, uma política centrada na destruição material dos corpos e populações humanos julgados como descartáveis e supérfluos, em larga escala, característica de um mundo em crise sistêmica. Comumente, a necropolítica é utilizada para se referir a práticas de Estado nesse cenário. A violência mensurável pelas estatísticas de morte por mim evidenciadas dizem respeito a práticas por parte da sociedade civil. Em que pese não serem praticadas diretamente pelo Estado, é certo que este não figura nesse contexto de forma ilesa, incólume. Há como imputar violência comissiva estatal nessas estatísticas, principalmente ao considerar o contexto de desfazimento e desmantelamento gradativo do Estado de Bem Estar Social. Essa minha hipótese será melhor evidenciada ao longo desta dissertação.

<sup>40</sup> Dados obtidos do relatório elaborado e disponibilizado pela ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais em <https://antrabrasil.org/2018/07/01/sao-86-pessoas-trans-assassinadas-no-primeiro-semester-de-2018/>. Acesso em 18 de julho de 2018.

<sup>41</sup> A título de justificativa, enfatizo o aspecto militante em torno da minha participação no campo, seja pelo meu engajamento na luta identitária dentro do movimento LGBTTTQIA+ como um todo, e, em específico, minha atuação como professor voluntário no projeto Prepara Nem às noites de segundas-feiras; assistência jurídica *pro-bono* às demandas da Casa Nem e das pessoas individualmente, dentre as quais a própria Indianare Siqueira, liderança do movimento.

<sup>42</sup> Minha experiência em campo foi cirúrgica nesta percepção de como uma entrevista gravada conclama uma narrativa congelada, não-fluida, previamente pensada, sob uma aparente pressão que censura a espontaneidade. Tratarei melhor disso oportunamente.

que pese nem sempre representar uma renovação radical dos matrizes político-ideológicas presentes no debate científico (BRINGEL; VARELLA, 2016).

### 1.2.2.1 Conclusões parciais

A partir do tópico anterior, relacionado à experiência do corpo como elemento fundante das relações sociais, sugeri que o elo estabelecido entre mim e os sujeitos em pesquisa se deu por um lugar de certo afeto, por compartilharmos da opressão *heteronormativa* que institui corpos-mulher e corpos-homem numa relação dicotômica, antagônica, em que o homem deve vir a ser viril, e a mulher, o oposto, num lugar residual relacionado ao que não define este modelo masculino. As outras possibilidades em torno desse esqueleto são tidas como abjetas, tais quais os corpos dos *viados*, *sapatões* e travestis.

Quis também enfatizar uma das formas de tratar a experiência social humana, em especial o elo entre mim e os sujeitos em pesquisa, sob a forma da *intersubjetividade*, posto que diz respeito à consciência coletiva, à maneira como um objeto é instituído em comum acordo por um determinado grupo. Admitir a existência de vários grupos sociais significa dizer que há várias intersubjetividades, ou seja, várias formas de se instituir um horizonte comum. Esta constatação é cirúrgica na tarefa de desconstituir a premissa de que haveria conhecimento universal-objetivo, e, por isso, imparcial.

Há, portanto, que se conceber o conhecimento científico como uma construção social, historicamente localizada, e, por isso, necessariamente contingente. A ideia de um conhecimento universal-objetivo se fundamenta no apagamento, na invisibilização de outras *intersubjetividades*, configurando uma disputa desproporcional, em que se logra vencedora a ideologia dominante, isto é, mantenedora do *status quo* do *modus operandi* capitalista - daí advém o conceito de *colonialidade*, que reverbera nos modos de ser e conhecer.

Tendo em vista esta conjuntura, defendi a etnografia a ser desenvolvida nesta dissertação sob uma perspectiva militante, seja por me opor a essa ideia de um conhecimento científico universal e neutro, seja pelo fato do campo de pesquisa se tratar de um espaço de resistência e principalmente de (r)existência em face dessa ciência dita universal. A começar pelo propósito teórico de trabalhar a desigualdade relacionada ao direito, justiça e cidadania, que perpassa pelo alto índice de violência contra corpos LGBTTTQIA+ tidos como “abjetos”; e também reconhecendo as agências possíveis a estes corpos mediante práticas sociais, políticas e jurídicas de conhecimento e de vida próprias destes sujeitos. Neste ponto é de importância

crucial mencionar a respeito de quais corpos estou falando, a partir da experiência de campo travada nesta pesquisa.

### **1.2.3 A gestão dos corpos dissidentes: a *vida matável* das pessoas LBTTQIA+ e a *crise sistêmica do cuidado***

Para este tópico, partirei então da premissa de que esta dissertação é também uma pesquisa militante, uma vez que as questões identitárias sobressaem como discurso cotidiano do campo de estudo, o que será melhor relatado oportunamente. Por ora, cumpre contextualizar, sem a pretensão de exaurir, a pertinência do que vem a ser o movimento identitário relacionado ao campo de pesquisa, para posterior reflexão acerca da conjuntura política.

A partir de uma abordagem histórica linear, narra-se a procedência do acrônimo LGBT a partir dos Estados Unidos, tendo sido adotado no Brasil como GLBT em uma época em que se adotava o termo guarda-chuva GLS (gays, lésbicas e simpatizantes). O novo termo passou a incluir os bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros. A troca das letras para a forma LGBT se deu na Primeira Convenção GLBT em Brasília, em 2008, sob a resolução de dar maior visibilidade às reivindicações das mulheres<sup>43</sup>, o que evidencia a língua como local de possibilidades, de criação, em cujo processo se obriga a fazer, por exemplo, a escolha necessária entre o masculino e o feminino, entre sujeito e objeto. A opção por uma determinada linguagem fecha o campo de possibilidades e rejeita outras opções, outras estruturas, outros desejos, outros projetos de poder, de realidade, induzindo os participantes a jogar o seu jogo como o único possível (BARTJES, 2007, p. 27).

O que eu quero enfatizar são os arranjos de poder por trás da linguagem, que nunca será um conjunto de enunciados, tampouco se desenvolve de forma neutra. As falas, os discursos, nunca são impermeáveis ao poder, sempre estão inseridos em um conjunto de sutilezas retóricas, em lugares de fala privilegiados, e é isso que determinará a existência e o sucesso deles (ROCHA, 2014, p. 31). Nesse sentido, a referida troca de letras detém um caráter político importante, pois considera a questão de desigualdade de gênero dentro do movimento LGBT, já que boa parte da visibilidade social e política ainda recai sobre os gays.

---

<sup>43</sup> Mais informações a respeito da referida convenção disponíveis em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL597188-5606,00-MUDANCA+DE+SIGLA+DE+GLBT+PARA+LGBT+DIVIDE+COMUNIDADE+GAY.html>. Acesso em 16 de dezembro de 2018

Há variações desde então, sendo a mais contemporânea o acrônimo LGBTTTQIA+, incluindo *Queer* (quem não se encaixa em nenhum gênero ou flui entre eles), *Intersexuais* (pessoas com variações anatômicas nos corpos tidos como masculino ou feminino), *Assexuais* (aqueles que não têm atração por qualquer gênero), *Aliados* e o sinal de positivo “+” denotando um campo acolhedor de outras possibilidades no extenso campo da sexualidade. A extensão do acrônimo deixa claro que a pluralidade ficou mais plural, além de também ser uma estratégia de marcar posição, num contexto em que a linguagem tem papel importante no enunciado desse mundo fluido. A identidade social é parte do autoconceito dos indivíduos, que deriva do seu conhecimento de pertencimento a um grupo social, associado à significância emocional desse pertencimento (TAJFEL, 1982, p. 1-39). Assim, não há que se conceber identidade social sem considerar diversidade, tendo em vista que uma é indissociável da outra na constituição de quem somos como seres humanos.

Uma pluralidade de identidades deste porte, por sua vez, conclama atravessamentos distintos e variáveis de acordo com os marcadores sociais da diferença, considerando que gênero e sexualidade não podem ser tidos como uma dimensão encapsulada. Na medida em que são as relações de poder que moldam uma sociedade, determinando o campo de possibilidades de seus agentes, é imperioso que se considere o corpo sexuado no centro do debate, posto que se trata do objeto alvo imediato do poder. O gênero, então, passa a se interseccionar com outras dimensões recortadas por relações de poder, como classe social, raça e outras nuances, de modo que deve haver uma teoria que dê conta das condições históricas específicas de produção e reprodução desses atravessamentos.

A respeito da raça, Quijano (2005) narra o advento da América como a figura representativa da identidade da modernidade, e que, com o advento do etnocentrismo, permitiu a classificação racial da população mundial, uma vez que se imperavam relações de dominação. Em termos capitalistas, a ideia de raça se conformou aos moldes de uma relação de produção de escala global com base na divisão racial do trabalho.

Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido. (QUIJANO, 2005, p. 119)

O êxito a que se refere o autor se deve à relação entre a classificação racial da população social e a figura do Estado-nação, responsável pela introjeção das instituições modernas de cidadania e democracia política. Apesar da relativa (ou seja, dentro dos limites do capitalismo), mas importante e real democratização do controle do trabalho, dos recursos

produtivos e do controle da geração e gestão de instituições políticas, o Estado-nação nada mais é do que uma estrutura de poder, que possibilitou a massiva eliminação de índios, negros e mestiços, baseado unicamente na hierarquia racial por ele instituída (QUIJANO, 2005, p. 130-133).

Portanto, antes mesmo de se conceber o gênero e classe social como ferramenta de análise para a complexidade das experiências sociais, primeiramente deve-se considerar a raça enquanto marcador social da diferença, posto que permeia as relações sociais no Brasil desde a sua fundação. O advento do etnocentrismo dentro do processo de colonização – isto é, a instituição de um modelo de sociedade estruturalmente desigual baseada na ideia de raça – demonstra como as relações de poder são complexas e vêm se aprimorando num processo de desenvolvimento do próprio capitalismo.

Para este debate importa resgatar o trabalho de Foucault, que pode ser compreendido a partir de *Vigiar e Punir* (1975), em que o filósofo investiga a incidência do poder sobre os corpos individuais em suas práticas cotidianas contextualizadas no capitalismo. Foucault estava refletindo numa época de ascensão e expansão do capitalismo, na qual este sistema necessitava do maior número de força de trabalho apta para a produção de mercadorias: fazer do corpo uma máquina de produção, por meio de normas, preceitos e proibições, eliminando desvios e anomalias - eis a função histórica das disciplinas. Há, portanto, um paralelismo histórico entre sociedade de classes e a sociedade disciplinar (HILÁRIO, 2016, p. 199).

Após 1960/1970, época em que se evidenciou a *crise de governo*<sup>44</sup>, Foucault foi levado a problematizar a segurança das populações, isto é, pensando coletivamente. O parâmetro deixa de ser o aspecto individual da disciplina para uma *biopolítica* da população (HILÁRIO, 2016, p. 200). Este *biopoder*, “elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo”, garantiu “a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção”, ajustando também a população aos processos econômicos (FOUCAULT, 2015, p. 152). Lima (2014, p. 256) corrobora esta perspectiva ao ressaltar o cercamento dos campos e a concentração da massa trabalhadora em pontos estratégicos da cidade como parte constituinte de um projeto mais ambicioso de esquadramento disciplinar do espaço, que consistiu em um controle minucioso sobre a vida, sobre os movimentos e sobre o corpo do indivíduo. O *biopoder* é uma categoria contextualizada, portanto, na época de ascensão e consolidação do capitalismo.

---

<sup>44</sup> Por governo, o filósofo se refere ao conjunto das instituições e práticas através das quais se guiam os homens desde a administração até a educação. É esse conjunto de procedimentos, de técnicas, de métodos que garante a orientação dos homens, uns pelos outros, que me parece em crise hoje, tanto no mundo ocidental como no mundo socialista. (FOUCAULT *apud* HILÁRIO, 2016, p. 200)

Por sua vez, na contemporaneidade, o cenário capitalista se configura de forma distinta, no sentido de que as grandes massas da população se tornaram dispensáveis ao seu modo de reprodução, posto que substituídas pelo maquinário, ou, nos dizeres do próprio Marx, pela força de trabalho que se acumula na forma de máquinas – “trabalho morto”. As pessoas passaram a ser supérfluas, dispensáveis, sobrantes (HILÁRIO, 2016, p. 202). Esta conjuntura requer a atualização da categoria do *biopoder* para melhor compreender a profundidade da vivência em sociedade neste novo contexto, principalmente sob uma ótica governamental. Modulou-se, assim, uma relação em que foi possível vislumbrar a configuração do que Mbembe cunhou como *necropolítica*, isto é, uma política centrada na produção da morte em larga escala, característica de um mundo em *crise sistêmica do cuidado*<sup>45</sup>.

Hilário (2016) estabelece uma ligação proveitosa e fértil entre os dois autores, ao traduzir a convergência entre o “trabalho morto” na produção de valor e o “trabalho de morte” da política. É importante esclarecer que o diálogo proposto entre Foucault e Mbembe não corresponde a uma linearidade em que a *biopolítica* teria sido superada pela noção de *necropolítica*. Pelo contrário: da relação entre os autores, o que subjaz é uma forma de fazer e pensar que atravessa o desenvolvimento da modernidade, desde os seus primórdios, aderindo de forma paradoxal e tensional a formas de corte mais *biopolíticas* (isto é, tratando-se a partir de uma perspectiva macro, menos no sentido individual, e mais numa dimensão coletiva). Os indivíduos começam a sobrar diante da forma social atual, pois já não são mais rentáveis, não são mais requisitados a dispenderem sua força de trabalho no interior de um processo produtivo amplo. Muito pelo contrário, são expulsos e jogados no mercado informal e precário, nas margens da cidade etc.<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> Sobre o cuidado, há algumas possibilidades, não-conflitantes, de assimilar este conceito. Numa dimensão ontológica, o cuidado é tanto as condições da existência do ser como uma ferramenta para a ação de ser: é o presente e o porvir da vitalidade do ser. O cuidado tem também dimensões sociais que não podem ser descartadas e às quais queremos agora prestar a nossa atenção. Referimos duas principais, a nosso ver: o cuidado da terra-mãe à qual todas e todos pertencemos e o cuidado como garantia de produção incessante da vida. Queremos precisar que não partilhamos de uma visão essencialista que equaliza mulher e natureza ou que defende a natural vocação das mulheres para o cuidado. Ao contrário, defendemos que as construções sociais do trabalho e do cuidado têm conduzido àquilo que Amaia Perez Orozco designa de uma ética reacionária do cuidado (2017). Essa forma de entender o cuidado inferioriza, desqualifica, estigmatiza e oprime todo trabalho que passa a ser considerado residual e improdutivo e que é, maioritariamente, realizado por mulheres. O desprezo a que foram votados os conhecimentos gerados pelo cuidado, ridicularizando-os e remetendo-os para ‘coisas de mulheres’ tem permitido criar uma hierarquia epistemológica que acompanha a desvalorização social vital do cuidado tanto na sua dimensão social quanto ontológica. O cuidado significa uma força poderosa para contrariar a ocupação epistemológica social e ontológica das pessoas, comunidades e territórios, por tecnologias não-conviviais. Em linha com Leonardo Boff, pensamos que o cuidado, em qualquer das suas dimensões é uma realidade fontal e originária sem a qual ser, existir, resistir e porvir seria impossível (Cunha; Valle; Villar-Toribio, 2019)

<sup>46</sup> Apesar do enfoque geográfico delimitado à África pós-colonial, a análise de Mbembe pode se aplicar ao conjunto da periferia do capitalismo, sobretudo quando percebemos o fenômeno das “massas supérfluas” que vivem num



La necropolítica que enuncia Mbembe remite a una lógica de la excepcionalidad securitaria asumida por una soberanía (neo)liberal-(neo)colonial que instrumentaliza la existencia humana posibilitando la destrucción de cuerpos y sujetos considerados superfluos, siendo este carácter superfluo algo que, en gran medida, viene acompañado de un discurso que no deja de construir una noción ficcionalizada o fantasmática del enemigo. Desde ahí, la necropolítica se refiere entonces a “ese tipo de política en que la política se entiende como el trabajo de la muerte en la producción de un mundo en que se acaba con el límite de la muerte” (Mbembe, 2012: 136). (GONZALO, 2016, p. 233)<sup>47</sup>

Desta forma, a *necropolítica*, entendida como a “destruição material dos corpos e populações humanos julgados como descartáveis e supérfluos” (MBEMBE, 2012, p. 135) pode ser vista como uma categoria que permite problematizar a fundamentação da política contemporânea a partir dos modos como se entrelaçam, por um lado, violência e direito e, por outro lado, exceção e soberania. A *vida nua, vida matável*<sup>48</sup>, são referências a vidas sem valor, isto é, vidas indignas de serem vividas.

O corpo reaparece neste debate dotado de uma centralidade elementar para pensarmos a evolução *biopolítica* em que estamos imersos, pois estar no mundo passa inevitavelmente pela corporalidade da subjetividade, porque viver é sentir-se desde e com o corpo, com o qual se traça o caminho pelo qual este mundo foi vivenciado através dos sentidos que imbricam o corpo com o mundo (GONZALO, 2016, p. 226). Estou a falar, portanto, do sentido de habitar o mundo.

---

estado de absoluta precariedade, expulsos do arranjo socioeconômico atual e que ocupam as margens das grandes cidades. (HILÁRIO, 2016, p. 204)

<sup>47</sup> Tradução livre: “A necropolítica que Mbembe enuncia refere-se a uma lógica da excepcionalidade securitária assumida por uma soberania (neo)liberal-(neo)colonial que instrumentaliza a existência humana, possibilitando a destruição de corpos e sujeitos considerados supérfluos, sendo esse caráter supérfluo algo que, em grande medida, é acompanhada de um discurso que não deixa de construir uma noção ficcional ou fantasmagórica do inimigo. A partir daí, a necropolítica refere-se a “esse tipo de política em que a política é entendida como o trabalho da morte na produção de um mundo que se acaba com o limite da morte” (Mbembe, 2012: 136).”

<sup>48</sup> Conceitos sustentados por Agamben para se referir às práticas sociais que produzem e governam algumas formas de vida que são marcadas pela exposição em uma situação de indefesa, de nudez. A hibridização desencadeada entre fazer-viver e fazer-deixar-morrer sem que a morte aconteça necessariamente como resultado deste fazer direto do poder soberano-estatal sobre o corpo passa, assim, a produzir um modo de vida que se vê descontextualizada de suas formas anteriores de estar no mundo, de tal forma que seja subsumida em um processo de exposição que precariza de maneira intensa suas condições vitais. Agamben afirma, problematizando a biopolítica foucaultina, que “a vida exposta à morte (vida nua ou vida sagrada) é o elemento político original” (Agamben, 1998: 114). Aqui ser exposto é estar separado da *bios* que permitia viver em formas de vida reconhecíveis, dotados de contextos socionormativos, impregnados de quadros simbólicos-culturais que conferiam um sentido ao viver. E a exposição à morte, Agamben dirá, está longe de ser um evento pontual, algo que talvez tenha acontecido uma vez; pelo contrário, essa exposição opera mediante uma lógica de repetição, de sua reatualização e isso é precisamente o que revela a sua centralidade enquanto elemento político originário que se dá de forma recursiva até o presente. A vida nua acompanha a biopolítica ocidental e, como consequência, a própria categorização da vida exposta à morte deve ser entendida em sentido processual, no sentido de que é algo que está sendo feito, que continua a ser, que a vida é exposta porque existe uma lógica recursiva subjacente que conduz à produção dessa exposição. Ali onde para Foucault a exposição à morte é uma prática que ocorre dentro de um quadro mais amplo referenciado com a biopolítica, para Agamben essa exposição funda a relação política central do Ocidente, conferindo uma espécie de telos que atravessa a evolução do social. (GONZALO, 2016, p. 236)

La profunda imbricación entre el sentido y el sentir (Nancy, 2010) estaría en el sustrato de una ontología biopolítica de la habitabilidad (Mendiola, 2014) en la que el hábito irrumpe como bisagra que conexas el hábitat con el habitante, una forma de estar encarnada que deriva del ordenamiento de los espacios habitados y que se proyecta hacia el proceso de subjetivación. El cuerpo adquiere así una centralidad irrenunciable en todo ejercicio para pensar el devenir biopolítico en el que estamos inmersos. (GONZALO, 2016, p. 226)<sup>49</sup>

O trecho em destaque traduz a relação de interdependência a que estamos submetidos ao viver em sociedade. Ou seja, um corpo nunca está fechado em si mesmo; estamos condicionados a nos abrir para outros corpos, como causa e consequência da simples razão do que é viver. Em outras palavras, somente é possível viver em tramas de interdependência - ou de *intercorporeidade*, retomando o conceito de Lima (2014).

Assumir a abertura corporal do humano e sua conexão com relações de interdependência (*intercorporeidade*) é assumir que o humano é baseado em uma vulnerabilidade que lhe é inerente, uma espécie de ferida aberta que torna o humano possível, sob a ótica de que viver é, em grande medida, habitar aquela ferida, habitar a própria exposição. Ou seja, viver é estar exposto à morte, porém em contornos não-homogêneos, posto que cada corpo detém signos e inscrições próprias. Ter um corpo significa, exatamente, ser um corpo, e isto condiciona nosso envolvimento com o mundo, nos faz ser-no-mundo (LIMA, 2014, p.93). O que nos revela possibilidades diversas de habitar a vida, no limite inclusive do inabitável, a depender da articulação dos marcadores sociais da diferença acionados para se compreender determinada relação de poder.

Se respeitarmos a conhecida distinção foucaultiana em torno da diferenciação de três regimes de poder projetados, respectivamente, (i) para a violência direta do soberano sobre os sujeitos, (ii) para a produção de corpos dóceis que incorporem o discurso da disciplina e (iii) para a articulação de processos de *governamentalidade* que atuam fundamentalmente sobre o meio ambiente a fim de "conduzir comportamentos", pode-se concluir que a figura do inabitável se dá de forma intersticial no marco dessa diferenciação. Intersticial porque suas lógicas de funcionamento não respondem inteiramente a nenhum desses regimes de poder, mas também porque sua própria peculiaridade (na própria heterogeneidade de situações que surgem em torno do inabitável) coloca em relação formas de fazer e pensar que representam ligações com o cenário próprio daqueles regimes de poder aludidos (GONZALO, 2016, p. 232).

---

<sup>49</sup> Tradução livre: “A profunda imbricação entre sentido e o sentir (Nancy, 2010) estaria no sustrato de uma ontologia biopolítica de habitabilidade (Mendiola, 2014), em que o hábito se forma como uma dobradiça que liga o habitat ao habitante, um modo de ser incorporada que deriva da ordenação de espaços habitados e que é projetada para o processo de subjetivação. O corpo adquire, assim, em todos os exercícios, uma centralidade irrenunciável para pensar a evolução biopolítica em que estamos imersos.”

Gonzalo (2016) aprofunda esta reflexão, enfatizando uma tensão exposta pelo próprio Foucault, uma rede de relações com seus paradoxos internos que é necessário enfrentar: o fato de que o cenário do *inabitável* não requer a violência impune do fazer morrer que exhibe o soberano sobre o corpo de quem se afasta da ordem simbólica e normativa, e ainda menos requer o "teatro do sofrimento", em que se individualiza o sofrimento para coletivizar o terror (Foucault, 1995, 2003). Tampouco requer um trabalho sobre o corpo para moldá-lo ao fim que se mostra o de reproduzir o que o “dizer” e “fazer disciplinar” demandam para obter sujeitos destituídos de todo potencial político-crítico, ao mesmo tempo em que permanecem subsumidos numa lógica de rentabilidade econômica (Foucault, 1990). E, igualmente, o *inabitável* não se encaixa totalmente com uma lógica governamental que, articulando regimes de mobilidade hierarquizados internamente, parece incidir mais sobre os meios do que sobre o corpo, a fim de modular o campo de possibilidades dos sujeitos (Foucault, 2006). E, no entanto, se deixarmos de lado o que é levantado nessa tripla caracterização oferecida por Foucault, teríamos de nos livrar de elementos que são centrais para a caracterização do *inabitável*. (GONZALO, 2016, p. 232)

Foucault prossegue nesta reflexão ilustrando como tais elementos entendidos como aparentes paradoxos na realidade não o são, uma vez que de fato constituem o processo governamental sob crítica. Nesse sentido, formula perguntas retóricas: “Como é possível que um poder político mate, reivindique a morte, a exija, faça matar, emane a ordem para fazê-lo, exponha à morte não apenas seus inimigos, mas seus próprios cidadãos? Como pode deixar morrer esse poder que tem o objetivo essencial de fazer viver? Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no *biopoder*?” (Foucault, 2003, p. 218). Tendo em conta, como ele próprio ressalta, que “quando falo de matar não me refiro simplesmente ao assassinato direito, como também a todo o que pode ser homicídio indiretamente: o fato de expor à morte, multiplicando o risco de morte de alguns, ou, simplesmente a morte política, a expulsão, a rejeição, etc” (Foucault, 2003, p. 220).

Não há universalidade na aceção de *homo sacer*<sup>50</sup>, pois existem *subjetividades* que incorporam um desprezo, estando mais perto de habitar o *inabitável*. Há vários exemplos práticos do cotidiano do nosso país que ilustram as formas e procedimentos múltiplos de fazer morrer, em suas várias nuances, associados à articulação dos marcadores sociais da diferença

---

<sup>50</sup> Conceito de Agamben que se refere à vida nua, vida matável, isto é, como o habitante do campo (a representação geográfica da vida subsumida em bando - uma lógica de captura que inclui o vivente em um espaço de poder desencadeando ao mesmo tempo sua exclusão) cuja morte fica impune dada a excepcionalidade de uma necropolítica que permite a extensão do bando através das hibridizações complexas entre direito e violência, permitindo, assim, que o direito suspenda a regra atual para salvaguardar uma certa ordem do social.

dentro da complexa dinâmica das relações de poder imbricadas nas experiências sociais. No Brasil, por se tratar de uma nação fundada em premissas escravagistas, as relações de poder são, via de regra, racializadas. A articulação da raça tem o condão de nos revelar uma forma espectral de divisão e de diferenciação humana suscetível de ser mobilizada para estigmatizar, excluir e segregar; práticas com as quais busca isolar, eliminar, até destruir fisicamente um grupo humano. A forma espectral que inaugura e perpetua o racismo estará presente de forma decisiva nas conexões desencadeadas entre o político e o poder de matar, entre o poder e as mil maneiras de matar ou sair (a viver) (GONZALO, 2016, p. 234).

Dito isso, vamos aos dados: o Brasil ocupa a quinta colocação no *ranking* de países com mais homicídios de mulheres, atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. Atos homofóbicos também são rotina no Brasil: 73% das vítimas de violência são do sexo biológico masculino; 24,5% identificam sua orientação sexual como gays; 52,5% das denúncias de violência física foram de lesões corporais; 39,9% das vítimas são pretos e pardos; 54,9% têm entre 15 e 30 anos de idade; 43,5% das denúncias de violência sexual foram de abusos sexuais; 25,7% das violações ocorreram nas casas das vítimas; 40,1% das denúncias foram de violência psicológica; 36,5% das denúncias de violência sexual foram de estupro<sup>51</sup>. A violência contra corpos trans é tão escancarada que a expectativa de vida média dessas pessoas é de 35 anos idade<sup>52</sup>.

Além do quadro de brutalidade da ordem de violência física, há também manifestações através de mecanismos mais ou menos sutis de discriminação, controle e humilhações, que por sua vez produzem experiências sociais de isolamento, desagregação, exploração, pobreza material. A constar: o fato notório de uma constante exclusão de pessoas trans do seio familiar<sup>53</sup>; decisão do Poder Judiciário que negou o direito de pessoas trans ficarem em celas conforme a sua identidade de gênero<sup>54</sup>; manifestação do Papa Francisco no sentido de que a “teoria de gênero” seria “um grande inimigo do casamento”<sup>55</sup>; resistência dos cartórios em

---

<sup>51</sup> Todas as estatísticas mencionadas constam no “Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil”, disponível no infográfico intitulado “questão de direito”, em Caderno 12 “Corpo: artigo indefinido”, disponível em [app.cadernosglobo.com.br](http://app.cadernosglobo.com.br). Acesso em 2 de agosto de 2018.

<sup>52</sup> Reportagem disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transsexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso em 5 de agosto de 2018

<sup>53</sup> Reportagem ilustrativa de tal exclusão disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/lgbts-excluidos-do-convivio-familiar-se-reunem-para-ceia-de-natal-acolhedor.ghtml>. Acesso em 5 de agosto de 2018

<sup>54</sup> Reportagem disponível em [https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/juiza-nega-que-trans-e-travestis-fiquem-em-presidio-feminino/?utm\\_source=m.facebook.com&utm\\_medium=referral&utm\\_campaign=mobile-redirect&utm\\_content=geral](https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/juiza-nega-que-trans-e-travestis-fiquem-em-presidio-feminino/?utm_source=m.facebook.com&utm_medium=referral&utm_campaign=mobile-redirect&utm_content=geral). Acesso em 5 de agosto de 2018

<sup>55</sup> Reportagem disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/papa-diz-que-teoria-de-genero-e-guerra-global-contra-o-casamento.html>. Acesso em 5 de agosto de 2018

proceder com a alteração do registro civil de pessoas trans, mesmo após a decisão proferida pelo STF reconhecendo o direito a essas cidadãs<sup>56</sup>; manifestação extra-jurídica do ministro Luiz Fux do STF em sentido oposto ao entendimento da Corte, à ocasião do reconhecimento da legitimidade da união estável a casais homoafetivos<sup>57</sup>; contratação de ator cisgênero (isto é, não-trans) para interpretar uma personagem transexual<sup>58</sup>; e a própria despatologização da transexualidade<sup>59</sup>, o que, muito embora se trate de um avanço indiscutível e necessário, aqui é inserido para constar como uma violência burocrática que cessou somente este ano, em 18 de junho de 2018 - 28 anos após a despatologização da homossexualidade (!)<sup>60</sup>.

Não posso deixar de contextualizar a presente dissertação à atual conjuntura do país, cujo presidente eleito é conhecido, por fato público e notório, por suas opiniões regadas a machismo, misoginia e LGBTTQIA+fobia<sup>61</sup>. Inobstante, tem composto um quadro governamental com pessoas que compartilham em igual medida de suas posições preconceituosas, a exemplo da ministra Damare Alves que, ao tomar posse do cargo de chefia

---

<sup>56</sup> Reportagem disponível em <https://antrabrazil.org/2018/08/03/pessoas-trans-relatam-dificuldades-em-realizar-a-retificacao-registral-nos-cartorios/>. Acesso em 5 de agosto de 2018

<sup>57</sup> Nas palavras do ministro Luiz Fux, "o Supremo Tribunal Federal foi instado a decidir a legitimidade da união estável à luz do princípio da igualdade e da não discriminação. Isso ocorreu num ambiente em que havia cenas de homofobia. Então o STF entendeu que era legítima a união estável entre pessoas do mesmo sexo. No dia seguinte, 60% da população reprovava a decisão do Supremo Tribunal Federal. Era exatamente a hipótese de não decidir em razão do desacordo moral que havia na sociedade". Reportagem disponível em <https://www.valor.com.br/politica/5582469/fux-elogia-regra-americana-que-permite-ao-supremo-escolher-processos>. Acesso em 5 de agosto de 2018

<sup>58</sup> Notícia disponível em <http://blogs.ne10.uol.com.br/social1/2017/09/09/bruno-gagliasso-vai-interpretar-personagem-transexual-em-filme-mundo-que-me-fascina/>. Acesso em 5 de agosto de 2018

<sup>59</sup> Notícia disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais.ghtml>. Acesso em 5 de agosto de 2018

<sup>60</sup> A este respeito, oportuno replicar a reflexão crítica de Beatriz Pagliarini Bagagli, mulher transativista. De acordo com ela, antes dessa mais recente revisão da CID, existiam as seguintes designações que expressavam um discurso patológico sobre as identidades trans: "transexualismo F64.0"; travestismo bivalente F64.1" e "travestismo fetichista F65.1". O que existe agora no CID é uma descrição abrangente sobre não congruência de gênero, isto é: "a incongruência de gênero é caracterizada por uma incongruência acentuada e persistente entre o sexo experienciado de um indivíduo e o sexo atribuído. Comportamento variante de gênero e preferências por si só não são uma base para atribuir os diagnósticos neste grupo". De acordo com Beatriz, essa revisão foi benéfica pois, ao retirar supostas características diagnósticas imputadas de forma autoritária pela medicina, a simples descrição do fato de existir incongruência de gênero não mais legitima a qualificação de "travestimo" como "bivalente" ou "fetichista". Ou melhor, não há mais fundamento "científico" para falar em "travestismo", tampouco "transexualismo". Beatriz explica que essa divisão na medicina era alvo de críticas pois relegava a travestilidade ao lugar de não-reconhecimento identitário. Frequentemente se utilizava a desculpa do diagnóstico de transexualidade para negar o atendimento para travestis, ignorando que as demandas das travestis também são legítimas, além de serem frequentemente as mesmas das pessoas transexuais. A patologização das identidades trans não existe só em abstrato, ela se utiliza de um aparato terminológico para tanto. E é justamente esse aparato que é abandonado, ou pelo menos desmobilizado, com a retificação da CID.

A opinião de Beatriz foi publicizada em sua página no Facebook em dois posts, condensados na reflexão acima. Disponíveis em <https://www.facebook.com/beatriz.pagliarinibagagli/posts/483520572080948> e <https://www.facebook.com/beatriz.pagliarinibagagli/posts/483643915401947>. Acesso em 5 de agosto de 2018.

<sup>61</sup> Notícia disponível em <https://revistaladoa.com.br/2016/03/noticias/100-frases-homofobicas-jair-bolsonaro/>. Acesso em 3 de janeiro de 2019

do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, declarou o início de uma nova era, em que “meninos vestem azul, e meninas vestem rosa”<sup>62</sup>, em referência asquerosa às pessoas trans.

Em suma, o que se infere do comportamento *intersubjetivo* desta política é a centralização em torno de dois temas: crítica aos partidos políticos e defesa da família, na forma de antagonismo aos movimentos feminista e LGBTTQIA+, tidos como a destruição da civilidade e da decência por esta perspectiva moralmente conservadora. As estatísticas e os episódios expostos anteriormente podem parecer confusos, mas revelam que as violências praticadas pelo governo, direta ou indiretamente, contra os próprios cidadãos não se trata de uma conduta aparentemente paradoxal; pelo contrário, esta discriminação chancelada pela soberania governamental, de forma explícita ou subentendida, constitui o *modus operandi* na atual conjuntura em que capitalismo e *viriarcado*<sup>63</sup> se sobrepõem e incidem um sobre o outro, embora se tratem de sistemas distintos. Desta relação derivam *sexismo*, *racismo*, *classismo* e outras formas de opressão, as quais, quando deixam de ser reconhecidas e combatidas pelo poder público, ou mesmo quando são endossadas diretamente, a exemplo da atual gestão presidencial, o recado à sociedade é de que as práticas correntes são válidas.

O paradoxo não mais se sustenta nestes termos principalmente quando dimensionamos a complexidade das relações de poder ao levar em conta os marcadores sociais da diferença. Violências e constrangimentos se organizam segundo convergências de gênero, sexualidade, classe e raça. Não é apenas a ação discriminatória, mas também a inação do Estado que dá livre curso às formas múltiplas de violência estrutural. A recusa dos direitos sexuais, a *homofobia* e o *sexismo* são vividos em sua conjugação com as desigualdades socioeconômicas e regionais, o *racismo*, aspectos geracionais e deficiências, entre outros fatores (BIROLI, 2018, p. 138). Ou seja, a aparência paradoxal se revela constituinte da prática governamental na medida em que os índices e estatísticas de violência variam a depender de quais corpos são alvos desta discriminação. A exposição do corpo à morte nas tramas da vida se relaciona intimamente com o grau de vulnerabilidade reconhecido a este, e que, por sua vez, confere ao *cuidado* uma centralidade irrenunciável.

Estou com isso sugerindo que a diferenciação social não se afirmará somente pela qualidade sexual do corpo, mas também pela intensidade da sua repressão. A ideia de *interseção* é importante quando o tema é diversidade, principalmente diversidade sexual, uma vez que as

---

<sup>62</sup> Notícia disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

<sup>63</sup> Categoria cuja explicação foi devidamente exposta no subcapítulo “2.2.1 Da narrativa em primeira pessoa: o corpo do sujeito-pesquisador” desta dissertação.

diferenças não coexistem de maneira paritária, harmoniosa; há, pelo contrário, direitos não reconhecidos a todos os corpos, mesmo que dentro de um mesmo segmento identitário – aqui me refiro aos *privilégios*. Enfatizo-os, pois se revelam como elementos determinantes na configuração das vidas humanas sob a égide do capitalismo, a partir das relações de poder experimentadas por mim em comparação aos episódios envolvendo os sujeitos-em-pesquisa: pela lente da *interseccionalidade*, a minha condição de homem cisgênero, pardo e de classe média se revela como estrutura privilegiada frente aos poderes que me atravessam, desde a relação com a vizinhança do bairro, à forma de tratamento enquanto cidadão por instituições estatais como a Polícia. A título exemplificativo, à altura do que venho expondo até o momento nesta dissertação, sugiro a comparação entre a minha experiência reconhecidamente privilegiada em relação ao episódio de Madame Satã com o agente policial, o que nos permite uma análise segundo a qual os signos e símbolos inscritos nos corpos de cada cidadão são determinantes à forma como a nossa relação se imprime no cotidiano. De modo que os privilégios são estruturantes ao exercício governamental *biopolítico* (dimensão coletiva) da *necropolítica* (dimensão *matável* do tornar a vida *inabitável*).

Assim, ao considerar a *interseccionalidade* (CRENSHAW, 1989) como a interdependência das identidades e relações de poder, um campo maior se sobressai para além das identidades enquanto categorias que nomeamos para falar de nós mesmas, traduzindo a complexidade da existência do ser social, principalmente dentro do capitalismo, aqui referenciado como o cerne do qual emergem os *privilégios*. A *interseccionalidade* possibilita, portanto, um campo de visão plural no que diz respeito às formas variadas de se reconhecer a *vulnerabilidade* e a decorrente necessidade de *cuidado*. Isso de modo algum supõe idealizar o *cuidado* em si: as relações de poder passam por ele, marcam-no como um terreno de desigualdades e exclusões, algo que o feminismo não deixou de enfatizar. Mas supõe enfatizar sua indubitável importância como um pré-requisito para pensar e praticar a convivência, já que estar exposto é estar estendido e pedindo por cuidado. Alessandra Ramos, transativista política no Rio de Janeiro, nos dá um depoimento ilustrativo empírico do que venho expondo:

Ultimamente houveram discussões sobre a questão de hierarquização de opressões entre corpos trans e corpos negros, com algumas declarações de senso comum e racistas.

Independente do episódio, isso suscita um debate acalorado porque estamos envolvidos em transfobia e racismo. Eles fazem parte de nossa formação e compõe nossa personalidades e crenças mãos profundas, como a de que pessoas negras são inferiores ou que o instituto gênero seja estanque. A partir dessas considerações fiz algumas afirmações que podem auxiliar no debate.

Existe necessidade de mais empatia e mais vontade para aprofundar esse debate.

PRIMEIRO: Precisamos parar com as acusações e hierarquização de privilégios. Falar sobre o tema é de fundamental importância e denunciar os privilégios de algumas classes sobre outras fundamental. Mas precisamos lembrar que os privilégios não são um arpão que você usa para lançar quando lhe faltam argumentos.

Apontar privilégios existe apenas para que possamos compreender o quando estamos fudidos estruturalmente.

SEGUNDO: A origem e a natureza da opressão vai influenciar o grau de marginalização que sofreremos, mas cada pessoa tem sua vida pessoal e sua história que não podemos comparar.

TERCEIRO: Dói reconhecer privilégios. Eles existem.

Pessoas lgbt e negras sofrem opressão na sociedade. Ambos os grupos possuem pontos de tensão, onde um exerça poder sobre o outro.

Pessoas cis negras sofrem um tipo de marginalização que vai se interseccionar com varias opressões que os corpos trans sofrem.

Mas o racismo atravessa a todas as classes sociais, grupos de pessoas e identidades, portanto, não são as pessoas negras que oprimem Pessoas trans, mas antes, Pessoas trans negras sofrem opressão por serem negras e trans.

Como uma comunidade que nunca exerceu poder econômico, social ou cultural ditar a regra de como a transfobia funciona na sociedade?

Antes de ser trans, sempre fui negra e sempre sofri discriminação.

QUARTO: Pensem não em hierarquia, mas numa rede que se entrelaça e vibra com cada corpo nas duas intersecções (favor citar a fonte,rs)

Somos criminalizadas. Ponto.

O sistema quer que nos digladiemos

Pessoas trans e negras, infelizmente são as que sofrem mais nesse emaranhado estão esgarçadas lá na pinta junto com outros corpos trans.

O transfeminismo nasce do feminismo negro, não tem como dissociar. Também não dá pra culpar pessoas negras de contribuição para a transfobia porque o conceito de desvio das normas do gênero como instituição estão postos, por quem está no poder, ou seja, pelo homem cis Branco.

As únicas pessoas que tem a real legitimidade para criticar o racismo (declarações e qualquer crítica) vindo de uma pessoa trans, mesmo que identificado por companheiros gays negros cis e outros cis negros, e mesmo que estes tenham toda a liberdade, o lugar de fala importa por causa da intersecção do homem gay e a relação de desigualdade que existe entre os corpos gays e os trans.<sup>64</sup>

No mesmo sentido, valioso é o depoimento de Dandara, transativista que integrou o corpo da Casa Nem:

Na verdade, quando a gente fala sobre a travesti e a trans dentro da política somos sempre inseridas dentro de um núcleo LGBTQI-enfim, toda aquela sigla gigante, pra tentar botar todo mundo junto ali para ser inserido, mas só que não. É um núcleo que representa mais as pessoas cis do que as pessoas trans. Aí encontramos essa vertente trans dentro do feminismo para termos autonomia de contar a nossa própria história,

---

<sup>64</sup> Depoimento reproduzido integralmente do post publicado no *Facebook* por Alessandra Ramos, mulher negra, trans, assessora parlamentar do Deputado Federal Jean Wyllys. Disponível em <https://www.facebook.com/alessandra.amos.makkeda/posts/10156563687417658>. Acesso em 5 de agosto de 2018



refletir sobre as nossas políticas e as nossas próprias questões. Em contrapartida tem as RadFens, que é um feminismo branco e cis. São mulheres? São mulheres, entendo, mas elas têm raça, tem a raça negra que é esquecida. São as mulheres negras que nunca são inseridas dentro deste espaço, até porque, se você for pensar dentro dos movimentos negros, as mulheres negras não se dizem feministas. Até porque elas não se sentem inseridas, sabe. Por uma perspectiva histórica, a gente vê um feminismo totalmente branco e classista, e hoje eu vejo um feminismo branco e classista. Ou seja, nada mudou e continua a mesma coisa. Eu não me sinto representada enquanto trans. Quando vou discutir a cultura do estupro, não é interessante ter uma trans ali. Quando vou discutir uma questão sobre o gênero feminino, eles não acham interessante ter uma trans ali, até porque né, aquela pessoa foi um homem na vida. A partir do momento em que a gente se posiciona e se constitui socialmente, temos legitimidade como mulher (e como homem trans, quando é o caso) para pautar essas questões.<sup>65</sup>

Os depoimentos das transativistas Alessandra e Dandara são proveitosos para avaliar a pertinência da *interseccionalidade* nos movimentos identitários como um todo, cujo campo de luta primordial (o preconceito social, as ideologias originantes do poder masculino, branco, anglo-saxão, heterossexual, cisgênero) traduz as experiências de rebaixamento que afetam o autorrespeito moral, excluindo-os da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade. Isto é, os movimentos sociais identitários se formam quando experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências típicas de um grupo inteiro, que, assim organizados, engajam-se na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento (BOSCO, 2017, p. 78).

Esse reconhecimento de si mesmo é o que os movimentos sociais identitários procuram proporcionar aos indivíduos de seu grupo constituindo redes identitárias que lutam coletivamente em busca de conquistas de direitos, em âmbito propriamente jurídico, legal, político. É fundamental compreender que a luta por reconhecimento abrange instâncias diversas. O dinamismo do movimento LGBTTQIA+, que se manifesta desde o aumento do próprio acrônimo, trouxe uma compreensão das questões de gênero e sexualidade, em que a interseção fala mais da realidade do que a segmentação. Nas palavras da transativista Jaqueline Gomes de Jesus:

As primeiras a reconhecer isso foram as militantes lésbicas, daí as bissexuais, depois as mulheres trans, que estão cada vez mais envolvidas no feminismo, principalmente por meio do transfeminismo, linha de pensamento e ação feminista. Também tem que se reconhecer que existe identificação étnico-racial, tem pessoas negras, indígenas, como essas questões se colocam. É uma discussão nova para um movimento que surgiu em meados do século XX, em que essas identificações eram mais segmentadas, e hoje existe uma percepção maior da importância da interseção, na aproximação com a realidade da vida, que é interseccionada. Essa interação de forças traz embates,

---

<sup>65</sup> Trecho do depoimento de Dandara concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, e que gentilmente me disponibilizou o material para esta dissertação.

dificuldades de reconhecimento, mas pode ser muito rica por revelar quem faz parte de grupos que têm mais privilégios.<sup>66</sup>

Há, então, uma evidência emergente em torno destas redes identitárias: por se constituírem de corpos múltiplos, há também outros atravessamentos que revelam a complexidade das experiências sociais.

As mulheres trans e negras passam pelo abandono que não é só afetivo, a gente vê um abandono da própria sociedade em si. Dentro da vida das trans, dentro da população trans, a gente tem vários momentos de discussão em que nos percebemos tendo que se submeter a um padrão feminino, temos uma certa experiência de passar pela transexualidade, de me legitimar como mulher, normalmente a gente é carimbado, nos é remetido um carimbo da prostituição, normalmente é como eu entro no mercado da prostituição. Não que seja algo ruim, acho que se torna ruim quando não temos outra opção de vida, como fonte de subsistência. Quando a gente vai discutir isso, a gente vê a cafetinagem, a gente vê os cafetões e cafetinas que se tornaram transexuais, aí é o grande absurdo, uma tristeza pra gente. E aí essas cafetinas, para subsistir, se prostituem bastante para poderem ir para a Europa, colocam uma prótese, e aí to dizendo isso de uma trans branca. E o processo é diferente quando se trata de uma trans negra. A gente já vê a diferença quando a própria população nos declara primeiro como travesti, até porque a gente não se torna uma transexual porque a sociedade nos diz que, para ser trans, tem que ter prótese, tem que botar um silicone, enfim, entrar num padrão feminino. A gente vê essa separação: a trans é aquela que abre as Olimpíadas, mas a periférica, que tá dentro da favela e que estão se prostituindo para subsistir, elas são travestis, no aspecto pejorativo mesmo. Então a gente vai entrar nessa discussão de classe que atrai essa divisão. E o que eu vejo ao final é que essa sociedade não tem o poder de nos declarar. Quem nos declara somos nós mesmas. Eu me declaro transexual e também travesti, sabe, e é isso, é a minha escolha, o espaço é meu, o corpo é meu.<sup>67</sup>

A contribuição de Dandara corrobora o entendimento de que a identidade é um critério fluido, sendo, por isso, inadequado como critério em torno do qual as comunidades de luta pudessem ser organizadas -- nem mesmo durante aqueles períodos em que imaginávamos a identidade como o motor mais potente dos movimentos. As comunidades são sempre projetos políticos que não podem depender sempre da identidade. Mesmo durante o período em que a unidade negra era supostamente uma condição *sine qua non* de luta, isso era mais ficção do que qualquer outra coisa. A classe, o gênero e as fissuras sexuais que se escondiam por trás da construção da unidade expunham eventualmente essas e outras heterogeneidades que faziam da “unidade” um sonho impossível (DAVIS, 2009 [2005], p. 119-120).

A revelação da fragilidade inerente à aparente harmonia entre os corpos representados no acrônimo LBTTQIA+ sugere o desafio democrático de estabelecer um discurso político

<sup>66</sup> Depoimento de Jaqueline Gomes de Jesus, mulher trans, professora de psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e pesquisadora do Odara – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade, disponível em reportagem constante do Caderno 12 “Corpo: artigo indefinido”, disponível em [app.cadernosglobo.com.br](http://app.cadernosglobo.com.br). Acesso em 2 de agosto de 2018.

<sup>67</sup> Trecho do depoimento de Dandara concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, e que gentilmente me disponibilizou o material para esta dissertação.

que seja coerente e à altura da complexidade da vida em sociedade para além das identidades. O discurso deve perpassar por um filtro capaz de evidenciar privilégios, ao cabo de elucidar o grau de vulnerabilidade do corpo na conjuntura *necropolítica*, e a consequente demanda por *cuidado*<sup>68</sup>.

### 1.2.3.1 Conclusões parciais

Da íntima relação do campo de pesquisa com os movimentos identitários, contextualizei o que se poderia entender por trajetória do discurso LGBTTTQIA+, um movimento em que a identidade social se integra ao autoconceito dos indivíduos, que, por sua vez, deriva do seu conhecimento de pertencimento a um grupo social. Sugiro, portanto, que há uma significância afetiva em torno da unidade do movimento. A ideia de identidade social perpassa pela questão da diversidade, que assume uma abrangência complexa com os marcadores sociais da diferença, como gênero, classe social e raça.

Em consequência, a *necropolítica* cunhada por Mbembe, a *vida nua* de Agamben, associadas à dimensão do *biopoder* foucaultiano, acabam sendo ferramentas úteis ao propósito de compreender as relações de poder dentro do capitalismo na atualidade. Os conceitos são cirúrgicos ao apontar as técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas, mas principalmente as instituições governamentais, em relação à administração das coletividades descartáveis e supérfluas. Essas várias instâncias,

---

<sup>68</sup> Em complemento à nota de rodapé de nº 44, teço mais algumas considerações acerca do cuidado como uma categoria acadêmica. O cuidado foi também trabalhado por Biroli (2016) em um contexto de avaliação da democracia brasileira sob um recorte específico de gênero. Em sua obra “Gênero e desigualdades – limites da democracia no Brasil”, a autora se debruça sobre o papel desempenhado por mulheres (cisgêneras – pois a análise diz respeito a papéis desempenhados comumente por mulheres cisgêneras, como domésticas, criação de filhos, análise sobre o machismo em relações heterocentradas), reconhecendo a pertinência e importância desse papel de cuidado na reprodução do capitalismo, defendendo a necessidade de ser tido como paritário aos trabalhos remunerados (empregos formais) e, por conseguinte, devendo ser considerados essenciais também num debate sobre democracia. Isto é, no tocante ao gênero, a autora defende que se deve considerar as relações de gênero no cotidiano da vida social e os obstáculos informais à participação nos espaços institucionais, tendo em mente que sua posição não se esgota nas relações de sexo ou gênero, mas é definida em conjunto com variáveis como classe, raça, etnia, sexualidade e geração. Por sua vez, os obstáculos remetem a dinâmicas sociais de desvantagem que se entrelaçam à seletividade própria aos espaços formais de representação, historicamente masculinos – a ver pela conformação masculina e sexista das campanhas e do ambiente político; pelos óbices na construção das candidaturas e para as dificuldades na manutenção de carreiras políticas entre aquelas que passam pelo filtro eleitoral, exatamente o que foi abordado no evento político de despedida da ocupação. Nesta minha dissertação, me apropriei deste *cuidado*, tido como elemento que salta aos olhos de Biroli em sua pesquisa, e o abrangei para uma esfera além das circunstâncias e configurações analisadas pela autora, aprimorando a crítica aos limites da democracia no Brasil ao englobar a vulnerabilidade das mulheres trans e travestis, posto que contempladas no núcleo LGBTTTQIA+. Assim, compartilho da crítica aos limites da democracia no Brasil sustentando a crise sistêmica do cuidado, fruto da existência de corpos em situações de vulnerabilidade e precariedade que demandam um tratamento (cuidado) diferenciado levando em conta o seu lugar de fala.

imbricadas no nível dos processos políticos e econômicos, sustentam e operam também como fatores de segregação e de hierarquização social. Ou seja, a *biopolítica* e a *necropolítica*, articuladas em conjunto como possíveis traduções da atual fase do capitalismo, revelam formas e procedimentos múltiplos de ingerência direta e indireta na vida de todos na sociedade, de maneira proporcional aos privilégios inscritos em cada corpo.

Dentro desta multiplicidade advém a *interseccionalidade*, entendida como uma ferramenta de análise da interdependência entre as identidades e relações de poder, permitindo problematizações complexas, a exemplo: o que pode um indivíduo cisgênero e um indivíduo transgênero? O que pode um indivíduo heterossexual e um indivíduo homossexual? Como a raça influencia esse campo de possibilidades? O que pode um homem cisgênero negro comparado a um homem trans negro? Quais os poderes que recaem sobre uma mulher cisgênera negra e uma mulher trans negra? Como a classe social também aprimora esse debate? Tais perguntas circundam uma conjuntura de violência que não se produz simplesmente por uma razão identitária, mas que é estrutural posto que converge à organização do espaço público e às formas de poder, daí a pertinência da *necropolítica* e o que dela decorre: a *vulnerabilidade* do viver e a conseqüente demanda por *cuidado*.

O dinamismo em torno do próprio aumento do acrônimo LGBT ao atual LGBTTTQIA+ denota, por si, a complexidade das questões de gênero e sexualidade, em que a *interseção* fala mais da realidade do que a segmentação. Como, então, desempoderar os espaços frente à urgência da vida, frente à demanda de direitos? É dentro da conjuntura das experiências sociais de isolamento, desagregação, exploração e pobreza material, e que constituem a vulnerabilidade que demanda por cuidado, que emerge, enfim, o contexto mais bem delineado para a introdução da narrativa em torno da Casa Nem, *movimento social* em que a luta pela moradia se mistura com a pauta identitária, corporificando uma vertente incomum, porém legítima. Veremos.

## 2 O CAMPO DE PESQUISA

A narrativa construída até aqui emoldurou um cenário em que foi possível vislumbrar a premissa da qual parti no primeiro capítulo, que considera o espaço urbano como produto do trabalho social humano, no sentido de reconhecer a influência do sujeito no processo de construção deste espaço. Para tanto, contextualizei as tramas da vida ao elemento espacial inerentes às configurações sociopolíticas na interseção entre os bairros da Glória e Lapa (RJ). Expus uma perspectiva que considerasse a articulação das subjetividades na região, enunciando disputas, tensões, afetos e desafetos relacionados às trajetórias dos sujeitos que passaram menos de forma tangente e mais de maneira ativa interferindo nas engrenagens históricas do bairro. Figuras notórias como Vinicius de Moraes, Chiquinha Gonzaga, Aracy de Almeida, João Gilberto, Manuel Bandeira e Madame Satã nos revelam exemplos de corporalidades distintas, autênticas, plurais e que dão margem para dimensionarmos no bairro as inúmeras possibilidades de histórias de vida e de estar exposto à morte, as quais se somam às figuras anônimas, não menos importantes. Em suma, alternativas singulares e diversas de como habitar um espaço.

Há que se ressaltar a não-idealização em torno desta diversidade, haja vista que uma pluralidade de corpos tão distintos nos revela mecanismos diferentes nas relações de poder derivadas, sutis ou mesmo discriminatórias, seja em relação à convivência com a vizinhança, até mesmo em perspectiva governamental em suas várias nuances e instâncias.

No âmbito do capitalismo, é importante perceber como estas engrenagens atuam de forma não-homogênea, concretizados na disputa territorial em torno do que é habitável e inabitável, quais as possibilidades e limites de circulação de corpos e de liberdade na expressão das subjetividades, principalmente em conformidade aos interesses do capital, ao considerar a região como polo turístico da cidade do Rio de Janeiro.

O campo de análise é fecundo e várias perspectivas são possíveis à medida em que aguçamos nosso olhar e nossa escuta aos elementos que nos saltam aos olhos: os corpos são lidos por uma perspectiva racial, de classe social e de gênero. O que nos permite desnudar a falácia do espaço social e do próprio conhecimento isentos de subjetividades; pelo contrário, há tantas outras perspectivas coexistentes, mas que se relacionam em situação de atrito, de forma um tanto quanto conflituosa, prevalecendo padrões subjetivos reificados sob uma aparente objetividade/neutralidade. Isso, por sua vez, dá margem a episódios de discriminação, controle e humilhações, produzindo experiências sociais de isolamento, desagregação, exploração e pobreza material.

Como resultado desta constância de invisibilizações e apagamento de outras verdades, saberes e conhecimentos, evidencia-se uma *crise sistêmica do cuidado*, que nada mais é do que um sintoma de falha da democracia, que urge mediante a existência de corpos em situações de vulnerabilidade e precariedade que merecem tratamentos diferenciados a partir de seu lugar de fala. Em suma, procurei formular até aqui um arcabouço geopolítico narrado de forma a possibilitar a dimensão dos entraves, disputas, conflitos, que segregam os corpos a partir de suas subjetividades, as quais, por sua vez, correspondem às formas singulares das relações de poder derivadas nas tramas da vida.

Neste novo capítulo, seguindo a tendência de Telles (2010), optarei por um percurso exploratório. As explicações pertinentes sobre a cidade e as categorias prévias ou tipificações das personagens urbanas foram dadas, de forma não exaustiva – até porque nem foi este o objetivo. Aliás, é preciso que se diga: há uma vasta literatura de qualidade, permeada de informações, indicadores sociais e sofisticadas cartografias urbanas que fazem o traçado da pobreza no conjunto da cidade, dos pontos críticos de concentração da exclusão territorial e vulnerabilidade social à distribuição desigual dos equipamentos urbanos e serviços sociais. E no seu conjunto vão desenhando os contornos de uma cidade muito desigual, mas também heterogênea, com diferenciações importantes atravessando e compondo os territórios da pobreza. Enfim, o fato é que hoje sabemos mais e melhor sobre as características da pobreza urbana, sobre o modo como se distribui nos espaços das cidades e as variáveis que compõem sobre as situações de vulnerabilidade social e exclusão territorial. Mas sabemos pouco sobre as dinâmicas, processos e práticas sociais operantes nesse cenário urbano.

Não é o sujeito que teoriza o espaço quem nos interessa examinar, mas sim o sujeito que, no ato de produção do espaço (seu objeto) por meio da atividade prática e vital que a corporeidade lhe faculta, é compelido a uma racionalização, conciliando, no mesmo movimento, as transformações das condições materiais de sua existência às transformações das estruturas da consciência (LIMA, 2014, p. 17).

A reunião da subjetividade no corpo, fazendo da consciência um traço da experiência perceptiva, torna o sujeito corpóreo uma unidade vital preta de possibilidades. O corpo é um dos únicos meios concretos de conciliar ideia e prática, tornando-as práxis, convertendo-a em ação crítica, portanto, consciente, uma vez que toda prática humana implica em primeiro lugar uma ação do sujeito sobre seu corpo. O corpo confere um domínio prático ao sujeito, dando expressão e forma à subjetividade, ele compreende a unidade da diferença entre o sensível e o inteligível. A corporificação do pensamento qualifica a ação, tornando-a crítica e fazendo do homem um ser-no-mundo. (LIMA, 2014, p. 93)

Como, então, conciliar aspectos subjetivos ao corpo e a elementos concretos colocados em prática pelos sujeitos? Como é possível dar forma a este leque de possibilidades

aparentemente abstrato? Para responder a esta questão de ordem prática, a partir de agora, tentarei focar nas possibilidades de *agenciamentos* agarradas pelas agentes do campo, que serão devidamente introduzidas. A atenção será nas trajetórias individuais daquelas que corporificam o campo, com a finalidade de construir uma outra perspectiva dessas subjetividades, não sob o rótulo inferiorizado em torno dos processos de subalternização, vulnerabilidade e de precariedade inerentes à gestão *biopolítica-necropolítica*, imbuídas de princípios neoliberais e de caráter neocolonial outrora abordados por mim.

Não quero dizer que o trabalho de escrita feito até aqui deverá ser descartado. Acontece que o mundo social não se reduz às configurações que podem se constelar em torno desses dispositivos de poder, nas suas duas pontas. É justamente aqui onde se aloja o desafio de se compreender o modo como as linhas de força transversais aos mundos urbanos, que se conjugam em torno desses dispositivos (não são ficções, também compõem a ordem das coisas), escapam e se entrelaçam nas tramas sociais e nos *agenciamentos* práticos da vida social. (TELLES, 2010, p. 209).

Sugiro, então, a construção de uma etnografia a partir de um outro modo de interrogar essas realidades, que não parte de definições prévias e muitas vezes modelares de exclusão social, de segregação urbana ou de pobreza e que, no mais das vezes, deixam escapar a rede de relações e práticas que conformam um espaço social. Ao seguir os traçados dos percursos urbanos de indivíduos e suas famílias (aqui conceituada de forma ampla, baseada no mais genuíno afeto e não restrita às relações de consanguinidade), é a própria cidade que vai se perfilando. Não como contexto dado, geral e homogêneo, em função do qual situar “casos” e explicá-los em suas determinações. São múltiplos os perfis da cidade que vão se delineando nos contextos variados nos quais se inscrevem os atores e o jogo tenso (e por vezes conflitivo) de suas relações.

Situadas em seus contextos de referência e nos territórios traçados pelos percursos individuais e coletivos, essas trajetórias operam como prismas pelos quais o mundo urbano vai ganhando forma em suas diferentes modulações. E é isso que nos pode oferecer uma chave para apreender as dinâmicas urbanas que definem as condições de acesso à cidade e seus espaços, a trama dos atores, as modalidades de apropriação dos espaços e seus recursos. É justamente nessas tramas da cidade que se aloja a complicação atual e que será preciso, por isso mesmo, auscultar. É nessas tramas que os lances da vida são jogados, é aí que se processam as exclusões, as fraturas, os bloqueios. No meio, isto é, em tudo o que importa, não existe o vazio que expressões como a de exclusão social podem sugerir, porém os fios que tecem a tapeçaria do

mundo social, as tramas da cidade e nas quais estão em jogo os sentidos da vida e das formas de vida (TELLES, 2010, p. 13).

Levada ao cabo nestes termos, quero fazer desta etnografia não somente um documento ilustrativo da violência e resistência urbanas, mas também num sentido propositivo, traduzindo outras possibilidades de futuro, e mesmo as já existentes, ambas emergentes do campo. Para que, ao final, seja um terreno fecundo com margem à discussão sobre o direito e a democracia não apenas no plano macro, mas também no micro, haja vista que estão para além do instituído; são, igualmente, resultado de políticas subjetivas.

## 2.1 Justificativas metodológicas prévias da narrativa

A introdução do campo de pesquisa que se segue é resultado de uma narrativa construída por mim tendo por base uma coletânea de perspectivas dos fatos em torno da fundação da Casa Nem, e não exclusivamente a versão defendida por um ou outro sujeito. Ao assumir a minha posição de pesquisador, evidencio um ponto de partida subjetivo com a intenção de afastar qualquer expectativa de que a narrativa tal qual construída seria a única, ou então a mais legítima, tampouco que se pretenda universal. Para tanto, fez-se necessário a minha apresentação enquanto sujeito-pesquisador, declaradamente afetado pelo campo em todas as nuances, ressaltando a questão identitária e militante, com fundamento nas exposições anteriormente discutidas.

A narrativa adiante decorre, então, de uma interpretação pessoal resultante de outras perspectivas igualmente parciais e imbuídas de interesses por vezes conflitantes. Deixarei de expor as versões individualizadas, até porque qualquer escrita neste sentido nasceria eivada, no sentido de que a minha mediação por si já representa um elemento subjetivo externo, passível de uma falsa objetivação que não desse conta das subjetividades inerentes em cada defesa, bem como da minha própria subjetividade<sup>69</sup>. Assim, sustento uma perspectiva baseada (i) no dossiê público e disponível na *internet*, intitulado “Dossiê Golpe Nuvem”, de autoria de Maria Izabel

---

<sup>69</sup> Se a razão é produção humana, não se pode negar a “máquina” que lhe dá suporte e cria. Portanto, toda produção humana tem de levar em conta o corpo que a gera, assim como esse corpo é marcado pela sociedade em que está inserido. É no corpo que ocorre a dinâmica sutil, a mistura inexplicável entre os diversos ingredientes humanos: paixões, reações químicas, história, sentidos, simbólico, pensamentos tendo como resultados a intuição. É no corpo que surgem as estruturas lógicas e a consciência. O corpo é indissociável do simbólico. (ROCHA, 2014, p. 46)



Ferreira Zarzuela<sup>70</sup>, que se identifica como co-fundadora da Casa Nuvem<sup>71</sup>; e (ii) nos relatos públicos no *Facebook*<sup>72</sup> de Indianare Siqueira, mulher transativista e idealizadora da Casa Nem.

O dossiê diz respeito a uma coletânea de provas concebidas por Maria Izabel com a finalidade de atingir a imagem pública de Indianare, que até então tinha sido filiada ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. O dossiê busca dar conta de legitimar a perspectiva da parte, que se tornou assumidamente algoz de Indianare após um período de convívio comum em prol da gestão da Casa Nuvem, que foi extinta com a fundação da Casa Nem.

A narrativa, então, advém de um contexto das relações interpessoais entre os membros da Casa Nuvem com base no histórico de conversas travadas no grupo de *Whatsapp*<sup>73</sup>, disponível no dossiê, correspondente ao período em que estas personagens estiveram envolvidas em momentos anteriores à fundação da Casa Nem.

Esta contextualização é pertinente e oportuna, uma vez que as conversas travadas no grupo de *Whatsapp* da Casa Nuvem foram previamente selecionadas e disponibilizadas na *internet* por Maria Izabel, cuja parcialidade também se extrai da escolha por identificar as falas de Indianare num universo em que as demais personagens foram todas omitidas. Embora a reprodução das falas tenha sido disponibilizada no dossiê de forma acrítica, ou seja, desprovida de qualquer problematização, isso não implica em qualquer presunção de neutralidade, ou mesmo indiferença. Sabido da pluralidade de pautas, assuntos e conversas travados em grupos de *Whatsapp* de pessoas reunidas sob um denominador comum, por comungarem de determinada afinidade, qualquer que seja, é certo que houve um critério de escolha, seleção e eliminação do teor que veio a ser disponibilizado no dossiê, por Maria Izabel.

Igualmente, a omissão das demais personagens preserva suas identidades, ao mesmo tempo expõe Indianare, cujo protagonismo reconhecido no aludido dossiê converge ao propósito de construir uma imagem em que ela figurasse como algoz. Faço esta afirmação a partir de algumas evidências, tais como a presença de outras figuras públicas no coletivo

---

<sup>70</sup> O dossiê está disponível em <https://isabelzarzuela.wixsite.com/dossiergolpenuvem>. Acesso em 5 de agosto de 2018.

<sup>71</sup> O fato destes conteúdos terem sido disponibilizado pelas próprias partes sob domínio público na *internet* dispensa a autorização prévia para os fins desta dissertação.

<sup>72</sup> O *Facebook* é uma mídia social e rede social virtual amplamente utilizada por pessoas ao redor do mundo, não havendo um padrão específico de público. Trata-se de uma plataforma que nos serve como uma espécie de assessoria de *marketing* pessoal: um perfil por RG, com uma rede territorial de amigos, dentro de uma bolha de interesses sociais e opiniões afins.

<sup>73</sup> O *Whatsapp* é uma tecnologia contemporânea que permite a comunicação ampla entre as pessoas com agilidade: além de textos, permite combinar figuras formando pictogramas, áudios, vídeos curtos, links. Sua relevância na atualidade pode ser mensurada de diversas formas, sendo a mais evidente a campanha eleitoral baseada majoritariamente em fake news do presidente eleito Jair Bolsonaro, que demonstrou como o *Whatsapp* é popular, democrático e, também, ingovernável.

Nuvem, como políticos. Ou seja, a omissão das demais personagens não poderia se justificar na premissa de que são cidadãs anônimas.

Ao identificar somente a Indianare, está-se fazendo a devida correspondência entre a fala e o sujeito que a enuncia. Na medida em que Maria Izabel e Indianare passaram a ter interesses e perspectivas distintas e conflituosas, neste contexto específico que culminou com a fundação da Casa Nem, concluo se tratar de uma estratégia de construção de uma narrativa subjetivamente complexa. Ao final das contas, tanto Maria Izabel quanto Indianare figuram como Rés no processo judicial ainda em trâmite, do qual emanou-se a decisão determinando a desocupação da casa, efetivamente cumprida no dia 5 de dezembro de 2018<sup>74</sup>, data de corte final para os fins da etnografia exposta adiante.

Diante disso, reconheci um desafio em torno do dossiê: o de apropriação das provas em busca de uma ressignificação em vista de sua finalidade. Dando conta de que Indianare é a principal liderança da Casa Nem, a devida associação às suas falas, da forma como fez Maria Izabel, associadas às suas postagens públicas em sua página no *Facebook*, contextualizadas em momentos críticos, de provas, disputas, evidenciaram um elemento-chave para a análise e compreensão da estratégia de *publicizar*<sup>75</sup> o problema social referente à *transfobia*, palavra de ordem política primordial do campo, que também está imbricado na luta pela moradia.

Os recortes das conversas de *Whatsapp* feitos por Maria Izabel me permitiram focalizar o olhar sociológico nos processos de constituição e de formação de espaços públicos a partir das críticas elaboradas *a posteriori* por Indianare em suas postagens no *Facebook*, a respeito dos fatos desencadeados no cotidiano. Ou seja, há uma situação recortada que está dada: o acontecimento momentâneo do cotidiano de disputas, tensões, circunstâncias críticas,

---

<sup>74</sup> Em razão disso, também esclareço ter me debruçado sobre os autos do processo judicial nº 0431587-11.2016.8.19.0001, ação de despejo referente ao imóvel da Casa Nem, em trâmite perante a 34ª Vara Cível da Comarca da Capital. O processo é uma fonte válida e extremamente valiosa à presente dissertação, principalmente com a finalidade de construir críticas ao Direito vigente, o que farei em capítulo oportuno. Para os fins da narrativa em torno da fundação da Casa Nem, por ora optei por não me vincular única e integralmente ao que se sucedeu no referido processo, haja vista que o ocorrido não se exaure no campo de análise do Direito normativamente vigente. Em outras palavras, advirto que não se poder ver com ingenuidade o local superior que o discurso do Direito ocupa, resultante de um espaço de fala privilegiado e resultado do rebaixamento de outros pontos de vista: “permite-se julgar os demais conhecimentos, mas não se permite ser julgado por eles. Legitima-se como espaço do diálogo e da refutação, porém somente para aqueles que cumprem os critérios definidos por ele” (ROCHA, 2014, p. 33).

<sup>75</sup> Publicização é um termo que se refere simultaneamente ao processo de construção do público e do seu resultado, do ponto de vista dos atores sociais nele envolvidos em um movimento espacial-temporal, sempre em curso de elaboração (Freire, 2013). A Autora defende que a perspectiva do processo em detrimento do resultado é relevante, pois indicaria uma diferença central na concepção do modo de tratar a relação entre o processo resultante da elaboração de um público (publicidade) e seu resultado. Através da *bricolagem*, a Autora demonstra como é possível focalizar o olhar sociológico nos processos de constituição e de formação de espaços públicos a partir das críticas elaboradas pelos atores sociais em situação. Permite, assim, analisar coletivos a partir das percepções dos próprios atores sobre o que consideram justo e injusto, de situação em situação, e entender como estes “sentidos do justo e do injusto” constituem a trama da construção da ordem pública. (Freire, 2013, p. 721-722)

registrado no histórico de conversas do grupo de *Whatsapp*, e a posterior reflexão, problematização e crítica elaborada e publicizada por Indianare em sua página no *Facebook*.

A relação entre esses elementos me permitiu analisar o campo de pesquisa a partir das percepções de Indianare, na qualidade de *agente competente*<sup>76</sup>, sobre o que considera justo e injusto, de *situação em situação*<sup>77</sup>, e entender como estes sentidos do justo e do injusto constituem a trama da construção da ordem pública em torno da *transfobia* associada à luta pela moradia. Isto é, me apropriei do aludido histórico de conversas do *Whatsapp*, disponibilizado na *internet* com uma finalidade diversa, para ilustrar a *práxis*, o *modus operandi* do processo de publicização, inerente à militância de Indianare, no decorrer de dada cronologia que culminou na fundação da Casa Nem.

Essas observações prévias são pertinentes como justificativa metodológica, pois, ao conceber a participação ativa do homem na produção de sentidos ditos objetivos, reverberam na desconstrução de uma ilusão simplificadora de uma realidade coerente, lógica e não contraditória, bem como na aceitação do caráter conflitivo, antagônico e complexo do sistema do real. O sujeito é produto de uma contradição que lhe é implícita, e isso é o que constitui o caráter criativo e transformador do ser humano. A realidade como um sistema subjetivo complexo é sempre passível de múltiplas interpretações, sendo imperioso deixar consignado o meu lugar de fala e quais são as minhas escolhas para contextualizar a narrativa que se segue.

Por fim, e a título explicativo, esclareço que elaborei um texto que possibilitasse uma leitura mais cadente, coesa e dinâmica das relações interpessoais (intercorporais) do Coletivo

---

<sup>76</sup> Em todas estas abordagens, (...), a articulação volta-se para uma postura descritiva e interpretativa que considera o ator social como um agente competente, na mesma direção da etnometodologia. Pela expressão de “agentes competentes”, entende-se que as pessoas possuem e desenvolvem competências próprias quando problematizam determinados assuntos, mesmo que suas formulações não sejam compartilhadas pelo observador. Neste sentido, a compreensão dos públicos que estudei partiu de um esforço de reconstituição analítica das competências acionadas em um horizonte de publicização. Uma sociologia descritiva destas lógicas sociais revela-se também de suma importância para apreender as formas de acesso ao espaço público. Pois elucida não somente o entendimento da construção do espaço público, mas também, por extensão, da ordem social e pública a partir do esforço analítico de reconstituição do mosaico dessas competências. (Freire, 2013, p. 722)

<sup>77</sup> A definição da situação se assemelha assim a uma expectativa que temos de uma situação e agimos em consequência desta. (...) A situação, quando problematizada em sociologia, envolve muitos outros componentes analíticos do que a simples posição de um ator em um tempo e lugar determinado. A ideia de situação diz respeito a um espaço-tempo definido convencionalmente em que os participantes comunicam ou controlam sua aparência, sua linguagem corporal e suas atividades. Mais ainda, as situações se constroem segundo certos princípios de organização que estruturam eventos sociais e nosso engajamento subjetivo. Ela organiza a experiência e o engajamento individuais na vida social. Mas este engajamento, também situado, depende da possibilidade de nossos esquemas mentais e cognitivos estarem ajustados a determinadas situações. Pelo conceito de *frame* (quadro) de Goffman (2012), é possível analisar as situações, pois se trata de um esquema perceptivo, cognitivo e prático da experiência social, que permite compreender o que acontece em uma situação e como nela se envolver. Eis um dispositivo cognitivo e prático de organização da experiência que tornam os acontecimentos inteligíveis e, então, estrutura ao mesmo tempo o modo como definimos e interpretamos uma situação e o nosso envolvimento em um curso de ação. (Freire, 2013, p. 723)

Nuvem no cotidiano, tendo por base o histórico das conversas de *Whatsapp* referenciados nas respectivas notas de rodapé. No exame de qualificação me foi sugerido mencionar as conversas e transferir o material de base (histórico do *Whatsapp*) como anexos pós-textuais, a fim de que a estética do texto ficasse “menos poluída”. Em contrapartida, reitero a pertinência de se manter o corpo da narrativa da forma que se segue, pois se trata, antes de tudo, de induzir o leitor a efetivamente ler a narrativa e, de forma dinâmica, já se situar em relação à maneira como as relações interpessoais do Coletivo Nuvem foram se configurando de acordo com a temporalidade de cada conversa, diálogos, discussões e disputas.

A temporalidade, em seguida, pois a pesquisa deve se sensibilizar à emergência temporal das ações coletivas, e esta questão não se constrói somente por meio de mapas. O curso da ação não é uniforme; é semeado de arapucas, interrompido por peripécias e giros imprevisíveis, é exposto a maquinações e armadilhas, é relançado por manobras e projetos. Em suma, o preço da liberdade de agir repousa na imprevisibilidade de seus resultados e de suas consequências (CEFAÏ, 2009, p. 34-35).

Há também que se considerar a questão da praticidade levando-se em conta esta sugestão de leitura. Em outras palavras, seria muito mais fácil ao leitor fazer o trabalho de ler a minha narrativa e se orientar em relação aos anexos pós-textuais, se assim achasse pertinente. Ademais, esta estrutura faria com que se presumisse a veracidade da minha narrativa, sendo que, da forma como construí adiante, a checagem do que escrevi com base no histórico referenciado logo abaixo, na nota de rodapé correspondente, é um convite ao leitor para “navegar visualmente na grande confusão, esforçando-se para ligar as contingências que lhe acontecem e às quais é submetida, tentando retraçar e relançar linhas de ação, enfrentando situações que lhe fogem do domínio” (CEFAÏ, 2009, p. 34-35).

Assim, esclarecido e tendo sugerido uma forma específica e justificada de navegação, convido o leitor a despertar um olhar sociológico sobre um aparente mero e simples histórico de *Whatsapp*, para que, ao cabo, seja possível sustentar Casa Nem como um *movimento social* categorizado por *ocupação-identitária*.

## **2.2 A fundação da Casa Nem, *ocupação-identitária***

A Casa Nem ocupou o espaço onde se instalou a Casa Nuvem, situada na Rua Morais e Vale, n. 18, Lapa, sendo pertinente e oportuno introduzir os fatos a partir do passado. A Casa Nuvem foi fundada em fevereiro de 2013 por um grupo de pessoas afins (homens, mulheres, de várias etnias, idades, gêneros e classe social diversos, e com ocupações profissionais também

distintos) com o objetivo de promover encontros, festas, experimentações culturais e artísticas. Foi um espaço de encontro de diferentes pessoas e grupos que agiam nos campos do ativismo criativo, movimento *hacker*, ciclo-ativismo, experimentação artística e cultura viva.

Entre 2014 e o início de 2016, período de notória efervescência política no Brasil, em que se destacam os efeitos pós-junho de 2013 e os mega-eventos esportivos internacionais que o sucederam, atividades políticas ganharam maior escopo na Casa Nuvem, com destaque às pautas das liberdades de expressão, diversidade de corpos e sexualidade. O Ponto de Cultura Casa Nuvem surge neste contexto. É também neste caminho que acontece a aproximação e associação de Indianare Siqueira, que implementou o projeto Prepara Nem na Casa Nuvem em meados de junho de 2015, com o objetivo de oferecer aulas e atividades voltadas à capacitação educacional e profissional a pessoas LGBTQIA+ em situação de precariedade e/ou vulnerabilidade, preferencialmente a travestis e transexuais. A partir de então, o Projeto foi se robustecendo e ganhando repercussão social<sup>78</sup>, bem como a relação de Indianare com o espaço e com as pessoas da Casa Nuvem foi se estreitando gradativamente<sup>79</sup>.

Por se tratar de um coletivo auto-gestionário e com orçamento limitado, a gestão da Casa Nuvem sempre foi uma questão delicada, principalmente de ordem financeira, tendo motivado o distanciamento temporário ou definitivo de alguns membros.

A dinâmica de um coletivo plural como o Nuvem é ilustrativa de uma realidade subjetiva complexa, em que o mero interesse em comum entre os membros por vezes não

---

<sup>78</sup> A constar: notícia veiculada pelo G1 disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/curso-preparatorio-para-o-enem-reune-transexuais-e-travestis-no-rio.html>; notícia veiculada pela EBC disponível em <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/07/voluntarios-se-mobilizam-na-preparacao-de-transexuais-para-o-enem>; notícia veiculada pela Hypeness disponível em <https://www.hypeness.com.br/2016/08/casa-nem-e-um-exemplo-de-amor-acolhimento-e-apoio-a-transexuais-travestis-e-transgeneros-no-rj/>. Acesso em 5 de agosto de 2018.

<sup>79</sup> Veja a conversa informal no grupo do Whatsapp, disponível em [https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a\\_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf), p. 15, como fundamento para tal afirmação:

20/11/15 23:42:26: *Indianara Siqueira: Pessoas ando um pouco exausta de tantas coisas. Mas o Prepara foi bombástico e me tomou muito. Cheguei hoje de Juiz de Fora-MG e já terei que embarcar pra SP às 8:30. Só poderei estar na casa terça rapidamente, pois já tenho O Observatório da Prostituição da UFRJ do qual faço parte que fará um evento com prostitutas de várias partes do Brasil que começa segunda abertura e terça minha mesa. Fora isso temos o calendário do Prepara pra 2016 com alunes posando na página de casa mês. Também alguns outros eventos e viagens. Estou um pouco exausta e depois de alguns fatos decidi me afastar um pouco da Casa Nuvem. Pensei muito antes de tomar a decisão. Só peço que quando eu não puder estar pra acolher as pessoas Transvestigeneres, que vcs o façam como se estivessem me recebendo e ponham de lado os preconceitos biológicos, sociais e religiosos ocidentais ortodoxos. É só um pedido por favor. Sem problematizar nada e nem ninguém. Beijás.*

20/11/15 23:46:27: *Indianara Siqueira: E ainda tem o Alfabetiza Nem e o Prepara se estendendo pra Baixada na Escola da Tia Angelica e pra Lona Cultural em Campo Grande Zona Oeste + o Prepara de idiomas e Noções de informática.*

20/11/15 23:46:57: *Indianara Siqueira: Era pra ser algo simples e se tornou muito além do objetivo.*

20/11/15 23:47:08: *Indianara Siqueira: É bom mas exaustivo.*

sustenta a harmonia em situações cotidianas críticas, de tensões, desentendimentos, disputa. Emergem aqui questões complexas referentes à convivência entre pessoas cisgêneras com pessoas travestis e transexuais, que culminou, numa certa ocasião, numa reflexão crítica de Indianare a respeito do feminismo excludente do movimento trans, seguida de sua retirada do grupo por conta própria<sup>80</sup>. A situação delicada, e certamente embaraçosa à imagem de um coletivo que se pretende plural e cujo discurso é de tolerância e apoio à diversidade, acabou provocando uma auto-crítica coletiva oportuna<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> Veja a conversa informal no grupo do Whatsapp, disponível em [https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a\\_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf), p. 25-28, como fundamento para tal afirmação:

25/11/15 20:16:57: *Indianara Siqueira: Na Nuvem a pouco tempo houve uma discussão sobre o que é ser mulher. Diziam que mulher nasce de buceta engravida aborta é socializada como mulher. Enfim um papo bem Rad Swerf Terf feminista. Talvez tenham esquecido que eu estava na sala ao lado, ou não me viram ou foi pontual. Não sei. Só escutei. E desse grupo também me afastei. Abaixo um post que fiz depois que minhas páginas foram atacadas, derrubadas e depois de ser exposta por uma declaração que fiz na Conferencia Internacional SSEXBOX em SP. Hoje decidi não ir à manifestação das mulheres e nem em eventos onde estaria na mesa de debate.*

#### POSTAGEM

*Recentemente fui atacada e exposta em uma página pelas radswerterfs por dizer que :Em 2014 foram mais de 5 mil mulheres assassinadas em relações ditas seguras ou quando essa relação acabou por algum motivo, mesmo que um dos principais motivo de separação foi a violência que essas mulheres sofriam de seus ex-companheiros e ou companheiros nessas relações ditas "matrimônio ". Então eu disse que:Dizem que a prostituição é violenta,mas não tivemos mais de 5 mil putas assassinadas em 2014.O que me leva a conclusão que nesse país é mais seguro ser puta do que esposa. Não quis com isso desmerecer a violência que nós putes sofremos em uma profissão estigmatizada e que no Brasil por mais que não seja crime legalmente,moralmente somos condenadas. Mas lembre-se que putes sofrem violência porque são mulheres cisgeneras e transvestis e que essa violência é também praticada por homens e principalmente pelos homens do estado (policiais principalmemte) Afinal a lei Maria da Penha faz homenagem à uma mulher que hoje está em uma cadeira de rodas porque um dia optou (muitas vezes é também imposto ou falta de opcao)se casar e não "por falta de opção " decidiu ser puta. Somos violentadas porque um dia inventaram a palavra mulher para definir aquilo que não é homem/macho/masculino,então mulheres perderam direitos sendo discriminadas como frageis,sem capacidade de tomarem decisões,passando a terem a necessidade de serem tuteladas pelos homens e pelo estado, precisando deles pra existirem.Por conseguinte tudo o que não é homem/macho/masculino também tinha que sofrer discriminação e sem possibilidade de existir e assim gays,lesbicas, (a)efeminades,transvestigeneres,intersexes/ intergeneres,queers e todes que não eram conformes ao que era definido como homem /macho /masculino. O binarismo imposto nos separou e nos impede de existir. Vamos nos unir contra o machismo do patriarcado que nos violenta e não nos violentarmos entre nós por conta de nossas interseccionalides. Lutemos por nossas especificidades para que isso nos una cada vez mais em uma luta específica contra o machismo,racismo,homolesbobitransvestigenerereinterqueerfobies,capacitando,putofobia e todes outres preconceitos e discriminações que nos oprimem e impedem de existir enquanto seres humanes. Me respeitar não é um favor que me fazes,é tua obrigação,dever e um direito que tenho.*

*Obrigada.*

*Indianara Sophia Fenix.*

*Pessoa de peito e pau.*

25/11/15 20:17:19: *Indianara Siqueira left*

<sup>81</sup> Veja a conversa informal no grupo do Whatsapp, disponível em [https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a\\_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf), p. 25-28, como fundamento para tal afirmação:

Os desentendimentos cotidianos refletiam na dinâmica interpessoal no grupo do *Whatsapp*, e vice-versa, de modo que as resoluções eram vistas e revistas a todo tempo, tanto que, no exemplo em questão, a retirada de Indianare não foi definitiva; foi readicionada no grupo um tempo depois, por requisição própria, e as conversas voltaram a fluir normalmente.

O convite para o *Desnatal*<sup>82</sup> feito por ela aos demais do coletivo é ilustrativo de como a realidade nunca está dada, isto é, há sempre a possibilidade de uma re-configuração, reajuste, ainda que ocorrida alguma circunstância crítica, de desentendimentos, tensões, críticas, etc<sup>83</sup>.

---

25/11/15 20:27:33: *FULANO: Poxa pq indianar saiu?*

25/11/15 21:11:34: *BELTRANO: Puxa gente!!!!*

25/11/15 21:11:55: *BELTRANO: Temos que nos posicionar com relação a questão da Indi*

25/11/15 21:12:45: *BELTRANO: Doeu em mim tb!!!!*

25/11/15 21:15:02: *FULANO: Achei caidíssimo.*

25/11/15 21:15:24: *FULANO: Essa coisa dela se sentir discriminada na casa nuvem :(((*

25/11/15 21:18:09: *FULANA: Hm, acho que deixou isso mais como nota educativa para a posterioridade. Antes tinha explicado os motivos de sua saída e não mencionou isso, se bem me lembro.*

25/11/15 22:09:24: *BELTRANA: :( Nossa, fiquei muito triste Tb! Acho super importante a gente levar pra assembléia sim, voltar a debater pontos de convivência, conceitos, causas, ou o nome que for, para além das questões práticas. Acho q todo mundo tem o que aprender e crescer com essa troca. Espero q ela possa estar na segunda.*

25/11/15 22:10:04: *FULANO: A fulana saiu do whatsapp porque queria arejar a cabeça da nuvem... a indianara ja nao sei*

26/11/15 07:41:28: *FULANA: A ocupação do quarto do fundo e a convivência entre elas trouxe isto. Quando eu ia de manhã e uma ou outra estavam lá, e o que acontecia e falavam umas ou outras. Eu acabaria com ele já pelo menos para esse uso. Daí vem tudo.*

<sup>82</sup> O “desnatal” se trata de um evento concebido por Indianare de caráter herege e contrário ao ideal de família tradicional cristã, tendo em vista a própria anfitriã (uma travesti) e que procura reunir pessoas LGBTQIA+ expulsas do convívio familiar por questões de gênero e sexualidade. O evento acontece sempre na mesma data do Natal e ocorre na casa de Indianare, no bairro Santíssimo, situado na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

<sup>83</sup> Veja a conversa informal no grupo do *Whatsapp*, disponível em [https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a\\_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf), p. 42-43, como fundamento para tal afirmação:

23/12/15 15:50:05: *Indianara Siqueira: Gente não tão boa assim.Então... Amanhã terá Desnatal 2 edição aqui em casa.Virão as transvestigeneres do Prepara Nem,as que dormem no aterro e outres pressoes amigues ou das ruas que conseguirmos trazer. Minha piscina furou e conseguimos doações pra comprar outra que depois podemos usar na festa com moradores. Pensei em passar uns filminhos fazer karaokê e precisarei dos equipamentos tipo microfones,notebook ( os meus 2 queimaram e o computador que hevelin me deu está com a placa mãe queimada) e outras coisas. Posso pegar hj de carro e devolver dia 27?*

23/12/15 15:58:23: *FULANO: <3 presidente e sua revolução do microcosmo <3*

23/12/15 15:59:25: *BELTRANA: ☺ coisa linda!*

23/12/15 15:59:34: *BELTRANO: Por mim liberado indianara*

23/12/15 16:11:34: *Indianara Siqueira: E quem quiser contribuir pro nosso Desnatal pode depositar qualquer quantia na conta do Bradesco agência 0000-0 conta 0000000-0 nome Beltrano Sobrenome. Cpf 000.000.000-00. Ou enviar muito amor. Cus só aceitaremos entregas no local.*



Os constantes arranjos e rearranjos decorrentes da dinâmica das relações do grupo, e que refletem a situação no plano fático, ao mesmo tempo em que renovavam o pacto coletivo como evidência da superação de determinada controvérsia, também deixam marcas que se perpetuavam sob a forma de provocações.

Nesse sentido, é notório como a convivência de Indianare com pessoas cisgêneras foi e é sempre permeada por uma reiterada marcação a respeito da *transfobia*, uma espécie de fronteira metafórica que demarca o *privilégio cis-heteronormativo*. Esta postura é reafirmada em muitas situações, mesmo as mais banais, a exemplo do mutirão de limpeza de fim de ano ocorrido na Casa Nuvem<sup>84</sup>.

---

23/12/15 16:24:18: BELTRANA: Presiiiiiiiiii..... Bom desnatam pea vocês. Por mim pode tudo.

23/12/15 17:38:49: Indianara Siqueira: Gente e quem tiver carro e puder colar amanhã

23/12/15 17:39:31: Indianara Siqueira: Pra fazer um arrastão trazendo o povo que está em situação de rua agradecemos.

24/12/15 12:43:04: Indianara Siqueira: Hoje 22 hrs até amanhã de noite.

24/12/15 13:04:52: FULANO: <3

24/12/15 13:26:38: BELTRANA: Feliz navidad

<sup>84</sup> Veja a conversa informal no grupo do Whatsapp, disponível em [https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a\\_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf), p. 45-50, como fundamento para tal afirmação:

28/12/15 09:42:56: FULANO: Abque horas vai começar a limpeza?

28/12/15 10:27:21: BELTRANA: Eu já estou aqui começando. Fulano e Beltrana foram tratar dumas coisas mas já voltam. Pode chegar para ensinar a usar a tua máquina fulana

28/12/15 10:28:05: BELTRANA: Todos os demais do grupo são bem-vindos. Esqueci trazer coluna de som. Se alguém tiver uma traga

28/12/15 10:57:12: BELTRANA: Até que horas vocês ficam?

28/12/15 11:04:18: FULANA: Até sempre :)

28/12/15 12:44:48: Indianara Siqueira: Fico aqui a beira da piscina apoiando vcs.Chego depois que vocês terminarem a "limpeza" pra averiguar se foi bem feito. Beijás.

28/12/15 12:47:30: Indianara Siqueira: Melhor programa de pro fim de ano. Mutirão de limpeza na Nuvem.

28/12/15 12:51:01: BELTRANA: Faz comida pra nois Indi

28/12/15 12:55:15: Indianara Siqueira: Sinto muito querides Estou separando as fotos das 130 travestis assassinadas em 2015 e uma que foi queimada com gasolina dia 27 e está na UTI por culpa des filhas da tradicional família cis-hetero normativa. Tenho mais o que fazer a beira da minha piscina inflável que cozinhar. Não se cama em muito. Beijás.

28/12/15 16:49:41: FULANA: Indi, estão aqui dois frigobares que vão para o lixo amanhã. Se quiseres vem buscar

29/12/15 08:56:15: Indianara Siqueira: Tudo o que está no frigobar da copa em cima são coisas minhas,pois estava usando como locker.Não joguem nada.

29/12/15 08:59:35: FULANO: pode deixar indianara... ja sabemos



---

29/12/15 09:00:05: *FULANO: <3*

29/12/15 08:57:41: *Indianara Siqueira: O outro podem jogar.Ia usar mas podem jogar.*

29/12/15 08:59:50: *Indianara Siqueira: Também tem uma espécie de estante branca onde colocaram as coisas do Tantaó.Não joguem que vou fazer uma biblioteca pras crianças da rua.*

30/12/15 04:16:28: *Indianara Siqueira: Bom passei essa madrugada,separei meu freezer-locker pra vcs não jogarem fora,as asas,mais livros e quadros do PREPARA pra vcs não jogarem fora também. Espero que não se metam com essas coisas. E também vão preparar coisaa pro Reveillon fazer algo de mais útil pra humanidade. Era só uma limpeza arrumação que virou loucura de um monte de coisas sendo retiradas do lugar. Já que vcs queriam um "Faxinão" tivessem exigido quando isso era pago.Não se aproveitar de uma idéia simples que Evelyn deu pra "terem orgasmos de limpeza" e complicar as coisas em uma época festiva onde NÓS de movimentos sociais (NÓS não são vocês ) estamos preocupados com outres pessoas e em como será a festa pra esses. Obrigada.*

30/12/15 10:14:08: *BELTRANA: Na boa Indianara .... Te admiro um monte ..... Mas as vezes você consegue ser bem babaca....Sai do pedestal mona.... Ta lindo o multirão.*

30/12/15 12:31:27: *Indianara Siqueira: Sou sempre babaca Fulana e não, não saio do pedestal.Saia você e tua babaquice antes pra me dar espaço. Babaca.*

30/12/15 12:33:38: *Indianara Siqueira: E não me admire.Quero pessoas trans-trA Vestis-transgeneras me admirando e não babacas como vocês. Obrigada.De nada babaca.*

30/12/15 12:36:53: *Indianara Siqueira: Tá uma merda o mutirão.Eu sozinha fazia mil vezes melhor babaca. Mas com as travas babaca do Prepara não precisaria de l istinhas "redunda ntes" pra fazer faxina. Sua Fulana babaca.*

30/12/15 12:40:39: *Indianara Siqueira: A ideia da Beltrana nem era essa merda que vcs fizeram.Era pra colocar as coisas no km lugar.Portas,etc. Mas quero quero que vocês "não babacas" SE FODAM.*

30/12/15 12:46:07: *Indianara Siqueira: Babaca é vc otaria.Aprendam a escutaram e verem a lém da vidinha mediocre de vocês "NÃO babacas". E fodam-se médiocres cisgeneres de merda. De merda não,que A merda serve pra alguma coisa.Já vocês pra nada. Sua "Não babaca"*

30/12/15 13:00:01: *FULANO: gente*

30/12/15 13:00:05: *FULANO: que horror*

30/12/15 13:00:41: *Indianara Siqueira: Nossaasss que horror. Ue,mas não era vc argumentando comigo a pouco!?! Vai lá Beltrano.Defenda as "não babacas" cis. Tenho mais o que fazer enquanto babaca.*

30/12/15 13:05:45: *FULANO: esses insultos todos nao levam a nada*

30/12/15 13:03:54: *Indianara Siqueira: Olha A classe cisgenere privilegiada me chamando de babaca. Vai ser escrachado otaria.E vou fazer questão de saber quando vc vai estar na casa pra chamar as travas e te escrachar.*

30/12/15 13:05:23: *Indianara Siqueira: Levam sim Fulano Fazem cair as máscaras de quem nunca me suportou. E não é a única.*

30/12/15 13:06:11: *Indianara Siqueira: Pessoas "não babacas" se mostrem porfa.*

30/12/15 13:16:27: *Indianara Siqueira: Ah e por favor. Continuem não se envolvendo com as bichas marginais do Prepara.Nosso sucesso dependeu até hoje do não envolvimento de vocês.*

30/12/15 13:45:19: *Indianara Siqueira: A ideia da Beltrana:-Vamos arrumar o que tá quebrado e limpar. Não era se incomodar com coisas que vcs nem sabem de que performance,Oficina ou movimento é. Um monte de coisa sendo tirada de espaços que antes vazios,hoje usados.Coisas que nunca incomodaram (até porque fizeram parte do movimento pra que foi necessário ser usado ). Mas talvez seja só a babaca aqui que romantiza um simples pano com lantejoulas usado em performances. Produzimos mais lixo!?! Reciclados!?! Damos novo uso!?! É realmente sou babaca.*

30/12/15 14:01:09: *FULANA: Indianara, optamos por remover as coisas do lugar para poder limpar os lugares q sempre ficam esquecidos, os cantinhos, o sótão. Também para reformular os espaços, mudar móveis de lugar, para dar uma nova cara e Tb poder dar a cara q queremos para andar com o plano de aluguel dos espaços. Além disso, metralhamos com jato d'água os cômodos, então precisamos tirar as coisas de dentro para depois devolve-las. O objetivo não passa por mexer em materiais que estão em uso (mesmo os que estão guardados, não utilizados agora). O que foi retirado como entulho era lixo mesmo, coisas quebradas, podres, ou q não pertenciam a ninguém*

Em janeiro de 2016, houve um movimento para a realização de uma festa do lançamento do Calendário do Prepara Nem, desenvolvido por Indianare com as *alunes*<sup>85</sup>. No grupo do

---

*nem a nenhum movimento. A faxina de ontem (a que eu posso falar porque estava presente) foi intensa, cansativa, mas tb divertida e prazerosa. Pudemos nos divertir, tomar muitos banhos, e confraternizar nesse espaço que é coletivo, é comum. Então, pra finalizar, é aí que entra a lindeza do mutirão, o envolvimento entre os associados, a colaboração, o fazer junto, trabalhar junto, pela mesma casa, mesma causa. A gente batalha em frentes diversos, mas temos nossas afinidades. E nosso espaço de convivência e potência de ideias. A casa. Então é lindo ver essa relação acontecendo, ela aproxima as pessoas, ela fortalece o coletivo, para além da água sanitária esfregada no chão da cozinha. Ah, a cozinha... Precisava ver, Indianara, acho que vc tb ficaria feliz de ver a sujeira entranhada que desceu pelas paredes e chão da cozinha. Enfim, acho q esse é o sentido. Não é o primeiro mutirão q participo na Nuvem, e certamente não será o último. E sempre saio achando cansativo e gostoso ao mesmo tempo. Mas, por favor, digo agora a todos, vamos tentar segurar na agressividade das palavras, da comunicação! Podemos somar mais q dividir.*

30/12/15 14:11:11: *Indianara Siqueira: Tinha sim Fulana. Fui hoje de madrugada e vi muita coisa nossa (das travas) fora do lugar jogada. A idéia do mutirão não era essa mas pessoas começaram a se me ter e mecher no que não deviam. Desde o início estou pontuando isso. Se incomodando com o que não deviam em uma data indevida. Vamos fazer um mutirão limpeza-faxina -joga fora na casa de uma por uma como "ocupação de falta do que fazer" ;ao invés de pagarem emprrrhadas/faxineira? Era só pra limpar e colocar coisas no lugar. Mas as burguesas classes médias por falta do que fazer resolveram se me ter em tudo .Como sempre aliás. É aí que fodem o mundo. Mas claro que a babaca sou eu.*

30/12/15 14:14:39: *Indianara Siqueira: Eu quero dividir .Não quero somar e sim agredir. Vou tentar agredir o máximo que puder agora. E se possível não falem comigo. Nem bom dia. Nem boa tarde ou boa noite. Vou estar sempre em silêncio pra vocês. Espero que isso baste. Obrigada.*

30/12/15 14:16:47: *FULANO: GENTE, AXÉ PRATODOS EM 2016*

30/12/15 14:17:24: *FULANO: VAMOS PARA O QUARTO ANO DE CASA \o/ reflitam*

30/12/15 14:18:25: *FULANO: nessa loucura, com felicidades e conflitos. muito orgulho de todos que fizeram e fazem parte dessa narrativa viva.*

30/12/15 14:19:58: *FULANO: beijo no Beltrano, que só queria um quarto pra after e acabou envolvido até a alma com a casa.*

30/12/15 14:20:13: *FULANO: <3 <3 <3*

30/12/15 14:20:19: *FULANO: ❤️*

30/12/15 14:22:58: *Indianara Siqueira: Fulano obrigada por parar, trocar e escutar. Esses momentos são muito bons e nossos. Que outres entendam o que quiserem. Beijás.*

30/12/15 14:51:45: *BELTRANA: Axé gentes!*

30/12/15 22:38:29: *BELTRANO: Acordei agora sem minhas manchas da zica e sem a dor de dente depois de ter feito um canal triplo de emergência*

30/12/15 22:38:52: *BELTRANO: Acho que foi o beijo que o Beltrano me mandou que me curou*

30/12/15 22:39:13: *FULANA: eheh Fulano está cincado*

30/12/15 22:39:31: *FULANA: Sem dor é amor*

30/12/15 22:39:41: *BELTRANO: Acho que 2016 tem que ser um ano de harmonizar*

30/12/15 22:41:02: *BELTRANO: De discutir nossas diferenças e questões e conseguir fazer o amor e o respeito reinarem nessa casa*

30/12/15 22:41:06: *FULANA: Vamos nessa! Feliz por estares melhor, Fulano!*

30/12/15 22:42:52: *BELTRANO: Beijás a todas as gentas amadas deste quartão de after tudo maluco e maravilhoso essencial na minha vida.*

<sup>85</sup> Num contexto em que a linguagem tem papel importante no enunciado desse mundo fluido, “alunes” com “e” denota o plural sem que haja discriminação de gênero com o uso da vogal “o” ou mesmo “a”. É uma forma de se

*Whatsapp* deliberou-se a respeito da possibilidade de a Casa Nuvem sediar o evento voluntariamente, para que a renda auferida ficasse com as pessoas envolvidas diretamente no projeto<sup>86</sup>.

Os diálogos em torno desta pauta corroboram a leitura de que a dinâmica dentro do coletivo Nuvem era complexa, ilustrativa de uma convivência plural, composta por pessoas afins, porém diferentes. Um grupo com a diversidade da Casa Nuvem ilustra bem a questão da *interseccionalidade* como ferramenta valiosa para a análise da dinâmica social, principalmente em circunstâncias em que há relações de poder, situações de opressão em todas as nuances. O cotidiano deste coletivo reflete como as questões de gênero, classe social e raça se imbricam frequentemente. Apesar da constante troca de farpas, a atmosfera no grupo era, no limite,

---

expressar tanto na fala, quanto na escrita, adotada recorrentemente e principalmente no meio trans. A opção pela conjugação plural no feminino “as alunes” foi também uma escolha, em oposição ao padrão plural no masculino.  
<sup>86</sup> Veja a conversa informal no grupo do *Whatsapp*, disponível em [https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a\\_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf), p. 57-58, como fundamento para tal afirmação:

03/01/16 18:17:04: *Indianara Siqueira: Alguém conhece um local Lapacentro-zonasul que possa ser emprestado por amor pro Prepara fazer o lançamento do Calendário?*

03/01/16 18:17:48: *Indianara Siqueira: Pra dia 16 janeiro*

03/01/16 18:17:57: *Indianara Siqueira: Seria uma festa.*

03/01/16 18:50:26: *FULANA: Porque nao pode ser na casa Indi? :)*

03/01/16 18:58:45: *Indianara Siqueira: Já tem evento dia 16 e precisamos arrecadar dinheiro pro Prepara Zona Oeste, Baixada mas Casa Nem Abrigo. Então queríamos um lugar onde pudéssemos vender também bebidas e ter a portaria. Precisamos muito de dinheiro pra relançar e já gastamos muito. E como damos alimentação e transporte, esse aumento de passagens vai elevar mais ainda as contas.*

03/01/16 22:38:02: *FULANA: Acho que é uma questão de fazer uma proposta pra casa, ter pelo menos a faxina garantida é essencial, mas acho que a causa é digna...*

04/01/16 08:19:33: *BELTRANA: Concordo com Fulana, a gente trabalha voluntário*

04/01/16 08:25:38: *FULANA: Também estou na mesma. Mas a Indi diz que há um evento marcado no calendário da casa*

04/01/16 08:26:00: *FULANA: Prazer é poder está marcado*

04/01/16 08:26:22: *FULANA: Tem que ser mesmo dia 16, Indianara?*

04/01/16 11:23:52: *Indianara Siqueira: Pode ser 15 no dia reservado. Depois fica muito tarde.*

04/01/16 12:12:15: *FULANA: Indi, tem prepara nem no dia 15. É mesmo isso? Vou colocar festa de lançamento calendário prepara nem no calendário casa nuvem*

04/01/16 21:32:13: *Indianara Siqueira: Então. Conversei com Prepara Nem. Nossa idéia é: Um coquetel de lançamento das 18 às 21hrs. Depois a Festa das 22hrs às 5 matina. E nós do Prepara garantimos a faxina, ficando o bar e a entrada pro projeto recomeçar depois do Carnaval se estendo pra Zona Oeste, Baixada e Niterói. Goiânia e Brasília fica a cargo das pessoas desses lugares.*

05/01/16 03:53:06: *Indianara Siqueira: Estivemos na Nuvem e abrimos os trabalhos. Tem arroz e feijão cozido na geladeira podem comer, se não deixem que comemos. Mas limpamos e lavamos o que sujamos. Não esqueçam da porta do bar. Beijás.*

de certa afetividade, que nada mais é do que o elo estruturante da existência e permanência do próprio coletivo, dentro das possibilidades e limites de cada um dos membros.

Em janeiro [2016], houve uma articulação interna entre os membros da Casa Nuvem para propor uma campanha de auto-sustentabilidade, cujo objetivo era aumentar e diversificar a renda e trazer novas pessoas com novos projetos à Casa. “A campanha incluía a reorganização dos espaços da casa e o aluguel a coletivos afins. Um desses espaços era o quarto que Indianare usava alguns dias por semana como moradia”<sup>87</sup>, e para sediar as atividades do Prepara Nem<sup>88</sup>. A minuta do anúncio que viria a público foi escrita nos seguintes termos:

PROPOSTA DE TEXTO PARA EDITAL ALUGUEL DO QUARTO DOS FUNDOS A SER APROVADO NA ASSEMBLEIA

A começar no dia 1 de março de 2016

Proposta de aluguel 1.200 reais incluindo:

Aluguel da sala sem imóveis

IPTU

Gastos de faxina e manutenção das áreas comuns

Serviços de wifi, luz e água

Insumos como papel higiênico e material de limpeza

Faxina da sala não incluída

Chave e código de alarme

Uso de banheiro e cozinha do 1º andar

Perfil dos candidatos: Prioridade para grupos, coletivos, pessoas, projetos que desenvolvam atividades que tenham a ver com o espírito da casa. Projetos de experimentação artística, ativismo, cultura viva, cultura hacker, etc.<sup>89</sup>

A referida proposta, então, sujeitaria Indianare ao pagamento do valor sugerido para continuar usufruindo do quarto. Este episódio reverberou na dinâmica das relações do grupo, tendo sido avaliado por Indianare sob uma perspectiva de injustiça, na medida em que seria a única pessoa do grupo a pagar aluguel para o próprio coletivo do qual fazia parte. Ato contínuo, a problematização em torno do episódio ganhou contornos para a denúncia de *transfobia*,

<sup>87</sup> Trecho tal qual escrito e disponível em [https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a\\_e705c8d0c4124017b7cc70ebf63c40f6.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a_e705c8d0c4124017b7cc70ebf63c40f6.pdf). P. 18

<sup>88</sup> Trecho de conversa informal no Whatsapp em novembro de 2015, disponível em [https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a\\_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf). P. 7.

<sup>89</sup> Texto tal qual escrito no *print screen*, disponível em [https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a\\_e705c8d0c4124017b7cc70ebf63c40f6.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a_e705c8d0c4124017b7cc70ebf63c40f6.pdf). P. 18

agravando a discórdia no grupo<sup>90</sup>, o que foi posteriormente publicizado em forma de crítica em sua página no *Facebook*.

---

<sup>90</sup> Veja a conversa informal no grupo do Whatsapp, disponível em [https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a\\_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a_09825e7b9f704a6184107f2063f67707.pdf), p. 59-63, como fundamento para tal afirmação:

12/01/16 04:47:22: *Indianara Siqueira: Então vou perguntar a Nuvem quanto ganhou às custas do Prepara Nem. Vou dizer a vcs: Muitooooooi \$\$\$\$\$\$. Vários projetos tinha Nuvem e Prepara.*

*Que que vcs deram pro Prepara Nem?!?!*

*Porra nenhuma.*

*Venham me cobrar. Sim vou usar o espaço e não pagarei nada por isso. Vcs não podem pagar?!?! Deixem que eu pago. Mas me liberem o espaço de vocês: Pessoas cisgeneras nojentas que eu pisarei a fundo.*

12/01/16 04:48:24: *Indianara Siqueira: Que os cisgeneres sejam agora escravos de pessoas trans.*

12/01/16 04:49:57: *Indianara Siqueira: Ah. E não falem comigo. Só MSG e texto. Obrigada*

12/01/16 08:27:50: *FULANO: Oi Indianara. Primeiro queria te dizer que o pagamento foi uma sugestão para ser discutida na assembleia do dia 18 e que tudo pode mudar. Mas com conversa ao vivo, serena e de preferência sem ataques.*

12/01/16 08:30:27: *FULANO: Depois respondendo a tua pergunta, que eu saiba o prepara foi mencionado como todas as outras atividades na casa nuvem em nos únicos 3 projetos que enviamos e ganhamos, e que ainda não recebemos: o Robin Hood e a Mostra de Cinema.*

12/01/16 08:32:27: *FULANO: Não gosto nada da sua atitude/estratégia de sempre antagonizar trans e cis quando a questão não tem nada a ver com isso. A questão é que a casa está dando prejuízo todos os meses e não podemos aumentar nossa dívida e precisamos ser criativos para conseguir levantar fundos.*

12/01/16 08:34:54: *FULANO: Por favor seja mais tranquila nos seus posts, converse mais, ataque menos, converse ao vivo sim, não faça ameaças... Não se sinta atacada porque ninguém está querendo te atacar ou ao teu projeto. Pelo contrário, estamos tentando buscar soluções para não ter que fechar a casa.*

12/01/16 08:31:16: *BELTRANA: o oi, só para corrigir, o prepara não foi mencionado no projeto Robin, pois é mais antigo. mas pensamos nele quando falamos de como usar a grana nas nossas reuniões, isso sim. :)*

12/01/16 08:31:48: *BELTRANA: e indi, deixa de ser bebida babaca, ou então não :p*

12/01/16 08:35:41: *FULANO: ok ana. então só ganhamos 25mil para fazer a mostra de cinema, que iríamos ganhar com ou sem o prepara...*

12/01/16 08:31:59: *BELTRANA: bebeda*

12/01/16 08:32:20: *BELTRANA: outras formas de mostrar amor são melhores*

12/01/16 13:42:43: *Indianara Siqueira: Justamente. Como e porque vocês nunca se envolveram no Prepara não tem porque citar o Prepara, nem vocês, nem a CEDS, nem Superdir, pois deixei bem claro a todos que estávamos sobrevivendo de nós mesmos e que ninguém estava botando nada e nem se aproveitando do nome do projeto.*

12/01/16 13:46:55: *Indianara Siqueira: Não é bebida babaca, simplesmente não quero o mesmo envolvimento e vícios de editais, projetos, etc e que depois tenhamos que ficar presos em prestações de contas de projeto ou financiamento e o kct. Queremos continuar assim. Com os parceiros que pudemos contar até agora, com nossas arrecadações sem que nos usem pra nada. Isso o movimento LGB já fez por décadas e nem eles queremos.*

12/01/16 13:49:55: *BELTRANA: bem, no Robin não foi mencionado e não tem prestação de contas. mas acho que estás a confundir atitudes. aqui fazemos trocas pelas causas, não aproveitamentos..*

12/01/16 13:49:56: *Indianara Siqueira: E estamos vendo um espaço já pro Prepara desde que começou a coisa de aluguel de espaços. Logo também sairemos. Estamos vendo se antes do Carnaval.*

12/01/16 13:54:10: *Indianara Siqueira: Ah Fulano e sobre antagonizar cis e trans vc não tem que gostar ou não.*

12/01/16 14:02:00: *Indianara Siqueira: Até que façamos isso vou voltar a pagar mensalidade fixa. Ficamos assim.*

12/01/16 14:35:09: *FULANA: Não? Não tem que gostar por quê? Não fazemos parte de um coletivo, em que discutimos e decidimos juntos sobre o espaço comum que compartilhamos? Espaço q não é apenas físico, mas tb simbólico, porque estamos trabalhando com modos de agir e pensar e amar no mundo e na sociedade, que estão dentro e fora da casa? E esse espaço mesmo do zap, tb compartilhado, não é coletivo e por isso todos podem se*

Alguns membros da Casa Nuvem reconheceram o motivo da reação de Indianare, numa espécie de *mea culpa*, tendo em vista que estavam dispendo a respeito do aluguel do cômodo utilizado por ela como dormitório, sem a sua anuência/participação. “Pensamos na sustentabilidade da casa para poder fechar as contas do mês mas deixamos passar que esse quarto é a sustentabilidade dela e por tanto a sustentabilidade da sua luta que é mais urgente

---

*sentir ofendido em alguma medida, maior ou menor. E parece razoável a frase em q cis serão escravos de trans? Não estamos todos lutando pelo que temos em comum, que me parece estar mais ligado ao amor q à prisão? A liberdade não deveria ser uma luta para e por todos nós? Eu realmente ainda não entendo certas pontuações. Eu particularmente acredito q minhas ações é q me constituem como gente e sou avessa à rótulos. Escolhermos estar num coletivo, e por isso podemos nos olhar com mais afeto e igualdade, não?!*

12/01/16 14:38:15: Indianara Siqueira: Não é.

12/01/16 14:39:51: Indianara Siqueira: Dói né. Que bom.

12/01/16 14:51:48: Indianara Siqueira: Pois então Beltrana multiplique isso em muitas vezes, em muitas exclusões e muitas lágrimas. Talvez vc chegue perto de imaginar uma vida paralela como a nossa onde até em boates gays somos proibidas de entrar. Com nossos próprios "irmãos" sendo algozes. Talvez vc entenda toda nossa resistência em não nos deixar mais manipular e nem usar pra movimentar cifras. Preferimos que as pessoas estejam juntas conosco. E isso não aconteceu em vários momentos do Prepara. Mas claro, é porque nesses momentos vocês tinham a vida de vocês pra levar e não podiam se "doar" um pouco. Fizemos nós transvestisgeneres. Não queremos que digam "fizemos todes juntas". As pessoas mal sabem realmente como acontece. Tem pessoas que acham até hoje que o Prepara acontece uma vez por semana na Nuvem. Nem conhecem nada sobre e portanto estava ali, embaixo de seus narizes. Mas não houve interesse.

12/01/16 14:53:24: Indianara Siqueira: Deixa eu ir que o Prepara não para e tenho uma reunião com os responsáveis da Biblioteca Parque Estadual onde vai acontecer o Prepara Nem de Alfabetização.

12/01/16 14:53:30: Indianara Siqueira: Tchau

16/01/16 04:39:21: Indianara Siqueira: Obrigada casa nuvem por hoje estarem com as travas. Não Obrigada pela transfobia de vcs não participarem conosco. Bando de gente transfobica. Não confirmassem que estariam presentes. Vou detonar vocês. Somos nota travas por nós. Sues ridículas inclusivas decmerdam

16/01/16 04:41:03: Indianara Siqueira: Inclusive porra nenhuma. Fazemosco a festa. Quero que vcs transfobicos de merda se fixam.

16/01/16 04:42:16: Indianara Siqueira: E vou tacar fogo na Nuvem transfobica com vocês dentro. Queimem miseráveis exploradores da miséria humanam

16/01/16 04:42:36: Indianara Siqueira: Sim sou bababaca

16/01/16 04:43:28: Indianara Siqueira: Seus putos e suas putas.

16/01/16 05:42:53: Indianara Siqueira: Nenhum de vocês conosco. Mas sobrevivemos e eu sou babacam. Né ANAS.

16/01/16 05:43:27: Indianara Siqueira: Vai respondam hipócritas.

16/01/16 09:14:23: FULANO: Indianara por favor retira seu post do facebook. Ta muito feio. Não participar não pode ser transfobia além do mais depois de tudo que vc anda postando

16/01/16 09:55:37: FULANO: Poxa que pena que você ataca e tenta destruir o próprio espaço que te acolhe e te apoia mesmo sem a presença cotidiana que vc sente falta

16/01/16 09:57:31: FULANO: Essa sua necessidade de maior interação e mais proximidade de todos não rolou por n motivos, mas esse tipo de atitude que você ta tendo agora só faz distanciar ao invés de aproximar

16/01/16 09:58:08: FULANO: E é mto injusto com a casa publicamente

16/01/16 10:30:48: FULANO: Imagino que você deve estar muito triste e eu também estou... Mas não é com agressão que se conquista amor ou interesse. Vamos buscar outras formas de falar sobre essa ausência de todos que vc sente. Talvez uma boa conversa fora do momento de tensão com tempo e amor sobre a mesa seja o melhor caminho

16/01/16 10:33:35: FULANO: Mas por favor não leve essa sua tristeza de forma pública no face dessa forma. A Isa vai ficar arrasada qd acordar hoje.

16/01/16 10:33:51: FULANO: Por favor retire o post.



que todas as outros projetos da casa juntos”<sup>91</sup>. A proposta do aluguel atingiu Indianare subjetivamente como uma demonstração de deslealdade, tendo sido determinante na maneira pela qual as relações interpessoais foram se conformando dali em diante.

No verão [2016], época do ano de grande movimentação impulsionada principalmente pelo carnaval, vários eventos voltados ao entretenimento adulto foram sediados na Casa Nuvem, reunindo centenas de pessoas nas programações que ali aconteciam. Em 3 de fevereiro, alguns dias antes de um evento carnavalesco programado para acontecer na Casa Nuvem, um outro desentendimento com Indianare ocorreu, relacionado à organização da festa, o que foi posteriormente publicizado em sua página no *Facebook*<sup>92</sup>. A situação que já era frágil se agravou à ocasião de uma festa na Casa Nuvem, em que houve uma agressão envolvendo uma travesti integrante do projeto Prepara Nem e um homem cisgênero. Sobre o ocorrido, Indianare se manifestou publicamente nos seguintes termos:

As pessoas não deveriam minimizar violência. Quando se faz isso estamos sendo cúmplices. Quando não expomos e nem escrachamos o que houve, estamos ajudando quem? Não a vítima com certeza.

Ontem estava em casa na zona oeste em Santíssimo.

Na Casa Nuvem uma travesti (nome omitido) do Projeto PreparaNem foi agredida por um homem, pra se defender ela quebrou uma garrafa e nisso se cortou tendo que ser levada pra UPA e levar pontos, outra travesti do PreparaNem (nome omitido) a socos e pontapés deu uma surra no maldito homem.

A atitude da casa deveria ter sido de parar a festa e deixar explícito o que tinha acontecido e que não deveria acontecer, chamar a atenção para a luta contra a *homosoboiinterqueerfobia*<sup>93</sup>, *machismo*, *racismo*, capacitando e contra todo o tipo de opressão.

Ao invés disso foi o relato de uma mulher que procurava informações sobre (nome omitido), foi tratada com grosseria e tapa no braço pelo "DJ" da casa (nome omitido).

<sup>91</sup> Fragmento do *e-mail* enviado por Maria Izabel Zarzuela a alguns membros da Nuvem, disponível em *print screen* em [https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a\\_e705c8d0c4124017b7cc70ebf63c40f6.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a_e705c8d0c4124017b7cc70ebf63c40f6.pdf). P. 20.

<sup>92</sup> *Print screen* do *post* de Indianare em sua página no *Facebook*, disponível em [https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a\\_e705c8d0c4124017b7cc70ebf63c40f6.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a_e705c8d0c4124017b7cc70ebf63c40f6.pdf). p. 21, a constar:

The image shows a screenshot of a Facebook post and its comments. The post is from Indianara Sophia Fenix, posted 19 hours ago. The text of the post reads: "Podiam ter deixado as cervejas do PreparaNem na geladeira em cima que eu ia tirar hoje a noite. Afinal a geladeira tava sendo usada pra guardar comida azeda. Mais uma vez se metem com o que não precisam se me ter. Bem coisa de classes. Uma sempre atropela as coisas de outras sem perguntar. Resultado: Cervejas chocas e caras que vão estragar e ao invés do PreparaNem arrecadar dinheiro vai perder. Obrigada Casa Nuvem de novo. SQN." Below the post are two comments. The first comment is from Isabel Ferreira, who says: "Isabel Ferreira acho bem mais arrogante vc fechar com cadeado uma geladeira que é de uso comum da casa, não avisar ninguém, não dar para ninguém copia do cadeado e ainda reclamar sendo que a casa precisa de geladeiras para o bar do carnaval. é surreal, ....". The second comment is also from Isabel Ferreira, who says: "Isabel Ferreira Eu sei que te fazer qualquer tipo de crítica é comprar briga, e eu não quero briga, mas tb não quero ficar calada perante essa atitude horrível de ficar reclamando, insultando e chingando geral todo santo dia, insultando sobre tudo as pessoas que mais te amam e te respeitam que nem a [nome omitido]. Eu quero é pensar juntas como podemos te apoiar mais e melhor, o seu trabalho é importante e urgente demais para ficar perdendo o teu tempo (e o nosso) tentando criar briga, por razões que nem estamos entendendo...Ou seja clara de uma vez! o que está acontecendo com vc? Será que vc consegue explicar sem insultar ninguém o que está acontecendo com vc como podemos ajudar?".

<sup>93</sup> Categoria que abrange em uma única expressão os preconceitos relacionados à comunidade LGBTQIA+.

Saí da zona oeste com a intenção de acabar com a festa. Quando cheguei, depois de algumas discussões com uma pessoa da Casa Nuvem que tentava me explicar o ocorrido e não me deixava curtir minha revolta, depois de eu dizer que queimaria *todes\** cis numa fogueira desde de minha mãe, "marido" e *outras\**, ainda escutei da pessoa dizer ironicamente : "sim como queimaram 9 milhões de bruxas " bla bla bla (incrível que lembra das cifras nesse momento pra justificar *ciszice*<sup>94</sup> mas não tem a mínima noção sobre as vítimas de transfobia)

Bem consegui um megafone e queria externar o ocorrido pras pessoas se darem conta do ocorrido. Pedi pro "DJ" (nome omitido) parar o som pra eu falar e ele se recusou dizendo que eu ia estragar o trabalho dele, sim as pessoas se preocupam mais com o "trabalho" que com vítimas de agressão *transfobica*. Então ameacei desligar a energia elétrica se ele não fizesse o que pedi. Pela recusa, me dirigi a caixa de energia geral e desliguei a energia elétrica, parei o som e fiz um relato do que tinha acontecido e um escraço, dizendo que onde pessoas *transvestigeneres*<sup>95</sup> não se divertem, pessoas cis também não. Religuei a energia.

O homem "DJ" aqui citado pegou então o microfone, pediu desculpas pela interrupção da festa e que sentia muito que as pessoas tivessem que ter sua festa interrompida e que ali quem comandava a festa era ele o "DJ", que tinha intenções lógico de continuar a festa. Outra vez com o megafone eu gritei que ele não comandava porra nenhuma, ainda mais machista que deu um tapa no braço de uma mulher. Assim mesmo n tentou continuar a festa e então (nome omitido) *transvestigenerere*, desligou outra vez energia elétrica.

Muitos lugares não são seguros porque se preocupam mais com a imagem do local do que com as pessoas, isso tem acontecido com frequência na Casa Nuvem e quando é uma travesti negra, parece importar menos ainda. Temos que explicitar as agressões pra que não se repitam.

A Casa Nuvem já deveria ter espalhado cartazes e pichações nas paredes e em seus flayers eletrônicos que *transfobia, homofobia, lesbofobia, bifobia, intergenerofobia, queerfobia, machismo, capacitismo*, não serão *aceites\**. Já passou da hora.

Enquanto associada da Casa Nuvem não pedirei desculpas ao público da casa, pedirei desculpas a (nome omitido) que traz as marcas de uma noite que era pra ser divertida e foi agressiva, à (nome omitido) que teve que brigar pra defender a amiga e à (nome omitido) que tomou um tapa no braço ao procurar informações sobre a vítima.

Sei que ainda serei acusada de "estragar " a imagem da casa e tal vez tenha que sair, isso pouco me importa. Me importo mais com pessoas.

Agradeço ao pessoal do Drag-se pelo megafone, (nomes omitidos) e *todes outras\** pessoas cis e *transvestigeneres* pelo apoio.

Não irei nas festas de carnaval na Casa Nuvem por não me sentir segura nessas festas machistas. Mas estarei a postos para escrachar qualquer agressão e opressão ao gênero feminino, pessoas *transvestigeneres, intergeneres, queers*, com diversidade funcional e raça entre *outras\**.

<sup>94</sup> Categoria para se referir de forma pejorativa e ao mesmo tempo jocosa a comportamentos e condutas reiterados por pessoas cisgêneras, comumente associados a privilégios inerentes à *cis-heteronormatividade*.

<sup>95</sup> "Por que transvestigêner? Se eu tiver que me definir eu ainda preferiria a palavra "travesti" porque eu sou a marginalidade toda, a marginalidade da palavra "travesti", mas como transexuais, da palavra "trans" é além de, uma viagem, etc, a palavra "travesti" nada mais é que através de vestes, roupas, travestido de outro. A palavra transgênero é uma viagem, algo além do gênero, então já que é para usar uma palavra para me definir, prefiro usar a palavra "transvestigêner", é uma viagem além do gênero, além das roupas, é uma viagem, uma pessoa que pode transitar em todo momento como quiser, sem definições, mas ao mesmo tempo escolhendo a definição que mais lhe aprouver." (Transcrição de depoimento de Indianare gravado em vídeo. Disponível em <https://www.facebook.com/indi.siqueira/videos/453759098142237/>. Acesso em 20 de agosto de 2018



Espero vocês nas festas Fuga Para Plutão e Festas PreparaNem onde opressões e agressões não são *permitides\** e deixamos isso explícito nos flyers eletrônicos. *Beijas\**.<sup>96</sup>

O que se infere a respeito da abordagem pública recorrente dos fatos que se sucederam no cotidiano daquele coletivo é a flexibilidade do limite do afeto como elo estruturante do grupo, o qual é revisto o tempo todo, ora afrouxando ora reforçando a cada novo episódio. Eis um exemplo ilustrativo de como as situações se remodelam a cada nova circunstância, revelando o dinamismo em torno da realidade, que nunca é fixada, nunca está dada.

Esse dinamismo decorre do fato da experiência surgir espontaneamente no ser social, provocando uma reflexão posterior, dada a racionalidade humana. O que quero dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada, que, por sua vez, exerce pressões sobre a consciência social existente, propondo novas questões. Como a subjetividade está inscrita no corpo, fazendo da consciência um traço da experiência perceptiva, isto a converte em ação crítica, portanto, consciente, uma vez que toda prática humana implica em primeiro lugar uma ação do sujeito sobre o seu corpo (LIMA, 2014, p. 44, 93).

O que confere à existência um caráter real e atual é justamente o acontecer social, a ação humana, a *práxis* como portadora de um sentido. Entende-se, assim, que o impulso originário, o surto originário, se faz ao mesmo tempo que o surto da *práxis*, transcendendo-a. Em outras palavras: a *práxis* esposa, confirma, ratifica um sentido (LIMA, 2014, p. 122), tanto que o episódio da agressão no evento de carnaval da Casa Nuvem foi o ápice do desentendimento entre os membros daquele coletivo com Indianare, o que culminou na ocupação do imóvel, seguida do anúncio público a respeito da fundação da Casa Nem:

#### OCUPAÇÃO DA CASA NUVEM

TransRevolução e PreparaNem ocupam a Casa Nuvem por ato de *Transfobia* que ainda continuam. Contra o silenciamento, a deslegitimação do lugar de fala de *Transvestigeneres* quando essas pessoas se levantam contra a *Transfobia* que começa no silêncio e no silenciamento, depois chega às agressões físicas e mortes.

Assim como a Aldeia Maracanã é do Índios, os quilombos são da população negra, determinados lugares são de travestis, transexuais e *transgeneres* (*transvestigeneres*), o Beco do Rato é um desses lugares e em nossos espaços não SOFREREMOS *TRANSFOBIA* E SE TIVERMOS QUE SANGRAR OU MORRER, QUE ANTES MORRAM E SANGREM CISGENERES *TRANSFOBICOS*.

<sup>96</sup> Reprodução integral do *post* na página da Indianare no *Facebook*, disponível em <https://www.facebook.com/indianara.siqueiraysinaoqueira/posts/1013700282001363>. Acesso em 5 de agosto de 2018

\* Num contexto em que a linguagem tem papel importante no enunciado desse mundo fluido, *todes*, *outres*, *aceites*, *transvestigeneres*, *permitides* são grafias conjugadas no plural sem que haja discriminação de gênero com o uso da vogal “o” ou mesmo “a”. É uma forma de se expressar tanto na fala, quanto na escrita, adotada recorrentemente e principalmente no meio trans.

PREPAREM OS GARGALOS E QUE COMECE A SANGRIA.

SE NÃO POSSO SER VIOLENTA, NÃO É MINHA (TRANS)REVOLUÇÃO.

OCUPAR E RESISTIR. TRANSFOBIQUES NÃO PASSARÃO.<sup>97</sup>

\*\*\*

CASA NEM.

A Casa Nuvem perde os raios UV nocivos que fizeram mal à sua pele e renasce como um nem que brigou muito para nascer.

Guardamos o que de bom os raios UV nos deram. Guardemos na lembrança o útero por onde passamos.

Certos lugares precisam ser destruídos pra que uma transmutação aconteça.

Longa vida à CASA N(UV)EM

CASA NEM RESILIÊNCIA RESISTÊNCIA.

OCUPAR E RE(EXI)STIR É POSSÍVEL

A ocupação do imóvel onde se situava a Casa Nuvem pelas travestis e transexuais aliadas à Indianare concretizou o que podemos considerar como a fundação da Casa Nem, cuja narrativa foi sendo construída ao longo da trama vivenciada pelos membros do coletivo Nuvem, de acordo com a temporalidade dos eventos que foram se sucedendo, por meio de Indianare, através de um processo constante de publicização de situações de injustiça em sua página no *Facebook*.

Não houve resistência por parte dos membros da Casa Nuvem, pois, a despeito do anúncio da ocupação, tratava-se de um movimento liderado por uma integrante do coletivo, dando margem para tratativas tendentes a substituir a figura do locatário no contrato de aluguel do imóvel. Isto é, os demais membros do coletivo exigiram que Indianare figurasse a relação jurídica referente ao aluguel do imóvel na qualidade de locatária. Embora essa transição nunca tenha sido concretizada formalmente, Indianare assumiu a condição jurídica de sublocatária, na prática, ao efetuar o pagamento de alguns alugueres diretamente à imobiliária.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> Reprodução integral do post na página do *Facebook* da Indianare, disponível em <https://www.facebook.com/indianara.siqueiraysinaoqueira/posts/1025034574201267>. Acesso em 5 de agosto de 2018

<sup>98</sup> Desde a referida ocupação, o imóvel continuou vinculado juridicamente aos antigos membros da Casa Nuvem. Mesmo na qualidade de sublocatária legítima, posto que não houve recusa do pagamento de alguns alugueres, o episódio acabou reverberando no ajuizamento de uma ação de despejo fundamentada no inadimplemento dos demais alugueres. Tratarei do processo e seus efeitos jurídicos e sociais de forma mais crítica e profunda no capítulo terceiro “Diário de campo”, em específico nos subcapítulos “3.3 As idas e vindas do oficial de justiça: o processo judicial e o cotidiano da ocupação”, “3.3.1 Uma (falsa) luz no fim do túnel: a percepção do Direito deficitário em torno dos problemas sociais” e “3.4.1 A Defensoria Pública como possibilidade de *agenciamento ao sistema*”.

Além desta condição, Maria Izabel elencou outras razões a justificar a não-resistência da Nuvem na entrega do espaço<sup>99</sup>: (i) a conduta de Indianare teria provocado “um estado de choque, desorientação e abatimento profundo”, de modo que não souberam como reagir (vide p. 5); (ii) por medo do que “Indianare e sua turma da barra pesada” (vide p. 5) poderiam fazer com os membros que oferecessem alguma resistência; assim teriam entregado o espaço “para se preservarem e poderem transitar mais livremente pelos espaços físicos, festivos, acadêmicos” (vide p. 5); (iii) a ocupação protagonizada por Indianare foi apoiada por um membro que era referência da Nuvem, quem, inclusive, passou a contribuir com a Casa Nem, oferecendo aulas dentro do projeto Prepara Nem, e tal feito teria dificultado o posicionamento contrário oficialmente até o presente momento (vide p. 5).

É importante que se faça uma leitura crítica acerca das razões de Maria Izabel, pois, sabedor do contexto conflituoso entre as partes, e, ainda, considerando que tais motivos constam no dossiê, corrobora-se a minha perspectiva, segundo a qual o documento foi concebido com a finalidade de associar Indianare a uma imagem de algoz. Há, inclusive, semelhanças entre a forma destas razões e aquelas associadas à Madame Satã pelo agente policial, conforme demonstrei nas páginas anteriores<sup>100</sup>. Em ambas as situações, é nítido como os sujeitos, de um lado (no caso da Satã, o policial; no caso da Indianare, a Maria Izabel), utilizam e manipulam de forma pejorativa os marcadores sociais da diferença para induzir a construção de uma imagem de ambas como pessoas supostamente perigosas e violentas. Esta imagem acaba sendo introjetada na mentalidade coletiva de uma parcela da sociedade, sob a forma de uma *intersubjetividade* compartilhada socialmente de forma *acrítica*, na medida em que são associadas à posição de marginalidade recaída sobre corpos dissidentes, como é o caso tanto de Madame Satã, quanto de “Indianare e sua turma da barra pesada” (sic).

Esta analogia é relevante, pois nos revela, a olhos nus, o processo de construção subjetiva do real que se perpetua discursivamente ao longo do tempo através dos *estigmas* recaídos sobre travestis e transexuais. Os *estereótipos* nada mais são do que a imposição de

---

<sup>99</sup> De acordo com o relato escrito por Isabel Ferreira no dossiê sobre a ocupação, a não oposição à ocupação por Indianare “fez parte de uma estratégia de “aceitação” dos fatos que, supostamente, aceleraria o processo evitando chamar a polícia contra as mulheres trans que já estavam, de fato, morando na casa”. Disponível em [https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a\\_e705c8d0c4124017b7cc70ebf63c40f6.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/7fe41a_e705c8d0c4124017b7cc70ebf63c40f6.pdf). P. 4-5

<sup>100</sup> Para facilitar a associação, reproduzo novamente o trecho correspondente à narrativa policial a respeito de Madame Satã: “É um indivíduo de estatura modesta e aparenta gozar de boa saúde. É conhecidíssimo na jurisdição dessa DP, como sendo desordeiro, sendo freqüentador costumeiro do Largo da Lapa e imediações. É pederasta passivo, usa as sobrancelhas raspadas e adota atitudes femininas alterando até a própria voz. Entretanto é um indivíduo perigosíssimo, pois não costuma respeitar nem as próprias autoridades policiais. Não tem religião alguma. Fuma, joga e é dado ao vício da embriaguez. A sua instrução é rudimentar. É solteiro e não tem prole. É visto sempre entre pederastas, prostitutas e outras pessoas do mais baixo nível social.” (CABRAL *apud* GREEN, 2003, p. 216)

uma realidade reificada como único caminho, de modo que os sentidos subjetivos derivados reafirmam *universos simbólicos* que, por sua vez, legitimam a realidade social naturalizada (ROCHA, 2014, p. 61-62). Exemplo deste processo é justamente a associação de uma postura supostamente violenta aos corpos dissidentes, tal qual ocorreu com Madame Satã, àquela época associada à figura de transformista, e Indianare, que se declara *transvestigênera*<sup>101</sup>. Como se vê, este pré-julgamento ganha contornos generalizantes e ao mesmo tempo gera *estigmas*, fechados ao diferente, ao aprendizado, à mudança, ao acontecimento, à ruptura que são necessários à linguagem (ROCHA, idem).

Este contexto conclama um processo de reflexão crítica acerca da manipulação dos marcadores sociais da diferença, no sentido de propor uma outra forma de analisar as diferenças e desigualdades presentes na estrutura de determinada sociedade, construindo, no caso concreto em estudo, uma outra possibilidade de perspectiva sobre os fatos:

No início da Casa, eu, enquanto aluna do Prepara Nem, eu me dediquei muito àquela Casa. Aí eu comecei a frequentar a Casa em outros dias, em outras reuniões, era muito gostoso, muito interessante e até então, eu não via transfobia acontecer naquele espaço. E aí, no primeiro dia de carnaval do ano passado, eu cheguei na festa, e, antes de eu entrar na festa, eu sofri uma transfobia ali na porta. E o que é transfobia? Transfobia é aquilo que eu, enquanto trans, falar que é transfobia. Se eu olhar para a sua cara e você olhar e debochar de mim e eu falar que é transfobia, é transfobia e acabou. E chegou um cidadão, e esse cidadão começou a ser bem desagradável, dizendo que era só no carnaval que ele aturava esses homens vestidos de mulher, que era uma palhaçada, que não sabia como a Casa Nuvem recebia esse tipo de pessoa, etc. Eu estava junto da minha parceira, e aí ela não suportou ver aquilo e foi pra cima dele. Ele era mais forte que ela e jogou ela no chão e começou a violenta-la. E eu vim das ruas, meu amor. Não vou dar beijinho num cara que estava violentando minha amiga. Eu quebrei um gargalo e fui pra cima dele com um gargalo. No meio dessa confusão eu acabei me cortando, e ao me cortar, ele viu o sangue, se apavorou e foi embora. Voltei pra Casa Nuvem para pedir socorro. O DJ da festa, um dos sócios da Casa Nuvem, me fez um simples questionamento, “porra Luciana, você tá com essa mão suja de sangue bem na portaria, vai estragar a minha festa”. Porra, eu tava pedindo socorro. Desliga esse som e fala que eu acabei de sofrer uma transfobia, vamos acabar com isso. “Porra, ce ta querendo acabar de nosso carnaval?” É isso, eu sofri transfobia dentro de um espaço que se diz sem opressão, e aí você vem me questionar que eu vou acabar com a sua festa? E aí realmente nós acabamos com a festa. Eu liguei para essa rede da qual faço parte hoje, fizemos post, mostramos para a Casa Nuvem que ali tinha travestis ocupando e que o carnaval não ia rolar. E daí fomos pra frente da Casa Nuvem no segundo dia de carnaval, pedindo para que as pessoas não comprassem cerveja, não comprassem nada na Nuvem. Comprem dos ambulantes, dos bares, mas não comprem ali. Com isso, enfraqueceram o carnaval e abandonaram a Casa com tudo dentro. Durante o carnaval inteiro essa Casa Nuvem ficou abandonada com tudo dentro. E aí pensei, o empoderamento que o Prepara me deu, a necessidades das minhas amigas em vulnerabilidade e a Casa vazia? Não, vamos ocupar, quarenta travestis ocuparam. Éramos travestis empoderadas, e se debateram de frente com a gente. Provavelmente pensaram que a gente não tinha força nem voz própria. Aí questionaram pra gente o seguinte, mete o pé. Somos associados, pagamos o aluguel, vocês não ocuparam nada aqui. Eu questionei que havíamos ocupado sim, pois a Casa estava abandonada e nós não vamos sair. Éramos cinquenta travestis, viemos da rua, não tivemos academia para nos ensinar, não tivemos amor

<sup>101</sup> Explicação deste conceito na nota de rodapé nº 91.

da família para nos cuidar, então a nossa reprodução hoje é com a violência. Então, ou vocês saem de boa ou vocês peitam as travestis que estão lá embaixo, pois estamos dispostas a usar da nossa violência física e moral para impedir que vocês fiquem. Aí o B.O. aconteceu, a barra pesou. Deixaram a Casa pra gente, debochando da nossa cara, dizendo que não teríamos como pagar sete mil reais de aluguel. Ou elas saem pela gente, ou saem pela polícia ou pelo dono da casa. E aí qual foi a nossa pretensão? Vamos fazer festa. Tem pessoas que curtem o público trans, que gostam de nos amar, das nossas vozes, podemos ganhar dinheiro com isso. Fizemos a nossa primeira festa na Casa, dia 1º de Abril, chamada “Cisheterofobia existe”. Essa festa deu um público de quase duas mil e quinhentas pessoas, conseguimos pagar nosso primeiro aluguel. E a partir daí todas as sextas passou a ter festas. E aí se deu início à Casa Nem. O que tenho para questionar da ocupação é que a Nuvem voou.<sup>102</sup>

O depoimento acima é de Luciana, travesti, mulher negra, integrante da primeira turma do Prepara Nem e que esteve envolvida ativamente no episódio de *transfobia* que culminou com a fundação da Casa Nem. Sua fala nos revela a perspectiva do outro lado da história, em oposição à narrativa de Maria Izabel. A partir do seu lugar de fala, intimamente relacionado à posição em que seu corpo a coloca no mundo, é possível vislumbrar o elemento *violência* como reflexo do que é ter uma *vida nua*, isto é, uma vida exposta à morte em sentido processual: algo que está sendo feito, que continua a ser, que a vida é exposta porque existe uma lógica recursiva subjacente a uma ideologia *socionormativa*, que conduz à produção desta exposição. O *campo*<sup>103</sup> reduz a vida à sua condição biológica meramente corpórea, despojando seus habitantes de qualquer direito reconhecível, de qualquer condição política, que atuaria como um freio para a imposição da violência. O habitante do campo, o *homo sacer*, aquele que pode ser morto sem que derivem as consequências de natureza jurídico-política, torna-se um ser a ser limado, excluído do social, mas incluído em uma violência irrestrita (GONZALO, 2016, p. 237).

E aí você entende meu início de fala, quando me dizem para eu não usar da violência, eu te falo. Se você me joga contra a Polícia numa dessas ocupações, desses movimentos na rua, a Polícia te dá uma cassetada, ou você corre ou revida. Se a Polícia me trata mal, eu vou tratar mal. Se você cis me trata mal, eu vou te tratar mal. Você vai parar para entender a minha sobrevivência, minhas questões de vida? Hoje eu ando na rua levando tiro na cara. As pessoas debocham de mim andando nas ruas, riem da minha cara, não sabem nada a meu respeito, meu patamar de vida, me imaginam mais como uma prostituta drogada, doente. É falta de inserção nessa sociedade que nos falta. Quando as pessoas começarem a ver que tem travesti professora, travesti médica, travesti apresentadora de televisão, travesti sonhadora, eles vão ver que as travestis estão na nossa sociedade. Eu não questiono o fato de querer usar, mas os mesmos homens que apontam e riem de mim de dia, são os mesmos homens que, à noite, pegam o carro e me pedem para botar a calcinha e passar batom. E aí quem ri por último, ri melhor. E aí eu vejo a hipocrisia dessa sociedade que tanto nos massacra e nos revolta, e aí infelizmente eu não posso mandar coraçõzinho. Eu não sou violenta, tenho muito amor pra dar, mas eu só recebo violência. Se eu fosse amada,

<sup>102</sup> Trecho do depoimento de Luciana concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, que gentilmente me disponibilizaram o material para esta dissertação.

<sup>103</sup> Categoria de Agamben para se referir à representação geográfica da vida subsumida em bando, que, por sua vez, diz respeito a uma lógica de captura que inclui o vivente em um espaço de poder desencadeando ao mesmo tempo sua exclusão.

eu retribuiria com amor. Quando eu questiono a transfobia não é falar que você não tem problema nenhum com travesti. Ser transfóbico não é colar bandeira no peito, ter foto com travesti. Se você ver uma situação de transfobia e não interfere, está sendo transfóbico. Por que não interviu no meio? Está sendo transfóbico porque viu a situação acontecendo e não fez nada.<sup>104</sup>

Além de Luciana, o depoimento de Dandara, transativista que integrou a Casa Nem logo no início da ocupação, também é ilustrativo de uma outra perspectiva acerca do estereótipo da travesti violenta, nos revelando a historicidade e a processualidade que o constitui:

Minha relação com o Estado não é uma relação muito boa. Eu e o Estado nunca fomos amigos, ser amigo do Estado é uma farsa. Não quero personificar. A culpa é toda de um sistema eleitoral, que é uma farsa. A urna é máquina absurda para contar votos, tenho receio, não voto e justifico. A minha relação com o Estado nunca foi boa, eu como mulher negra e trans. Morando em favela, passei por zonas rurais, nunca vi o Estado me beneficiando, preocupado com meu bem-estar e da minha população. Aí começa a minha inimizade. Em 2013 sofri várias violências do Estado, da força armada, braço armado da burguesia, a Polícia Militar. Só que sou mais safo e sempre consegui fugir. Na abertura das Olimpíadas aconteceu uma tentativa de homicídio. Dois policiais que já me seguiam, me tacaram uma bomba que era proibida pela ONU, inalei o gás, me seguraram, corri um pouco, fodi meu joelho, fiquei com muita falta de ar, mas corri e tive ajuda da Cruz Vermelha, meu batimento cardíaco foi a 18. Depois de tudo isso não podia sair mais sozinha, os policiais passavam aqui na Casa Nem e me ameaçavam passando pela frente. “Olha, ele usa vestido”, ele falando no masculino. Fui para o hospital e descobri que o câncer tinha crescido 10cm por conta do gás que eu tinha inalado. Fiquei mal, me senti sucateada. A partir disso, comecei a repensar. Um câncer em expansão, tomei um certo susto, hoje eu parei mais por conta disso. Recebia críticas de pessoas duvidando do meu estado de saúde por eu ter feito isso tudo. As pessoas diziam que eu estava mentindo, sendo que para eu parar numa cama de hospital eu tenho que realmente estar muito mal mesmo. Sabe, eu não vou ficar em cima de uma cama de hospital. Minha biza tinha 113 anos de idade, tinha um estado de saúde horrível, continuava fazendo as coisas dela, lavando roupa, fazendo tudo. Acho que é isso. Enquanto eu me levantar para continuar pautando as questões do genocídio do povo preto, as pessoas ao redor vão continuar se levantando também apesar das dificuldades que a gente sente.

Eu nenhum momento eu ataco, eu só me protejo. Quando a PM sobe o morro combater o tráfico e o bandido negro atira, eu vejo que o bandido está se protegendo contra o genocídio. Então a partir do momento em que eu tenho uma ação de agredir eu to me protegendo, para mim não tem problema. Se eu tiver que agredir, eu vou agredir. Matam minha população trans, minha população negra, então quando eu tenho que agredir, não vejo muito problema. A gente fala até onde consegue falar. Parte para o ataque quando não mais tem condições de falar. Não tenho utopia da revolução, acredito na resistência. Se a nossa forma de subsistência é pegar arma pra mostrar que a gente é mulher e negra, não vejo problema.<sup>105</sup>

A dimensão da violência como elemento integrante de uma biografia de vida nos revela uma outra forma de entender o *estigma* da travesti violenta. A personalidade é dinâmica, trazendo consigo a historicidade biográfica do indivíduo e interagindo constantemente com as

<sup>104</sup> Trecho do depoimento de Luciana concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, que gentilmente me disponibilizaram o material para esta dissertação.

<sup>105</sup> Trecho do depoimento de Dandara concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, e que gentilmente me disponibilizou o material para esta dissertação.

novas experiências geradas em redes de sentidos que constituem os múltiplos espaços e tempos sociais (ROCHA, 2014, p. 126). É, por isso, salutar que se reconheça a forma como operam os *estereótipos* e os *estigmas*, pois nos revela a predominância de determinadas representações do sistema do real, mas que nunca são exclusivas. Ao desconstruir a aparência superficial dos estigmas, descobre-se uma conjuntura rica dotada de outros universos simbólicos, construções discursivas, políticas de subjetivação e sentidos subjetivos submetidos, e em conflito com a perspectiva dominante (ROCHA, 2014, p. 62).

A pesquisa de campo desenvolvida por mim no âmbito da Casa Nem teve o condão de justamente revelar a perspectiva de legitimidade da ocupação, em oposição ao que se induz mediante a manipulação perversa dos marcadores sociais da diferença. Ora, o *estigma* de que Indianare e “sua turma da barra pesada” (sic) são violentas acaba figurando como óbice preliminar à aceitação de que tais corpos são legítimos para protagonizar um *movimento social* em defesa não somente do direito à moradia, mas também do direito a habitar os espaços de maneira ampla, expressando suas subjetividades corpóreas sem que dessa exposição resulte em mortes.

Eis o desafio da presente etnografia: dotá-la de qualidade literária, sem, no entanto, renunciar à disciplina da observação e descrição, pois é através da afetividade que se possibilita a experiência, tanto perceptiva quanto cognitiva ou moral (CEFAÏ, 2009, p. 26-32). Minha pesquisa de campo me possibilitou viver experiências de conhecimentos que desestabilizaram o já-dito, já-sabido, suscitando em mim imaginações que provocaram minha capacidade de pensar para além do que está posto e previamente codificado nos fatos tais quais relatados, a exemplo do dossiê de Maria Izabel.

O trabalho de campo realizado por mim não me entregou nenhuma prova, tampouco demonstrou o que quer que seja. Tratou-se de uma experiência que me afetou a ponto de modificar o estoque de referências e parâmetros com os quais estava acostumado a acionar para pensar, divagar e problematizar determinadas questões. “Aceitar ser afetado supõe que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível” (FAVRET-SAADA *apud* TELLES, 2010, p. 216). Como diz Foucault, os conceitos funcionam como “caixa de ferramentas”, um seu uso pragmático, não categorial; eles importam na medida em que ajudam a formular nossas próprias questões a partir de um certo crivo, perspectiva pela qual essas questões podem ser postas como algo no qual ressoam os problemas de nossa atualidade (TELLES, 2010, p. 217).

Para tanto, tendo focado o olhar sociológico no processo de construção do elemento *transfobia*, nos termos expostos, sustento o *movimento social* de ocupação Casa Nem defendendo o conceito de *ocupação-identitária*. Pois, não há dúvidas de que o contexto da fundação da Casa Nem é essencialmente político, constituído por elementos *intersubjetivos*, elementos *intercorpóreos*, que deram forma à realidade *objetiva*. Isto é, a realidade como produto da *subjetividade*, a ação crítica como resultado da corporificação do pensamento, o sujeito corpóreo como uma unidade vital preche de possibilidades: a *transfobia* forjada a partir de experiências corpóreas reais que incluem as dimensões da afetividade e sensibilidade, da memória, da imaginação e do projeto; a experiência como um misto de sofrer e agir. Nesse sentido, a adoção do próprio termo *ocupação* endossa a perspectiva de luta por um espaço cujas conformações ideológicas dominantes se apresentavam como obstáculo para a manutenção do Beco do Rato como uma área ocupada primordialmente por pessoas travestis e transexuais. É nessa configuração que a palavra de ordem *transfobia* ganha corpo, cor, tamanho, e, principalmente, espaço; enfim, deixa de ser abstrato e se revela como algo concreto, como uma luta política.

### 2.2.1 Conclusões parciais

As experiências sociais de isolamento, desagregação, exploração e pobreza material dimensionam aquilo que chamamos de vulnerabilidade e precariedade numa escala massiva, não-contingente, e repetitiva, chancelada por práticas políticas neoliberais e neocoloniais, dando margem para denunciar uma crise sistêmica de cuidado.

No entanto, esta perspectiva não exaure o campo de análise, não traduz uma conjuntura encapsulada, fechada em si. Compartilho daquilo que Telles (2010, p. 166) nos instiga a pensar: entre a pobreza cativa dos expedientes gestionários e a violência letal, não há esse vazio social ou esse social escrito em negativo sugerido pelas noções correntes de exclusão social. Entre um e outro, é todo um mundo social que se constrói. Melhor dizendo: entre um e outro as tramas da vida social vão sendo tecidas. No fio da navalha, é preciso dizer. Mas por isso mesmo é aí que se pode apreender a pulsação do mundo urbano. Nos interstícios desses elementos, emergem as possibilidades de *agenciamentos* frente à urgência da vida, à demanda de direitos. Como então desempoderar os espaços?

O contexto em que se fundou a Casa Nem me desafiou a compreender o modo como as linhas de força transversais aos mundos urbanos, que se conjugam em torno dos dispositivos de poder sabidos, escapam e se entrelaçam nas tramas sociais e nos *agenciamentos* práticos da



vida social. É também nisso que se explicita a pertinência de se reter a cidade como perspectiva e plano de referência para situar as questões em pauta (TELLES, 2010, p. 209).

Para tanto, me apropriei (i) do dossiê elaborado por Maria Izabel Ferreira Zarzuela, em que consta o histórico de conversas do grupo no *Whatsapp*; e (ii) das postagens públicas de Indianare em sua página no *Facebook*, a fim de evidenciar elementos importantes à sustentação da narrativa: o reconhecimento de Indianare na qualidade de *agente competente* que, de *situação em situação*, através de seus sentidos de justo e injusto, foi construindo e *publicizando*, de forma concomitante, as experiências *intersubjetivas*, as experiências *intercorpóreas*, derivadas de manifestações rotuladas por *transfobia*, uma categoria ampla, plural, que envolve inúmeras acepções de vulnerabilidade e precariedade em várias perspectivas, tendo como eixo de oposição principal a *cis-heteronormatividade* como estrutura dominante da sociedade e fundantes de *privilégios*. Isto é, a *transfobia* como exemplo ilustrativo de como o corpo confere um domínio prático ao sujeito, dando expressão e forma à subjetividade; a *transfobia* como palavra-chave do que é estar exposto à morte em muitas instâncias do que é viver.

Como tentei demonstrar, a própria origem do nome Casa Nem é ilustrativa da fragmentação do coletivo Nuvem, e que, no limite, reflete a relação entre espaços sociais e fontes de subjetivação própria da região desde a época de Madame Satã. Conforme defendi, a trajetória de João Francisco enquanto transformista incutiu na região da Glória e Lapa (RJ) elementos da ordem de gênero/sexualidade que foram e são revisitados pela constante presença de travestis e transexuais até os dias atuais, numa conjuntura conflitante, uma vez que se relaciona à disputa de narrativa da biografia do bairro, num processo de construção subjetiva do real.

O caráter conflituoso decorre da predominância de determinadas representações do sistema do real em detrimento de outros universos simbólicos e construções discursivas, a exemplo da desumanização das travestis e transexuais, unicamente por serem como são, e por vezes associadas à uma postura de violência, quando, na realidade, trata-se de uma manipulação perversa dos marcadores sociais da diferença tendo por referência o corpo, e, nesse sentido, a dissidência em torno de um padrão de gênero, a *cis-heteronormatividade*.

Ter um corpo significa, exatamente, ser um corpo, e isto condiciona nosso envolvimento com o mundo, nos faz ser-no-mundo (LIMA, 2014, p. 93). A fundação da Casa Nem nos revela narrativas de ordem subjetivas costuradas na biografia do bairro, numa dinâmica em que o processo de militância tal como levado a cabo por Indianare pretendia salvaguardar o protagonismo trans inerente à história da região. Na medida em que “o público redefine o horizonte de possíveis” (CEFAÏ, 2009, p. 16), a escolha de Indianare por *publicizar* as

controvérsias e conflitos com os membros cisgêneros da Casa Nuvem foi menos no sentido de se mostrar indisposta à reconciliação, e mais como estratégia que possibilitou a construção do que podemos chamar de *arena pública* para a concretização do que vem a ser *transfobia*.

Ao problematizar as experiências de convívio dentro do coletivo Nuvem, e, em momento posterior, *publicizar* em sua página no *Facebook* os sentidos de justo e injusto elaborados a partir do ocorrido, Indianare acabou produzindo os termos de sua inteligibilidade e de sua legitimidade para o público ao qual se endereça, para os membros que a compõem e para os adversários contra os quais luta. Constituiu-se um desafio de mobilização, de protesto e de conflito, acompanhado da articulação de uma arena pública, onde emergem novos universos de sentido – senso comum, mesmo se controverso (CEFAÏ, 2009, p. 26-27).

Sugiro, então, a compreensão da Casa Nem por um viés eminentemente *afetivo*. A proposta é se deixar afetar para que se forme uma experiência comum de indignação em conjunto e mobilização em público, ou seja, afetar para se engajar numa dimensão coletiva. Estou a falar, então, de um campo que emergiu como uma realidade fruto de uma experiência *intersubjetiva/intercorpórea*, que se apropriou do que vem a ser movimentos de ocupação, constituindo sua luta política pautada na *transfobia*. Forjou-se, portanto, um *movimento social* que podemos denominar, de maneira singular e vanguardista, *ocupação-identitária*.

Após a introdução do que veio a ser a fundação da Casa Nem, abre-se uma gama de possibilidades de explorar o campo, a partir de várias perspectivas. É o que passarei a explorar a seguir.

### **2.3 A Casa Nem como *política em movimento***

Inicialmente, deixo consignado uma perspectiva elementar desta etnografia, de acordo com a qual as ocupações são compreendidas não como territórios ou espaços excluídos da sociedade maior, pelo contrário, são produzidos, em última instância, pelas políticas públicas concernentes à habitação do país, ao mesmo tempo em que constituem como “externalidade”, porque localizadas na imbricação entre o legal e o ilegal, expondo os ocupantes a uma série de usurpações e coerções usuais nas franjas das cidades, levando-nos a endossar a máxima de que nem toda favela é franja, e nem toda franja é favela (FERNANDES, 2013, p. 159).

A abrangência da ocupação Casa Nem afora a luta por moradia, por sua vez, nos revela um terreno fértil para explorar o sentido de política para algo além de estar atrelado e submetido direta ou estritamente ao Estado. Fernandes (2013) denomina esta perspectiva como *política em movimento*, que dialoga com os modos de socialidade (ou sociabilidade): o que a ocupação

produz em termos de relações e práticas sociais, sua intervenção, seus efeitos e significados num contexto maior, e tudo isto enquanto produção de política, bem como as práticas do Estado nesse maquinário. Outra forma de enunciar essas questões emerge com perguntas, das quais: a produção de vulnerabilidade é política, é intencional? O que significa fazer viver na precariedade? Qual a produção de subjetividades nesse processo? É possível reabitar o cotidiano para além da mera sobrevivência?

Nesse sentido, tratando de aspectos metodológicos, vislumbrei uma oportunidade de tratar da Casa Nem em todas as suas nuances a partir do ponto de vista das pessoas que integraram e fizeram parte de maneira ativa na construção do corpo deste *movimento social*. É também uma questão de legitimidade e, principalmente, de lugar de fala. Para tanto, além do meu diário de campo, tive acesso ao material produzido pela equipe do curta-documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, que realizou uma série de entrevistas com algumas ocupantes da casa no final de 2016 e início de 2017. A pertinência deste material se justifica primordialmente por envolver as pessoas que deram corpo à Casa Nem desde a sua fundação. A rotatividade das ocupantes na Casa é uma realidade e faz parte da própria lógica de abrigo do espaço, de modo que eu não teria caminhos viáveis e fáceis de chegar a estas mesmas pessoas para produzir um material que fosse de minha autoria, tendo em vista que minha imersão no campo como sujeito-pesquisador se deu a partir do segundo semestre de 2017.

Ademais, os depoimentos expostos a seguir dizem respeito a fatos que não justificam ser questionados novamente a estas mesmas pessoas, tendo em vista que já se dispuseram a construir a narrativa da ocupação para a formatação do referido documentário, cuja exibição e repercussão foram de vertente pública<sup>106</sup> e notória<sup>107</sup>. Isto é, não se trata de confidências e depoimentos sigilosos e sobre assuntos que não deveriam ser publicizados. Pelo contrário, enquanto *movimento social* de vanguarda, o material em torno da Casa Nem deve ser multiplicado a fim de que se dê a devida repercussão a este projeto tão ambicioso e tão inovador, mas que não logrou êxito em conquistar o apoio governamental para que se mantivesse de forma sistemática e garantida. Disso se infere, desde já, uma hipótese ao quesito proposto, nos autorizando a sustentar que a produção de vulnerabilidade integra a prática de Estado, sendo esta realidade fruto de uma política intencional, em que se evidenciam elementos de *biopolítica*

---

<sup>106</sup> Disponível em <http://www.futuraplay.org/video/sob-o-mesmo-teto/381057/>. Acesso em 12 de janeiro de 2019

<sup>107</sup> Exemplo da notoriedade do documentário é a criação de uma página no Facebook, destinado a justamente dar mais repercussão ao material. Disponível em <https://www.facebook.com/sobomesmoteto/>. Acesso em 12 de janeiro de 2019

e *necropolítica*, a que denominamos neoliberal e neocolonial. Com ressalvas importantes, de que o Estado nem é estático, homogêneo, nem é opaco aos movimentos e às forças da sociedade civil, embora não se trate também de romantizar a criatividade das margens (FERNANDES, 2013, p. 84).

A Casa Nem ganhou corpo após a sementeira do Prepara Nem. Sabemos do seu ponto de partida, o início das atividades ainda dentro do Coletivo Nuvem, mas o que vem a ser esse projeto idealizado por Indianare, além de uma iniciativa particular com objetivos amplos e difusos?

A gente costuma brincar que é a primeira ocupação escolar de 2016, o Prepara Nem ocupando o que era a Casa Nuvem. O Prepara Nem é algo que eu idealizava desde os anos 90, quando eu me tornei presidente do Grupo Filadélfia. Ele seria um curso auto-alfabetizante porque a maioria das travestis e transexuais não eram alfabetizadas na época, e também um curso de idiomas (italiano, francês, espanhol e inglês) porque a maioria já viajava para o exterior e muitas eram exploradas por não saberem o idioma. Não foi implementado, não foi colocado em prática. Depois, quando surgiu a internet, foi colocado outras coisas no curso que eu idealizava, que eram noções de informática. Depois com a vinda do Enem ficou mais fácil de ser concretizado. A gente começou a discutir, conversar sobre o assunto. As pessoas gostaram da ideia e o projeto nasceu, e se tornou um projeto muito bom. Hoje ele é um curso pré-vestibular para pessoas LGBTQI em situação de vulnerabilidade social com foco em travestis e transexuais. O Prepara não acontece só na Casa, e sim em vários outros pontos centrais, para que as pessoas transitem e acostumem a cidade a ver pessoas transitando, comentando, debatendo, e mostrar que travestis e transexuais estudam e precisam estar empoderadas para disputar universidades. O Prepara não acontece só aqui na Lapa. Tem em Caxias, o Prepara Nem Baixada. Em Zona Oeste estamos em fase de encontrar uma sala. O Prepara Nem Maré com o Conexão G com apoio da Fiocruz. E o Prepara Nem Niterói, e outros Preparas espalhados pelo Brasil, Goiânia, Porto Alegre.<sup>108</sup>

Oportuno e relevante é também o depoimento de Luciana, travesti, mineira de Belo Horizonte, em cujo âmbito familiar encontrou resistência em relação à sua identidade de gênero. Mudou-se para o Rio de Janeiro inicialmente com a intenção de se prostituir, tendo morado numa casa que acabou incendiada, levando seus bens, dentre os quais roupas e dinheiro. Ao invés de retornar para Minas e encarar a família numa situação de aparente fracasso, “foi parar” em um abrigo municipal, um ambiente igualmente pouco acolhedor pelo fato de ser uma mulher trans. Foi quando, logo depois, os caminhos da vida a levaram de encontro a Indianare Siqueira.

E aí eu não queria chegar de mãos abanando lá, eu queria mostrar para mim mesma a minha capacidade, e aí eu fui parar num abrigo da Prefeitura. E aí foi muito difícil pra mim fazer toda uma desconstrução dentro de um espaço totalmente normativo, e que ali eu não conseguiria colocar todos os meus desejos, sonhos e vontade para fora. E aos poucos eu fui conseguindo uma desconstrução muito interessante. Eu consegui fazer com que as pessoas dentro de um abrigo masculino respeitassem o meu nome social, a minha identidade de gênero. Consegui quebrar essa normatividade dentro deles si próprio. Aprenderam que respeitar não dói, não machuca, não causa nenhum

<sup>108</sup> Trecho do depoimento de Indianare Siqueira concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, e que gentilmente me disponibilizou o material para esta dissertação.

mal. Foi muito interessante. Esse abrigo, ao mesmo tempo que sugou minha energia, a desconstrução de um número grande de pessoas te pede uma energia, mas cabia a mim naquele momento que aquilo ia me dar um retorno, e foi muito interessante que esse retorno veio. Eu saí de lá com várias travestis de dentro do abrigo, que eu consegui buscar essas travestis em vulnerabilidade e que não conseguiam um espaço fora das ruas, e saímos muito satisfeitas. E quando eu saí desse abrigo foi por um motivo que eu conheci, por Indianare Siqueira, uma travesti militante, uma mulher trans que me representa muito hoje. Eu precisava, para iniciar minha vida, tirar os meus documentos e aí eu não tinha um espaço, um local para tirar esses documentos, eu não tinha grana, o preconceito é muito grande, adentrar nos espaços é muito difícil. E aí eu resolvi procurar uma ONG, a Afroreggae, e essa ONG possibilitou a minha retirada de documentos, a minha retomada, a minha reinserção na sociedade. E com isso, num processo lento, mas satisfatório porque tínhamos reuniões toda terça com bate-papo sobre transfobia, preconceito, inserção, era muito interessante e numa dessas discussões foi apresentado para a gente o Prepara Nem.

Desde então, Luciana acabou se envolvendo cada vez mais com a Casa Nem, tendo participado ativamente do processo de construção do espaço, integrando, inclusive, o primeiro grupo de alunes do Prepara Nem:

Eu fui uma das alunas pioneiras do Prepara, da primeira turma. Sou uma das alunas pioneiras da ocupação da Casa. Eu tenho que agradecer muito a uma mulher que me representa muito e que eu amo demais, Indianare Siqueira. Ela que acabou me mostrando tudo isso. Ela acabou fazendo de alguma forma que todas nós trans pudéssemos enxergar essa luz. Não to dizendo que ela é a nossa luz, mas ela é a esperança de uma revolução, e isso é muito bom. E na Casa vai acontecendo isso. Hoje faço parte de diversos projetos, de uma rede de pessoas de empoderamento e forças e que me dão oportunidades de ser inserida nessa sociedade que é tão hipócrita.

(...)

Por mais que eu veja uma série de projetos sociais voltados para travestis e transexuais, o Prepara Nem me botou uma confiança de que naquele momento eu falar “poxa, ali eu vejo uma mudança”, ali eu vejo uma mulher trans que me representa e que tá de frente a isso, né. Então eu acho que ali eu posso ir de frente a isso. E aí no dia 12 de junho [2016], eu fui na primeira reunião, e, a partir desse dia, começaram as aulas. E aí comecei a estudar nesse preparatório, e esse preparatório acabou colocando sete pessoas trans dentro de uma universidade. E uma realidade que eu acho que as pessoas não sabem, e eu acho muito interessante colocar isso, é que eu não tirei o meu segundo grau com o Prepara Nem. Eu não prestei o Enem, vou prestar esse ano [2017]. E foi muito mais importante para mim do que um diploma. Foi muito mais importante pra mim do que estar numa academia. O Prepara me deu amor, pessoas, uma família, empoderamento. Então isso pra mim é muito mais importante que um diploma, muito mais importante do que estar dentro da academia, dentro daquela normatividade que eu busco não estar. Que interessante, né. Você vai fazer parte de um preparatório para você ser inserida na sociedade, no mundo escolar e até no mercado formal de trabalho, e acaba não tirando diploma, não fazendo o segundo grau, mas ce adquiriu uma série de coisas que hoje é muito mais importante. Hoje eu penso comigo, meu deus pra quê fazer segundo grau? Hoje, com os vínculos que eu tenho hoje eu nunca precisei apresentar um currículo, e daí? E no abrigo ainda estudando, eu não tirei o segundo grau, não entrei numa universidade, mas tirei o diploma do Prepara. O Prepara me presenteou, fez uma cerimônia de formatura simbólica, né. Teve paraninfo, tivemos padrinhos, então assim. Uma série de coisas que ele fez na caixinha e que eu não buscava. O diploma que ele me deu foi de amor, carinho, responsabilidade, vivência, circunstância, e isso hoje tá vindo à tona na minha vida, daí eu ainda assim morando num abrigo estava numa preocupação de ir e vir ao Prepara. Não tava interessante, depois de uma desconstrução minha num espaço normativo, esse processo não andava, não tava ainda legal. E aí o Prepara, mais uma vez, começou a pagar o meu aluguel. Me tirou de dentro do abrigo e disse que, se eu

arrumasse uma casa dentro das condições tal, financiaria meu aluguel. E aí eu arrumei uma casa, fui morar com uma amiga, o Prepara muito rápido cresceu uma rede muito grande, mobiliou minha casa, encheu a minha geladeira, e isso foi muito interessante e importante, tanto na minha vida, quanto na da minha amiga.<sup>109</sup>

A urgência e as situações de vulnerabilidade intensificam a produção de afetos (FERNANDES, 2013, p. 94), bem como as estratégias que objetivam a permanência da ocupação, configurando um jogo político na produção da vida, e disso se depreende uma das justificativas da amplitude inerente ao Prepara Nem para além do simples objetivo de servir como preparatório para o vestibular.

Costurada na biografia do Prepara está também a trajetória de Luiza, travesti do interior de Minas Gerais, e que vive no Rio de Janeiro há cerca de cinco anos. Também encontrou resistência familiar a respeito de sua identidade de gênero, principalmente em razão do pai, filho de militar: “Então imaginem a educação que ele recebeu e a educação com que ele me criou e a minha irmã, aquela mente fechada e tal. Minha mãe aceita, mas essa questão de transicionar atrapalha a aceitação. Mas quando se é, não tem como negar”. Luiza então se mudou para o Rio de Janeiro, onde se descobriu e iniciou sua transição. “Hoje a família está aceitando mais, a questão da aceitação tá melhorando muito devido às coisas que eu conquistei, principalmente a entrada no curso de Medicina”. Luiza integrou o Prepara Nem desde o início, quando ainda funcionava como um braço da Casa Nuvem. Sua contribuição foi mais em sentido propositivo-voluntário, haja vista que à época cursava faculdade de Farmácia:

Eu conheci o Prepara através de uma amiga minha ano passado, que inclusive foi aprovada na PUC, e quando ela me falou eu pensei em ir um dia conhecer e ver no que vai dar. Mas até então, eu já estava numa faculdade e eu de fato iria só pra conhecer. Acabou que no dia que eu fui aconteceu uma reunião, eu participei dessa reunião que era de alunos e professores, e nessa reunião eu soube que o Prepara estava precisando de uma professora de química. Quando falaram aquilo eu disse que de certa forma eu poderia ajudar porque eu faço Farmácia e a base é a Química, né. E foi onde então eu viria a ser a Luiza, a primeira professora trans do Prepara. Muita gente confundia ah, por ser trans é uma aluna, já que o Prepara é voltado ao público LGBTQI com foco em travestis e transexuais. Por eu ser a primeira professora trans do Prepara, aquilo repercutiu de uma forma positiva. Foi um espaço que pessoas cis não conseguiram conquistar. Tiveram outros professores mas que não deram certo. Me senti empoderada, capaz de ensinar inclusive para pessoas trans, algumas mais velhas do que eu e que detestavam Química, mas que, ao final, passaram a gostar. Foi uma experiência maravilhosa, enriquecedora.<sup>110</sup>

<sup>109</sup> Trecho do depoimento de Luciana Vasconcelos concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, que gentilmente me disponibilizou o material para esta dissertação.

<sup>110</sup> Trecho do depoimento de Luiza concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, que gentilmente me disponibilizaram o material para esta dissertação.

Em sentido semelhante à experiência de Luciana, Luiza também reconhece o mérito do Prepara Nem para além da pretensão de servir unicamente como um curso preparatório para o vestibular:

Do mesmo jeito que eu falei que a Casa trabalha a questão do empoderamento, o Prepara também tá nessa linha. Tem gente que fala que o Prepara é só um cursinho que vai te ajudar a passar no Enem e tal, mas não, não é só isso. Para quem faz parte do Prepara sabe que o Prepara é uma família, vai muito além. Onde a pessoa que tá passando por um sufoco, os professores, os alunos ajudam. É uma família mesmo, onde se você precisou, tem todo mundo ali para ajudar. Vai além da sala de aula.<sup>111</sup>

O depoimento de Luiza também é valioso para dimensionarmos o progresso do Prepara Nem, dando corpo à configuração de algo maior, a Casa Nem:

O Prepara ganhou muita visibilidade e de fato tivemos várias aprovações dentro de universidades públicas e privadas. Com a Casa Nem, o Prepara ganhou as aulas de Corte e Costura porque o que aconteceu foi o seguinte. Esse ano [2017] tinha algumas pessoas que não sabiam ler e escrever, então surgiu a questão de como trabalhar com a didática numa dinâmica de preparar a pessoa para o Enem, sendo que ela nem sabe como ler e escrever o próprio nome? Então tivemos que fazer uma preparação, algo para que toda a turma de uma certa forma aproveitasse o que a gente tem para ensinar e colocar em prática. Com a Casa Nem então entrou a aula de Corte e Costura, aula de fotografia, o que de fato veio no lugar das aulas do Prepara, e que foi muito bom até porque não é todo mundo que quer fazer o Enem. Então a gente tem que respeitar a opção do outro. Se você não quer fazer o Enem, mas quer aprender a ler e a escrever, então temos o Alfabetiza Nem, para ensinar as pessoas que de fato não sabem. E o Prepara também se expandiu. Tem o de Niterói que tá com uma turma incrível, vários professores, se Deus quiser vamos colocar várias meninas nas universidades. Tem o Prepara da Maré que acontece na Fiocruz. Tava para acontecer na Zona Oeste mas ainda não aconteceu, e tem outros pontos fora do Rio, só que com outros nomes, mas o objetivo e o ensinamento é o mesmo.

Na Casa Nem acontecem as aulas de Corte e Costura, as aulas de fotografia. A gente tava tendo aulas de libras, mas por uma incompatibilidade de horário da professora, tivemos que parar, mas pretendemos voltar. Ano que vem [2018] queremos começar o curso de línguas (francês e alemão). O Inglês a gente já tinha no Prepara, mas rola uma dificuldade, e até mesmo para o Enem as pessoas acabam optando pelo Espanhol, né, que sabem falar o Portunhol, então o Inglês nem é tão solicitado.<sup>112</sup>

As ocupações são permeadas por intensos e constantes conflitos, negociações, rupturas, portanto, é um espaço movimentado e muito rico em termos políticos (FERNANDES, 2013, p. 94), cujo sentido específico é variável a depender do contexto. Em relação à Casa Nem, os trechos destacados nos proporcionam uma perspectiva do processo de constituição da ocupação para além da luta pela moradia, após a iniciativa bem-sucedida do Prepara Nem, um projeto capacitador de pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social. Assim, o Prepara acabou reunindo personagens das mais diversas origens e contextos de vida num local estratégico no centro da cidade do Rio de Janeiro, e que, por isso, permitia a essas personagens

<sup>111</sup> Trecho do depoimento de Luiza concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, que gentilmente me disponibilizaram o material para esta dissertação.

<sup>112</sup> Trecho do depoimento de Luiza concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, que gentilmente me disponibilizaram o material para esta dissertação.

um maior número de possibilidades de se contornar a *exceção ordinária*, ou de tentar escapar das situações de usurpação referentes à *vida nua*. Isto é, a localização central como elemento geográfico que deu corpo à *transgressão* dessa realidade estrutural, mediante as possibilidades da *arte do contornamento* das adversidades ou de escapar das situações de tensão, disputas, usurpações de direitos (FERNANDES, 2013, p. 160).

O projeto foi dando corpo ao que depois se edificou como Casa Nem, uma ocupação forjada mediante esforços de Indianare e demais travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade e que viram, numa situação de *transfobia*, uma oportunidade para se apropriarem daquele espaço, ressignificando uma conjuntura inabitável para um contexto em que fosse possível aflorar possibilidades de vida, sem dúvidas um exemplo de *agenciamento* exitoso na iniciativa da ocupação. É certo, porém, que estas agências não têm o impacto de alterar os privilégios no âmbito estrutural. Isso não deve implicar, por sua vez, uma diminuição da potência e do simbólico em torno dessas agências, posto que nos incitam a desconstruir a história contada a partir da ótica dos vencedores, compondo uma narrativa afeita a fissuras e a cacofonias, capazes de percorrer, atravessar ou contornar a *exceção ordinária*, bem como de se constituir como minoritário (FERNANDES, 2013, p. 159).

De toda forma, fato é que a iniciativa bem-sucedida do Prepara Nem foi dando corpo à ideia ambiciosa de funcionar como um espaço mais amplo, de caráter assistencial e cultural, sem fins lucrativos, e de iniciativa particular, uma ideia concebida e edificada por Indianare Siqueira com o apoio de sua rede de contatos e voluntários. Com a ocupação do espaço onde funcionava o Coletivo Nuvem, a Casa Nem foi corporificando um espaço permeado por um trabalho social de acolhimento e abrigo para pessoas LGTBTTQIA+ marcadas pela violência doméstica, conflitos, violação de direitos e exclusão social associados às questões de gênero e/ou opção sexual. Implementou-se também iniciativas voltadas à inclusão social destas pessoas, oferecendo serviços de promoção à saúde, educação, cultura e renda, orientados por profissionais voluntários das citadas áreas, sensibilizados e comprometidos com as diretrizes de acolhimento e abrigo da ocupação.

A ampliação e socialização de suas ações culturais, sociais e assistenciais somente foi possível com o apoio de parceiros e apoiadores voluntários engajados no desenvolvimento e manutenção de atividades direcionadas à saúde e de formação profissional como: Costura Nem (capacitador no manuseio de máquinas de costuras profissionais e costura); modelagem (capacitação na arte de modelar figurinos); psicoterapia Nem (psicoterapia no âmbito coletivo e individual, executada por uma equipe de psicólogos voluntários e parceiros); pontualmente,



atividades de extensão de universidades, como o curso de áudio-visual vinculado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Como elemento que sobressalta a *crise sistêmica de cuidado* da qual tratei no capítulo anterior<sup>113</sup>, a Casa Nem também promove, através de seu programa de acolhimento e abrigamento, demandas sociais como o Alimenta Nem (doações alimentares de cestas básicas de produtos não perecíveis, que alimentam as pessoas da Casa); o Auxilia Nem (doações que promovem mais qualidade à estrutura da ocupação, como móveis, roupas de cama e banho, colchões, etc). Estas várias vertentes e possibilidades de *agenciamentos* assumidas como diretrizes da ocupação foram resultado de uma construção coletiva da própria ideia do que viria a ser este espaço para além da questão da moradia:

O que eu quero colocar é que quando nós, porque nós pensamos juntos nessa casa, pensamos em recolher um certo grupo de pessoas trans, colocar dentro dessa Casa, pegar essa nossa rede, enfiar essa nossa rede dentro dessa Casa, para abrir esse leque e essas pessoas dentro dessa Casa captassem essas oportunidades e dali caminhassem, para pegar outro grupo de trinta. Porque, vamos pensar o seguinte. Temos uma Casa que comporta trinta meninas. Do que adianta ter um abrigo de pessoas trans que comporta trinta meninas e que têm oportunidades, mas que não vão pra frente? E as outras seis mil e novecentas que continuam nas ruas em vulnerabilidade? Não vamos dar espaço a essas outras meninas? Então o pensar da Casa foi: nós pessoas trans, entrar na Casa, captar as oportunidades que aparecerem e voar, para que nossas outras amigas companheiras entrassem na Casa e voassem. Quando questiono essa posição de abrigo, já tinha que ser uma posição da Prefeitura há muito tempo ter um abrigo LGBT, e não tem. E Casa Nem não é abrigo, é uma casa de oportunidades. Ali dentro você entra, tem comida, tem bebida, tem amor, tem carinho, e oportunidades. Cabe a você captar essas oportunidades e meter bola pra frente. Não é entrar no espaço e se acomodar porque você tem tudo isso, porque você não vai progredir sua vida. Vai continuar sendo simplesmente uma trans em vulnerabilidade, em sofrimento. Há um ano atrás eu passava fome, sede, eu não tinha amor familiar. Hoje eu ligo pra minha mãe, e fala “oi, minha filha”, isso foi uma conquista minha. Minhas amigas trans têm uma briga com a família. A gente depende da família. Quando a família está entrosada em alguma coisa, eu penso que minha mãe vai adorar, meus irmãos ficarão orgulhosos. Quando questiono não ser abrigo, é por esse aspecto. A Casa tem que ser um lugar pra captar as oportunidades e voar, essa é a nossa necessidade.<sup>114</sup>

Luiza endossa essa perspectiva da Casa Nem menos como moradia fixa, e mais como um espaço de transição:

A Casa é um espaço de acolhimento a quem de fato precisa, a quem está num estado de vulnerabilidade social. Não é um local de moradia onde você chega e tem tudo e você se acomoda aí. É um local de passagem para quem está passando por uma determinada necessidade, vem aqui por um tempo, se recupera aqui, se restabelece e volta a ter sua vida normal como antes, só que não num estado de vulnerabilidade. A

<sup>113</sup> Refiro-me ao subcapítulo “2.2.3 A gestão dos corpos dissidentes: a *vida matável* das pessoas LGBTTQIA+ e a *crise sistêmica do cuidado*”.

<sup>114</sup> Trecho do depoimento de Luciana concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, que gentilmente me disponibilizaram o material para esta dissertação.

palavra-chave da Casa é empoderamento, a gente quer mostrar para a pessoa que ela é trans, mas que ela pode fazer, pode crescer.<sup>115</sup>

Como se tornar um ponto capaz de efetivamente agregar oportunidades? Além da rede de contatos construída paulatinamente nas tessituras de vida de cada personagem envolvida na ocupação, a Casa Nem também serviu como sede da Associação Grupo TransRevolução, do qual Indianare Siqueira é a Presidenta. A associação tem existência inclusive formal, devidamente registrada perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal, o que possibilitou a aplicação e disputa por editais, e, por consequência, a manutenção do espaço com os fundos arrecadados. Além disso, conforme relatado pela Luciana, a realização de eventos festivos era outra fonte de renda da ocupação, que angariava recursos mediante a cobrança de taxa pela entrada e com a venda de bebidas. De maneira recorrente eram também firmadas parcerias com entidades e instituições privadas, ambas da sociedade civil, com interesses em desenvolver projetos filantrópicos.

Em suma, a construção e manutenção desta rede de voluntários, da qual eu me considero parte, é o que permitia à abrangência da ocupação para além da pauta da moradia: a rede de contatos era útil à arrecadação de dinheiro, à execução dos projetos que aconteciam simultaneamente na Casa, e, com a propositura da ação de despejo, esta rede também possibilitou contatos com advogados – eu, inclusive – para os fins de se defenderem judicialmente. Sem dúvidas um *agenciamento* exitoso da ocupação: uma rede de relações e práticas que conformam este espaço social, mediante a trama das mediações e conexões que articulam e ao mesmo tempo transbordam campos de práticas nas suas formas estabelecidas (trabalho, moradia, consumo, serviços, etc), estabelecendo zonas de contiguidade e criando passagens onde não se esperava que acontecessem. Essas forças de contestação e de criação buscam contornar a segregação ou os padrões neoliberais e neocoloniais para compor um *espaço outro*, um *espaço heterotópico*<sup>116</sup>, capaz, por extensão, de confrontar os espaços majoritários da cidade (FERNANDES, 2013, p. 159).

Ocupar um espaço enquanto travesti militante é muito difícil, e conseguimos isso. Conseguimos de alguma forma estar dentro de um espaço que acabou se tornando a nossa moradia, que é a Casa Nem, o sucesso da Lapa. Hoje se você procurar um lugar fora dos padrões normativos, vai pra Casa Nem. E essa Casa Nem começou a dar espaço para outras travestis e transexuais, que ali começaram a ter sua vivência diária, saindo de toda uma normatividade. O que a gente não busca hoje é o patriarcado e que infelizmente hoje está em nossas vidas. E a Casa reúne mais ou menos umas trinta

<sup>115</sup> Trecho do depoimento de Luiza concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, que gentilmente me disponibilizaram o material para esta dissertação.

<sup>116</sup> A heterotopia ou a ideia de um espaço heterotópico foi explorada por Michel Foucault como a possibilidade de composição de um espaço diferente, um outro lugar, onde aconteceria “[...] uma espécie de contestação tanto mítica, quanto real, do espaço onde vivemos” (FOUCAULT *apud* FERNANDES, 2013, p. 27)

meninas, e o intuito da Casa não é que seja um alojamento, nós não estamos ali para permanecer. Hoje a Casa sobrevive de uma rede, onde que essa rede faz doações, promove documentários, cursos (teatros, costura, ioga, capoeira), e isso tudo são coisas que nós, pessoas trans, sempre tivemos o direito mas essa sociedade normativa sempre nos tirou isso.<sup>117</sup>

O depoimento de Luciana a respeito da Casa Nem e sua proposta como espaço de transição permeado por uma série de contatos e oportunidades é justamente um exemplo de *espaço heterotópico* de que estou tratando. Indianare defende que “a Casa tem esse papel fundamental de demonstrar que não é preciso ter um cargo político para fazer. A gente pode fazer, ter força de vontade, querer fazer pelas pessoas, ao mesmo tempo em que deve deixá-las que tomem conta de suas próprias vidas”<sup>118</sup>. Esta dinâmica também permite entender o que Fernandes (2013, p. 205-210) denominou de uma certa porosidade nas ocupações: existindo no indefinido, na indeterminação e no provisório, esses *agenciamentos* acabam presentes nas ideias de precário, precariedade ou no viver em condições precárias.

Mas não se trata de romantizar as margens. Entre a teoria e a prática, há atritos, fricções, dificuldades, e todos estes elementos se fizeram presentes no cotidiano da ocupação, como próprio reflexo da dificuldade estrutural de manter um projeto deste porte de iniciativa particular, sem patrocínio fixo, tampouco apoio estatal. A este respeito, entrevistei um membro do *corpo operativo*<sup>119</sup> da ocupação, mulher trans, cuja função desempenhada na Casa era de apoiadora social, algo derivado de sua formação como assistente social. À ocasião da entrevista, em 30 de julho [2018], estava vigente uma ordem judicial<sup>120</sup> para a desocupação da Casa, de modo que a interroguei acerca de quais seriam os novos desafios para a ocupação, em termos de disciplina e regras, num momento posterior quando viesse a se estabelecer em um novo local.

Eu nunca faria esse tipo de coisa sozinha, sem o apoio do Estado, seja municipal, estadual, federal, de espécie alguma. Eu, como assistente social, não me permite que eu pense algo assim sem o apoio do Estado. Não é nem a questão das regras, é sobre você ter alternativas para as pessoas de imediato, para tudo, saúde, uma documentação. Aqui nós ajudamos bastante as pessoas mesmo, mas aqui você tem que levantar, pedir a ajuda do colega, bater na porta daquele, “olha to enviando pessoa”, “to mandando um papelzinho escrito pela gente para essa pessoa”, “olha essa

<sup>117</sup> Trecho do depoimento de Luciana concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, que gentilmente me disponibilizaram o material para esta dissertação.

<sup>118</sup> Trecho do depoimento de Indianare Siqueira concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, que gentilmente me disponibilizaram o material para esta dissertação.

<sup>119</sup> Fernandes (2013) denomina *grupo operativo* a composição de militantes, articuladores, proativos que tomavam as rédeas da gestão da ocupação. Aplico esta mesma nomenclatura à realidade da Casa Nem para me referir às pessoas nesta mesma situação, que não se limita à voluntariedade como também promove, estimula, propõe atividades tendentes à movimentação política da Casa.

<sup>120</sup> Me refiro ao processo judicial nº 0431587-11.2016.8.19.0001, ação de despejo em trâmite perante a 34ª Vara Cível da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Em razão de se costurar na trajetória da ocupação, tendo sido determinante ao seu fim, farei uma análise crítica a respeito do processo em capítulo oportuno.

“pessoa tá precisando, você recebe, pode ajudar?” Para mim isso é humilhante. Eu tenho formação como assistente social, né? Mas se fosse para eu fazer, jamais faria isso sozinha, e sim junto a uma esfera e uma secretaria de apoio, para tudo, para a própria segurança, a gente não sabe quem a gente põe aqui dentro. Tivemos muitos problemas com isso, pessoas que aquele anjinho estava precisando e no fim era uma fera, uma pessoa muito danada.<sup>121</sup>

Como se vê, as dificuldades de manter a ocupação era uma realidade em todas as instâncias, principalmente a financeira. O pagamento irregular do aluguel passou a ser uma constante, de modo que os inadimplementos deram margem ao ajuizamento da referida ação de despejo, cuja iminência do fim dava contornos porosos àquela situação. No meio disso tudo, a ocupação ora cumpria com a ideia de ser um espaço de transição, ora acabava descambando para a forma de um abrigo, numa frequência aleatória, conforme os acontecimentos da vida vão costurando novas possibilidades de vida:

E numa das reuniões eu questionei para as meninas que eu comecei a perceber que a Casa começou a se tornar um abrigo. E começou a ser por falta de voluntários e colaboradores fazerem com que essas pessoas que realmente têm necessidade de inserção, que sejam realmente inseridas. Eu questiono muito isso. É muito bonito ter uma foto abraçada com uma travesti amiga. É muito bonitinho levar uma travesti para chupar um picolé na praia. É muito bonitinho ir para a praia com as amigas travestis. É muito legal fazer um trabalho com uma pessoa trans e se beneficiar com isso, mas e pegar uma travesti e colocar na sua casa? Mesmo você apertadinho ali, sabendo que tem um espaço ali para ela começar a se reerguer na vida, você faria isso? E se você pegasse uma travesti e chamasse ela e trocasse ela por aquela mulher que faz uma faxina e daria uma oportunidade pra ela? Hoje ser trans está na moda, todo mundo quer ser amigo de uma pessoa trans, querem até entender essas pessoas trans, mas e a oportunidade para essas pessoas trans? Eu sou uma travesti extremamente comunicativa, empoderada, poderosa, mas essa sociedade me priva de tudo. A sociedade me priva de eu sequer entregar um currículo num espaço. Para sair de casa entregar um currículo, eu saio sofrendo. A gente tem que sair de casa armada porque hoje o crime de ódio está me assassinando só porque eu sou trans. Não é porque eu sou negra, eu sou gostosa, é porque eu sou travesti. É onde está doendo mais hoje. Está perigoso ir ali entregar um currículo, olá, sou trans, pode dar uma olhada no meu currículo, por favor? Mas essa privação que acontece e que faz com que não consigamos um espaço de luta, de desconstrução porque tá difícil adentrar esse espaço. A Casa te dá hoje essas oportunidades, te dá um leque de oportunidades. Cabe a você querer aproveitar. Quando eu questiono que a Casa hoje não é um abrigo, é porque as oportunidades estão ali, meu amor. Você não tem que ficar aqui só comendo, bebendo e dormindo. Capta as oportunidades que aparecem e mete o pé, bola pra frente, bora seguir. Isso aconteceu comigo.<sup>122</sup>

Nesse sentido, a Casa Nem é constitutiva de situações que traçaram o seu próprio território feito de práticas, circuitos de deslocamentos, zonas de contiguidade e conexões com outros pontos de referência que conformam o social nas suas fronteiras ou limiares, bloqueios e possibilidades. Seus eventos precisam, portanto, ser situados nos tempos e espaços em que as histórias se desenrolam (TELLES, 2010, p. 13, 81). É disso que tratarei a seguir.

<sup>121</sup> Trecho do depoimento de um membro do grupo operativo da ocupação, que, à ocasião da entrevista em 30/07/2018, solicitou que eu omitisse o seu nome.

<sup>122</sup> Trecho do depoimento de Luciana concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, que gentilmente me disponibilizaram o material para esta dissertação.

### 2.3.1 O espaço Casa Nem

A narrativa que nos trouxe até aqui teve o condão de nos revelar uma disputa geograficamente situada em várias escalas, o que abordei de forma preambular e não-exaustiva no capítulo “1.1 Encontros geograficamente situados: o bairro da Glória costurado pela narrativa trans”. Entendo que, a esta altura, aquela análise pode ser aprimorada com os elementos que foram dando corpo a esta etnografia, acrescidos dos termos expostos a seguir.

No âmbito da cidade do Rio de Janeiro, a presente pesquisa é recortada aos limites da região central, em específico na interseção entre os bairros da Glória e Lapa, conhecida historicamente por ser uma área que testemunhou a vivência de muitas biografias trans, porém não de forma harmoniosa, tampouco pacífica. Pois, como demonstrei, as trajetórias de vidas são experienciadas e narradas principalmente a partir e com o corpo, elemento que nos dá forma, cor, raça, enfim, traços que revelam a forma como são acionados os marcadores sociais da diferença, nitidamente visíveis em situações entrecortadas por relações de poder. O corpo adquire, assim, em todos os exercícios, uma centralidade irrenunciável para pensar a evolução *biopolítica* em que estamos imersos.

A escala geográfica central da Casa Nem também nos revela a potência na produção de *espaços heterotópicos* em relação à intensificação da precarização das condições de existência e de possibilidades de ganhos financeiros, se incluirmos os modos de circular e de constituir agenciamentos/redes de solidariedade, enfim, rede heterogênea de relações, familiares ou não, que efetivamente funcionem como forma de *contornar* as situações de *exceção* presentes nesse cotidiano (FERNANDES, 2013, p. 77). Com a ressalva sempre oportuna de que não se deve romantizar as margens, haja vista a dificuldade estrutural em manter esta mesma rede voluntária dotada de toda a potência para cumprir efetivamente com suas possibilidades teóricas.

Afunilando ainda mais a escala geográfica, nos situamos à Rua Morais e Vale, popularmente conhecida por Beco do Rato. “A Casa Nem fica no meio do Beco, metade é gentrificada, metade é ocupada. É um espaço e fica num espaço que sempre foi de travestis e transexuais, a Casa se tornou essa fronteira entre os dois mundos”<sup>123</sup>. Como (e além de) fronteira, a Casa Nem é uma teia de espaços que possibilitam a conformação da subjetividade trans. Não tanto para reconhecer que o social ocorre no espaço, mas que o social acontece paralelamente ao espaço, sendo [o social] a produção de e para os espaços (GONZALO, 2016, p. 225).

---

<sup>123</sup> Trecho do depoimento de Indianare Siqueira concedido à produção do documentário sobre a Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto”, e que gentilmente me disponibilizou o material para esta dissertação.

Não se trata exatamente aqui de identificar a presença e/ou ausência do sujeito, mas de entrevistá-lo na qualidade de um *agente criativo e transformador do espaço*, ainda que em seus equívocos e incongruências; limites e desvios. A relação entre o social e espaço é orgânica: admitir o ser humano como produtor do espaço é também consentir que seus feitos e realizações repercutem em um significado pessoal relacionado à experiência coletiva, enquanto este [o espaço] excede o pessoal sob todos os aspectos, sem deixar de retribuir um sentido especial que preenche o ser humano, ao mesmo tempo em que o impulsiona a perseguir o seu horizonte histórico. Esta perspectiva supõe a *empiricização* do sujeito ou, se preferir, uma encarnação em um corpo que lhe autorize estar como um modo específico de ser (LIMA, 2014, p. 10-14).

Uma análise do sujeito que destaque o seu caráter *criativo e transformador* não requer necessariamente uma abordagem exclusivamente subjetiva. Pelo contrário, supõe que esta seja de modo objetivo, a possibilitar a compreensão dos elementos subjetivos implicados ao fenômeno sob estudo. Nesse sentido, a narrativa em torno da Casa Nem nos revela uma dinâmica de disputa, tensões e afetos em torno de um espaço, situado em um processo de transmutação: a *transfobia* enquanto palavra-chave para pensarmos a articulação do movimento tendente a fazer daquele espaço até então *inabitável* em um lugar seguro para os corpos trans, e disso se infere a pertinência da nomenclatura *ocupação-identitária* para denominar este *movimento social*.

Como tudo isto se manifesta em termos espaciais, na configuração do espaço? Para este fim, fui instigado a extrair elementos objetivos, corporificados no espaço da ocupação, para ilustrar a subjetividade implicada no fenômeno, ou seja, explorando o que vem a ser *ocupar*. Rememoro, por oportuno, trecho do discurso de Indianare Siqueira a respeito do episódio de *transfobia* que culminou com a fundação da Casa Nem, tal qual exposto na íntegra no item 3.2 deste capítulo:

“(...) Muitos lugares não são seguros porque se preocupam mais com a imagem do local do que com as pessoas, isso tem acontecido com frequência na Casa Nuvem e quando é uma travesti negra, parece importar menos ainda. Temos que explicitar as agressões pra que não se repitam.

A Casa Nuvem já deveria ter espalhado cartazes e pichações nas paredes e em seus flayers eletrônicos que *transfobia, homofobia, lesnbofobia, bifobia, intergenerofobia, queerfobia, machismo, capacitismo*, não serão aceites. Já passou da hora.

(...)

Não irei nas festas de carnaval na Casa Nuvem por não me sentir segura nessas festas machistas. Mas estarei a postos para esbrachar qualquer agressão e opressão ao gênero feminino, pessoas *transvestigeneres, intergeneres, queers*, com diversidade funcional e *raça* entre outres.

Espero vocês nas festas Fuga Para Plutão e Festas PreparaNem onde opressões e agressões não são permitidas e deixamos isso explícito nos flayers eletrônicos. (...)”

Aguçando novamente um olhar sociológico no discurso de militância ativa de Indianare, visualiza-se um ponto fecundo de contato entre sua fala e o corpo da ocupação, enquanto meio e resultado, respectivamente, do processo de construção do espaço com participação evidente e notória da subjetividade das personagens envolvidas:



Figura 05: Foto autoral da fachada da ocupação Casa Nem, em que constam palavras de ordem, princípios e regras elementares e fundantes do espaço.



Figura 06: Foto autoral de parte da porta de entrada da



ocupação Casa Nem, em que constam os horários de entrada/saída.<sup>124</sup>



Figura 07: Foto autoral da entrada interior do térreo da ocupação, em que constam os mandamentos basilares de respeito à diversidade.

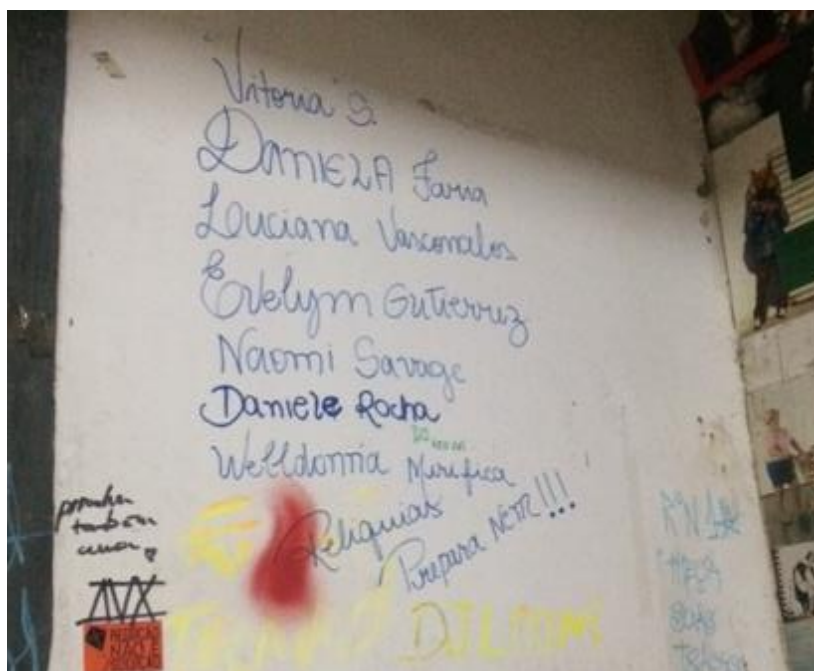


Figura 08: Foto autoral de uma das paredes do térreo da ocupação, em que constam

<sup>124</sup> Por se tratar de um espaço amplo e com muitas pessoas, o controle de entrada e saída visava a segurança do espaço, inclusive após um período em que tal regra não vigia, o que ocasionou uma série de episódios de furtos, roubos, brigas e desentendimentos das ocupantes com pessoas de fora.



os nomes das travestis e transexuais integrantes da primeira turma do Prepara Nem, e que, em continuidade, participaram do movimento de fundação da Casa Nem.

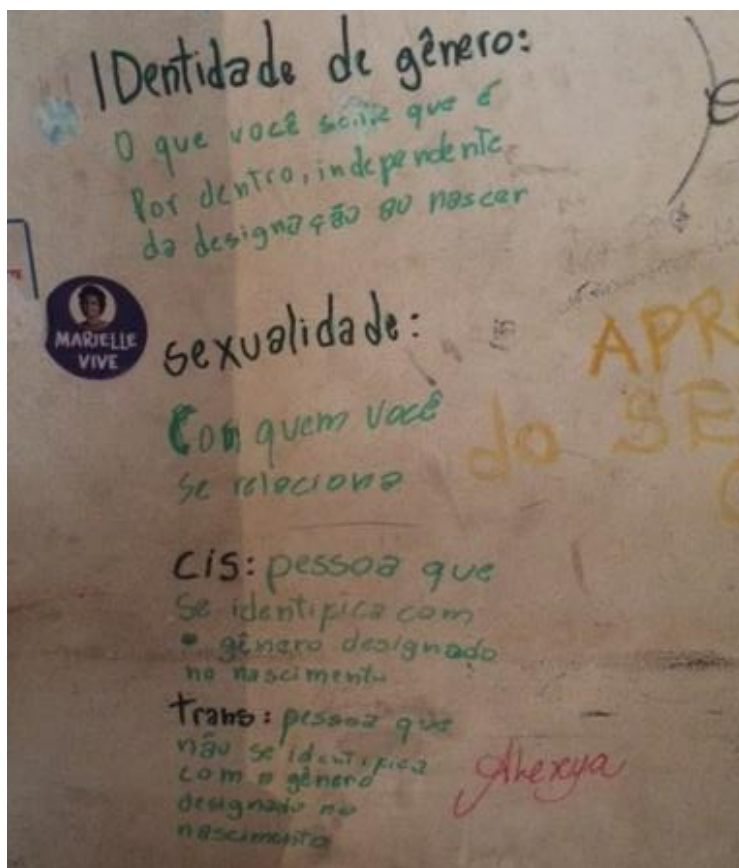


Figura 09: Foto autoral da parede lateral do primeiro andar da ocupação, em que constam os significados sociológicos de termos constituintes do debate sobre gênero e sexualidade.



Figura 10: Foto autoral de uma das paredes do térreo da ocupação, em que constam desenhos e mensagens de cunho pessoal e político.



Figura 11: Foto autoral de uma das paredes do térreo da ocupação, em que constam os nomes das travestis e transexuais integrantes da primeira turma do Prepara Nem, costuradas a mensagens de cunho político e pessoal.



Figura 12: Foto autoral de uma das paredes do térreo da ocupação em que constam mensagens de cunho político e pessoal.

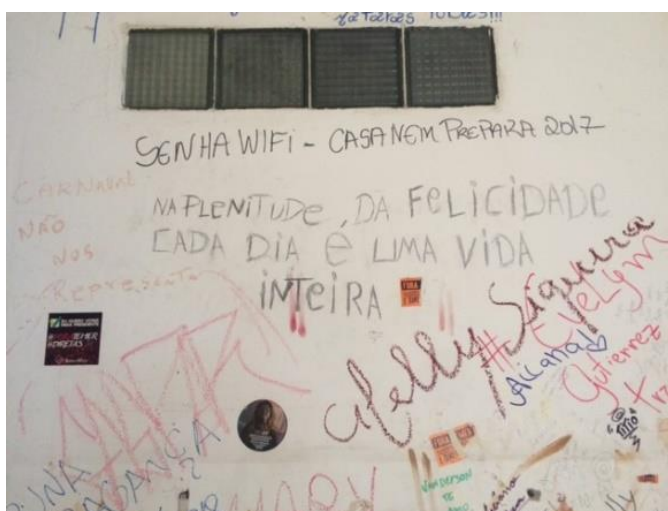


Figura 13: Foto autoral de uma das paredes do térreo da ocupação em que constam mensagens de cunho político e pessoal.





Figura 14: Foto autoral de uma das paredes do térreo da ocupação, em que constam mensagens de cunho político e pessoal.



Figura 15: Foto autoral de uma das paredes do térreo da ocupação, em que constam mensagens de cunho político e pessoal.



Figura 16: Foto autoral de uma das paredes laterais do térreo da ocupação, em que constam desenhos e mensagens de cunho político e pessoal.



Figura 17: Foto autoral de uma das portas do primeiro andar da ocupação, em que constam mensagens de cunho político e pessoal.



Figura 18: Foto autoral de uma das portas do primeiro andar da ocupação, em que constam regras da casa, mensagens de cunho político e pessoal.



Figura 19: Foto autoral de uma das paredes laterais do primeiro andar da ocupação, em que constam desenhos e regra de convivência da Casa.





Figura 20: Foto autoral de uma das paredes laterais do térreo da ocupação, em que consta uma faixa da Associação Grupo TransRevolução, que tinha como sede a Casa Nem e como Presidenta, Indianare Siqueira.<sup>125</sup>

A minha escolha por compartilhar fotografias autorais do espaço da ocupação converge à premissa de que o acesso às imagens possibilita entender a dimensão espontânea e afetiva, expressa de forma individualizada das representações sociais, fundamental para que melhor se possa entender como as representações sociais estão constituídas no interior de determinado grupo. Há uma relação frutífera entre as emoções e as imagens, tendo em vista que pensamentos e emoções caminham juntos: as emoções dão o tom, são as cores do pensamento, possibilitando perceber além dos discursos verbais, numa tentativa de *compreender o indizível* (MEDINA FILHO, 2013, p. 263, 266).

Se todas essas paredes falassem iam contar muitas histórias, muitas vidas, muitos problemas, muitos choros, muitos risos, muitas brigas, muito tudo de tudo que aconteceu aqui. Essa casa sempre foi muito rotativa, a gente já recebeu pessoas de todos os lugares, de todos os estados; pessoas que se adaptaram ao espaço e pessoas que não; pessoas que levaram coisas para sua vida em diante e não; pessoas que retrocederam e avançaram... muito foda. Hoje eu tava sentado na sala pensando que to aqui nessa casa há dois anos, já vi cada coisa aqui, e agora vendo tudo acabando,

<sup>125</sup> A associação tem existência inclusive formal, devidamente registrada perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal, o que possibilitou a aplicação e disputa por editais, e, por consequência, a manutenção do espaço com os fundos arrecadados.

como se fosse um teatro, a luz apagasse... bem foda, mas faz parte da vida, nada é para sempre.<sup>126</sup>

Este viés endossa a necessidade de se desfazer a falsa oposição existente entre *subjetividade e objetividade*, como se fossem dois espaços distintos de uma determinada realidade, como se estivessem em contraposição. Na medida em que os sentidos subjetivos são indissociáveis de biografias de vida, de experiências teórico-existenciais que perpassam *corpos*, gerando conflitos, intuições e ideias, a perspectiva que se propõe é de que a subjetividade compõe a objetividade, e vice-versa, ao ponto em que é impensável o sujeito sem a sociedade.

A real dimensão da potência em torno da Casa Nem opera justamente nesta premissa de que a realidade é produto da subjetividade, do que se extrai o desafio deste trabalho acadêmico em criar, precisar, distinguir e utilizar conceitos, a fim de dar conta das novas zonas de sentido derivadas da ocupação. Para tanto, a presente etnografia reconhece as personagens deste *movimento social* não mais apenas como marionetes movidas por condições objetivas às quais obedecem, não mais somente como pequenos demiurgos que calculam, em termos de rentabilidade ou de produtividade. As ocupantes são confrontadas a mundos, dos quais provam a realidade e a justiça em relação a suas maneiras de se engajar, são submetidas a coerções ecológicas fortes, mesmo dispendo de uma margem de manobra que lhes confere alguma liberdade. E, sobretudo, dispõem de uma capacidade de julgamento estético, moral e político (CEFAÏ, 2009, p. 15).

A *experiência* aqui é central: as agentes deliberam racionalmente e razoavelmente, configuram explicações e interpretações, mas também exprimem e simbolizam emoções, projetam imaginários e utopias. A ação coletiva se organiza, então, organizando seus ambientes, e produz, simultaneamente, critérios de experiência que vão permitir a estas personagens que se orientem, compreendam o que fazem e o que as circunstâncias fazem deles (CEFAÏ, 2009, p. 27).

O termo experiência pode aqui ser entendido de três maneiras, nas quais a cada vez nos encontramos afetados de modo diferente: a) a experiência como prova estética: os sentidos afetivos (*pathos*) e estéticos (*aisthesis*) são o que, abaixo das argumentações e dos julgamentos, nos dão acesso ao mundo, articulações da experiência que fazem com que estejamos em contato direto e ativo com as situações porque elas nos “tomam”; b) a experiência como experimentação prática: o reconhecimento do real é provado pelos testes que podemos submeter às situações e pelos resultados aos quais nós devemos nos submeter, fazendo crescer nossa capacidade de ação e nos dobrando a uma realidade transcendente; e c) a experiência como troca interativa: nosso acesso à verdade, ao bem e ao direito nunca é solitário, passa por interações com os outros e

---

<sup>126</sup> Trecho do depoimento de Victor, ocupante da Casa, homem, cis, gay, negro, dado em uma entrevista feita por mim num contexto em que vigia uma ordem judicial para a desocupação da Casa. Naquela ocasião, em 30/07/2018, algumas ocupantes tinham deixado a ocupação, de modo que o interroguéi sobre a perspectiva que ele tinha acerca da trajetória da ocupação.

com as coisas, via processos de cooperação e de comunicação, que por vezes tomam a forma de verdadeiras deliberações, em que nos expomos aos pontos de vista dos outros. (CEFAÏ, 2009, p. 32).

As fotos expostas dão contornos mais nítidos de como a experiência do que é a Casa Nem perpassa pelas dimensões sensual (numa acepção que considera o sentido afetivo e estético conjugados), experimental e interacional, por meio de um processo que envolve a *redefinição* das situações, a *reelaboração* de visões do mundo e o *redesdobramento* de convicções e identidades: as mensagens de cunho político se misturam em conteúdos pessoais, regras da ocupação, revelando que o pessoal é político, e vice-versa.

A *intersubjetividade* diz respeito, portanto, à consciência coletiva ou, mais precisamente, à maneira como um objeto é instituído em comum acordo com o grupo social. Trata-se de um domínio objetivo, a princípio, *horizontalizado*, no interior do qual os sujeitos, a despeito de suas impressões particulares de mundo, partilham objetivos, sensações, pontos de vista e opiniões, costurados por perfis perceptivos diferenciados, em um jogo dialético de identidade e diferença. Esse reconhecimento *mútuo* entre os sujeitos supõe a coabitação de um fundo, um *campo de copresença*, um *mundo comum*, no interior do qual seja possível compartilhar as múltiplas perspectivas acerca das experiências com esse mesmo horizonte objetivo comum. O que torna tudo isso possível é o fato de partilharmos um domínio sensível comum, que se expressa como laços históricos, geográficos, culturais, etc (LIMA, 2014, p. 34, 93).

Considero, então, a Casa Nem como uma *experiência intersubjetiva*, isto é, um campo de experiências conjuntas capaz de sintetizar um horizonte objetivo comum. Disso se infere que as ocupantes partilham um horizonte objetivo comum; significa que coabitam um mundo, uma realidade objetiva, um espaço, e esse modo de coexistência só pode ser *corpóreo*. O que torna o corpo um elemento de vital interatividade com o outro é a inclinação de ambos para um horizonte objetivo comum, subjacente a um campo de presença comum e, por conseguinte, a experiências comuns. E, uma vez que esta interdependência se expressa em termos de corporeidade, a *intersubjetividade* é, por sua vez, forçosamente *intercorporeidade* (LIMA, 2014, p. 96-100).

### 2.3.1.1 Conclusões parciais

Partindo da ideia de que as ocupações são produtos de política, constituindo práticas de Estado nesse maquinário, fui instigado a refletir este contexto a partir da perspectiva que entende a política dentro de um contexto maior, para algo além de estar atrelado e submetido



direta ou estritamente ao Estado. Para tanto, explorei esta ótica relacionada aos modos de sociabilidade, pesquisando e investigando o que a ocupação produz em termos de relações e práticas sociais, sua intervenção, seus efeitos e significados num contexto maior, e tudo isto ainda enquanto produção de política.

Através de depoimentos de agentes envolvidas na ocupação desde a sua fundação, tive condições de construir uma abordagem processual, no sentido da corporificação paulatina e gradativa deste *movimento social*. O tempo aqui emergiu menos como uma ótica linear, e mais como uma rede de intencionalidades: a construção da Casa Nem mediante os acontecimentos e eventos que foram se sucedendo, possibilitando *agenciamentos* pelos sujeitos que deram corpo à ocupação. Inicialmente o Prepara Nem, ainda no âmbito do Coletivo Nuvem, como um projeto voluntário de preparação e qualificação de pessoas LGBTTQIA+, com especial atenção a travestis e transexuais, em razão da qual acabou abrangendo o cuidado em sentido amplo, funcionando como uma rede também de afetos, intensificados como reflexo da própria urgência e situações de vulnerabilidade.

Um segundo elemento relevante diz respeito à posição geográfica da ocupação. Por se situar na região central do Rio de Janeiro, tornou-se possível, mediante *agenciamentos*, a *transgressão* à realidade *neoliberal* e *neocolonial*, de gestão *biopolítica* e vertente *necropolítica*, na medida em que havia possibilidades à *arte do contornamento* das adversidades e situações de usurpação de direitos, relativos à *exceção ordinária*. Isto é, a localização central possibilitou *agenciamentos* na construção da rede de contatos e voluntários que deram corpo a ideias e projetos tendentes a inserir na sociedade pessoas em situação de vulnerabilidade e às margens. Isto tudo dentro de uma escala geográfica específica, na interseção entre os bairros da Glória e Lapa (RJ), conhecido pelo acolhimento histórico a biografias trans na tessitura da vida permeada por atritos, conflitos, disputas e tensões, em suma, elementos que sobressaem em contextos de vidas às margens, onde viver é também estar exposto à morte.

A efetividade da Casa Nem enquanto espaço de transição recheado de oportunidades “para agarrar e voar”, nos dizeres de Luciana, oferecendo serviços de promoção à saúde, educação, cultura e renda, orientados por profissionais voluntários das citadas áreas, configurava um *espaço heterotópico*, mas que por vezes era colocado em xeque dada a incapacidade de tais *agenciamentos* friccionar os privilégios sociais no âmbito estrutural.

A descrição e observação do espaço físico foi outro viés oportuno na tarefa de explorar as nuances da ocupação, principalmente ao se reter a premissa de que há relação orgânica e mútua entre o ser humano e o espaço, entre o social e o espaço. O *sujeito* aqui emerge como

um agente na *empíria, corporificado*, dotado de racionalidade e emoções, estando capaz de traçar caminhos não-lineares, aleatórios, sucessivos e abertos ao desconhecido. A investigação do espaço físico da ocupação nos revelou escritos e grafias típicas das ruas, numa aparente desordem em que palavras ecoam mensagens pessoais e políticas, numa engrenagem mútua em que o pessoal é político, e vice-versa.

Em suma, o trabalho etnográfico até o momento nos permitiu explorar o corpo da ocupação, desconstituindo uma narrativa vigente no discurso dominante em que a subjetividade estaria dissociada da objetividade. Ao vislumbrar de maneira nítida os sentidos subjetivos indissociáveis de biografias de vida, a percepção de que a subjetividade compõe a objetividade é uma conclusão irrenunciável, haja vista ser impensável o sujeito sem a sociedade. De quais sujeitos estamos falando? Sem dúvidas a ocupação é plural, de perfis heterogêneos e múltiplos. Dentre tantos corpos a investigarmos, entendo ser o contexto de inicial e finalmente dedicar atenção especial à Indianare Siqueira, liderança da ocupação.

### 2.3.2 A Casa Nem a partir do *direito achado no corpo de sua idealizadora*

Uma mulher trans, *puta*<sup>127</sup>, vegana; uma mulher normal, de peito e pau. Tem o segundo grau incompleto, fala quatro idiomas e se considera Doutora Mestre na vida. É assim que Indianare Siqueira costuma se identificar. Nascida em Paranaguá (PR), saiu de sua cidade-natal aos 18 anos para fazer sua transição completa e ampliar os horizontes. Sua trajetória de vida é marcada pela experiência da prostituição, intimamente relacionada ao que é ser travesti:

Eu sempre falava travesti tudo bem, puta jamais. Então quando eu saí de casa com todas as minhas qualificações profissionais, como chefe de cozinha, cozinheira, pizzaiola, etc, ninguém me dava trabalho, então teria que sobreviver de alguma maneira. Dormi na rua e até entrar na prostituição, em que encontrei nas travestis prostitutas uma grande acolhida, mas na realidade a minha primeira vez foi supercomplicada. Era muito difícil, era como se eu tivesse me violentando por algo que eu disse que nunca viria a ser, que era puta. Tudo o que falavam de ruim das putas, eu não queria ser vista daquela maneira. Bom, enfim, minha primeira vez foi traumática, mas depois que eu recebi o meu primeiro cachê, eu vi que na realidade a visão que eu tinha da prostituição foi imposta, não era exatamente a visão que eu tive vivendo e convivendo com aquelas pessoas. Então cada vez que eu me recusava a dizer que era prostituta, dizendo que eu era profissional liberal, autônoma, aí sim eu me sentia como uma farsa, que eu não tava sendo honesta com aquelas pessoas que me acolheram tão bem, num local onde eu via que (a prostituição) não era nada demais, que era só sexo pago. Então o problema é cobrar, é uma questão mais moral sobre a prostituição. Então depois que você consegue passar por essas questões, e ver que na realidade é só sexo pago, você vai em frente. Depois de um tempo você aceita realmente como o teu trabalho. Hoje eu posso me definir como uma puta assessora

<sup>127</sup> Comumente adotado por prostitutas, *puta* é apropriado do seu contexto original de moralidade machista que recaem sobre as mulheres, em especial as profissionais do sexo, para se transformar como uma auto-denominação capaz de gerar identidade política, como um mecanismo de empoderamento a partir de um insulto.

parlamentar, porque antes de assessora eu sou puta. Prostituição hoje pra mim é o maior orgulho, não tenho problema. Minha primeira vez foi um pouco difícil, como uma primeira penetração, depois que tá dentro, é fácil.<sup>128</sup>

Vivendo um cotidiano em que contaminações pelo vírus HIV/AIDS é uma constante, Indianare acabou se engajando em reuniões de grupo para debater e conscientizar a respeito do tema, promovidas pelo Programa Municipal de DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS de Santos, “a capital da AIDS na época”. A frequência era proporcional ao número cada vez mais crescente de travestis e transexuais igualmente interessadas, de modo que fundou, em 1995, o Grupo Filadélfia de Santos (SP), do qual foi Presidenta. Este feito teve o condão de projetá-la politicamente.

Da primeira reunião, vieram outras reuniões, onde eu trouxe outras trans. E o trabalho se multiplicou e nasceu o Grupo Filadélfia de Travestis e Liberados de Santos (eu sugeri o nome pelo filme<sup>129</sup>, que me tocou muito). Fui eleita presidente. Então, o Programa nos informou sobre o Entlaids (Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Prevenção à Aids) de 1995 e [perguntou] se queríamos participar, e aceitamos. Nos inscreveram e viemos pro Rio de Janeiro. Conhecemos então Jovana Baby, a fundadora do movimento trans organizado, e fomos em frente. Eu voltei ao Rio no mesmo ano pra representar o Filadélfia no encontro internacional da ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association).

Em 1996, teve a Conferência Municipal de Saúde em Santos e participamos como Filadélfia. Eu disse da importância do nome social e que deveríamos brigar por isso. Então pleiteamos isso e que, em caso de internação, trans fossem internadas na ala feminina, também que os companheiros de pessoas LGBT fossem considerados como cônjuges no prontuário médico (sabíamos que um laudo médico derruba um presidente, então, entre outros casos, e um deles de morte, esse prontuário poderia ser usado pra garantir direitos). Tivemos que negociar e fazer acordos pra aprovar e foi por muito pouco que conseguimos vencer. Já hormonioterapia e redesignação sexual foram rechaçadas. Então, oficialmente, foi a primeira vez que, em um evento com poder de impor e deliberar diretrizes, o nome social foi reconhecido. Isso deu uma polêmica muito grande até no exterior; a imprensa não saía do pé. A internação deu pau com as radfems<sup>130</sup>, e [a demanda acerca do prontuário médico constando] os cônjuges, [deu problema] com religiosos fundamentalistas, radicais.

Veio o Entlaids 1996, o Filadélfia tinha se tornado referência, e eu fui catapultada no cenário nacional e internacional como ativista, o que deu direito ao grupo de levar pra São Paulo (capital) o quinto Entlaids, em 1997. Em 1997, depois do Entlaids de São Paulo, com 280 participantes, o movimento trans em São Paulo se expandiu e nasceu o processo transexualizador como experimental. O SUS lançou a carta de usuários, com um artigo impondo o nome social na rede pública de saúde, e os estados e municípios foram criando decretos, que se tornaram esse boom que é hoje. O nome

<sup>128</sup> Transcrição parcial da entrevista disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6ES5IHQhH3c>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

<sup>129</sup> Drama norte-americano de 1993, estrelado por Tom Hanks e Denzel Washington, que retrata a epidemia de AIDS entre homens homossexuais, em um ambiente social de intensa homofobia.

<sup>130</sup> Sigla para o inglês Radical Feminists, termo utilizado para se referir a feministas radicais, adeptas de uma determinada linha feminista caracterizada pelo reconhecimento do patriarcado como um sistema de poder que deve ser abolido para que a opressão dos homens sobre as mulheres possa ser superada. A palavra foi aplicada, no contexto da fala de Indianare, mais especificamente às feministas radicais transfóbicas, também designadas pela sigla TERF, do inglês *Trans Exclusionary Radical Feminists*.

social é obsoleto<sup>131</sup>, sim, mas foi muito duro e com muita luta que conseguimos algo que garantiu outros direitos.<sup>132</sup>

Indianare passou um período na Europa trabalhando como prostituta. Em paralelo, figurou como cafetina na França ao alugar apartamentos para profissionais do sexo, principalmente travestis brasileiras. Dada a proibição de tal conduta, cumpriu dois anos e meio de prisão, tendo sido expulsa do país ao fim da pena. De volta ao Brasil, acabou se engajando na defesa política da regulamentação da profissão do sexo:

O PL Gabriela Leite é um projeto que foi discutido com a rede brasileira de prostitutas, uma rede organizada no Brasil com mulheres de todas as regiões do Brasil. Essas mulheres se organizaram em rede depois dos anos 80. A gente chama de a nossa puta, a nossa chefe Gabriela Leite que morreu ano passado, e a Gabriela, pelas questões do HIV e tudo, surgiu primeiro na área de políticas públicas, prevenções e tudo para a sociedade, e depois com a necessidade de se criar leis para regulamentar a prostituição. Primeiro foi o debate sobre a classificação brasileira de ocupações 5198-05<sup>133</sup>, gerou todo um debate mas foi aprovado, e depois então o PL Gabriela Leite, que era o PL de regulamentação da profissão e uma homenagem à Gabriela.

A aprovação do PL não daria mais poder aos cafetões e cafetina, ele retiraria esse poder, porque cafetões e cafetinas só existem porque a sociedade tem uma visão da prostituição como ilegal, quando na verdade ela nunca foi ilegal no Brasil. Hoje, sim, podemos pagar, já ter o benefício do INSS, mas a nossa rede prestadora dos serviços é toda criminalizada. Então se eu me prostituo nesse bar e a polícia chegar e entender que o bar incentiva, facilita a prostituição, a exploração sexual de pessoas, a cafetinagem, etc, e fecha, amanhã eu vou trabalhar onde? Vou voltar para as ruas onde é mais perigoso, e eu, que não gosto de trabalhar na rua, quero trabalhar nos prostíbulos, não vai poder porque esses lugares são criminalizados ou existem na

<sup>131</sup> A adoção do nome social (aquele com o qual as pessoas trans se identificam e são reconhecidas socialmente, enquanto os seus registros civis não são adequados) foi uma importante pauta, senão central, na agenda política do movimento trans brasileiro, ao mesmo tempo em que se teciam críticas à sua fragilidade institucional e que pode ser melhor compreendida a partir de uma leitura de Bento (2014), para quem a adoção do nome social, apesar dos avanços, traduz-se em “cidadania precária”: a cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, das pessoas negras, lésbicas, gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). De acordo com Bento (2014), para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como “corpo político”. No entanto, o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo. Por fim, é preciso prestar alguns esclarecimentos. A categoria de “categoria precária” foi cunhada nestes termos em 2014, de modo que, hoje em dia, a crítica feita a respeito da lacuna legislativa referente ao assunto foi superada pelo ativismo judicial por parte do Supremo Tribunal Federal, que em 2018 reconheceu o direito às travestis, transexuais e transgêneros alterarem o registro civil diretamente pela via administrativa, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual. Mais notícias em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=386930>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019

<sup>132</sup> Fragmento da entrevista realizada por Jaqueline Gomes de Jesus para a revista Gênero da UFF, disponível em <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/download/599/359>. Acesso em 20 de agosto de 2018

<sup>133</sup> A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho. Nesta parte da entrevista, Indianare se refere ao código 5198-05, que classifica o profissional do sexo: 5 - TRABALHADORES DOS SERVIÇOS, VENDEDORES DO COMÉRCIO EM LOJAS E MERCADOS 51 - TRABALHADORES DOS SERVIÇOS 519 - OUTROS TRABALHADORES DE SERVIÇOS DIVERSOS 5198 - Profissionais do sexo 519805 - Profissional do sexo

ilegalidade, quando sabemos que eles existem, a polícia sabe. Então a não aprovação do PL na realidade só beneficia quem se aproveita das pessoas, os policiais, redes de milicianos, que cobram muito dessas pessoas que exploram prostitutas, exploram prostíbulos, as donas de prostíbulos, suborno, corrupção. Todo mundo sabe onde estão os prostíbulos, todo mundo sabe onde as prostitutas se prostituem, então por que não regulamentar isso?<sup>134</sup>

Como se vê, o debate em torno da prostituição perpassa antes a assimilação de que a divisão sexual do trabalho não pode ser explicada no âmbito da individualidade, das escolhas voluntárias dos indivíduos, e sim de maneira inversa: no sentido de que esta divisão pautada pelo gênero conforma e circunscreve as trajetórias individuais em nível estrutural. O debate em torno da regulamentação da prostituição é também um debate sobre *privilégios* e, no limite, sobre a *democracia*: nas relações assim estabelecidas, estão no polo do privilégio aqueles que têm presença maior na política institucional e, como tal, maiores possibilidades de influenciar a agenda pública e a formulação de leis e políticas; está no polo da desvantagem e da opressão justamente quem tem menores possibilidades de ocupar espaços e exercer influência no sistema político (BIROLI, 2018, p. 46), que, no caso em tela, são as pessoas trans que acabam na prostituição como única saída.

Dada essa conformação, as pessoas trans têm menor poder de politizar suas necessidades e seus interesses – o que não significa que não o façam, mas o caminho que precisam trilhar é mais longo, mais difícil e define-se em desvantagem em relação aos grupos que detêm recursos para fazer valer seus interesses junto ao Estado e no debate público. Nesse sentido é a trajetória de vida de Indianare, permeada por situações cotidianas típicas do que é viver às margens, nas franjas da cidade, as quais, por sua vez, foram contornadas, na medida do possível, por meio de *agenciamentos*, isto é, desejos contrários à permanência na produção da precariedade, corporificados em oportunidades e caminhos que certamente foram sendo maturados na *arte do contornamento da exceção ordinária*. De toda forma, uma trajetória que nos demonstra o processo de militância como requisito para continuar viva, onde o político é também pessoal, e vice-versa.

Em 2013 Indianare se envolveu em um episódio que potencializou ainda mais sua imagem política. Foi quando utilizou de seu corpo na Marcha das Vadias ocorrida em Copacabana (RJ), expondo seus seios a público, tendo sido acusada de ultraje ao pudor. De sua parte, apropriou-se da situação, contornando-a, ao defender que se tratava de um contexto *sui generis*, na medida em que, sendo travesti, não era homem, tampouco mulher.

---

<sup>134</sup> Entrevista disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6ES5IHQhH3c&t=48s>. Acesso em 18 de julho de 2018.



Figura 21: foto de Indianare durante a Marcha das Vadias, em Copacabana (RJ), 2013. Fonte: Feminista cansada.

A foto em destaque nos fornece uma *perspectiva dramática* em torno do processo de mobilização de Indianare, em que a dimensão parte do foco da ação pública através das perspectivas da *performance*, de sua *encenação* e, por fim, da *visibilidade* de atos, experiências e emoções despertadas em torno de um evento. Isso porque há uma distinção entre problemas públicos e problemas sociais, posto que o tema dos problemas públicos se relaciona com as aptidões cognitivas e morais de um grupo para denunciar condições avaliadas como sendo injustas ou anormais (FREIRE, 2013, p. 725). Exemplo desta aptidão, Indianare elaborou um *post* no *Facebook* a respeito do ocorrido, em continuidade ao seu modo de mobilizar, que cumpre com o papel de engajar o público a que se destina, ao mesmo tempo em que confronta seus adversários, dando corpo aos termos de sua inteligibilidade e de sua legitimidade:

Dia 13 de junho as 10h30, local Rua Humberto de Campos 315 /2º andar- Jecrim do Leblon, eu Indianare Siqueira seria julgada por Ultraje Público Ao Pudor.

Depois das "confusões" criadas na Marcha Das Vadias e criar o protesto "Meu Peito, Minha Bandeira, Meu Direito" onde algumas trans me seguiram, policiais ficaram atentos até conseguirem me deter. Após receber voz de prisão por desacato ao me negar a assinar o B.O e liberada após pagamento de fiança feito por companheirxs Vadixs, recebi a intimação do julgamento.

Independente do resultado do julgamento e mais que uma pessoa ou um coletivo, o que estará sendo julgado é o gênero, a imagem do feminino que não tem o mesmo direito que o masculino.

A justiça criará também um dilema. Se me condenar estará reconhecendo legalmente que socialmente eu sou mulher e o que vale é minha identidade de gênero e não o sexo declarado em meus documentos e isso então criará jurisprudência para todas xs pessoas trans serem respeitadxs pela sua identidade de gênero e não pelo sexo declarado ao nascer.



Se reconhecer que sou homem como consta nos documentos estará me dando o direito de caminhar com os seios desnudos em qualquer lugar público onde homens assim o façam,mas também estará dizendo que homens e mulheres não são iguais em direito.

To be or not to be.

Boletim de ocorrência da minha última detenção por portar seios.<sup>135</sup>

A problematização desenvolvida por Indianare no *post* em questão nos mostra a potência da *performance dramaturgica* no processo de (tentar) fazer de um problema social um problema também público, a fim de que a discussão em torno do mesmo seja travada com prioridade (FREIRE, 2013, p. 726). Os sentidos do injusto em torno do episódio sem dúvida constituem um desafio de mobilização, de protesto e de conflito, acompanhado da articulação de uma arena pública, onde emergem novos universos de sentido. Exemplo desta nova inteligibilidade está na desconstituição da soberania em torno do direito no episódio em análise.

Para entendermos a dimensão e a potência da *performance dramaturgica* na Marcha das Vadias, proponho retomar a investigação de Foucault em Vigiar e Punir, sobre os modos como as leis operam: não seriam feitas para impedir tal ou qual comportamento, mas para diferenciar as maneiras de contornar a própria lei. Utilizando desta premissa, Telles (2010, p. 26) chama a atenção para o que acontece nas dobras do legal-ilegal, a fim de prospectar seus efeitos, o modo como os jogos de poder se configuram nesses espaços: a distribuição diferenciada dos controles e, em torno deles, os *agenciamentos* práticos que se curvam ou que escapam aos dispositivos de poder implicados nessas categorias e codificações. A distinção entre um problema social e um problema público se baseia numa perspectiva institucional. Nesse sentido, o episódio da Marcha das Vadias é exemplar dessas premissas: sabendo das engrenagens das relações de poder conformadas ao padrão *cis-heteronormativo*, das quais a censura aos mamilos femininos é ilustrativa, bem como a desumanização das travestis e transexuais condicionadas a um gênero que não é reconhecido, não é inteligível, Indianare provocou a soberania da lei, desconstituindo a sua processualidade e reivindicando a sua autonomia enquanto *sujeito de direito*, a partir do seu *corpo na rua*. Autonomia esta que não se esgota neste exemplo; pelo contrário, abrange várias instâncias, desde a mais fundamental: o direito de se afirmar independentemente de autorização do Estado, pois o ser-no-mundo se faz com o *corpo*. A grafia de Indianare, e não Indianara, revela um intento de se situar numa neutralidade de gênero no *corpo* da escrita, assim como sugere a categoria *transvestigênera* como forma de marcar posição:

---

<sup>135</sup> Depoimento reproduzido parcialmente do *post* no *Facebook*, disponível em <https://www.facebook.com/indi.siqueira/posts/to-be-or-not-to-be-amos-quarta-feira-21-de-outubro-2015-na-semana-internacional-d/439547626230051/>. Acesso em 20 de agosto de 2018

Por que transvestigênera? Se eu tiver que me definir eu ainda preferiria a palavra “travesti” porque eu sou a marginalidade toda, a marginalidade da palavra “travesti”, mas como transexuais, da palavra “trans” é além de, uma viagem, etc, a palavra “travesti” nada mais é que através de vestes, roupas, travestido de outro. A palavra transgênero é uma viagem, algo além do gênero, então já que é para usar uma palavra para me definir, prefiro usar a palavra “transvestigênera”, é uma viagem além do gênero, além das roupas, é uma viagem, uma pessoa que pode transitar em todo momento como quiser, sem definições, mas ao mesmo tempo escolhendo a definição que mais lhe aprouver.<sup>136</sup>

Como se vê, a luta política de Indianare se funda na inteligibilidade do seu *corpo*; o *corpo* dá a estrutura de como ser-e-se-articular-no-mundo. E tal efeito é elucidativo de como toda a categoria de travestis e transexuais se mobilizam, não se tratando de algo exclusivo de Indianare. Estou a falar, portanto, de sujeito enquanto fenômeno real e corporificado, isto é, como uma evidência empírica expressa na experiência humana implicada dinamicamente na produção social do espaço (LIMA, 2014, p. 10). Os efeitos desta produção são fluidos, porém significativos: o uso do *direito achado no corpo*<sup>137</sup>, exemplificado seja no episódio da Marcha das Vadias, na fundação da Casa Nem, na biografia de Madame Satã, nos revelam formas e ferramentas de disputar a manutenção da narrativa trans na história da produção do espaço.

Tanto que todos estes episódios tiveram o condão de robustecer a trajetória política de Indianare, projetando-a a tal ponto que disputou o cargo de vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) nas eleições de 2016, do que se infere a potência política no uso do *corpo* como *fonte de direito*. A quantidade de votos cumulada a elegeu como vereadora suplente do partido, levando-a a convocar seus eleitores, através de um *post* no *Facebook*, para sua “diplomação como vereadora suplente da cidade do Rio de Janeiro” na Praça da Cinelândia:

Aos 12 anos comecei a tomar anaceclin, eram anticoncepcionais com altas doses de hormônios femininos. Então me disseram que morreria de trombose ou de problemas no fígado. Que poderia ter problemas ósseos e fores terríveis.

Aos 16 anos "sai" de casa e fui morar só.

Aos 18 viajei pro RJ com um francês (Jonny Mointellet) e me apaixonei pela cidade. 15 dias depois ele voltava pra França e eu pra Paranaguá.

Descansei e logo botei o pé na estrada de novo e fui embora pra São Paulo-SP. Fui estuprada por policiais em uma batida policial na pensão/hotel onde morava. O

<sup>136</sup> Transcrição de depoimento gravado em vídeo. Disponível em <https://www.facebook.com/indi.siqueira/videos/453759098142237/>. Acesso em 20 de agosto de 2018

<sup>137</sup> Categoria derivada do “direito achado na rua”, fruto da reflexão e da prática de um grupo de intelectuais membros do movimento Nova Escola Jurídica Brasileira, cujo principal expoente é o professor Roberto Lyra Filho. O “direito achado na rua” busca pensar e viver o direito de forma crítica, ao legitimar um maior número de sujeitos como responsáveis por criar as transformações sociais que são amparadas pelo código de legitimidade do direito. A rua é a esfera pública que também é o lugar do acontecimento, da formação de novas sociabilidades, do protesto e do reconhecimento. A rua é o que revela o direito como um empreendimento complexo que envolve discursos, símbolos, mas também corpos e afetos (ROCHA, 2014, p. 176). Daí a derivação da subcategoria “direito achado no corpo” como fruto da articulação e apropriação desta categoria adaptada ao *modus operandi* da luta dos sujeitos-em-pesquisa na presente dissertação.



dinheiro que levei logo acabou. Dormi nas ruas. Comi o que caía dos Caminhões que abasteciam o mercado de São Paulo.

Fui pra Santos, afinal como diz a canção: *La miséré est plus légère au soleil* (A miséria é mais leve no sol). Lá dormindo na rua conheci as Travestis putas que me acolheram e me deram um poste onde trabalhar na esquina. De masseira e pizzaiola, me tornei puta.

Quase todos os dias éramos levadas pelo Francês (Polícia Civil) entre *outras*, ou Abreu (PM) entre outros PMs pra delegacia. Apanhávamos por existir. Eramos jogadas no camburão e em viaturas como lixo que não pode nem ser reciclado. Eramos colocadas no muro do coliseu de Santos e tínhamos amoníaco espirrado na cara. Aquilo queimava olho, mucosa da boca. So que quando eles iam puxar o amoníaco, puxavam também o revólver e se vc corresse eles atiravam. Vc suportava o amoníaco te queimar enquanto eles riam. As vezes faziam vc achar que iam fuzilar todas. Vc aprende o dia do plantão dos teus algozes, mas não pra fugir deles e sim se preparar psicologicamente pra ser torturada por eles. Voce tinha que sobreviver. Mas vc saía pronta pra morrer.

A expectativa de vida para *transvestigeneres* era 25 anos.

A aids chegou. Santos era conhecida como a capital da AIDS. Disseram que eu morreria de AIDS. Minha irmã *cishetero*<sup>138</sup> casada com um PM morreu de Aids. Varias amigas morreram de AIDS. Varios amigos morreram de Aids. Nos chamavam de aidéticos. Nos expulsavam dos bares, restaurantes e não nos deixavam comer com medo que comtaminassemos os talheres. Nos matavam socialmente aos poucos. Eles tinham prazer nisso. E não tínhamos a quem recorrer.

As vezes nos revoltávamos. A lider da revolta era assassinada. Ninguém chorava por nós. Ao contrário. Para muitas famílias como é até hoje, é um alívio quando nos matam ou morremos.

Em 1995 me tornei presidente fundadora do Grupo Filadélfia de Travestis e liberados da baixada santista e participamos do III ENTLAIDS ( Encontro Nacional de Travestis e Liberados que trabalham a prevenção e tratamento às DsTs e HIV /Aids) idealizado por Jovanna Cardoso (Jovanna Baby) e me tornei A CAPA (título dado as Travestis que posavam nuas pra revistas masculinas ,mas além de tudo saiam na capa).

Em 1996 na IV Conferência Municipal de Saúde de Santos pautamos o nome social pra *transvestigeneres* oficialmente pela primeira vez no Brasil, também que casais homoafetivos e *TransVestiGeneres* com seus parceiros fossem considerados cônjuge no prontuário médico e que *transvestigeneres* fossem internadas em ala feminina nos hospitais ou em separado dos homens na ala masculina. As 3 demandas foram aprovadas.

Mas com isso também veio minha exposição na imprensa. Um dia parecia que tinha convocado uma audiência pública e toda a imprensa e emissoras de televisão estavam em minha porta. Denunciei policiais, mas o corporativismo gritante fazia com que os que acolhiam a denúncia me entregassem pro denunciado.

Então um dia fui algemada em um poste em Santos enquanto o policial fazia roleta russa na minha cabeça. Eu aterrorizada tremia tanto é chorava. Pensei nos meus irmãos pequenos que dependiam de eu sobreviver nessa porra de vida, pensei nas travestis doentes que dependiam de que eu sobrevivesse. Pensei em Hayde, uma travesti doente que dependia de mi e já estava surrada demais pela vida, idosa, mas não em números, mas porque a maldita vida lhe roubou a sanidade. Ela puxava chave

---

<sup>138</sup> *Cishetero*: cisgênera e heterossexual. Ou seja, uma pessoa que identifica o seu gênero em conformidade ao sexo biológico, e que sente atração afetiva e sexual pelo gênero oposto.

do carro dos clientes e a gente batia boca. Kkkkkk. Quem podia culpa-la. Usaram sua beleza é juventude e agora a descartavam como lixo. Não dizia ela. Alguem vai ter que me ressarcir. Ela sempre cantava Olha o bango de bango bango. Olha o bango de bango bango olele. Entao dizia :A antárctica trouxe Madonna (a cervejaria tinha patrocinado a vinda da pop star ao Brasil) e a 51 trouxe Hayde boca de se fude. Sim, o barulho do tambor do revólver girando me fazia lembrar de quem dependia de mim pra viver um pouco mais, mesmo eu não sabendo se teria essa chance. Mas o barulho aterrozante do revólver me fazia lembrar que eu estava viva ainda. Ou morta, mas ainda sem saber.

Fui liberada com a promessa de sumir de Santos. Mas denunciei, ja que teria que sumir. Um policial federal também invadiu o apartamento em que eu morava exigindo dinheiro das *transvestigeneres* que moravam comigo. Eu estava no RJ participando de um evento do Grupo ASTRAL. Conheci um mineiro no RJ é decidi morar com ele no Rio pra fugir de Santos e porque ele me daria a segurança que precisava no RJ onde já estava em risco por denunciar a cafetina Yarlei com quem tinha me atracado na rua e seu marido policial. Ja estava em risco. Mas meus relacionamentos "amorosos" sempre foram pautados em uma troca.

Entre 1996 e 1998 morei entre Rio e São Paulo. Em 1997 em conjunto com a Casa de Apoio Brenda Lee (casa para pessoas com hiv/ aids onde a maioria eram Travestis acolhidas por Brenda que foi assassinada a tiros) organizamos o V ENTLAIDS com 280 participantes e a Marcha da Diversidade pelas ruas de São Paulo.

Em SP a polícia colocava cocaína no carro das travestis e nas bolsas exigindo 5 mil reais pra não leva-las presas como traficantes. Muitas foram. Tinha a vida destruídas na prisão. Livres ou viravam ladras revoltadas que agrediam inclusive nós ,as amigas como se nos culpassem por não termos passado pelo mesmo.

Muitas foram presas injustamente. Algumas morreram nas prisões. Nossa tortura tem que ser contada nas audiências públicas sobre tortura sim.

Nós organizarmos pra denunciar. A polícia então fechava as ruas com camburões da ROTA em conjunto com a GOE da CIVIL, vindo com todo seu aparato, cães pastores alemães e nos faziam correr desesperadas pelas ruas do Jockey Club de SP e Cidade Universitária. Desesperada algumas eram atropeladas, as vezes morriam, outras se tornavam deficientes, outras escapavam, mas a maioria encurralada era espancada e jogada nos camburões sendo levadas pra delegacia. A necessidade de nos organizarmos era urgente se quiséssemos sobreviver.

Então desde da pedra fundamental lançada por Jovanna nossa matriarca que organizou em 1993 o I ENCONTRO NACIONAL DE TRAVESTIS (ENTLAIDS) até hoje nos organizarmos pra sobreviver. E pra sobreviver eu transei com o Abreu o PM que era meu algoz. Quantas vezes eu não tive vontade de mata-lo enquanto sentia seu hálito nojento na minha nuca. Quantas vezes tive vontade de lhe arrancar o pênis com uma dentada. Maldito. Espero que vc esteja vivo e leia isso ,ou que tua família em Santos leia e sinta vergonha de você. Maldito estuprador e torturador.

Nós organizarmos. Fugi do Brasil pois minha visibilidade me punha em risco. Estrategicamente era protegida e colocada em segurança por ser uma das poucas a peitar e denunciar o *CISTEMA*<sup>139</sup>.E quem podia culpar quem não denunciava!?!

Vi amigas tombarem ao meu lado. O cheiro de sangue espirrado em mim me lembrava que estava viva. Me lavava .Trocava de roupa. Providenciava o funeral. Outra morria de Aids. Outra de tuberculose. Eu Trocava de roupa pra tentar ir a funerais. Nis era negado nos despedir de nossas amigas. Sempre diziam a família não permite. Entao

---

<sup>139</sup> *Cistema*: categoria para se referir ao *modus operandi* do sistema da *cisheteronormatividade*

éramos enxotadas e ficávamos de longe vendo o caixão sair e corríamos pro cemitério como se fôssemos: Olha amiga Viemos viu.

Minha vida, nossas vidas, mas as vidas de *Transvestigeneres* futuras dependiam de nós. E ainda depende de nós.

Kátia Tapety minha amiga de luta foi eleita no Piauí em 1992 como a primeira *transvestigenera* vereadora. Logo depois foi reeleita como a mais votada chegando a Presidência da Câmara. Depois se tornou Vice-prefeita.

Só a luta muda a vida. E lutamos viu pra ter direito a um lugar ao sol.

Fui eleita Vereadora Suplente da Cidade do Rio de Janeiro com 6166 votos. Das 25 candidaturas *transvestigeneres* do PSOL 4 se tornaram vereadores suplentes .Das mais de 80 candidaturas *transvestigeneres* no Brasil por variados partidos, tive conhecimento que 6 se elegeram e pode ser mais. Passamos um recado: Estamos e ficaremos em todes espaços que nos foram negado.

Essa minha suplência é uma vitória de todes corpos de *transvestigeneres* que tombaram por mim. Que sobreviveram por mim. Que tombaram ao meu lado. Pelos corpos que poderão dizer : Sim podemos por que elas e eles puderam.

Sou resistência. Sou resiliência. Porque em mim vivem *várias* e de mim sairá *várias* e já saíram *muites*.

Te convido pra minha diplomação como Vereadora Suplente da Cidade do Rio de Janeiro em 2017 na praça da Cinelândia em uma assembleia popular extraordinária.

Precisamos falar sobre *transvestigeneres*. Venha se embrigar comigo em praça pública. Lembra da pergunta de um famoso filme: Você já dançou com o diabo a luz da lua?

Eu não só dancei como transei com o diabo a luz da lua e nas escuridões de becos. E eles iam embora depois beijar vocês, seus filhas que iam beijar antes de dormir. Depois beijariam vocês antes de irem trabalhar ou antes de vcs irem pras escolas e universidades.

Sobrevivente a AIDS, sobrevivi, as ruas, aos becos e vielas, ao *Cistema*.

Te provoco? Te embriago? Te dou medo? Então você já dançou com Indianara em praça pública!?! Então venha . Seremos *muites*.

PreparaNem e CasaNem estarão lá.Toda uma equipe maravilhosa que trabalhou pra que eu me tornasse Vereadora Suplente. Isso foi regado a cerveja na mesa do bar, nas vielas ,beco e festas .

Sempre Será por mim. Nunca será por mim. Nunca mais. Nenhuma mais. Basta de opressões e assassinatos de mulheres e de LGBTIQs. Por mim. Por nós. E Por Todes.

Beije de cu, pois da boca é normativo.<sup>140</sup>

O *post* foi reproduzido na íntegra, pois corporifica a perspectiva histórica de sua biografia, menos numa aparente linearidade, e mais reveladora dos meandros constituintes de uma realidade às margens. A narrativa pessoal, ao mesmo tempo em que situa a própria

<sup>140</sup> Reprodução integral do post no Facebook disponível em <https://www.facebook.com/indi.siqueira/posts/aos-12-anos-comecei-a-tomar-anaceclineram-anticoncepcionais-com-altas-doses-de-h/561252514059561/>. Acesso em 20 de agosto de 2018

biografia de vida na conjuntura de cujas fronteiras tratei no segundo capítulo deste trabalho<sup>141</sup>, o faz para, logo em seguida, apropriar-se das adversidades, contornando a *exceção ordinária*, por meio de *agenciamentos* sucessivos e simultâneos, numa sequência de cacofonias e atritos reais. Num terreno de fronteiras incertas e sempre deslocantes, o extenso convite à diplomação como vereadora suplente passa a ser irrecusável. Há de se comemorar de fato!

### 2.3.2.1 O tempo como uma rede de intencionalidades

Mas o *tempo* é uma *rede de intencionalidades*. Freire (2013, p. 731) propõe voltar a observação para uma outra perspectiva, aquela que considera particularmente árdua a tarefa na efetiva *publicização* de vozes dissidentes. Pois, mesmo quando há um movimento direcionado para a publicização, o silenciamento transborda os territórios da precariedade e vulnerabilidade, podendo ser percebido no próprio espaço público e nas suas instituições.

Em novembro de 2016, oito meses após a fundação da Casa Nem, Maria Izabel Zarzuela, a autora do dossiê que deu base à narrativa relativa à ocupação, protocolou denúncia em face de Indianare junto à Comissão de Ética do PSOL nos seguintes termos:

21 de novembro de 2016

DENÚNCIA À COMISSÃO DE ÉTICA DO PSOL NACIONAL SOBRE CRIMES COMETIDOS POR CANDIDATA A VEREADORA DO PSOL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E PEDIDO DE APOIO A VEREADORES, DEPUTADOS E COMPANHEROS DO PSOL RJ

Prezados do PSOL,

Somos Isabel Ferreira e Eduardo Bonito, co-fundadoras da Casa Nuvem e simpatizantes do PSOL. Escrevemos a vocês em representação das pessoas da Casa Nuvem responsáveis pelo contrato de aluguel e contas da casa na Rua Morais e Vale 18, antes sede do nosso espaço Casa Nuvem, e agora sede da Casa Nem sob a direção de Indianare Siqueira quem se apresenta publicamente como "candidata suplente do PSOL".

A Casa Nuvem, criada no início de 2013 no centro do Rio de Janeiro, foi um espaço autônomo de confluência de diferentes pessoas e grupos que trabalhavam nos campos do ativismo criativo, movimento hacker, a experimentação artística e a cultura viva.

Durante três anos o nosso espaço acolheu centenas de atividades e encontros entre ativistas, artistas, acadêmicos e todo tipo de pessoas que compartilhavam o desejo de intervir na cidade e fortalecer as redes de auto-organização cidadã. Em fevereiro deste ano, Indianare Siqueira, que na época fazia parte da Casa Nuvem, invadiu nosso espaço e anunciou o nascimento da Casa Nem, que ainda hoje, funciona como abrigo para mulheres trans. Nós da Casa Nuvem, no intuito de evitar chamar a polícia, engolimos a dor e a raiva, entregamos o nosso espaço e acreditamos na palavra de

---

<sup>141</sup> Refiro-me ao subcapítulo “1.2.3 A gestão dos corpos dissidentes: a *vida matável* das pessoas LGBTTTQIA+ e a *crise sistêmica do cuidado*”

Indianare que falou que assumiria o contrato de aluguel até 5 de abril. (Todos os detalhes sobre o golpe em documento anexo.).

#### QUEREMOS DENUNCIAR

1. Os crimes cometidos por Indianare desde dezembro de 2015 com o objetivo de se apropriar do nosso espaço: ameaças, injúrias, difamação, calúnia, e a destruição de um dos poucos espaços autônomos que existiam na cidade;
2. Apropriação indébita de parte das nossas pertences por valor de mais de 10.000 reais. Ameaças à pessoa que foi tentar negociar a retirada dos bens.
3. Após o golpe, durante mais de oito meses guardamos silêncio com a esperança de que Indianare cumprisse sua promessa de assumir o contrato de aluguel e as contas, mas, ainda hoje, continuam no nosso nome.
4. Que além de ser coagidos a entregar nosso espaço, estamos sendo processados pelos proprietários do imóvel para nos obrigar a pagar os mais de 20.000 reais em aberto entre aluguéis e contas atrasadas e juros que aumentam a cada dia que passa.
5. Que se Indianare não assumir o contrato nos próximos dias, nós, locatários e fiadores da Nuvem, teremos que pagar todos os custos da ação de despejo que os proprietários iniciarão em breve: gastos de advogado, custos judiciais, além da dívida já acumulada e futuras mensalidades sem pagar até que o despejo de fato aconteça.
6. A continuação das ameaças, mentiras e difamações durante a campanha a vereadora pro PSOL e o linchamento sofrido por parte de Indianare e suas seguidoras das pessoas que ousamos falar dos fatos e exigir publicamente o cumprimento da promessa de assumir o contrato de aluguel.
7. O uso do espaço que ainda legalmente é nosso como sede da candidatura do PSOL. Foi duríssimo para nós ver no Facebook vídeos de pessoas que admiramos como Marcelo Freixo junto com Eduardo Suplicy fazendo campanha no espaço que nos foi roubado.

#### PEDIMOS O APOIO DE VOCÊS

Para fazer pressão para que a Indianare devolva imediatamente o espaço e pague suas dívidas. Ou que alguém do entorno de Casa Nem assuma como locatária e fiadora. Indianare não é aceita pela imobiliária pela falta de comunicação, os atrasos sistemáticos no pagamento de aluguel e as dívidas acumuladas. Mesmo sendo iniciada a ação de despejo, a imobiliária pode aceitar outras pessoas do entorno da Casa Nem que queiram que a Nem continue.

Para fazer pressão para que pague as mensalidades de aluguel e as contas em aberto.

Pedimos, por favor, uma resposta aos nossos questionamentos e também uma reunião URGENTE por Skype com no dia e hora que for melhor para vocês. Diante a gravidade dos fatos, e a urgência de pagar as dívidas para evitar o aumento dos juros estamos cogitando várias vias de pressão tais como fazer públicos os fatos na imprensa. Mas antes disso, pedimos a vocês que leiam a informação que enviamos junto com esta carta, que coloquem a alguém para avaliar os fatos com atenção e que nos ajudem, na medida do possível.

Esclarecemos que o caso aqui apresentado já foi relatado em conversas com membros do PSOL do Rio de Janeiro mas que até hoje nenhuma atitude foi tomada: (nomes omitidos) e outros. Sabemos que a luta da transrevolução salva vidas todos os dias, e é essa uma das razões do nosso silêncio até recentemente. Mas também somos cientes que, na política, mais importante que o nosso ativismo são as nossas atitudes. Ameaçar, mentir, construir fatos, difamar e usar a transfobia como arma política para

desacreditar àqueles que atrapalham seus interesses são atitudes que não deveriam ter cabimento em lideranças de movimentos sociais, e, ainda menos em cargos institucionais que possam aumentar o poder de pessoas com limites éticos tão elásticos.

Obrigada pela atenção

Isabel Ferreira e (nome omitido), fiadores da Casa Nuvem<sup>142</sup>

Ato contínuo, em 17 de dezembro [2016], o locador do imóvel da ocupação ajuizou Ação de Rescisão Contratual, Despejo e Cobrança em face de quatro membros integrantes do Coletivo Nuvem, os mesmos que figuraram o contrato de locação, dentre os quais Maria Izabel Zarzuela, a autora do dossiê referenciado nesta dissertação<sup>143</sup>. Indianare não foi incluída na ação, mesmo figurando os fatos na qualidade de sublocatária, cuja legitimidade se extrai da aceitação dos pagamentos de alguns alugueres feitos pela parte diretamente à imobiliária. O reconhecimento de sua legitimidade como parte ocorreu mediante recurso à segunda instância do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Tratarei a respeito dos elementos jurídicos e processuais de forma aprofundada mais à frente. Por ora, apenas assinalo, numa ordem cronológica, a sucessão dos elementos objetivos erguidos contra a tentativa de mobilização de Indianare na sua luta política coletiva, pautada por um viés subjetivo, representada pelo que denominei de *direito achado no corpo*.

Dado o agravamento da situação, em resposta à denúncia, a direção do PSOL primeiramente se posicionou no sentido de não se envolver diretamente com o problema, sugerindo que o débito fosse pago ou que o imóvel fosse entregue aos proprietários. Uma postura que revela como determinados temas e problemas concretos são mais uma vez empurrados para a vida privada, codificados como problemas individuais (BIROLI, 2018, p. 51)<sup>144</sup>. Com a permanência da situação, o partido intimou Indianare Siqueira a protocolar defesa nos autos do Inquérito:

BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL, 18 de junho de 2018

Ofício nº \_002/2018

De: Comissão de Ética – PSOL Nacional

Ao: SENHOR(A) INDIANA SIQUEIRA

<sup>142</sup> Íntegra da denúncia publicada por Indianare Siqueira em post no *Facebook*. Disponível em <https://www.facebook.com/indianara.sophia/posts/534326890317801>. Acesso em 20 de agosto de 2018

<sup>143</sup> O dossiê está disponível em <https://isabelzarzuela.wixsite.com/dossiergolpenuvem>.

<sup>144</sup> Biroli (2018) faz esta crítica numa abordagem a respeito da fragilidade da democracia revelada a partir da perspectiva do gênero. De acordo com a autora, o gênero é um dos elementos fundantes da distinção entre “público” e “privado”, de modo que se configurou uma cultura pública predominantemente masculina, enquanto assuntos e demandas das mulheres seriam alocados na esfera “privada”, doméstica. São vários os efeitos desta distinção, a constar a dificuldade de politizar publicamente as demandas e problemas que têm o gênero como premissa de sua inteligibilidade, isto é, cujos termos só se tornam inteligíveis se adotam inicialmente a perspectiva do gênero.

Assunto: Notificação para a apresentação de defesa junto a Comissão de Ética

PROCESSO Nº: CE 001/2018

DENUNCIANTE: Isabel Ferreira e (nome omitido)

DENUNCIADO: Indiana Siqueira

RELATOR: (nome omitido)

Senhor(a) filiado(a)

Vimos por meio do presente, à presença de Vossa Senhoria, solicitar a apresentação de defesa escrita em face da REPRESENTAÇÃO oferecida contra Vossa Senhoria por apropriação indébita, ameaças, injúria, difamação, cujo teor segue anexo e encontra-se submetido à apreciação desta Comissão de Ética, na forma do art. 13 do Estatuto do PSOL.

Conforme o Regimento Interno desta Comissão de Ética, Vossa Senhoria dispõe do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da denúncia para o oferecimento de defesa por escrito.

O RELATOR do seu processo será (nome omitido), cujos contatos são os seguintes:

e-mail: (omitido)

Telefones:

e-mail da Comissão de Ética: [eticapsol@gmail.com](mailto:eticapsol@gmail.com)

A defesa deverá ser encaminhada para: a) o e-mail do RELATOR da denúncia, b) o e-mail da Comissão de Ética e c) via correspondência postal ao endereço da Sede Nacional:

Endereço: SCS, Quadra 02, Bloco C, nº 252, Edifício Jamel Cecílio, 5º andar

Asa Sul | Brasília, Distrito Federal | CEP: 70302-905

Telefones: (61) 3963 1750 | (61) 3039 6356

Na certeza de poder contar com a colaboração, agradeço,

Membros da Comissão de Ética: (nomes omitidos)

Em 2018, com a aproximação das eleições, a seccional fluminense do Partido indeferiu a candidatura de Indianare Siqueira. Reflexo dos contornos públicos enfim reconhecidos ao problema social em torno da situação da Casa Nem, o Partido elaborou um *post* no *Facebook* *publicizando* os motivos da decisão:

#### SOBRE O INDEFERIMENTO DA CANDIDATURA DE INDIANARE SIQUEIRA PELO DIRETÓRIO ESTADUAL DO PSOL-RJ

No dia 25 de junho [2018], o Diretório Estadual do Rio de Janeiro do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) reuniu-se para deliberar sobre a composição das chapas de candidatos proporcionais (deputados estaduais e federais) para as próximas eleições, e sobre o programa que será apresentado na campanha que se avizinha.

Por diferentes motivos, oito pré-candidaturas a deputado/as foram indeferidas, entre elas a da filiada Indianare Siqueira. Esse caso em particular, por sua gravidade, havia sido previamente debatido em reunião da Executiva Estadual do partido. Na Executiva, com quórum completo e após uma longa e cuidadosa análise, a recomendação pelo indeferimento da pré-candidatura da companheira foi aprovada por unanimidade. A recomendação foi acatada pelo Diretório em decisão aprovada por 31 votos afirmativos e 1 abstenção.

Não foi uma decisão fácil nem indolor para um partido que tem como uma de suas marcas a defesa intransigente dos direitos da comunidade LGBT e das pessoas trans em particular. Afinal, vivemos numa sociedade estruturalmente homobisfóbica e transfóbica. O Brasil é o país do mundo onde mais são assassinadas pessoas trans, cuja média de vida é de 35 anos. Transexuais e travestis também enfrentam, além dos

crimes de ódio, grave desigualdade nas condições de inserção social, de acesso à educação, ao emprego e aos demais direitos humanos básicos. Por tudo isso, o PSOL-RJ tem compromisso com as lutas de combate à transfobia. Seguimos no esforço coletivo para um acúmulo programático que atenda às urgentes necessidades e demandas específicas da população trans.

Esse compromisso se reflete na atuação do partido, seja nas iniciativas políticas das nossas e dos nossos parlamentares, seja na formulação política e nas lutas promovidas por nossa militância organizada em núcleos e setoriais. Reflete-se também na composição de nossas chapas em todo o país. O PSOL-RJ tem três pré-candidaturas trans deferidas.

O PSOL apoia (não só no Rio de Janeiro, mas em todos os estados do país) diversas pré-candidaturas LGBT, dentre as quais muitas candidaturas trans. E isso não é novidade da eleição de 2018: nas eleições de 2016, 2014 e em outras anteriores, o PSOL teve candidatos e candidatas lésbicas, gays, bissexuais e trans ao governo de diversos estados, a diferentes prefeituras, ao Senado e às câmaras legislativas federal, estaduais e municipais. O PSOL tem, de fato, deputados, vereadores e um prefeito que são LGBT, assim como presidentes/as de diretório e outras autoridades partidárias. E, tanto no nosso programa de governo quanto nas nossas intervenções no parlamento e nas ruas, os direitos da população LGBT são um eixo fundamental.

Com esse programa e esse histórico de lutas, é bastante revelador da gravidade dos motivos do indeferimento da candidatura de Indianare o fato de a decisão ter sido unânime. Aqui, para conhecimento, um detalhamento dos motivos que levaram o partido a essa difícil medida:

(1) Desde 2015, a filiada Indianare Siqueira, que organiza em torno de si um grupo de ativas companheiras e companheiros trans, responde pela Casa Nem, na Lapa, onde desenvolve trabalho com população transexual e travesti em situação de rua. A atual Casa Nem funciona no mesmo endereço onde já funcionou a Casa Nuvem – grupo de ativistas sócio-culturais no qual também há vários filiados ao partido e que teve participação nas mobilizações de 2013.

(2) Desde o início de 2015, figuras públicas e dirigentes do partido vieram recebendo de integrantes da Casa Nuvem importantes informações e denúncias contra Indianare e demais membros da Casa Nem. Ficamos a par, desde então, que a consolidação da Casa Nem no espaço em que existia a Casa Nuvem deu-se pela expulsão violenta dos fundadores do local e ameaças aos mesmos, com métodos contrários aos princípios éticos defendidos pelo PSOL.

(3) Não se tratou, portanto (e a resolução aprovada pelo Diretório destaca isso) de ocupação de um imóvel vazio e improdutivo para dar a ele uma função social, como a Constituição permite. Tratou-se da apropriação violenta de um imóvel que tinha sido alugado por um coletivo de resistência social e cultural, que cumpria uma importante função social. Os fundadores da Casa Nuvem ainda são obrigados a continuar pagando o aluguel e demais despesas, que ela se recusou a transferir para sua titularidade quando tomou posse do imóvel. A dívida de aluguel atrasado, contas de consumo e juros já acumula mais de R\$ 100 mil.

(4) Informada dessa situação pelos fundadores da Casa Nuvem, a Executiva municipal do PSOL Carioca tentou em 11 de julho de 2017 finalmente uma mediação formal, sem prejuízo das ações jurídicas a que a Casa Nuvem tivesse direito. Essa mediação foi não apenas mal-sucedida (um acordo chegou a ser firmado, mas descumprido por Indianare e a Casa Nem), como a resposta da filiada foi igualmente violenta, chegando a incluir ameaças de agressão física contra integrantes da direção partidária e a afirmação de que jogaria “um balde de água fervendo na cabeça” de Isabel, da Casa Nuvem. Diante da gravidade da situação, a Executiva Municipal encaminhou o caso para a Comissão Nacional de Ética do partido – única instância com poder para julgar o comportamento da camarada, de acordo com os Estatutos do PSOL.

(5) Desde então, as relações entre a filiada e o partido só pioraram. Indianare ameaçou invadir outros espaços de coletivos de militantes (chegando a perpetrá-lo numa ocasião), inclusive do PSOL, ameaçou de violência física vários militantes, não cessou de recorrer à difamação e calúnias em redes sociais, além de acusar de



transfobia todo/a e qualquer um/a que questionasse suas ações, ou que não aceitasse suas exigências, acompanhadas sempre da negativa a aceitar qualquer tipo de mediação para pagar as dívidas do imóvel.

(6) O PSOL nunca foi e não será cúmplice de práticas antiéticas e violentas, em particular daquelas voltadas contra outros setores do movimento social. O PSOL não as acobertará por interesse eleitoral ou político ou por medo a ameaças e possíveis retaliações. Entendemos que as figuras públicas e de projeção no PSOL precisam dar o exemplo e não devem utilizar métodos violentos ou antiéticos.

Entendemos que os elementos apresentados descredenciam a filiada das condições de compor a futura chapa do partido nas eleições de 2018, e que tal decisão não conflita de modo algum com o compromisso histórico do PSOL/RJ com a causa LGBTI e das pessoas trans.

Por fim, o PSOL-RJ se mantém comprometido com combate a todas as formas de opressão, inclusive entre nossas fileiras. Buscamos sempre apresentar chapas que, além de comprometidas com o programa apresentado, sejam representativas de mulheres, negros e negras e LGBT's. E assim o faremos novamente nas eleições de 2018.<sup>145</sup>

Esta decisão deve ser problematizada, no sentido de desvendar as *subjetividades* constituintes da aparente *objetividade* nos termos expostos. Pois é possível perceber que, dentre as duas perspectivas confrontantes (entre o ponto de vista de Indianare, contextualizado numa dimensão mais macro de protagonismo trans na tessitura do bairro da Glória/Lapa, e entre a perspectiva de Maria Izabel, pautada por premissas intrínsecas ao *status quo*), optou-se pela manipulação perversa dos marcadores sociais da diferença, ressaltando os *estigmas* e os *estereótipos* da violência associada ao corpo das travestis e transexuais<sup>146</sup>, levando a crer na ilegitimidade da Casa Nem como um todo. No limite, o indeferimento da candidatura de Indianare se inclui na exclusão sistemática de alguns grupos, expondo o caráter hierarquizado da democracia. Disso decorre a manutenção desses grupos numa condição de sub-representação e de marginalidade no debate público, na construção de normas e políticas públicas (BIROLI, 2018, p. 51).

A sucessão dos eventos da forma como expus torna nítida a falsa dicotomia entre subjetividade e objetividade: justificativas essencialmente subjetivas, subjacentes a uma ideologia específica e dominante<sup>147</sup>, foram formuladas de forma aparentemente objetiva. Mais

<sup>145</sup> Reprodução integral do post na página do PSOL no *Facebook* disponível em <https://www.facebook.com/psolriodejaneiro/posts/1257920464342660>. Acesso em 20 de agosto de 2018

<sup>146</sup> Note que a suposta violência foi associada à ameaça concreta feita por Indianare, no sentido de jogar um balde de água fervendo na cabeça de Maria Izabel, o que beira ao caricato, infantil e até mesmo cômico. Mesmo porque episódios realmente violentos são parte integrante da política brasileira, a constar o brutal assassinato da vereadora Marielle Franco, executada sumariamente (<https://oglobo.globo.com/rio/retrospectiva-dez-fatos-que-marcam-execucao-de-marielle-franco-anderson-gomes-22665511>), o que nem se compara ao episódio de Indianare. Esse cotejo é proveitoso à tentativa de ilustrar a manipulação perversa dos marcadores sociais da diferença em detrimento das travestis e transexuais.

<sup>147</sup> A experiência da intersubjetividade se inscreve, assim, em um campo de forças que a torna um domínio essencialmente ideológico. [...] As ideologias não operam através de ideias isoladas; mas em cadeias discursivas, agrupamentos, campos semânticos e formações discursivas. [...] Somos constituídos [enquanto sujeitos] pelos processos inconscientes da ideologia, naquela posição de reconhecimento ou fixação entre nós mesmos e a cadeia

uma vez, este viés endossa a necessidade de se desfazer esta falsa oposição, como se fossem dois espaços distintos de uma determinada realidade, como se estivessem em contraposição. Como defendi, a subjetividade compõe a objetividade, pois o sujeito é impensável sem a sociedade, e vice-versa. A desproporcionalidade entre os esforços envidados por Indianare e toda a Casa Nem, articulando um *movimento social* cuja legitimidade advém do *direito achado no corpo* que deu contornos à *ocupação-identitária*, em comparação às atitudes tomadas por Maria Izabel, endossadas pela posição do PSOL, e fortalecidas pela prestação jurisdicional na Ação de Despejo, nos mostra como a asfixia da palavra manifesta o difícil horizonte de problematização de determinados assuntos.

A partir disso, Freire (2013) propôs descrever o processo de problematização e de definição de “problemas sociais” considerados prioritários por diferentes tipos de coletivos políticos. Mais especificamente, a autora investigou porquê certos assuntos, mesmo quando reconhecidos como prioritários pelos atores, são difíceis de ser publicizados de forma efetiva, levantando à hipótese de que o silenciamento transborda os territórios da *pobreza*, o que pode ser percebido no próprio espaço público e suas instituições - para este trabalho, proponho a substituição da palavra *pobreza* pelos vocábulos *precariedade* e *vulnerabilidade* por sua maior amplitude e abrangência ao que é viver às margens. A decisão do PSOL é uma ilustração perfeita da desproporcionalidade em foco, tanto que reverberou no meio político do partido e na sociedade civil. Em paralelo, houve decisão proferida nos autos do processo judicial, determinando a desocupação do imóvel onde é a Casa Nem.<sup>148</sup>

Freire (2013, p. 732) aprimora a análise articulando a categoria de *cidadania de geometria variável* (LAUTIER, 1997), pela qual a cidadania se mostra graduável conforme a localização do sujeito de direito; em outras palavras: a gradação da cidadania parecia se relacionar com um esforço de desqualificar o estado de humano dos moradores do território da pobreza (ou precariedade e vulnerabilidade). Não se questiona ou se nega acesso dos pobres (precarizados e vulnerabilizados) à cidadania. O *modus operandi* é outro: no estudo de Freire (2013), percebeu-se que os moradores de um condomínio de classe média apontavam para o fato de que não existe uma cidadania ajustada aos sentidos de injustiça das classes médias, cuja humanidade era inquestionável e indegradável. A partir desta operação, estes atores

---

de significados sem a qual nenhum significado ideológico seria possível. É nessa zona de contato entre as objetividades dominantes e as narrativas subjetivas, muitas vezes subversivas e refratárias, que os grupos subalternos e marginalizados passam a partilhar da objetivação dos conteúdos do real, constituindo-se, assim, como sujeitos. (LIMA, 2014, p. 46-48)

<sup>148</sup> No capítulo quatro, em que trato do diário de campo, farei uma análise mais acurada a respeito dos efeitos e consequências decorrentes desta e outras ordens judiciais no cotidiano da ocupação.

apresentavam gradações de cidadania, um eixo de mais dignos (eles) – menos dignos (os moradores de território da pobreza/precariedade/vulnerabilidade). A partir desta conclusão empírica específica, inferiu-se que as gramáticas da violência urbana apresentam assim repertórios múltiplos, que se reelaboram indefinidamente na medida em que os cidadãos exploram as margens – elas também em constante processo de redefinição.

De minha parte, proponho articular essa categoria ao debate em torno da Casa Nem pelo nítido e evidente *viés classista*: as forças acionadas por meio (i) da denúncia protocolada por Maria Izabel, endossada pela (ii) posição tomada pelo PSOL, e, em sequência, (iii) o ajuizamento da Ação de Despejo, identificam na propriedade privada a exteriorização da própria personalidade como um direito a ser protegido, tutelado. Isto é, trata-se de uma *luta de classes* pautada na *propriedade privada*, na medida em que se revelou a prerrogativa de mobilizar uma série de recursos jurídicos, políticos e moleculares, como se fosse um direito natural, legítimo, em detrimento de outras realidades (subjetividades). O que se evidencia deste descompasso é, portanto, um movimento objetivo aparente de mediações de classe, ou seja, um movimento *intersubjetivo* constituinte e constituído pela *ideologia capitalista*.

Esta percepção a respeito do conluio das forças, que culminaram com o indeferimento da candidatura de Indianare pelo PSOL, seguida da ordem para a desocupação da Casa Nem, foi alvo de sua crítica pessoal, em que, a partir dos seus sentidos de injusto, foi *publicizada* em sua página no *Facebook*, em continuidade ao seu próprio processo de mobilização, oficializando a instauração de uma *arena pública* de disputa política com o partido:

O que houve pra impugnar minha candidatura foi um grande acordon entre as correntes.

A briga entre Casa Nuvem e Casa Nem aconteceu em Fevereiro de 2016 antes de eu me candidatar a vereadora. Houve então uma guerra pelas redes sociais entre os 2 lados .Só que o PSOL ficou quietinho e despontou como um partido inclusivo tendo transvestigeneres em suas fileiras, vieram na CasaNem fazer campanha ,usaram as pessoas transvestigeneres como cabo eleitoral e nunca trouxeram nenhum prato de comida. Exploradores que extraem o máximo que podem e depois jogam o bagaço fora. Sabem que sem dinheiro e ajuda do partido eu cheguei muito perto de me eleger em 2016 e que agora com dinheiro pra campanha do fundo eleitoral eu poderia me eleger .Então os homys ( e com os gays e heteres dos mandatos gays envolvidos ) do PSOL deram o golpe .Mas se fudeu .Pois vamos pra cima .E vai ter luta .E quem vai perder é o PSOL e esses parlamentares que não se pronunciaram ,ao contrário ,silenciaram.

Sou de descendência Mbya Guarani e a CasaNem é nossa oca .Vou defende-la até o fim .Podemos mudar de lugar ,mas a CasaNem continuará existindo. Com mandato ou sem mandato eu continuarei na luta e sempre estarei com vcs .Somos os donos dessa terra por herança e não adianta esse povo classe média de partido regado a Heineken na São Salvador achar que eu vou acabar por que eles impedem que eu seja candidate a federal. Sou forjada nas lutas das ruas a 30 anos quando a morte de LGBTIs era decretada em jornal e por governantes sem O menor pudor. Eu sobrevivi a era da AIDS , sobrevivi a prisão. Então vcs acham que um partido vai decretar minha morte política assim?

O PSOL tem só 10 anos, um fedelho que ainda nem saiu dos cueiros e comandado por machos brancos escrotos .  
 Vou mostrar pra eles que nós transvestigeneres não somos bagunça.  
 Vai ter que guerra e vai ter luta .  
 Sou um tanque de guerra pintade de rosa shock .<sup>149</sup>

Do exemplo empírico do caso em tela se estabelece uma relação com a *cidadania de geometria variável*, nos permitindo afirmar que os diferentes e contraditórios sentidos do (in)justo que compõem o regime de degradação da humanidade coexistem sem horizonte simétrico de publicização das vozes que deles decorrem. Esta característica compromete o acesso ao espaço público das vozes daqueles cujo estado de humano é questionado. A *cidadania de geometria variável* implica, necessariamente, tomadas de voz – elas também de geometria variável (FREIRE, 2013, p. 732).

### 2.3.2.1.1 Conclusões parciais

Após a contextualização geográfica e espacial da ocupação em estudo, a perspectiva resultante foi a de entender o *sujeito empírico, corporificado* e dotado de racionalidades e emoções no processo de produção do espaço social. Mas de quais sujeitos estamos falando? Em razão de sua condição de liderança do movimento, introduzi a figura de Indianare, retomando sua trajetória por meio de uma narrativa que condensou seus pontos de tensão, conflitos, disputas e bastante afetos. Entre tantos caminhos tortuosos, tendentes a um desfecho pré-dado pela conjuntura estrutural que põe em xeque a manutenção da vida de corpos trans, Indianare foi se fazendo agarrando as oportunidades e chances de *agenciamentos* que foram se *corporificando* nos entraves e nos encontros ao longo de sua vida. Seu processo de militância esteve (e ainda está) aberto às regras do jogo, que deram (e continuarão a dar) os contornos à sua própria vida pessoal e, em sequência, às suas estratégias políticas, inclusive de sobrevivência, pois as leis (e as regras, em sentido amplo) existem não somente para conformar condutas, mas também para diferenciar as maneiras de contorná-las. Contextos e episódios deram margem à apropriação de um problema social para abrangê-lo em uma dimensão pública, através de um processo em que o *corpo* emerge como a *estrutura fundante do ser-no-mundo*, do que se extrai a legitimidade do *direito achado no corpo*.

O elemento *tempo* foi tratado menos como uma chave linear, e mais como uma *rede de intencionalidades*: dentro da disputa pela reivindicação de um direito pautado na subjetividade

---

<sup>149</sup> Reprodução da íntegra do post na página do Facebook de Indianare, disponível em <https://www.facebook.com/indianara.sophia/posts/513042559112901>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

expressa e explícita e aquele disfarçado pelo manto de uma aparente objetividade, foi possível perceber o descompasso entre estas duas vertentes a partir do peso desmedido decorrente da propriedade privada como eixo central. A articulação das forças jurídicas em favor da desocupação da Casa Nem é nitidamente desproporcional à articulação das forças subjetivas em favor da manutenção da Casa, desnudando a categoria da *cidadania de geometria variável* (Lautier, 1997), que segrega as cidadãs referenciadas a partir de um viés de *classe social*, imbricadas ao *gênero* e *raça*, com implicações no ponto de partida desta análise, qual seja, a eficiência e eficácia do processo de *publicização* de um problema social a fim de que se torne um problema prioritário, isto é, um problema público.

O público remete não somente a um modo de governo, o que enfatizaria apenas os problemas públicos do ponto de vista de suas respostas governamentais, mas também são considerados como uma modalidade de sociabilidade e um modo de vida, que caracterizam uma *democracia urbana*. Concordo com Freire (2013, p. 733), ao defender que a reflexão sobre a *democracia* implica superar a análise restrita de seu modo de governo, mas antes de pensá-la como um *modo de vida*. Um assunto problemático se elabora e se desenvolve em determinados mundos sociais e arenas públicas, e este é regulado e estruturado segundo uma certa ordem social. Ora, se uma ordem social é sempre uma ordem negociada, uma ordem negociada não é sempre pública.

Há que se atentar, portanto, para as implicações empíricas de um projeto da pluralidade envolvendo subjetividades. A compreensão da Casa Nem enquanto *ocupação-identitária* corrobora esta perspectiva *intersubjetiva*, derivada do *direito achado no corpo*, na medida em que se trata de um campo que reúne experiências pessoais e coletivas, ambas de tom político, sintetizando um horizonte objetivo comum, isto é, um horizonte *intercorpóreo*. É necessário, então, reconhecer o corpo como a via de acesso aos conteúdos informes da existência (LIMA, 2014).

Nesse sentido, a Casa Nem se revelou uma *potência subjetiva* analisadora, catalisadora e aceleradora das transformações de moralidade, usos e costumes. Minha pesquisa de campo me instigou a desafiar o contexto micro e macro dessa conjuntura, um complexo de formas e de exercícios de comando, requerendo, para tanto, o atravessamento dos espaços possíveis para descobrir os canais e as formas de ligação, os modos nos quais as pessoas ficam juntas. A proposição nesta etnografia será, portanto, perceber a continuidade, as rupturas, os deslocamentos e as tensões que percorrem este lugar de fronteira a partir da minha experiência pessoal de dentro da ocupação e entre as ocupantes. É o que farei a seguir.

### 3 – O DIÁRIO DE CAMPO

#### 3.1 Metodologia da narrativa do diário de campo: a minha perspectiva de sujeito-pesquisador devedora em relação aos sujeitos-em-pesquisa

Uma vez assentado o arcabouço, a estrutura, o plano de fundo da ocupação, e a apresentação introdutória de Indianare Siqueira, corpo-liderança do movimento, foi possível sustentar categorias-chaves para entender a potência deste *movimento social* em estudo. Entendo ser um contexto apropriado à continuidade da investigação deste cenário a partir de outros corpos, em que a minha perspectiva de sujeito-pesquisador deve ser devedora em relação àquela dos sujeitos-de-pesquisa, conforme justificativas previamente esclarecidas no capítulo um desta dissertação<sup>150</sup>. Pois, mais radicalmente, não se trata simplesmente de reabilitar um “objeto” até então negligenciado pela pesquisa ou pela análise, mas de transformar a definição da ação coletiva. A *afetividade* é um elemento salutar para este fim; é através dela que deriva a experiência perceptiva, cognitiva e/ou moral. Não é uma coloração de estados de fato ou de estados de consciência. A afetividade é o que garante nosso contato com os outros e com as coisas, e o que mantém unidas as situações nos situando nelas, pois a ação coletiva não está toda no agir, mas também no sofrer e no compartilhar. Ela tem uma dimensão de afeição e paixão coletiva (CEFAÏ, 2009, p. 32).

Mais do que ser propulsado em direção a um ponto estratégico, eu, enquanto membro engajado, fui afetado por situações em que poderia contribuir para definir e dominar; eu fui “passível”, exposto a eventos que me abalaram e me tiraram da rota, remanejando meus critérios de compreensão e reorganizando meus horizontes de inteligibilidade. Meu engajamento foi e é em sentido amplo: sou vizinho da ocupação; fui afetado pela afinidade decorrente das questões da sexualidade; frequentei os eventos festivos da Casa Nem; estabeleci laços de amizade com as ocupantes; me engajei como membro voluntário da rede de contatos da ocupação, atuando ora como professor no âmbito do Prepara Nem, ora como advogado nos autos do processo judicial e, em paralelo, nas tratativas e negociações extrajudiciais referentes ao débito cumulado dos alugueres em aberto. Enfim, minha *experiência de engajamento* tem, assim, uma *dimensão sensorial, experimental e interacional*.

---

<sup>150</sup> Refiro-me ao subcapítulo “1.2.2 Do corpo da dissertação – elementos da pesquisa militante”, em que trato da necessidade de problematizar o suposto cientificismo, desconstituindo a suposta neutralidade e imparcialidade do conhecimento científico.

Como então concretizar uma narrativa que desse conta desta abrangência subjetiva? Ao invés de dar um salto nas alturas e me agarrar em alguma teoria ou conceito geral, fui instigado por Telles (2010, p. 14-22) a prospectar as linhas de força dessas realidades em mutação, pois, mais do que um conceito, a *cidade* é um *campo de práticas*; mais interessante do que apresentar as conclusões (se é que existem), o que importa são os percursos pelos quais se tentou armar um campo de investigação, as questões que surgiram e as perguntas que, no andamento desse trabalho, redirecionaram a pesquisa, tanto quanto os parâmetros teóricos para lidar com as questões que se impuseram nesse percurso de prospecção dos mundos urbanos.

Metodologicamente, etnografei a minha experiência junto ao campo realizando anotações no formato de um diário de campo, pautado por uma sequência cronológica, que, para este fim, serve menos como uma presunção de linearidade, e mais como um parâmetro de organização. Mesmo porque se trata de um *diário de práticas urbanas* contextualizadas em uma cidade, que, por sua vez, é um *campo de práticas*. Colocar a cidade em perspectiva e como perspectiva significa assumir um certo prisma para exercitar esses postulados básicos da análise sociológica. Não é apenas um contexto, tampouco apenas o solo no qual situar o registro de condições de vida e suas mudanças – não é a mesma coisa que espacialização de dados e variáveis. A vida urbana é toda colocada sob o signo da mobilidade: os fluxos migratórios, os deslocamentos espaciais e mobilidades habitacionais, os percursos ocupacionais e suas inflexões no tempo e no espaço, traduzem na escala dos destinos individuais e coletivos a dinâmica das transformações urbanas (TELLES, 2010, p. 79).

Nesse sentido, a narrativa que se segue é pautada pelo interesse em *etnografar* a mobilidade urbana, no sentido de explorar as formas de mobilidade das ocupantes, facetas de um processo único de reorganização das condições de existência. Seus eventos precisam, portanto, ser *situados* nos *tempos* e nos *espaços* em que as histórias se desenrolam. É por essa via que se deixam ver como pontos de condensação de tramas sociais que articulam histórias singulares e destinações coletivas. Tempos biográficos organizam trajetórias que individualizam histórias de vida, e estão inscritos em práticas situadas em espaços e nos circuitos urbanos que as colocam em fase com *tempos sociais* e *temporalidades urbanas* (TELLES, 2010, p. 81).

A etnografia que se segue também decorre de um desafio proposto por Fernandes (2013): o de buscar por uma narrativa que deveria transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda; uma narrativa com um propósito de rememorar o que foi silenciado pelo correr da história sobre as ocupações de moradia, tentando se esquivar do que a autora considerou *premissas banalizadas* como (i) a noção de que ocupações significam um

modo exemplar de luta por moradia; (ii) a qualificação dos precarizados ou da vida na precariedade como destituídos de iniciativa e de vontade política; (iii) num mundo em que o Estado se apresenta mais como um dispositivo de controle; e (iv) a ideia de “sociabilidade espontânea” extensiva aos pobres. Em substituição, a tentativa de ressaltar as inúmeras tensões ou linhas de força, linhas de fuga e afetos que percorrem e constituem acontecimentos e interlocutores, como fragmentos capazes de ressoar outras vozes inscritas e silenciadas na narrativa.

Por fim, esclareço que os nomes vinculados às personagens são fictícios, com exceção de Indianare, cuja identificação converge ao propósito de dar continuidade à corporificação de seu processo de militância em sentido amplo; de Matheusa Passarelli, posto que sua morte trágica, veiculada nos meios de comunicação, nos revela contornos necropolíticos outrora apontados nesta dissertação, e, por isso, merece a devida atenção com ares de denúncia e crítica concretas ao *status quo*; demais ocupantes envolvidas na realização da Mostra Corpos Visíveis, haja vista a publicidade ampla e notória referente ao evento; e de Maria Eduarda, primeira advogada trans da seccional do Rio de Janeiro da OAB, militante no processo judicial da Ação de Despejo, em tramitação pública (ou seja, sem sigilo), de modo que não subsiste qualquer anonimato que justifique a omissão destes nomes.

## **3.2 O diário de campo**

### **3.2.1 - Preparativos para a Greve Geral**

Uma das minhas atividades iniciais no campo foi comparecer na Assembleia Geral Ordinária promovida pela Associação das Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro na Casa Nem, em 26 de julho de 2017, ocasião em que debateram, dentre várias pautas, o interesse em adaptar o espaço da Casa em um salão de beleza para que as ocupantes prestassem serviços de beleza aos clientes e moradores da região. Em razão da Greve Geral do dia 30 de junho [2017], contra a agenda do Governo Temer tendente à aprovação das reformas trabalhista e previdenciária<sup>151</sup>, também houve uma mobilização na Casa para debater as atividades a serem protagonizadas pelo movimento trans.

Ali se faziam presentes muitas meninas que contornaram as adversidades decorrentes da conjuntura política de invisibilização, exclusão e preconceito sociais, e galgaram ocupações

---

<sup>151</sup> Mais detalhes disponível em <https://www.cut.org.br/noticias/centrais-indicam-greve-geral-em-30-de-junho-f71b>. Acesso em 1º de fevereiro de 2019.



típicas de uma vida inserida na sociedade, assimilando esta conscientização por meio de discursos políticos em certo tom disciplinar-civilizatório. Ana, mulher trans, com qualificação técnica em serviços de *coiffeur*; Bruna, travesti, que trabalha na equipe de um político de um partido de esquerda; Maria Eduarda, primeira mulher trans advogada vinculada à seccional do Rio de Janeiro e militante atuante na ONG Grupo Pela Vidda; Tatiana, travesti, estudante da UERJ; Beatriz, travesti, membro do corpo da Fiocruz e artista, são exemplos do corpo propositivo-voluntário e político da Casa Nem, que se encontrava numa certa frequência, a fim de promover atividades para as quais tentavam engajar as demais ocupantes por meio de aspectos de socialização, sob a alçada de um *tarefismo disciplinador* ou *tarefismo civilizatório*, conforme Fernandes (2013). Iniciativas desta natureza se relacionam à proposta da ocupação como um espaço de transição, e menos de permanência: as ocupantes precisavam falar de suas angústias, mas também deveriam se capacitar, evitando ficar sem “fazer nada” durante o dia, daí as inúmeras atividades costuradas no cotidiano da ocupação. A falta de quórum de interessadas nestas atividades, por sua vez, era uma realidade<sup>152</sup>.

### 3.2.2 Mutirão para alteração registral nos documentos de identidade

Em outubro [2017], encontrei com Maria Eduarda na sede da ONG Pela Vidda para tratarmos do mutirão a ser realizado na Casa Nem para promover a alteração dos registros civis das ocupantes, em uma época anterior à decisão proferida pelo STF reconhecendo este direito a ser postulado extrajudicialmente pelas partes diretamente aos cartórios, independentemente da realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo<sup>153</sup>. Além de pautas de ordem burocrática, Maria Eduarda demonstrou certo contentamento pelo meu interesse e proatividade e, justamente por isso, traçou um perfil das ocupantes, prevendo a possibilidade de não se engajarem, ainda que tal questão pudesse ser vista como algo caro àquelas pessoas. A observação foi feita mais no sentido de antecipar uma eventual frustração, sem o condão de fazer com que eu desistisse, até mesmo em razão desta iniciativa já ter sido também capitaneada pelo NUDIVERSIS (Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e dos Direitos Homoafetivos),

---

<sup>152</sup> No tocante ao engajamento (ou a falta de), opto, por ora, por não tecer comentários ou críticas a este respeito, pois entendo haver uma demanda de uma problematização mais profunda, exigindo-se, para tanto, outros contextos além deste narrado neste primeiro tópico. No decorrer das narrativas dispostas neste Diário de Campo, a questão do engajamento reaparecerá, dando corpo a um material mais concreto, permitindo a mim e ao/à leitor/a assimilar, de maneira mais madura, o retrato da vulnerabilidade, precariedade e marginalização constituinte das biografias das vidas de que trato nesta etnografia.

<sup>153</sup> Notícia disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=386930>. Acesso em 12 de janeiro de 2019

um setor especializado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro a assuntos desta pertinência. Além disso, tendo em vista a rotatividade da ocupação como reflexo de um espaço de transição, o corpo das ocupantes era sempre atualizado, sendo pertinente e necessária a retomada frequente de uma nova iniciativa tendente a realizar o mutirão.

Após o contato com Maria Eduarda, compareci à Casa Nem no dia seguinte com o objetivo de fazer um levantamento das interessadas no mutirão. Neste sentido, também fui orientado a listar os documentos existentes/disponíveis, de modo que aqueles faltantes teriam que ser solicitados em segunda via, ainda que posteriormente viessem a ser alterados, presumindo-se êxito no pedido de cada ação. Fiz anotações relacionando o nome social e os documentos existentes/disponíveis associados ao nome de registro, resultando num levantamento em que do total das ocupantes (à época, em torno de 30 travestis e transexuais), apenas dez se manifestaram interessadas, das quais absolutamente todas faltavam algum tipo de documento. A delegação da responsabilidade para cada ocupante providenciar a segunda via dos documentos faltantes fez com que o mutirão caísse por terra, na medida em que nenhuma diligência neste sentido foi feita.

Este aparente desinteresse, por sua vez, conclama uma reflexão crítica do que constitui a produção da precariedade e vulnerabilidade como prática de Estado direta e indiretamente nesse maquinário. Pois portar documentos regularizados é requisito básico e essencial à nossa existência enquanto cidadãs, sujeitos de direitos, de modo que há uma relação, não ao acaso, com a invisibilização e exclusão das pessoas travestis, transexuais e transgêneros dentro do que chamamos de exercício de cidadania. Daí a pertinência da categoria de *cidadania de geometria variável* (Lautier, 1997): a ausência dos documentos originais conforme nome de registro no ato do nascimento denota uma rejeição àquela identidade, e, na medida em que se ergue todo um poder para autorizar a regularização dos documentos coerentes à sua identidade de gênero, as pessoas trans passam a se situar numa espécie de limbo, em que não existem enquanto sujeitos de direito, posto que não são abrangidas na categoria de cidadãs. Por consequência, sofrem as consequências desta exclusão, em que se presumem *seres humanos menos dignos*, ao não serem respeitadas pelas próprias instituições, como escolas, hospitais, dentre outras vertentes do Estado, e, como reflexo, pela sociedade civil.

### **3.2.3 “O que é lugar de fala?” Djamila Ribeiro na Casa Nem**

Em 1º de dezembro [2017], o Grupo de Intelectuais Negras, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) fez uma parceria com a Casa Nem para sediar o lançamento

do livro “O que é lugar de fala?” de autoria da filósofa Djamila Ribeiro. Em contrapartida, solicitou-se que os interessados no evento doassem um quilo de alimento não-percível e um pacote de absorvente, destinados à ocupação e ao grupo de mulheres negras que presta serviços de assistência social às mulheres presidiárias, respectivamente.

O evento foi divulgado de forma massiva<sup>154</sup>, e, dada a repercussão da filósofa no meio acadêmico crítico, conhecida por disputar a narrativa e o protagonismo das mulheres negras no cenário sociopolítico brasileiro, dezenas de pessoas compareceram no Beco do Rato para o encontro, que contou com a presença mais do que especial de Conceição Evaristo, escritora negra, premiada pelo Jabuti, a jornalista Flavia Oliveira, a professora da UFRJ Giovana Xavier, e Indianare Siqueira, representando a Casa Nem.



Figura 22: foto tirada do primeiro andar da ocupação-identitária Casa Nem do evento realizado em frente ao imóvel. Sentadas, no canto direito da imagem, estão, da esquerda para a direita, Flavia Oliveira, Djamila Ribeiro e Indianare Siqueira, respectivamente. Fonte: Justificando

---

<sup>154</sup> Link do evento criado no Facebook: <https://www.facebook.com/events/1977321169206896/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

Todas as convidadas que compuseram a “mesa” tiveram oportunidade de falas, ocasião em que abordaram a respeito da luta constituinte do processo de militância, cada qual ao seu modo, ressaltando, em comum, a necessidade de sujeitos marginalizados e subalternizados se emanciparem com autonomia para protagonizarem suas próprias trajetórias. Um viés coerente ao próprio conteúdo do livro e que, no limite, enunciou os pontos de convergência entre as lutas, por sua vez, ilustrativos da ideia de *interseccionalidade*, em que os marcadores sociais da diferença se articulam e se imbricam, dando contornos singulares às situações de opressões presentes na cidade enquanto campo de práticas. As falas foram intensamente aplaudidas, haja vista o número de pessoas presentes, de perfil majoritariamente negro, feminino e LGBTTQIA+.

Algumas ocupantes se dispuseram a ajudar na organização do evento; outras, não. A questão do engajamento por parte das pessoas da Casa sempre foi uma questão, na medida em que o desinteresse era uma realidade. O engajamento político nos termos de uma militância ativa fazia parte do *modus operandi* das atividades encampadas pela ocupação, justamente a fim de estimular o exercício de tal conduta, ao mesmo tempo em que se reconhecia autonomia às pessoas, no sentido de não se tornar uma atividade obrigatória, circunscrevendo-se no campo da escolha individual de cada uma. Na prática, o efeito decorrente de tal regra era variável: o engajamento por parte de algumas ocupantes influenciava outras, sempre por uma perspectiva de amizade (afinidade/afetividade) entre as partes. Ou seja, a depender da ocupante que se envolvesse diretamente nas atividades, outras também se engajavam, enquanto algumas não participavam.

Dada a quantidade de pessoas que foram ali se amontoando, a organização do evento decidiu montar um palco em frente a ocupação, fazendo com que toda aquela multidão se organizasse na rua por onde Madame Satã passou em tantas outras ocasiões. A estrutura montada era simples e, por isso mesmo, denotativa da contextualização sociopolítica do evento, que não contou com nenhum patrocínio grandioso - até mesmo por se tratar de uma discussão crítica ao *status quo*, a teor dos temas tratados por parte das representantes da “mesa”, todas pautadas por uma premissa *anticapitalista*.

Quando retornei para a minha casa, passei pela esquina transversal, onde se situa uma espécie de reduto boêmio do Beco do Rato, paralelamente à atividade em questão. Noutra giro, alguns frequentadores ali presentes estranhavam o alvoroço causado pelo evento, indagando a respeito do que estava ocorrendo. Expliquei do que se tratava. Da impressão de estranheza por parte dos transeuntes se infere também a atipicidade de um evento daquele perfil no logradouro. Também ilustra, por outra perspectiva, a questão do engajamento (ou da falta de) como algo

não exatamente próprio das ocupantes que não se envolviam diretamente nas atividades da Casa. Isto é, como uma circunstância onipresente na sociedade, que não isenta um ou outro grupo. Esta assimilação, por sua vez, revela a árdua tarefa em propulsar o exercício ativo de cidadania na sociedade como um todo.

Ao final da noite, houve uma apresentação musical do coletivo feminista Baque Mulher. O evento foi coberto pela Mídia Ninja.<sup>155</sup>

### 3.2.4 Preparativos para o Prepara Nem 2018

Em outra iniciativa da Casa, também me engajei na retomada das atividades do Prepara Nem para o ano de 2018. A articulação da rede de voluntários era operacionalizada através de dois grupos no *Whatsapp*: um grupo composto somente pelos voluntários e outro em conjunto com as *alunes*, a fim de atualizar e passar informações a respeito da realização das aulas, dias e horários, e a comunicação de eventuais imprevistos. Dado o número de pessoas envolvidas em cada grupo, ali acabou se configurando um território ingovernável com múltiplas pautas: mensagens encaminhadas de correntes; denúncias de episódios de violências em várias instâncias sofridas por pessoas do próprio grupo e também por seus afetos mais íntimos; compartilhamento de fotos referentes a algum evento ou atividade do grupo; anúncios de empregos para pessoas trans; de modo que as informações, dentre as quais aquelas efetivamente importantes para a articulação da rede, acabavam se perdendo de vista em meio a tanto bombardeio de mensagens. No limite, o *modus operandi* dos grupos de *Whatsapp* revelava um modo de socialidade em que contextos de desabafos, compartilhamento de notícias e mensagens pessoais se mesclavam às atividades e tarefas “civilizatórias” e/ou “disciplinares”. Havia uma certa porosidade na relação ali firmada, demonstrando, a olhos nus, a potência da urgência e das situações de vulnerabilidade na produção de afetos.

Por parte do *corpo operativo* do Prepara Nem, houve a preocupação de regularizar a situação das ocupantes em situação de pendência na conclusão do Ensino Médio. Em 23 de abril [2018], as inscrições para o Encejeja<sup>156</sup> estavam prestes a encerrar, e no grupo do *Whatsapp*

<sup>155</sup> Notícias a respeito do evento disponíveis em <http://www.justificando.com/2017/12/04/djamila-ribeiro-parou-lapa/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

<sup>156</sup> O Encejeja (Exame Nacional para Certificação de Jovens e Adultos) é uma prova de certificação do Ensino Médio e a principal forma de jovens e adultos (moradores do Brasil e exterior) concluírem seus estudos. Quem é aprovado recebe um certificado verdadeiro, emitido por órgãos autorizados pelo Ministério da Educação (MEC), como institutos federais e secretarias estaduais de educação. Esse certificado serve para fazer faculdade, prestar concurso público ou fazer curso técnico. Mais notícias disponíveis em <https://www.termineseuestudos.com.br/encejeja-2019-o-que-e-como-funciona-inscricoes-edital-aulas/>. Acesso em 20 de janeiro de 2019

discutiu-se a respeito da disponibilidade de algum membro da rede de contatos/voluntários para dar conta de tal emergência. Eu me dispus a ir à ocupação formalizar a inscrição das interessadas, que ao final foram apenas duas meninas. A premissa era de que o Prepara Nem dedicasse atenção a estas *alunes* num primeiro momento, e, estando assentados os requisitos para o Enem, que se procedesse o preparatório para a prova ao final do ano. No entanto, a porosidade da vida em torno da precariedade, associado ao fato da Casa Nem ser um local menos de moradia e mais de transição, acabou costurando uma trajetória que culminou com a saída da ocupação das duas únicas *alunes* inscritas no Encejja: Gabriela, mulher trans, acabou engravidando de Roberto, homem trans, ambos ocupantes da Casa, dando margem a um desentendimento na relação do casal. Ela acabou se mudando de cidade, e ele, abortou. Julia, a outra ocupante, também deixou a Casa, cuja justificativa é por mim desconhecida.

Em paralelo, a articulação em torno das atividades do Prepara Nem continuava acontecendo. Após amplo debate pautado por Indianare, que enfatizava a premissa de não se conceber um regime de aulas da forma como acontece em instituições de ensino formais, e sim por uma vertente mais flexível e adaptável às demandas das *alunes*, fui alocado para dar aulas de interpretação de texto e português às segundas-feiras, às 18:00, em parceria com Rodrigo, outro professor voluntário. Em conversa com as cinco *alunes* presentes de modo frequente nas aulas, deliberamos que as nossas aulas seriam feitas mediante realização conjunta das provas relativas ao vestibular da UERJ. Eu e Rodrigo intercalamos a responsabilidade pela impressão das provas. No segundo horário, a partir das 20:00, Beatriz, travesti, artista e apoiadora propositiva-voluntária da Casa Nem, prontificou-se a realizar dinâmicas performáticas convergindo aos debates instaurados no primeiro horário com a realidade vivenciada por aquelas pessoas.

Uma vez fechada a grade com os professores, debatemos a respeito da realização de uma aula inaugural no *campus* da Faculdade Nacional de Direito (UFRJ), promovendo um encontro com as *alunes* anteriores do Prepara Nem, professores e professoras voluntários e as novas *alunes*. O evento foi adiado em razão do baque emocional sofrido pelas ocupantes da Casa Nem com a morte trágica de Matheusa Passarelli, estudante, de Rio Bonito, que se declarava não-binária, de raça preta, artista e *performer*, ativista LGTTQIA+, e que tinha ligações afetivas fortes com a ocupação. Matheusa desapareceu de uma festa e nunca mais foi vista. As investigações apontaram que Theusinha, seu apelido afetivo, fora queimada viva e esquartejada por traficantes depois de adentrar nua em uma comunidade, no Morro do 18, em



Quintino, Zona Norte do Rio de Janeiro<sup>157</sup>. Estivemos presentes no Ato Ecumênico realizado em 9 de maio [2018] na capela da UERJ, ocasião em que foram prestadas sucessivas homenagens à Matheusa, imbuídas de tom político, denunciando as mesmas características esmiuçadas no segundo capítulo desta dissertação<sup>158</sup>.

O tom de luto permaneceu na semana seguinte, no evento inaugural das atividades do Prepara Nem, em 23 de maio [2018]. Não foi a primeira vez da realização da aula inaugural na Faculdade Nacional de Direito (UFRJ). A ideia foi concebida em conjunto por Indianare e sua rede de contato, pautada primordialmente na ideia de democratizar os espaços, ocupando com corpos trans lugares públicos, onde, via de regra, subjaz uma ideologia<sup>159</sup> *socionormativa*. Encontrei com as ocupantes em frente à Casa Nem para irmos caminhando *juntas* em direção à UFRJ, num percurso que demoraria cerca de trinta minutos. Éramos um grupo de cerca de quinze a vinte pessoas.

À ocasião, conversei com Lara, travesti, *alune* do Prepara Nem, que conheci em uma das festas da Casa Nem. Ela foi uma das meninas atendidas pelo NUDIVERSIS da Defensoria Pública do Rio de Janeiro em relação à alteração dos documentos, mas que tinha uma queixa a respeito da demora na tramitação do processo. Seu caso tinha sido ajuizado em 2017, época anterior ao entendimento atual do STF a respeito do assunto. Com a atualização da jurisprudência, com implicação no direito a requerer a alteração do registro diretamente em cartório, independentemente de qualquer outro requisito, ela acabou logrando êxito no seu objetivo por via própria. Me indagou a respeito do interesse em ter de volta as fotografias anexadas ao processo para comprovar ao Juízo de Direito a pertinência de sua identidade de gênero no âmbito social. São fotografias representativas de memórias pelas quais tinha um certo apego. Comentou que tinha feito esta solicitação ao Defensor, sem qualquer retorno. Em paralelo, os autos do processo que ora tramitavam fisicamente foram digitalizados, tendo sido posteriormente arquivados.

---

<sup>157</sup> Notícias disponíveis em <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/05/5647179-policia-prende-assassino-e-esquartejador-da-estudante-matheusa.html?fbclid=IwAR1-dysU4KHiiTwK-HzeJMIZPobU5SBw1df4Q8s8s-YLT9Onh-3UO-fvdU#foto=1>. Acesso em 29 de maio de 2019

<sup>158</sup> Me refiro ao subcapítulo “2.2.3 A gestão dos corpos dissidentes: a *vida matável* das pessoas LGBTTQIA+ e a *crise sistêmica do cuidado*”, em que trato dos elementos *biopolíticos* de ordem *necropolítica* inerente ao maquinário de um Estado *neocolonial* e *neoliberal*.

<sup>159</sup> A experiência da intersubjetividade se inscreve, assim, em um campo de forças que a torna um domínio essencialmente ideológico. [...] As ideologias não operam através de ideias isoladas; mas em cadeias discursivas, agrupamentos, campos semânticos e formações discursivas. [...] Somos constituídos [enquanto sujeitos] pelos processos inconscientes da ideologia, naquela posição de reconhecimento ou fixação entre nós mesmos e a cadeia de significados sem a qual nenhum significado ideológico seria possível. É nessa zona de contato entre as objetividades dominantes e as narrativas subjetivas, muitas vezes subversivas e refratárias, que os grupos subalternos e marginalizados passam a partilhar da objetivação dos conteúdos do real, constituindo-se, assim, como sujeitos. (LIMA, 2014, p. 46-48)

Ao final, o que se percebe é a representação da Justiça menos como uma corte de direitos e mais como um atravanco de ordem burocrática para Lara: os inúmeros documentos e laudos médicos exigidos àquela ocasião associados à morosidade da prestação jurisdicional foram superados pelo entendimento atual do STF sobre o assunto, o que, por um lado, é extremamente positivo; por outro, negativo, considerando este contexto como algo pernicioso à sua subjetividade, que, no limite, foi colocada em xeque mediante tantas exigências formuladas ao propósito dito objetivo de comprovar o seu direito fundamental à uma vida digna.

No caminho também conversei com Fabiana, travesti, negra, recém-chegada na Casa Nem. Formada, com ensino médio completo, relatou que as possibilidades de conseguir emprego em Manaus, sua cidade de origem, eram praticamente inexistentes para travestis, mesmo no distrito industrial. Ela nos relatou que chegou a comparecer pessoalmente na fábrica da Panasonic, sabedora de que havia vagas em aberto, porém, quando perceberam o descompasso entre o nome de registro de nascimento e a sua identidade de gênero, “quando eu fui toda de *amapô*<sup>160</sup>”, foi informada de que não haveria mais vaga. Foi quando decidiu se mudar de estado. Em razão de já ter conhecido o Rio de Janeiro, decidiu vir e arriscar a sorte. Pegou carona no voo da Força Aérea Brasileira (FAB)<sup>161</sup> e desembarcou na cidade. Meses depois, a situação de desemprego permanecia sem qualquer expectativa de uma solução a curto prazo. Em paralelo, a interferência constante no cotidiano da ocupação por parte da Ação de Despejo, da qual decorriam as decisões que ora determinavam a desocupação, ora prorrogadas mediante possibilidades de contorno jurídicas, acabava configurando uma situação de instabilidade em torno do único direito que a assegurava no Rio: a estadia na Casa Nem.

Este conjunto de fatores deu contornos inesperados e aleatórios ao projeto pessoal de Fabiana, que decidiu retornar a Manaus, mas ainda assim sujeita a uma epopeia às avessas, isto é, um caminho tortuoso para lograr tal êxito. Recordo que, em um dos encontros regulares às segundas-feiras, no âmbito do Prepara Nem, Fabiana me abordou pedindo ajuda para comprar uma passagem aérea de volta para sua cidade, pois a opção de voltar no “voo de carona” da FAB tinha se revelado um caminho das pedras, em que, mesmo com antecedência e paciência, o fator sorte não estava se concretizando em seu favor. Em tom jocoso, ainda disse que, se conseguisse um patrocínio da passagem aérea através da rede de contatos da ocupação, se

---

<sup>160</sup> Termo constituinte do dialeto Pajubá para se referir à mulher cis. O Pajubá é um dialeto de origem no iorubá e nagô, tendo sido utilizado na ditadura, e apropriado pela comunidade LGBTTQIA+ como uma forma de marcar posição diante da comunicação-padrão derivada da *cis-heteronormatividade*.

<sup>161</sup> Mais detalhes a respeito disponíveis em <https://fernandafav.jusbrasil.com.br/noticias/135639748/pouco-conhecido-servico-de-voo-gratuito-em-avioes-da-fab-garante-viagem-de-carona-a-cidadao>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.



sentiria desobrigada a ressarcir o valor ao “desaparecer de vista”, sem que ninguém pudesse encontrá-la.

À certa altura do caminho à UFRJ, numa rua estreita, sem trânsito e de preferência de pedestres, nós, que andávamos num grupo grande em que a maioria eram pessoas travestis e transexuais, cruzamos com um carro de polícia. O motorista não se absteve de reduzir a velocidade, buzinou incessantemente a fim de desobstruir o caminho, abriu o vidro da sua porta e nos abordou “sai da frente, porra, não tá vendo o carro, caralho?”. Demos passagem e voltamos a conversar.

Cruzamos também com uma travesti conhecida das ocupantes, que decidiu nos acompanhar. Nos relatou que tinha saído recentemente da prisão e que estava morando com o seu *boy*<sup>162</sup> - homem cis, heterossexual, mas ela o considerava *gay*. Questionei a sua fala, dada a incompatibilidade entre as sexualidades. Como resposta, ela me disse que se considera travesti, e, por isso, não se encaixa como mulher, tampouco como homem, mas que, por ter um pênis, o seu *boy* acabava dentro do rótulo de homossexual. Sua fala reverberou em de forma cômica e *todes* em volta acabamos na risada.

Adentramos na universidade sem problemas e fomos à sala reservada previamente, onde *todes* nos reunimos, dentre professores, professoras, *alunes*, amigos, conhecidos e curiosos. Éramos um total aproximado de quarenta pessoas. Indianare tomou a palavra inaugural e fez um discurso em tom político, abordando o projeto Prepara Nem em todas as suas nuances: do que se trata, quais os objetivos, metodologia sugerida e perspectivas futuras. Luciana, travesti integrante da primeira turma do Prepara Nem - cuja apresentação foi devidamente introduzida no capítulo dois desta dissertação<sup>163</sup> -, teve a palavra em seguida e fez um discurso similar aos depoimentos expostos: elaborou uma narrativa que desse conta de sua biografia, ressaltando disputas, conflitos, tensões e também afetos, costurando de forma positiva a tessitura da trajetória do Prepara Nem em sua vida. Após as falas inaugurais, Jaqueline Gomes de Jesus, transativista, professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) ministrou uma aula abordando temas cotidianos da realidade trans sob o enfoque da cidadania, encerrando as atividades inaugurais do Prepara Nem na UFRJ.

---

<sup>162</sup> Termo utilizado popularmente para se referir ao parceiro afetuoso atual e não-fixo, isto é, que não é namorado, tampouco companheiro ou marido.

<sup>163</sup> Refiro-me ao subcapítulo “2.3 A Casa Nem como *política em movimento*”, em que analiso os termos de inteligibilidade da ocupação, abordando o que esta produz em termos de projetos, objetivos e perspectivas próprias de um *movimento social* de vanguarda categorizado por *ocupação-identitária*.



Figura 23: Ao final da aula inaugural do Prepara Nem na Faculdade Nacional de Direito (UFRJ), *todes* que permaneceram nos reunimos para registrar o encontro ocorrido em 23/05/2018, entre professores e professoras, as *alunes*, conhecidos, amigos e Indianare.

De modo geral, as ocupantes participaram de forma ativa na aula, fazendo intervenções de cunho pessoal durante a exposição de Jaqueline, contribuindo com o relato de situações e casos que tangenciavam a experiência do que vem a ser uma cidadã trans. É preciso ressaltar que a metodologia praticada em sala de aula fugiu do padrão, tendo sido lecionada de forma informal, leve, rejeitando a ideia disciplinadora e civilizatória constituinte das escolas tal como vigente. Após o encontro, que durou cerca de três horas, retornamos a pé, em grupo, para a ocupação. Já era tarde e *todes* estávamos famintas. Algumas ocupantes foram comer no boteco ao lado da ocupação, outras foram preparar o jantar na Casa Nem.

Por conta da greve dos caminhoneiros deflagrada em 21 de maio [2018], o que desencadeou o início de uma crise de abastecimento amplo em muitas regiões do país, as atividades sequenciais do Prepara Nem foram prorrogadas até ulterior regularização da situação.

Por ora, uma observação pessoal, pertinente e oportuna: ao longo do período em que o Prepara Nem aconteceu em 2018, posso dizer que foi uma experiência pessoal extremamente valiosa e significativa, em que tive a oportunidade de desconstruir muitas premissas minhas preconceituosas, conformadas pela questão do *privilégio*. Explico melhor: antes do meu engajamento em sentido amplo com o campo, e não somente em relação ao Prepara, o *estigma* marginalizado derivado dos *estereótipos* recaído sobre as travestis e transexuais me fazia associa-las, ainda que inconscientemente, como cidadãs alienadas e destituídas de percepções críticas. Algo elucidativo de como tais perspectivas operam de forma discursiva e ao mesmo tempo acrítica, num processo que beira o inconsciente, posto que associado à introjeção da

ideologia dominante. E, claro, associado também à segregação social, em que corpos desiguais convivem num mesmo perímetro urbano, ao mesmo tempo em que não interagem de forma humanizada, afetuosa, delineadas justamente pelo efeito de tais estereótipos - de ambos os lados, uma vez que a vida em sociedade é sempre relacional.

Com o andamento das aulas e a constância de algumas *alunes*, fui provocado a reajustar o meu olhar sobre estas pessoas, numa operação em que pude perceber a variação da categoria da *cidadania de geometria variável* como um elemento manipulável, e, por isso, reversível, passível de ser apropriado. Ao final das contas, eu, que estive na condição de professor, aprendi mais do que ensinei. Passei a encarar meus privilégios não de forma a conseguir destruí-los, posto que são estruturais, mas no sentido de contorná-los, abrindo-me ao novo, ao diferente, ao desconhecido, principalmente no campo do conhecimento. Há várias maneiras de se contar uma história, de viver em sociedade e de estabelecer visões críticas, e isso independe de currículo acadêmico. Compartilhava minhas percepções recorrentemente com o Rodrigo, o outro professor voluntário, imbuído de privilégios proporcionais aos meus. Sempre dividíamos nossas impressões e sensações após as aulas, de modo que tive um retrato deste processo de desconstrução de forma não individualizada, e, por isso mesmo, bastante positiva.



Figura 24: foto pessoal com o Rodrigo e as *alunes*, em um dos nossos encontros às segundas-feiras no Prepara Nem.

Exemplo prático desta interação de troca horizontal que foi se construindo com o tempo foi uma questão que emergiu no início do Prepara naquele ano. O corpo dos voluntários tinha sido reformulado em comparação aos anos anteriores, sendo necessário conversas regulares

com Indianare, que, por sua vez, nos repassava as queixas formuladas pelas *alunes* a respeito da didática e metodologia das aulas. Indianara expunha as queixas nos estimulando a propor novas abordagens que fugissem das premissas do que normalmente se concebe a respeito de uma aula conformada por uma lógica disciplinatória e civilizatória. Com o tempo, nos abrimos ao diálogo diretamente com as *alunes*, que, de sua parte, passaram a se sentir mais confortáveis em tecer críticas. Disso repercutiu o aumento da frequência e participação nas aulas, e, claro, no vínculo de afeto entre a gente. Tudo muitíssimo produtivo e potente. Um exemplo empírico da dimensão do Prepara Nem para além da proposta educativa, tal qual exposto anteriormente no subcapítulo “2.3 A Casa Nem como *política em movimento*”.

### 3.2.5 Corpos Visíveis

Entre os dias 8 e 10 de junho de 2018 aconteceu a “Mostra de Multilinguagens Corpos Visíveis”<sup>164</sup>, um evento cultural promovido pelos coletivos DELAS<sup>165</sup> e Fabriqueta<sup>166</sup> e contemplado pelo Programa Oi de Patrocínios Culturais. A Mostra reuniu artistas contemporâneos brasileiros das áreas de cinema, teatro, fotografia, moda, música e performance, além de apreciadores do esporte. A programação foi intensa incluindo atividades totalmente gratuitas de apresentações teatrais, performances, shows de música, exposições fotográficas, feira e desfile de moda, oficinas, exibição de filmes e debates. O tema central dos trabalhos foi a diversidade de gênero e sexualidade, envolvendo o combate ao machismo e à LGBTTQIA+fobia.

O objetivo do evento foi pautado primordialmente pela questão geográfica: estava previsto para ocorrer integralmente no Parque Madureira, Zona Norte do Rio de Janeiro, cuja escolha decorreu da ideia de criar espaços para o diálogo aberto ao público mais amplo sobre os temas abordados, a fim de desmistificar a existência do diferente através da convivência e do lúdico. Tendo em vista o propósito de integrar a comunidade, a feira e o desfile de moda afirmativa foram compostos por expositores locais, bem como as atrações musicais, estabelecendo uma comunicação com o bairro e seu entorno. As atividades realizadas nos espaços abertos do Parque foram classificadas por faixa-etária livre, recomendadas a toda e qualquer família.

---

<sup>164</sup> Informações completas sobre a mostra disponíveis em <https://corposvisiveis.wixsite.com/2018>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019

<sup>165</sup> Mais informações disponíveis em <https://karinadeabreu.wixsite.com/coletivadelas/potfolio>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

<sup>166</sup> Mais informações disponíveis em <http://www.fabriqueta.art.br/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

Em linhas gerais, o evento se fundamentou na diversidade, no encontro, na criação coletiva, na economia colaborativa e na arte independente. Focou, ainda, na acessibilidade e democratização do diálogo. Outra premissa foi a aposta no potencial de jovens artistas. Desta forma, abriu-se uma chamada para a seleção de trabalhos nacionais para fotógrafos e cineastas independentes interessados em exibir seus trabalhos na Mostra. O projeto teve, portanto, como uma de suas finalidades principais ajudar a desconstruir preconceitos, colocando em pauta questões de visibilidade, protagonismo e empoderamento<sup>167</sup>.

Alguns membros da produção da Mostra integravam a rede de contatos da Casa Nem, tendo participado do curta-documentário “Sob o mesmo teto”<sup>168</sup> já referenciado nesta dissertação. Para o evento em questão, houve uma nova articulação com as ocupantes da Casa: Luciana Vasconcellos participou como Apresentadora; Estrela Gutiérrez como Assiste de Produção; Tertuliana Lustosa como Oficineira; Evelyn Gutiérrez como Fotógrafa Expositora; Biancka Fernandes como *Performer* e Bernardo Gomes como Fotógrafo<sup>169</sup>. A participação foi ampla e ativa, delegando responsabilidades, tarefas e obrigações às ocupantes, que foram remuneradas, em contrapartida. A chance, espaço e visibilidade aos seus trabalhos e suas capacidades no evento deste porte repercutiu de forma positiva e empoderadora nas percepções das ocupantes, fortalecendo o senso de autonomia e estimulando o desejo para que oportunidades como essa se repetissem.

Muito embora a urgência do debate pretendido pela Mostra decorresse dos índices nacionais de violência relacionada às questões de gênero e sexualidade<sup>170</sup>, parte das atividades foi censurada às vésperas do evento pelo prefeito da cidade, Marcelo Crivella. Em específico, o espetáculo "O evangelho segundo Jesus, rainha do céu", monólogo interpretado pela atriz trans Renata Carvalho, foi alvo do Prefeito, que se manifestou em sua página no *Facebook*:

Oi pessoal, hoje mais uma vez tenho que vir a público para dizer que a nota que saiu na coluna do Ancelmo<sup>171</sup> é fake news, mais uma. Ele fala sobre um espetáculo que ia ser feito lá numa arena do Parque de Madureira, um espetáculo que ofende a consciência dos cristãos. Então eu quero dizer, inclusive, que essa arena está fechada, houve um problema na licitação. Quem perdeu fica plantando notas de atividades que não vão existir, e que infelizmente encontra espaço na coluna de um jornalista que não apura e desqualifica a profissão de jornalismo. Então eu venho aqui para mais uma vez dizer que é fake news, essa notícia não existe. Nós, melhor, na minha

<sup>167</sup> Informações disponíveis em <https://www.facebook.com/corposvisiveis/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

<sup>168</sup> A íntegra do curta-documentário a respeito da Casa Nem, intitulado “Sob o mesmo teto” está disponível em <http://www.futuraplay.org/video/sob-o-mesmo-teto/381057/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

<sup>169</sup> Conforme informações disponibilizadas no site do próprio evento <https://corposvisiveis.wixsite.com/2018>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

<sup>170</sup> Alguns dados e índices relativos a este debate foram tratados por mim no segundo capítulo, subitem “2.2.3 A gestão dos corpos dissidentes: a vida matável das pessoas LGBTTQIA+ e a crise sistêmica do cuidado”.

<sup>171</sup> A referida nota está disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/parque-madureira-recebera-peca-com-travesti-no-papel-de-jesus-cristo.html>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019

administração, nenhum espetáculo, nenhuma exposição vai ofender a religião das pessoas. Eu não vou permitir. Enquanto eu for Prefeito, nós vamos respeitar a consciência e a religião das pessoas.<sup>172</sup>

A fala do Prefeito corrobora a conjuntura de intolerância política à diversidade, cuja ideologia constituinte desta premissa se relaciona à defesa da família, na forma de antagonismo aos movimentos feminista e LGBTTQIA+, tidos como a destruição da civilidade e da decência por esta perspectiva moralmente conservadora. Em razão da censura, articulações emergenciais foram feitas para garantir a realização do evento. As exposições e o próprio espetáculo foram sediados na Fundação Progresso, estabelecimento cultural privado sediado na Lapa (RJ), a despeito dos transtornos, prejuízos financeiros, danos morais e mudança de local de parte da programação. Ainda na Fundação, a peça foi alvo de protestos por uma meia dúzia de pessoas que compareceram em frente ao local, abordando as pessoas da fila na tentativa de convencê-las a não assistir ao espetáculo.

A título de esclarecimento, assinalo que o espetáculo cumpre com a narrativa bíblica feita por uma travesti em substituição à figura de Jesus. Todas as palavras de humanidade e amor ao próximo foram mantidas e respeitadas, sendo articuladas unicamente de forma transgressora por um corpo dissidente no âmbito da *cidadania de geometria variável*. O episódio como um todo nos revela como a discriminação chancelada pela soberania governamental, de forma explícita ou subentendida, constitui o *modus operandi* na atual conjuntura em que capitalismo e *viriarado* se sobrepõem e incidem um sobre o outro, embora se tratem de sistemas distintos. Desta relação derivam sexismo, racismo, classismo e outras formas de opressão, o que deveria ser intolerável numa democracia.

### 3.2.6 Despatologização da identidade trans e envelhecimento

No dia 18 de junho [2018], a Organização Mundial da Saúde publicou a sua nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID-11<sup>173</sup>), uma espécie de base para identificar tendências e estatísticas de saúde em todo o mundo com cerca de 55 mil códigos únicos para lesões, doenças e causas de morte. O documento

<sup>172</sup> Declaração feita em vídeo disponível em <https://www.facebook.com/marcelocrivella/videos/1860951730594735/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019

<sup>173</sup> Mais informações a respeito do CID-11 disponíveis em <https://icd.who.int/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019



fornece uma linguagem comum que permite aos profissionais de saúde compartilhar informações de saúde a nível global<sup>174</sup>.

Esta publicação foi comemorada pelo movimento transfeminista, pois houve, enfim, a exclusão oficial das identidades travestis e transexuais de sua lista de transtornos mentais. Antes desta decisão, existiam as seguintes designações que expressavam um discurso patológico sobre as identidades trans: "transexualismo F64.0"; travestismo bivalente F64.1" e "travestismo fetichista F65.1". O que existe agora no CID é uma descrição abrangente sobre não congruência de gênero: "a incongruência de gênero é caracterizada por uma incongruência acentuada e persistente entre o sexo experienciado de um indivíduo e o sexo atribuído. Comportamento variante de gênero e preferências por si só não são uma base para atribuir os diagnósticos neste grupo".

A decisão é histórica, pois, ao retirar supostas características diagnósticas imputadas de forma autoritária pela medicina, a simples descrição do fato de existir incongruência de gênero não mais legitima a qualificação de “travestimo” como “bivalente” ou “fetichista”. Ou melhor, não há mais fundamento “científico” para falar em “travestismo”, tampouco “transexualismo”. Essa divisão na medicina era alvo de críticas pois relegava a travestilidade ao lugar de não-reconhecimento identitário. Frequentemente utilizava-se da desculpa do diagnóstico de transexualidade para negar o atendimento às travestis e transexuais, mesmo sendo legítimas suas demandas. A patologização das identidades trans não existe só em abstrato, ela se utiliza de um aparato terminológico para tanto. E é justamente esse aparato que é abandonado, ou pelo menos desmobilizado, com a retificação da CID<sup>175</sup>.

Nesse mesmo dia à noite, compareci à Casa Nem para mais um dia de aula do Prepara. O número de *alunes* era variável, no limite de oito pessoas, das quais quatro eram fixas. Um dos exercícios propostos pela prova do vestibular da UERJ dizia respeito à interpretação de um texto cujo tema era envelhecimento. No intervalo, ocasião em que relaxávamos para comer um lanche e “jogar conversa fora”, provoquei um debate a respeito do assunto, fazendo emergir vários depoimentos de histórias de vida das ocupantes atravessadas por situações de rupturas,

---

<sup>174</sup> Mais informações a respeito em [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11&Itemid=875). Acesso em 25 de fevereiro de 2019

<sup>175</sup> Esta análise crítica deriva da opinião de Beatriz, mulher trans e ativista, que refletiu a respeito desta decisão publicando em sua página no *Facebook* em dois *posts*, condensados na reflexão acima. Disponíveis em <https://www.facebook.com/beatriz.pagliarinibagagli/posts/483520572080948> e <https://www.facebook.com/beatriz.pagliarinibagagli/posts/483643915401947>.

traumas e trajetórias no fio da navalha - é preciso dizer. Fabiana, a ocupante que veio de Manaus, nos relatou que iniciou na prostituição aos oito anos de idade:

“32 anos que eu vivo na putaria, mas também já sofri, já apanhei, mas óh, vou fazer 14 anos que saí da rua, 14 anos que parei de me drogar, ninguém precisou falar. Eu tava vendo minhas amigas todas morrerem, todas faleceram. Eu pensei, eu não vou ser a próxima. Partiu de mim mesmo. Minhas amigas morreram por conta de droga, doença. Aí eu ficava, “ai meu deus”. Tava me dando abalo psicológico, quando eu falei “a próxima não vou ser eu”. Olha, de 82 travestis, da minha época dos anos 1990 até 2018, só sobraram três. Eu, a Vone e a Rose”.<sup>176</sup>

Fabiana admitiu ter gerado grandes expectativas em torno do Rio de Janeiro, na esperança de conseguir trabalhar e estudar. A constante iminência do fim da ocupação colocado pelo andamento do processo judicial atravancou as chances efetivas de trabalho e estudos, de modo que passou a considerar voltar para Manaus, “juntar meu dinheirinho para retornar ao Rio de Janeiro. Quando eu retornar eu já vou ter uma coisa garantida, sem comer e sem dar despesa a ninguém, como estou dando agora”. A convivência na ocupação era outro fator que preocupava Fabiana, na medida em que via muitas meninas numa postura já superada por ela:

“Muitas pessoas não sabem conviver comigo, e eu tenho dificuldade em conviver com as pessoas, mas a gente tem que saber conviver. A convivência... Porque eu vejo muitas noiarem, eu não posso falar nada, tenho que conviver com elas. Tiro por mim, quem sou eu para falar daquela pessoa se um dia na minha vida fiz exatamente o que ela tá fazendo? Eu prefiro o quê, óh. Minha colega veio a falecer com 28 anos de idade, no dia 22 de setembro de 2012. Essa minha colega que fez a vida, fez toda, se plastificou, andou a Europa toda, comprou casas, mansões, carros, se fez toda. Aí fez isso tudo pra nada. Ela não se via velha. Ela mermo procurou pegar o vírus da AIDS. Ela procurou e não tomava medicação. Ela não se via velha”<sup>177</sup>.

Laura interveio na conversa, lembrando suas memórias de quando era mais jovem. Aos 24 anos morou numa *cracolândia*, pesava 50kg, sem esperanças de que passaria dos vinte e cinco anos idade. Laura esteve na Casa Nem à ocasião de sua fundação, integrou a primeira turma do Prepara Nem e conseguiu um trabalho através da rede de contatos da ocupação. Hoje, aos 42 anos, considera estar vivendo a melhor fase da sua vida. Continua se prostituindo, porém se mostra consciente dos riscos relacionados às DSTs.

“Aí quando você fala desse negócio de HIV, hoje uma galera precisa se sensibilizar, de uma sensibilização séria e, além dessa sensibilização, a galera tem que cumprir com ela mesma. Porque hoje a travesti acha que dá sem camisinha e acha que tá matando alguém, ela tá matando ninguém, ela tá auto se matando e na calada, porque ela acha que senta no pau “ai dei pro bebê gostoso, gozou no meu cuzinho, já matei mais um”. Não gata, ali você não sabe o que tá jogando pra dentro de você. É até uma realidade, e hoje eu faço um trabalho desse. Hoje eu viro para uma galera e falo “não

<sup>176</sup> Depoimento de Fabiana construído mediante alguns áudios e anotações feitas por mim no curso da vivência na ocupação, e não exatamente no formato de uma entrevista.

<sup>177</sup> Depoimento de Fabiana construído mediante alguns áudios e anotações feitas por mim no curso da vivência na ocupação, e não exatamente no formato de uma entrevista.



perde essa esperança não”. (...) “Ai hoje tem o PreP<sup>178!</sup>” Ai todo mundo toma PreP mas não para de transar sem camisinha, aí dá, dá dá, bebe, bebe, bebe leite, goza goza goza, aí chega em casa e se entope de PreP. “Ai to curada”. Ai tá mal por causa do que se infectou, tá mal porque tomou remédio com uma dosagem maior, fica mal porque no outro dia tá depressiva porque se vê magra, chupada, um pouco doente, porque bate uma caganeira, aí pronto, até chegar uma depressão, até que a imunidade cai, a bicha não aguenta até que ela morre. Morre de morte morrida ou se mata. E essa é uma realidade”. (...) “Eu sou uma bicha que eu bebo, eu uso cocaína, eu fumo maconha, vou pra balada, mas eu trepo de camisinha e isso foi muito importante. Porque na loucura a galera fala “Laura adora um piruzão preto, ce acha que ela não?” Boto (a camisinha), *mona*<sup>179</sup>. Boto porque meu momento mais uó eu fecho o olho e lembro das minhas amigas segurando a minha mão na cama e me pedindo para não deixar que elas morram. “Amiga, você já morreu, infelizmente”. Chega um certo tempo da doença que não tem jeito mais... E elas morrem novas, bonitas e, entre aspas, “cheias de saúde”. Eu hoje me vejo uma coroa, né? Vou fazer 42 anos de idade. Na minha época não se chegava aos 25. Bicha de 25 já era *maricona*<sup>180</sup>. As de 40 era *cacurucaia*<sup>181</sup>, já pagava *boy*<sup>182</sup>”<sup>183</sup>

Como se vê, a pauta a respeito do envelhecimento trans perpassa antes a compreensão da vida às margens, contextualizadas em uma realidade de produção sistêmica de vulnerabilidade e precarização. Nas páginas anteriores<sup>184</sup>, abordei a questão da prostituição situada na divisão sexual do trabalho, cujas engrenagens conformam e circunscrevem as trajetórias individuais em nível estrutural, a ponto em que não mais subsiste a explicação no âmbito da individualidade, das escolhas voluntárias. Em continuidade, deriva que o debate em torno da regulamentação da prostituição é também um debate sobre *privilégios* e disso se extrai, a título exemplificativo, as falas das ocupantes à ocasião da aula sobre envelhecimento, em que se percebe que envelhecer com dignidade é menos um direito dado, e mais outra demonstração empírica da conformação imposta pelos privilégios em várias nuances.

<sup>178</sup> A Profilaxia Pré-Exposição de risco à infecção pelo HIV consiste no uso preventivo de medicamentos antirretrovirais antes da exposição sexual ao vírus, para reduzir a probabilidade de infecção pelo HIV. O objetivo da PrEP é prevenir a infecção pelo HIV e promover uma vida sexual mais saudável. A PrEP é uma combinação de dois medicamentos (tenofovir e entricitabina) em um único comprimido, que impede que o HIV se estabeleça e se espalhe pelo corpo. A PrEP não previne outras Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e, portanto, deve ser combinada com outras formas de prevenção. De acordo com o site referenciado ao final desta nota de rodapé, os(as) médicos(as) prescrevem a PrEP para populações em situação de maior vulnerabilidade e que tenham práticas de maior risco para infecção pelo HIV. “Coincidentemente”, o público-alvo, enquadrado nestes critérios, são (i) os gays e homens que fazem sexo com homens; (ii) Travestis e transexuais; (iii) Trabalhadores(as) do sexo; (iv) Casais sorodiferentes que, por repetidas vezes, têm relações sexuais (anais ou vaginais) sem usar camisinha ou que têm usado a PEP (Profilaxia Pós-Exposição) repetidamente, ou que apresentem infecções sexualmente transmissíveis (IST). Entendo a necessidade de se pontuar como problemática a escolha deste público-alvo a partir de critérios de risco, pois se trata de uma compreensão preconceituosa pseudo-científica, derivada certamente de uma premissa hetenormativa. Indago de maneira retórica: as pessoas cis-heterossexuais seriam, naturalmente, mais conscientizadas sobre a prática de sexo seguro? (Mais notícias a respeito disponíveis em <http://www.aids.gov.br/pt-br/o-que-e-prep>. Acesso em 6 de março de 2019).

<sup>179</sup> Derivado de “mana”, “mona” é um vocativo afetuoso que se aplica a pessoas LGBTTQIA+ por não conter uma marcação de gênero pré-definida.

<sup>180</sup> Termo utilizado para se referir aos homens *gays* mais velhos.

<sup>181</sup> Termo utilizado para se referir aos homens *gays* mais velhos que as *mariconas*.

<sup>182</sup> Termo utilizado para se referir aos garotos-de-programa.

<sup>183</sup> Depoimento de Laura construído mediante alguns áudios e anotações feitas por mim no curso da vivência na ocupação, e não exatamente no formato de uma entrevista.

<sup>184</sup> Em específico no subcapítulo “2.3.2 A Casa Nem a partir do *direito achado no corpo* de sua idealizadora”.

A exposição à morte, seja pela patologização da identidade trans, corroborada pelo discurso médico-legal vigente até então [2018]; pela prostituição marginalizada, que envolve desde a contaminação cotidiana real e fatídica por DSTs à completa ausência de direitos pela exploração de cafetinas, decorrente da omissão estatal frente à demanda pela regulamentação; são, no limite, questões sobre a *democracia*: nas relações assim estabelecidas, estão no polo do privilégio aqueles que têm presença maior na política institucional e, como tal, maiores possibilidades de influenciar a agenda pública e a formulação de leis e políticas; está no polo da desvantagem e da opressão justamente quem tem menores possibilidades de ocupar espaços e exercer influência no sistema político (BIROLI, 2018, p. 46), que, no caso em tela, são as pessoas trans que acabam na prostituição como única saída, envelhecendo na precariedade e vulnerabilidade como consequência.

Dada essa conformação, as trajetórias de vida de pessoas trans em situação de precariedade e vulnerabilidade são permeadas por situações cotidianas típicas do que é viver às margens, nas franjas da cidade, as quais, por sua vez, somente são contornadas, na medida do possível, por meio de *agenciamentos*, isto é, desejos contrários à permanência na produção da precariedade, corporificados em oportunidades e caminhos atípicos, incomuns e abertos ao acaso, certamente maturados na *arte do contornamento da exceção ordinária*. Como um todo, o que se vê são biografias de vida que nos revelam a percepção micropolítica como requisito para continuarem vivas, onde o político é também pessoal, e vice-versa.

Ao final, a aula foi interrompida por uma ocupante que desceu ao térreo para informar que o jantar estava pronto. As *alunes* subiram para comer.

### **3.2.7 Se essa rua fosse minha**

25 de junho [2018], mais uma segunda-feira de Prepara Nem. Para esse dia, Beatriz, mulher trans, *performer* e apoiadora da Casa Nem, responsável pelo segundo-horário das segundas-feiras no âmbito do Prepara, propôs a realização de uma atividade dinâmica intitulada “Se essa rua fosse minha”, em que as *alunes* deveriam participar contribuindo com suas perspectivas afeitas ao tema-título. Beatriz trouxe uma coletânea de fotografias de seu acervo pessoal para ilustrar e exemplificar a dinâmica sugerida: uma seleção de imagens de várias travestis e transexuais nas ruas, exibindo seus corpos, não somente para os fins de prostituição, como também em momentos de lazer, ilustrativos do que é viver a cidade fazendo-se no mundo com o *corpo*:



Figura 25: foto autoral da seleção de fotografias feita por Beatriz para a realização da dinâmica no âmbito do Prepara Nem.

Solange era uma das quatro *alunes* fixas. Morou um tempo na Europa até o momento em que foi deportada para o Brasil, o que se tornou um trauma em sua biografia de vida, a ponto de ter decidido viver em situação de rua por alguns anos. Extremamente inteligente, quis integrar o corpo de voluntários do Prepara Nem na qualidade de professora de inglês, mas não logrou êxito pela falta de *alunes* interessadas. O corpo de Solange é ilustrativo da produção de precariedade relacionada ao retorno traumático ao país. Ela carrega inscrições e signos corporais completamente fora dos padrões, reflexos da crise do cuidado: seus cabelos são poucos e extremamente quebradiços; seu corpo é magro esquelético; quase não tem dentes. Na dinâmica em questão, o depoimento de Solange perpassou essa questão estética: “realmente se a rua fosse nossa não tinham corpos que são deprimidos, travestis, lésbicas. Eu acho que assim, realmente o meu corpo causa desgosto mas eu não estou sob a sua tutela então estou descobrindo e me desconstruindo completamente”<sup>185</sup>.

Bruno é um dos poucos homens trans da ocupação e sua intervenção na dinâmica foi mais no sentido de apontar a ausência de homens trans nas imagens. Chegou ao Rio de Janeiro para tentar a cirurgia de remoção das mamas pelo SUS, o que acabou se revelando uma verdadeira epopeia inversa cheia de meandros. Antes de saber da existência da Casa Nem, Bruno cumpria com as diversas fases pré-requisitórias da cirurgia, tentando dar conta de toda a burocracia que decorria deste contexto. Ao final dos dias, dormia na rodoviária. A ocupação apareceu como um acalento nesses caminhos tortuosos em que todo o esforço e força de vontade

<sup>185</sup> Depoimento de Solange construído mediante alguns áudios e anotações feitas por mim no curso da vivência na ocupação, e não exatamente no formato de uma entrevista.

não eram suficientes para garantir a realização da cirurgia. Depois de alguns meses de intensa dedicação para lograr êxito no feito, conseguiu realizar a cirurgia, permanecendo mais algumas semanas no Rio de Janeiro para sua recuperação. A iminência da ordem de desocupação, associada à necessidade de repouso, fez com que um membro do corpo operativo da Casa dispusesse um espaço na sua própria casa para que Bruno pudesse ter uma recuperação digna e sem estresse.

A dinâmica proposta por Beatriz foi finalizada com a incumbência de cada *alune* escolher uma única palavra capaz de sintetizar a atividade: “Festa”; “tranquilidade”, “alegria”; “afronta”, “viver”, “extravasar”; “sobrevivência”; “tudo puta”. Termos que nos provocam reações emotivas e afetuosas em contexto totalmente avesso a essas emoções, denotando uma produção de afetos intensificada pela urgência e situações de vulnerabilidade (FERNANDES, 2013, p. 94).

### 3.2.8 *Bixa travesty*

Em 2 de julho [2018], cheguei na ocupação e no térreo estavam Beatriz, responsável pela atividade mencionada no item anterior, e Lucas, homem trans, ambos remoendo o baú onde se depositavam as roupas recebidas pela Casa Nem a título de doações, até o momento em que se interessaram ao mesmo tempo por uma mesma calça. Beatriz provocou Lucas: “Você não briga com travesti, você não sabe o que é essa raça. Elas por elas”. Lucas revidou: “Eu também sou uma, amor, sou uma *bixa travesty*, segura essa marimba, joga pra academia essa”.

Eu logo o questioneei quanto à procedência do termo, e essa minha abordagem foi interpretada de forma um tanto quanto negativa por ele, que, por sua vez, começou a traçar sua história de vida permeada por caminhos tortuosos e lembranças traumáticas. Lucas contou que é de São Paulo, relatou ter agredido a ex-mulher, e que tem em Indianare uma referência travesti. Começou a ouvir o som da Linn da Quebrada, travesti, artista e compositora da música intitulada “*Bixa travesty*”<sup>186</sup>.

---

<sup>186</sup> Íntegra da letra da música “*Bixa travesty*” de Linn da Quebrada:

Eu já cansei de falar / Já perdi a paciência / Você finge não escutar / Abusa da minha inteligência

Mas eu tô ligada / Seu processo é muito lento / Vou tentar te explicar mais uma vez o fundamento

E se você não aceitar / Pode doer / Pode machucar / Que eu nem lamento / Vai!

Bixa travesti, de um peito só, o cabelo arrastando no chão / E na mão sangrando, um coração  
Bixa travesti, de um peito só, o cabelo arrastando no chão / E na mão sangrando, um coração

“Eu to estudando para entrar na academia, e eu sei que eles vão me oprimir por uma ótica cisgênera. A única coisa que eu vim aqui foi para me preparar. Sei que vocês são racistas e eu to cagando. Sei que vocês são transfóbicos, e eu to cagando. De transfóbico eu vou esperar transfobia. De racistas eu espero racismo. Quero falar de sexualidade, do clitóris de Tia Elena<sup>187</sup> na antropologia. Eu quero ressignificar, eu vou aprender Foucault porque eu tenho que entrar nesse caralho para mostrar que tá tudo errado. Porque senão vou ver palestras porque homem preto tem medo de homem preto, porque trans tem que ser normativo para ser aceito. E nós estamos em 2018 e tem necessidade de ainda entender esse estágio. A Solange<sup>188</sup> deu uma aula aqui com uma caixinha de fósforo na aula de fotografia. Foi a melhor reflexão do curso, porque ninguém sabia o que significava e a Solange não tem obrigação de explicar. Acabou, agora a linguagem é nossa. Se vocês quiserem, que vocês se adaptem. A gente tá em todos os espaços, a gente brota nos espaços que incomoda a gente, e a academia agora tá me incomodando. A gente pode entrar namoralzinha ou mostrando a que veio. Eu desprezo todos, eu me basto, tanto por bem quanto por mal, mais um dia vivo. E com uma calça da Calvin Klein e R\$ 4 no bolso. E nêgo ainda tentando entender o que é bixa travesty.”<sup>189</sup>

A leitura da composição de Linn da Quebrada trata justamente do sentimento causado em Lucas a partir da minha curiosidade a respeito do conceito da expressão. Tive a impressão de que o meu questionamento foi interpretado menos como uma indagação ingênua, e mais como uma tentativa de conformar, estabelecer fronteiras, definições, colocar as coisas definidas “numa caixinha”. Algo semelhante à reação causada em pessoas trans quando interrogadas a respeito da distinção entre os termos travestis e transexuais<sup>190</sup>. Em suma, situações que revelam uma cultura normativa que se configura como uma manifestação de opressão, por isso, a maior

---

O lance é muito simples / Não tem nenhum mistério / Pode ir saindo com o pau entre as pernas / Acabou o seu império

Tô vendo de camarote o fim do seu reinado / Rindo muito da sua cara de cãozinho abandonado

Na verdade, eu mudei de ideia / Te fiz uma bela surpresa / Quando tiver indo embora, não esquece!, deixa seu pau em cima da mesa / Vai!

Bixa, travesti, de um peito só, o cabelo arrastando no chão / E na mão sangrando, um coração

Bixa, travesti, de um peito só, o cabelo arrastando no chão / E na mão sangrando, um coração

Bixa, só / Trava, só / Bixa, só / Trava, só / Bixa, só / Trava, só / Só

<sup>187</sup> Nome fictício de uma ocupante, travesti não-operada, o que dá contornos irônicos e sarcásticos ao comentário de Lucas frente ao conhecimento produzido e derivado da *cisheteronormatividade*, posto que, por esta epistemologia, não seria possível afirmar que o corpo de uma travesti não-operada é constituído por um clitóris.

<sup>188</sup> Nome fictício de uma ocupante, travesti e sobre cuja trajetória de vida comentei no item anterior.

<sup>189</sup> Depoimento de Lucas construído mediante alguns áudios e anotações feitas por mim no curso da vivência na ocupação, e não exatamente no formato de uma entrevista.

<sup>190</sup> Por oportuno, retomo a explicação exposta na nota de rodapé nº 10:

A diferenciação entre os termos “travestis” e “transexuais” costuma ser interrogada por pessoas cisgêneras, isto é, pessoas não-trans. Isto, por si, implica uma escusa legítima por parte do movimento identitário em explicar a distinção. De toda forma, cumpre esclarecer que há distinções entre os termos, os quais, de forma genérica, podem se resumir na compreensão da travestilidade como um terceiro gênero, enquanto a transexualidade se limitaria às identidades de gênero conformadas aos masculinos/femininos. De acordo com Amara Moira, “o termo “transexual” é um termo de origem médica, de certa forma mais “bem aceito” pela sociedade. Por se tratar de uma “entidade clínica”, as pessoas começam a ver a pessoa transexual como “não tendo culpa” de serem diferentes. Já o termo “travesti” é cheio de (pre)conceitos atrelados, como se fossem “culpadas” por expressarem abertamente suas fantasias sexuais, como se a visão de uma travesti remetesse à impureza, à promiscuidade, ao pecado”. Mais informações disponíveis em <http://julianagabriel.com.br/entrevista-amara-moira-e-se-eu-fosse/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

rejeição aos corpos dissidentes, e, em contrapartida, a maior recusa destes frente a este tipo de abordagem.

### **3.3 As idas e vindas do oficial de justiça: o processo judicial e o cotidiano da ocupação**

Em 16 de julho [2018], cheguei na ocupação para mais um dia de aula e encontrei Indianare, que me avisou sobre o oficial de justiça e a intimação para que as ocupantes deixassem a Casa no prazo de quinze dias corridos. A intimação já era esperada há algum tempo, e, desde que se tornou um boato mais concreto, fez com que algumas moradoras já partissem. Àquela ocasião, a ocupação contava com cerca de quinze moradoras, num contexto em que já abrigou quarenta e duas pessoas. Ao mesmo tempo, a rotatividade do espaço fazia com que sempre houvesse interesse de novas pessoas para ocuparem a Casa.

Não havia muitas perspectivas para a mudança das ocupantes, cada qual com a sensação de ter que se virar por conta própria numa cidade que não dá muitas chances e possibilidades de existência àqueles corpos. De outro lado, eu, imbuído de todos os privilégios diante de tanta precariedade: Fabiana, em busca de uma rede de solidariedade que pudesse arcar com os custos da passagem aérea de volta para Manaus; Bruno, que enfim conseguiu cumprir com as burocracias para ter o direito à cirurgia de remoção das mamas, mas que ansiava por uma data definitiva ainda não marcada; Aline, que estava, assim como tantas outras, sem perspectivas de lugar para onde ir, decidiu se mudar para Belo Horizonte, cuja compra da passagem de ônibus foi possível graças ao ID jovem, que dá ao direito de pagar somente pela taxa de embarque. Além disso, as *alunes* compartilharam comigo um fato então desconhecido, o de que as notícias a respeito da entrega do imóvel não eram transmitidas às ocupantes de forma clara e organizada por parte do *corpo operativo* da ocupação, de modo que acabavam se inteirando das notícias por meio de “telefone-sem-fio”, isto é, “pescando” fofocas, boatos, informações picadas, reunidas numa espécie de quebra-cabeça.

Dada a conjuntura da intimação para a desocupação, enfim estudei o processo judicial nº 0431587-11.2016.8.19.0001, em tramitação pública (sem sigilo) perante a 34ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, sob a titularidade do Juiz de Direito João Marcos de Castello Branco Fantinato.

Cuida-se de uma Ação de Rescisão Contratual, Despejo e Cobrança com pedido liminar, ajuizada em 17 de dezembro de 2016 pelo locador proprietário do imóvel situado à Rua Morais e Vale, 18, em face dos locatários, um total de quatro pessoas físicas que integraram o Coletivo Nuvem, dentre os quais Maria Izabel Zarzuela, a autora do dossiê referenciado nesta

dissertação<sup>191</sup>. Indianare não foi incluída como Ré, sob o argumento de não figurar o contrato de locação, o que a tornaria supostamente ilegítima e sem interesse jurídico no feito.

Os fundamentos que deram ensejo à ação foram (i) os débitos de alugueres em aberto, cuja memória de cálculo atualizada supera o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); seguido do (ii) pedido de exoneração da fiança do referido contrato de aluguel, não tendo sido substituída por qualquer outra garantia pelos locatários, configurando a hipótese para a rescisão do pacto conforme a cláusula contratual; e (iii) a possibilidade de se requerer “denúncia vazia” após o término do prazo contratual previsto, mediante notificação prévia por parte do locador aos locatários com antecedência mínima de trinta dias<sup>192</sup> (Anexo 01).

As duas contestações protocoladas pelos quatro Réus foram ambas no sentido de anuência ao pedido liminar para a desocupação do imóvel, mesmo porque nenhum deles detinha a posse do imóvel de fato, haja vista a superveniência da fundação da Casa Nem, e a ocupação do imóvel pela Indianare e demais ocupantes<sup>193</sup>.

Dada a não inclusão de Indianare como Ré, em 25 de julho [2017], Maria Eduarda, primeira advogada trans da seccional do Rio de Janeiro da OAB e apoiadora voluntária da Casa Nem, protocolou petição requerendo o ingresso de Indianare no processo na qualidade de *terceira interessada*<sup>194</sup>, e a concessão de prazo formal para se manifestar em Contestação, uma vez que havia um lapso de sete meses contados a partir da data de ajuizamento da ação (Anexo 02).

Faço um parêntese oportuno a fim de ressaltar os elementos corpóreos da petição, posto que carregada de signos e inscrições referentes ao transfeminismo:

---

<sup>191</sup> O dossiê está disponível em <https://isabelzarzuela.wixsite.com/dossiergolpenuem>.

<sup>192</sup> Lei 8.245/1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos.

Art. 46. Nas locações ajustadas por escrito e por prazo igual ou superior a trinta meses, a resolução do contrato ocorrerá findo o prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso.

§ 1º Findo o prazo ajustado, se o locatário continuar na posse do imóvel alugado por mais de trinta dias sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação por prazo indeterminado, mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.

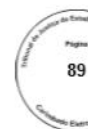
§ 2º Ocorrendo a prorrogação, o locador poderá denunciar o contrato a qualquer tempo, concedido o prazo de trinta dias para desocupação.

<sup>193</sup> A narrativa a respeito deste episódio consta no subcapítulo 2.2 *A fundação da Casa Nem, ocupação-identitária*

<sup>194</sup> Código de Processo Civil. Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.

Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.





EXMO SR DR JUIZ DE DIREITO DA 34ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ

Processo 0431587-11.2016.819.0001

**INDIANARA ALVES SIQUEIRA** ( nome social), cujo nome de registro é SERGIO ALVES SIQUEIRA, brasileira, solteira, portadora da carteira de identidade nº3058915-0, inscrita no CPF sob o nº 941535749-53, residente e domiciliada na Avenida Santa Cruz 9833 casa 04- Santíssimo – Rio de Janeiro – RJ, vem por sua advogada Dra. Maria Eduarda Aguiar da Silva, pedir ingresso como **TERCEIRA INTERESSADA** pelos motivos que passa a expor.

Figura 26: cabeçalho da petição protocolada por Maria Eduarda, primeira advogada trans da seccional do Rio de Janeiro da OAB, pela qual Indianare requereu o ingresso na Ação de Despejo.

Maria Eduarda é um contato de importância fundamental para a ocupação, prestando seus serviços a título *pro-bono*, mantendo uma relação de amizade e de afeto com as pessoas de lá. Sua carreira como advogada é também pautada por sua militância, imbuída do objetivo de disputar narrativas trans em contextos e conjunturas em que impera uma *ideologia sacionormativa capitalista*, incluindo-se o direito. O cabeçalho da petição em destaque é um exemplo do que estou tratando, embora também diga respeito a uma *práxis* compartilhada no meio da advocacia, em que os grandes escritórios igualmente imprimem seus respectivos timbres, chamando a atenção para *quem* está defendendo aqueles termos de direito. Esta postura é curiosa, principalmente considerando o contexto jurídico-legal, que roga a universalidade e equidade do direito, de acordo com o discurso de tratamento igualitário entre os indivíduos encampado no *caput* do famigerado artigo quinto da Constituição Federal<sup>195</sup>. Curiosa porque, uma vez pautado na premissa da universalidade e equidade, não haveria por que, ao menos em tese, os patronos quererem se individualizar. Formulo esse problema não para conferir respostas

<sup>195</sup> Constituição Federal. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;



prontas desde já, mas sim no sentido de suscitar essa perspectiva no leitor na leitura crítica que farei daqui pra frente.

Ademais, é preciso justificar que, embora comunguem da *práxis* de anunciar o patrocínio da causa no cabeçalho, há mais dissidências do que semelhanças entre as partes da lide em análise. A manipulação da língua portuguesa foi um outro elemento que despertou a minha atenção, pois revela um abismo entre os dois patronos: a escrita de Maria Eduarda destoa dos padrões normativos formais da língua, que, por outro lado, são apropriados com propriedade pelo advogado do Autor-locador, o que certamente decorre de uma conjuntura conformada por *privilégios* no que tange ao *acesso à educação formal*, e, por consequência, *oportunidades no mercado formal de trabalho*. Faço esta observação menos no sentido discriminatório, e mais numa tentativa de construir os caminhos das pedras enfrentados por Indianare em sua defesa jurídica no processo, em que se inclui a *performance* dos patronos (a minha, inclusive), que, em linhas gerais, baseia-se na defesa dos direitos sociais coletivos em detrimento do direito particular à propriedade privada. Este caminho tortuoso confere margem para denunciar a falácia do direito e da própria Justiça como elementos supostamente neutros e imparciais, correspondendo mais à *colonialidade* como reflexo do capitalismo no Estado democrático de direito na atualidade. Acredito que esta percepção ficará evidente mediante a construção da narrativa em torno da jurisdição no processo em análise.

Fecho o parêntese preliminar e retomo a narrativa do processo: em 9 de agosto [2017], o Juiz indeferiu o pedido de ingresso de Indianare no feito, sob o fundamento de quatro linhas, no sentido de que a hipótese se tratava de “sublocação não autorizada pelo contrato”, determinando, em seguida, a desocupação da Casa, “considerando a concordância de todas as partes” (Anexo 03). Disso se depreende, desde já, uma premissa contratualista do entendimento do Juiz, limitado às cláusulas dispostas pelo instrumento particular, a ver pelo entendimento de quem seria parte legítima para figurar a lide, não se importando com a configuração dos fatos em si.

Por conta disso, a inclusão de Indianare como parte no processo foi levada à Segunda Instância do Tribunal de Justiça, mediante a interposição de Agravo de Instrumento em face da decisão do Juiz, recurso também elaborado por Maria Eduarda. Os fundamentos jurídicos que embasaram o pedido recursal de Indianare foram (i) o fato de que os locatários-réus (membros do Coletivo Nuvem) não detinham mais a posse do imóvel há mais de um ano<sup>196</sup>; e que (ii) Indianare era a possuidora da Casa sem ter havido qualquer resistência ou mesmo notificação

---

<sup>196</sup> Período equivalente ao intervalo entre a fundação da Casa Nem em março de 2016 à interposição do recurso, em 24 de agosto de 2017.

formal solicitando a desocupação do imóvel<sup>197</sup>, devendo, por isso, (iii) ser reconhecida como parte legítima para figurar o processo e exercer o seu direito ao contraditório e ampla defesa<sup>198</sup> mediante deferimento de prazo específico a este fim; e (iv) requerendo também a concessão de efeito suspensivo recursal a fim de suspender o mandado de despejo (Anexo 04). Como prova, Maria Eduarda juntou comprovantes de pagamentos dos alugueres de abril/2016 a março/2017, e histórico de *e-mails* trocados com a imobiliária sobre o assunto, em que consta a indicação de dados bancários para pagamento. Isto robusteceu a alegação de que, embora vedada, a sublocação acabou sendo consentida pela outra parte, corroborando, em igual medida, a alegação de que não houve resistência à posse do imóvel por Indianare.

Em 30 de agosto [2017], a Desembargadora Relatora Teresa de Andrade Castro Neves reconheceu os pressupostos para o deferimento do pedido liminar, declarando, monocraticamente, (i) o interesse jurídico de Indianare no processo, com fundamento no artigo 119 do Código de Processo Civil, já referenciado; bem como (ii) suspendendo o cumprimento do mandado de despejo (Anexo 05). Posteriormente, em 10 de maio [2018], a Desembargadora Relatora revogou em parte a decisão proferida, com fundamento na mora no pagamento dos alugueres. Ato contínuo, determinou a inclusão de Indianare no processo de origem, concedendo prazo de quinze dias para se defender e purgar a mora, sob pena de restabelecimento da ordem de despejo (Anexo 06)<sup>199</sup>. Em 6 de fevereiro [2019], realizou-se a sessão de julgamento do Agravo de Instrumento pela Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça, em que, cingindo-se a controvérsia à possibilidade de ingresso de Indianare no processo, deu provimento ao recurso, confirmando a liminar tal qual proferida (Anexo 07).<sup>200</sup>

<sup>197</sup> Os detalhes a respeito desse fato foram esmiuçados na narrativa da fundação da Casa Nem, devidamente sustentada no subcapítulo 2.2 A fundação da Casa Nem, *ocupação-identitária*.

<sup>198</sup> Constituição Federal. Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

<sup>199</sup> Embora o recurso tenha sido interposto após a minha imersão em campo, eu não participei da construção do Agravo de Instrumento, pois à ocasião ainda não tinha familiaridade e intimidade o suficientes com Maria Eduarda. Estrategicamente, considerando o meu lugar de fala, associado aos meus privilégios como homem, cisgênero e *gay*, tive o cuidado de não soar arrogante, ou mesmo desrespeitoso ao intervir no feito, o que poderia ser mal interpretado, principalmente em se tratando da autonomia de Maria Eduarda como mulher trans e advogada principal do processo. Com o tempo, fui imergindo no campo de forma gradual, a ponto de conquistar espaço para que eu pudesse efetivamente contribuir na defesa do processo.

<sup>200</sup> Eu não compareci ao julgamento do recurso pelo colegiado, mesmo porque a sessão ocorreu em fevereiro de 2019, após o cumprimento do mandado de despejo da ocupação, em 5 de dezembro de 2018, de modo que não mais subsistia nenhuma tentativa de defesa. Igualmente, a discussão no recurso se limitou à análise do direito de Indianare figurar como parte Ré no processo de origem, o que foi efetivamente cumprida, ainda que limitada aos aspectos formais, conforme melhor análise por mim elaborada na narrativa que se seguirá.

Em paralelo, em 14 de maio [2018], o Juiz de origem cumpriu com a ordem liminar proferida pela Desembargadora Relatora, determinando a inclusão de Indianare como parte no processo, concedendo o prazo de quinze dias para sua defesa. Maria Eduarda protocolou os termos da Contestação de Indianare em 16 de junho [2018], requerendo (i) a concessão à gratuidade de justiça; (ii) atacando a memória de cálculo fornecida pelo Autor-locador como elemento impeditivo para a purga da mora, pois o valor cobrado estaria equivocado; (iii) enfatizando a questão da sublocação consentida pela imobiliária; (iv) abordando o Prepara Nem como um projeto de cunho social de repercussão social, comprovando com notícias veiculadas na *internet*; e (v) alegando não ter sido notificada a respeito da substituição de garantia exonerada pelo fiador do locatário formal do contrato<sup>201</sup>, o que seria um óbice legal impeditivo da concessão da liminar<sup>202</sup> (Anexo 08).

Por sua vez, a Réplica do Autor-locador foi protocolada logo em seguida, em 20 de junho [2018], num intervalo extremamente curto de quatro dias, dispensando o formalismo na intimação. Na petição, rechaçou-se os argumentos técnicos tendo por fundamento o contrato de aluguel, e, sobre o Prepara Nem, alegou a destinação do imóvel “diversa do afirmado pela Contestante, sendo utilizado como palco para festejos e comitê político da Contestante e que se vale das questões de gênero como meio de angariar votos para sua plataforma política/partidária, aproveitando-se das mazelas humanas e da boa-fé de nicho populacional carente e desassistido pelo Poder Público para isso” (sic) (Anexo 09).

A jurisdição foi igualmente extremamente ágil: em 25 de junho [2018], o Juiz apreciou os argumentos da Contestação e da Réplica, (i) intimado Indianare a juntar comprovantes de renda para apreciar o pedido de gratuidade de justiça, sob pena de indeferimento; (ii) renovando a ordem para a desocupação do imóvel com fundamento único a ausência da purga da mora<sup>203</sup>; e (iii) intimando as partes a se manifestarem em sede de provas (Anexo 10).

---

<sup>201</sup> Lei 8.245/1991. Art. 40. O locador poderá exigir novo fiador ou a substituição da modalidade de garantia, nos seguintes casos:

Parágrafo único. O locador poderá notificar o locatário para apresentar nova garantia locatícia no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de desfazimento da locação.

<sup>202</sup> Lei 8.245/1991. Art. 59. Com as modificações constantes deste capítulo, as ações de despejo terão o rito ordinário.

§ 1º Conceder - se - á liminar para desocupação em quinze dias, independentemente da audiência da parte contrária e desde que prestada a caução no valor equivalente a três meses de aluguel, nas ações que tiverem por fundamento exclusivo:

VII – o término do prazo notificador previsto no parágrafo único do art. 40, sem apresentação de nova garantia apta a manter a segurança inaugural do contrato;

<sup>203</sup> “Tendo em vista que a contestante não procedeu à purga da mora, expeça-se mandado de notificação para desocupação voluntária no prazo de 15 (quinze) dias. Após, expeça-se mandado de despejo.”

A questão da purga da mora deriva do art. 62 da Lei 8.245/1991, que assim dispõe: “Nas ações de despejo fundadas na falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação, de aluguel provisório, de diferenças de aluguéis, ou somente de quaisquer dos acessórios da locação, observar-se-á o seguinte:

Dos andamentos processuais expostos derivam algumas percepções: entre idas e vindas, a morosidade na tramitação do Agravo de Instrumento, cujas decisões foram de forma geral favoráveis à ocupação, repercutiu de forma positiva ao prorrogar o tempo de permanência da Casa Nem, na medida em que a ordem suspendendo o cumprimento do mandado de despejo foi proferida em 30 de agosto de 2017 pela Desembargadora Relatora, permanecendo vigente até a ulterior decisão pela inclusão de Indianare no feito de origem, condicionada à verificação da purga da mora, o que efetivamente foi concretizada após o protocolo da Contestação e a renovação da ordem de desocupação pelo Juízo de origem, em 25 de junho de 2018. Ou seja, em um intervalo de dez meses.

Isto é, um elemento tido como entrave à concretização da justiça e que viola, inclusive, a garantia fundamental a um processo razoavelmente célere<sup>204</sup>, foi apropriado de forma fundamental à permanência e resistência da ocupação em detrimento da propriedade privada. Pode-se considerar um êxito, um *agenciamento*, principalmente contextualizado em uma situação em que as engrenagens jurídicas, da forma como foram operacionalizadas, não tiveram o condão de alterar a estrutura do *status quo*, ao mesmo tempo em que corporificou um movimento contramajoritário, uma vez que, na prática, prorrogou-se o prazo para a desocupação pelo período de dez meses, ainda que de maneira não intencional.

Em contrapartida, a agilidade na tramitação do processo de origem é algo a se enfatizar, tendo como referência a tramitação do próprio Agravo de Instrumento. Do referido cotejo, é possível perceber que o recurso demandou um ano e seis meses para ser julgado em definitivo pela Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça, enquanto, na Primeira Instância, a análise da Contestação, Réplica e a renovação da ordem para a desocupação da Casa Nem ocorreu no prazo exíguo de dez dias, o que é algo completamente fora da praxe judiciária.

O descompasso e a desproporcionalidade são evidentes, e disso se infere como a Justiça não está imune aos interesses das partes; igualmente, nos revela o *modus operandi* do acionamento da engrenagem jurídica em prol da propriedade privada. A leitura da legislação

---

II – o locatário e o fiador poderão evitar a rescisão da locação efetuando, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da citação, o pagamento do débito atualizado, independentemente de cálculo e mediante depósito judicial, incluídos: III – efetuada a purga da mora, se o locador alegar que a oferta não é integral, justificando a diferença, o locatário poderá complementar o depósito no prazo de 10 (dez) dias, contado da intimação, que poderá ser dirigida ao locatário ou diretamente ao patrono deste, por carta ou publicação no órgão oficial, a requerimento do locador; IV – não sendo integralmente complementado o depósito, o pedido de rescisão prosseguirá pela diferença, podendo o locador levantar a quantia depositada;”

<sup>204</sup> Constituição Federal. Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

referenciada nas notas de rodapé de nº 200 a 202 corrobora este viés *classista*, haja vista que o legislador editou regras aplicáveis a controvérsias de locações urbanas tendo como eixo unicamente a questão do (in)adimplemento dos alugueres, sequer se importando com a verificação da função social associada à destinação do imóvel. Podemos perceber, com isso, como certos dispositivos jurídicos funcionam para obstruir ou emperrar a eficácia dos direitos constitucionais básicos como a moradia e a dignidade da pessoa humana, consistindo, desse modo, numa zona de indeterminação, onde a exceção ordinária não era algo ocasional, mas constituinte de tais dispositivos (FERNANDES, 2013, p. 96).

### **3.3.1 Uma (falsa) luz no fim do túnel: a percepção do Direito deficitário em torno dos problemas sociais**

Levando-se em conta o exaurimento (i) da questão da ausência da purga da mora dos débitos de locação em aberto, e (ii) da lacuna decorrente do pedido de exoneração da fiança que não foi substituída por outra garantia, fundamentos para a ordem de desocupação da Casa Nem, apostei numa tentativa de abordar o lado social da ocupação de maneira mais enfática. Mesmo porque, durante o período de prorrogação por mais dez meses, não houve alteração substancial no cotidiano da ocupação, no tocante à articulação de outro lugar para onde as ocupantes pudessem migrar com antecedência e de forma planejada. Não se trata aqui de reprovar esta aparente inércia, o que não é o caso. Administrar e gerenciar as vidas de um coletivo grande daquele porte, composto por corpos de múltiplas origens, signos e histórias de vida, é de uma responsabilidade enorme, além de tal postura de permanência naquele imóvel enunciar um outro ponto de vista: no estilo de vida próprio das margens, a continuidade da vida se dá mediante preocupações atinentes ao momento presente, no fio da navalha, é preciso dizer, principalmente ao considerar o coletivo constituído de *vidas matáveis*, vidas expostas à morte.

Nesse sentido, a expectativa em torno da ideia de estabelecer metas e planos a serem cumpridos num intervalo de dez meses beira o impraticável, posto que a máxima de que “não se sabe o dia de amanhã” é um clichê onipresente, cuja premissa de sobrevivência se relaciona intimamente à posição geográfica central da ocupação. Pois, conforme mencionei anteriormente, o local estratégico no centro da cidade do Rio de Janeiro conferia às ocupantes um maior número de possibilidades de se contornar a *exceção ordinária*, ou de tentar escapar das situações de usurpação referentes à *vida nua*. Isto é, a localização central como elemento geográfico que deu corpo à *transgressão* dessa realidade estrutural, mediante as possibilidades

da *arte do contornamento* das adversidades ou de escapar das situações de tensão, disputas, usurpações de direitos (FERNANDES, 2013, p. 160).

Assim, sabendo da quantidade de pessoas assistidas pela ocupação, a retirada das ocupantes naquele contexto sem qualquer outra perspectiva anunciava, desde já, um problema sério e grave referente à destinação daquelas vidas. O curso do processo, da forma como estava sendo praticado pelo Juiz de origem, sequer se importava com o rumo e a realocação das ocupantes, disso se inferindo uma *cidadania* realmente pautada por uma *geometria variável* a depender dos marcadores sociais da diferença, em que gênero, classe social e raça se imbricam de forma conjunta, revelando a produção de precariedade e vulnerabilidade chancelada pelo próprio Poder Judiciário, ou seja, como elemento de Estado neste maquinário.

Esta percepção, inclusive, nos confere margem para desconstituir, empiricamente, o discurso que roga ao Judiciário uma posição de imparcialidade no julgamento dos conflitos sociais, coerente à crítica que fiz a respeito da suposta neutralidade científica no capítulo primeiro<sup>205</sup>, robustecida pela associação preliminar do problema à colonialidade, no subcapítulo anterior<sup>206</sup>. E disso se infere, igualmente de forma empírica, a introjeção de ideologias no nosso processo de constituição enquanto sujeitos, mesmo inconscientemente, eis que tal influência se opera em cadeias discursivas, agrupamentos, campos semânticos e formações discursivas. O que reverbera, portanto, em todas as situações em que o ser humano é parte constituinte, inclusive no campo do direito.

Esclarecidas estas minhas premissas, comuniquei a Maria Eduarda e Indianare sobre a estratégia de enfatizar o desempenho do lado socioassistencial da Casa Nem, cuja procedência seria comprovada em audiência a ser designada para a oitiva de testemunhas que integram a rede de contato da Casa Nem, pedido perfeitamente cabível, eis que vigia a fase processual de provas nos autos, conforme Anexo 09. Para tanto, arrolamos uma lista com oito testemunhas que se dispuseram a prestar depoimento dando conta da pertinência do trabalho desenvolvido pela ocupação. Juridicamente falando, a petição se fundamentou em comandos constitucionais basilares, como o cumprimento da função social da propriedade<sup>207</sup> e dos princípios constituintes

---

<sup>205</sup> Refiro-me, em específico, ao subcapítulo “1.2.2 Do corpo da dissertação – elementos da pesquisa militante”

<sup>206</sup> Refiro-me à problematização referente à defesa de Indianare, nitidamente deficitária em comparação à da outra parte, revelando um contexto em que a universalidade e equidade vigente no discurso do direito não subsiste a qualquer sopro de contestação, tratando-se, pois, de fronteiras não-imunes à colonialidade, aqui entendida como reflexo do capitalismo no Estado democrático de direito na atualidade.

<sup>207</sup> Constituição Federal. Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

do Estado de Direito<sup>208</sup>. Igualmente, a necessidade de se observar os objetivos da República<sup>209</sup> e, claro, os direitos sociais<sup>210</sup> (Anexo 11).

Em 23 de julho [2018] me dirigi ao fórum para despachar a petição com o Juízo, ocasião em que soube da ausência do juiz titular, de modo que deveria me reportar ao juiz tabelar, Ricardo Cyfer. Tal fato antecipou uma série de preocupações a respeito da efetividade da medida planejada por mim, principalmente a respeito da cultura de praxe que roga aos juízes em exercício não modificarem de forma substancial o andamento dos processos que não são de sua titularidade, tendo em vista que estão ali na condição de mero substitutos, temporariamente, dada a ausência do titular da Vara. Isto é, de acordo com essa praxe, cuja vigência opera de maneira implícita, nas entrelinhas, o juiz substituto não estaria autorizado a alterar o curso do processo tal qual conduzido pelo juiz titular, sob pena de extrapolar a autonomia limitada àquele exercício de forma provisória e temporária.

Ademais, uma outra questão: um juiz em exercício, ao reverter uma decisão anteriormente proferida pelo juiz titular, estaria suscetível de causar uma instabilidade diplomática, capaz de prejudicar seus interesses pessoais em galgar uma posição mais estável dentro de uma espécie de plano de carreira da magistratura, conquistando a titularidade de um cartório, de uma vara. Convergindo estas premissas aos fatos em questão, essa realidade antecipava a pouca probabilidade de êxito no movimento em que apostamos.

Ainda assim, tive uma outra questão, dessa vez de ordem pessoal: sou um advogado jovem, [à época] 28 anos, de raça parda, e, àquela ocasião, meus cabelos estavam tingidos de loiro, esteticamente conformados fora do padrão *socionormativo* dominante, principalmente no meio do Direito. Ademais, minha atuação como advogado foi de forma autônoma, desvinculada

---

Constituição Federal. Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

II – Propriedade privada;

III – Função social da propriedade;

<sup>208</sup> Constituição Federal. Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

<sup>209</sup> Constituição Federal. Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

<sup>210</sup> Constituição Federal. Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

de qualquer escritório, o que estava implícito em minha petição: desprovida de qualquer timbre no cabeçalho, tratava-se de uma simples folha em branco.

Faço estas observações, pois o contato físico com o magistrado é regido, implicitamente, nas entrelinhas, por uma determinada postura de civilidade, além de uma premissa subjacente a uma lógica capitalista da qual deriva a expectativa em torno de uma “boa aparência”. Isto é, o advogado deve se apresentar sob um parâmetro higienista e elitista específicos, e, para tanto, escolhi um bom terno que fosse discreto, até mesmo para compensar as possíveis impressões reativas às minhas características anteriormente expostas. Estas regras implícitas são ao mesmo tempo nítidas, pois, ao adentrar em um gabinete, percebe-se tanto os secretários quanto o próprio magistrado cumprindo com esta *performance*. Por oportuno, traço o perfil do juiz tabelar: homem, cisgênero, branco, de classe média alta (o que se induz do próprio cargo em exercício, cujo salário é de conhecimento público), isto é, inteiramente conforme o padrão *cis-heteronormativo* potencialmente coerente a uma ideologia igualmente *socionormativa*. Deixo aqui consignada a possibilidade desta percepção conter uma premissa superficial, eis que derivada do contexto próprio da referida *performance*, que é, por essência, raso. Ou seja, trata-se de um pré-julgamento do perfil do magistrado, sem o conhecimento a fundo de suas opiniões pessoais, que fugissem da discussão em torno do processo.

Mesmo ressabiado com as razões expostas, ao despachar a petição tive a impressão de que o juiz tabelar se mostrou razoavelmente aberto à discussão: ele me ouviu atentamente, fez anotações enquanto expunha meus argumentos, elaborou algumas perguntas a respeito do processo, enfim, tivemos uma oportunidade de escuta e troca significativas. Além dos fundamentos de cunho social levantados por mim na petição, o juiz também me questionou a respeito dos valores em aberto, se haveria algum valor incontroverso que pudesse ser depositado no processo. Como fundamento, justificou, com base na situação *em exercício* em que se encontrava, que a decisão de reverter ou revogar uma decisão proferida pelo juiz titular do processo deveria e mereceria estar minimamente fundamentada, sob pena de implicar as consequências presumidas por mim anteriormente.

Eu me comprometi a tentar articular algum depósito junto com Indianare, depositando nos autos algum valor que pudesse sustentar boa-fé da nossa parte. relatei o ocorrido a ela assim que deixei o fórum. Falei também com uma integrante do *corpo operativo* da ocupação, que também compreendeu a necessidade de caucionar o juízo de alguma forma. À noite, fui à Casa Nem para mais um dia de aula, ocasião em que encontrei Indianare e tratamos do assunto pessoalmente. Ela me posicionou a respeito das estratégias para angariar mais recursos, e disse sobre a possibilidade de levantar o equivalente a três alugueres (valor-base de R\$ 5.500,00 por



mês), cujo montante seria proveniente do valor de um edital conquistado através de um dos projetos da ocupação.

Na aula, por sua vez, o astral estava bem melhor em comparação à semana anterior. A começar pela própria Aline, que recebeu uma proposta de Indianare de tocar o projeto de costura da Casa, antes incumbido à Elena. O projeto estava paralisado por falta de proatividade de Elena e Aline viu nessa oportunidade uma chance de se manter no Rio e se reerguer de alguma forma. Tinha, então, desistido de ir para Belo Horizonte. Bruno, que na semana anterior estava bastante cabisbaixo e desestimulado com toda ordem de burocracia no processo da cirurgia para a retirada das mamas, estava mais otimista, na medida em que fatores que mais emperravam o andamento do feito finalmente fluíram em direção ao objetivo. Ana, por sua vez, nos comunicou que sua vida havia mudado radicalmente e que, por isso, não mais poderia comparecer às aulas, sem dar maiores justificativas sobre o ocorrido.

Ao retornar em casa, emiti a guia no valor combinado de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais), e, em paralelo, elaborei uma petição comunicando a procedência do depósito, mas não só: relacionei a vigência da Lei 8.245/1991, que rege as locações urbanas, à própria Constituição, enquanto uma norma constitucionalmente válida. Isto é, defendi a necessidade de aplicação desta lei conforme os mandamentos constitucionais básicos, a fim de assegurar um razoável grau de constitucionalidade das normas no exercício de interpretação das leis. Posto que, da forma como estava sendo colocada em prática no curso do processo, os dispositivos da lei das locações urbanas eram aplicados de maneira dissociada deste arcabouço constitucional, relegando a discussão social como se fosse uma preocupação secundária, menos relevante do que o (in)adimplemento dos alugueres.

Igualmente, enfatizei que o pedido de designação da audiência tal qual formulado não requereu a anuência *ad aeternum* da situação no imóvel da Casa Nem. Considerando o risco de calamidade pública decorrente da liminar, posto que deixaria o coletivo LGBTTTQIA+ em situação de rua, apontei neste fato o grave perigo de irreversibilidade na desocupação, como elemento contrário à concessão da tutela<sup>211</sup>, sugerindo que uma decisão desta natureza fosse proferida ao menos ao final da lide, principalmente em respeito à fase processual de produção

---

<sup>211</sup> Código de Processo Civil. Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

de provas<sup>212</sup>, e, por consequência, em atenção aos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa<sup>213</sup>.

Dada a impossibilidade do valor de três alugueres não purgar a mora, eis que o débito atualizado superava os cem mil reais, também fiz questão de contextualizar o cenário de recursos escassos, justificando a boa-fé de Indianare com o depósito e, em paralelo, com a mobilização tendente a angariar fundos engajando a sociedade civil, exemplificando com a articulação na *internet* de uma campanha de financiamento coletivo<sup>214</sup>, e o que depois veio a se concretizar com a realização de um leilão beneficente à Casa Nem, no âmbito da exposição Queermuseu, o que tratarei com mais detalhes adiante.

Ato contínuo, retornei ao fórum para despachar a petição (Anexo 12). Em que pese o esforço discursivo em emplacar a subjetividade tutelada por elementos positivados de forma objetiva na lei, a decisão proferida pelo Juiz tabelar foi desfavorável à manutenção da ocupação:

Às fls. 131 foi deferida a liminar para a desocupação do imóvel.

Às fls. 136 foi apresentada planilha de débito pela parte autora, no valor atualizado de R\$ 131.392,31.

Alega a terceira interessada, cujo ingresso nos autos foi deferido, estar na posse do imóvel na condição de sublocatária autorizada, já que houve o pagamento de R\$ 62.000,00 diretamente à imobiliária, o que importaria em anuência tácita, sendo que tal montante deveria ser deduzido do saldo devedor supra, reduzindo-se, inclusive, a base de cálculo para a incidência dos honorários advocatícios. Por conseguinte, juntou comprovantes de pagamentos de fls. 148/170.

Em réplica, a parte autora afirma que a mora debitoris subsiste desde fevereiro de 2017 e que os referidos depósitos são antigos.

Reiterada a concessão da liminar de desocupação às fls. 186, considerando a não comprovação da purga da mora.

Às fls. 205, reiteram a parte ré e a terceira interessada o pedido de reconsideração da decisão de fls. 186, para que seja autorizada a manutenção da posse direta do bem, tendo para tanto depositado o valor de R\$ 16.500,00, correspondente a três alugueres.

Decido.

Não se tem dúvida quanto à relevância do argumento relativo à vulnerabilidade social e econômica da parte ré e da terceira interessada. No entanto, a análise jurídica a ser levada a efeito nesse processo deve se circunscrever às regras específicas do contrato firmado entre as partes.

Com efeito, dispõe o artigo 62, II, da Lei 8.245/9, que o locatário e o fiador poderão evitar a rescisão da locação efetuando, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da citação, o pagamento do débito atualizado, com todos os seus consectários.

<sup>212</sup> Código de Processo Civil. Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.

<sup>213</sup> Constituição Federal. Art. 5º -

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Código de Processo Civil. Art. 7º É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

<sup>214</sup> Link de acesso à campanha de financiamento coletivo disponível em <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/nuvem-nem>. Acesso em 6 de março de 2019.

No entanto, ainda que sensível à dificuldade financeira da parte ré e do reconhecido esforço em amortizar o que é possível da dívida locatícia, não foram atendidos os requisitos legais à purga da mora, a saber, o prazo (formal) e o valor (substancial).

Como se verifica pelo teor da regra supra, a purga da mora pode ocorrer até 15 da contestação, o que não se deu. E quanto ao valor pago, ainda que somados os R\$ 62.000,00 aos R\$ 16.500,00, o total de R\$ 78.500,00 não é suficiente para cobrir o débito noticiado de quase R\$ 132.000,00, o qual não fora impugnado, considerando-se, ainda, que tal montante teria que ser atualizado e trazido a valor presente.

Portanto, a despeito da presumida boa-fé da parte ré e da terceira interessada, e em que pesem as dificuldades por que passam, a decisão in casu é estritamente contratual, seguindo a regulação legal - ex vi da lei 8.245/91, pelo que indefiro o pedido de reconsideração para manter a decisão que determinou liminarmente a desocupação. Intimem-se. (Anexo 13)

Como se vê, a decisão do juiz tabelar manteve o entendimento do juiz titular, no sentido de estabelecer uma espécie de hierarquia, em que as cláusulas contratuais seriam preponderantes a qualquer outro fator ou elemento em torno dos fatos, como se a lide estivesse dissociada de um problema social maior; como se o conflito subjacente ao processo não dissesse respeito à uma sociedade fundada sob princípios de Estado de direito e de uma república justa e solidária. Note-se como tal raciocínio evoca a lei de locações urbanas como fonte legítima para sustentar tal posição, como se da objetividade decorrente da vigência desta norma houvesse uma imunidade aos argumentos tidos subjetivos relacionados ao lado social da ocupação, que, no limite, envolve a discussão sobre democracia e cidadania.

Este não é um argumento prolixo e superficial. É preciso desconstituir a percepção do processo como algo externo à vida social, pois a lide, qualquer que seja, decorre de relações interpessoais que envolvem afetos e alguma proximidade na maior parte dos casos, independentemente de as pessoas nela engajadas manterem ou não laços anteriores de parentesco, amor ou amizade. Biroli (2018, p. 53-54) defende o fato de sermos vulneráveis em alguma medida e, por isso, dependentes de *cuidado*, como elemento *comum*, capaz de firmar *laços de solidariedade*, conclamando uma abordagem *prioritária* deste problema político de *primeira ordem*. Capaz, por sua vez, de fundar uma perspectiva ética fundada no *cuidado*, permitindo avaliar o caráter da *democracia*, tendo como referência o provimento *igualitário* e adequado de cuidado a todas as pessoas, estabelecido como *ético-política* ao *neoliberalismo*, aqui entendido como produto e reflexo do que vem a ser *colonialidade*.

A problematização da decisão relacionada à democracia não se trata de um argumento forçado, eis que subjacente a esta discussão. Pois, a despeito de se expressar em nível das grandes organizações políticas e sociais, a democracia só se consolida, só ganha consistência, se existir no nível das subjetividades dos indivíduos e dos grupos, em todos os níveis moleculares, incluindo-se o processo judicial, posto que fundado a partir de uma lide decorrente

de relações interpessoais. Concordo com Rocha (2014, p. 63) ao afirmar que negar a micropolítica é recusar que o sistema do real é produzido subjetivamente, fazendo vista grossa ao fato de que desta omissão se perpetua uma realidade social estereotipada, não admitindo a desestruturação dos espaços simbólicos estabelecidos, bem como novas estratégias de vida, em cuja via o *cuidado* emerge como uma questão de *ordem democrática*. Para se compreender esta chave, deve-se admitir as relações interpessoais estruturadas em determinados padrões correntes de sociabilidade e solidariedade, os quais não estão dados; pelo contrário, são frutos de uma concepção restrita da política, por isso mesmo revelando se tratar de uma política humana, *intersubjetiva*, em que se inclui o direito.

O que estou querendo enfatizar é a *processualidade do sistema do real*, em que se inclui o direito. Para tanto, deve-se assimilar o fato de que o ser humano produz o mundo em todos os sentidos e nuances para logo em seguida experimentá-lo como algo distinto, diferente dele. O *direito* é parte constituinte deste processo: resulta de normas produzidas por um legislador e sancionadas pelo Estado, corporificado por um representante Executivo; ganha contornos de uma realidade objetivada que influencia a constituição do homem por meio do processo de socialização. Quer dizer, o *direito*, enquanto *sistema do real*, é produzido por meio de sentidos *subjetivos*, porém é vivenciado de forma *objetivada*<sup>215</sup>, para em seguida atuar *recursivamente* na criação de *novos sentidos* (ROCHA, 2014, p. 58).

Essas observações são pertinentes, pois não é possível analisar as *instituições* em um *paradigma democrático* e continuar desprezando as *políticas de produção subjetiva* que o constituem. Isto é, as instituições são indissociáveis de uma política de subjetividade que estimula uma determinada subjetividade social e, assim, adquirem sustentação por meio do *poder-soberania*. *Direito e soberania* são pensados de forma *indissociáveis* no paradigma político-jurídico atual (ROCHA, 2014, p. 63).

A identificação do direito à soberania, instituindo uma forma de poder que se mantém unicamente pela questão soberana, revela as engrenagens frágeis de tal sustentação, permitindo focar na materialidade que permanece intocável pela aparência da objetividade. O efeito deste desnudamento é justamente a compreensão de que não há uma única fonte do que vem a ser o direito; há mais uma maneira de se contar determinada história (ROCHA, 2014, p. 79, 81-82).

Convergindo tais premissas mais uma vez ao caso em estudo, o que quero enfatizar é a necessidade de problematizar as decisões proferidas no sentido de determinar a desocupação

---

<sup>215</sup> Entende-se por objetividade a experimentação de algo como existindo por cima e além dos indivíduos, como se possuíssem realidade própria, realidade com a qual os indivíduos se defrontam na condição de fato exterior e coercitivo (ROCHA, 2014, p. 58).

do imóvel da Casa Nem, posto que fundamentadas exclusivamente na soberania e preponderância da Lei 8.245/1991 ao caso concreto. Os dispositivos constitucionais passaram despercebidos no curso do processo, revelando elementos (i) de *alienação constitucional*, simbolizado pela separação do cidadão em relação à cidadania, que é transferida para a normatividade dos direitos e da Constituição, caracterizando-se num *modelo estadocêntrico*; e (ii) de *fetichismo constitucional*, representado pela ilusão, gerada pela concepção moderna da *cidadania passiva* (status de direitos), no sentido de que a cidadania se realizaria plenamente ao ser confiada ao direito e à Constituição. Dessa forma, revela-se a *falsa igualdade* entre os homens alegadamente instituída através da cidadania – existente só no plano formal da lei –, pois, por mais universais e efetivos que sejam os direitos constitucionais, não rompem com a exploração da força de trabalho que gera as desigualdades socioeconômicas e a pobreza generalizada, típicas do sistema capitalista de produção e organização social (BELLO, 2010, p. 528-529).

Ademais, a hierarquia estabelecida, de acordo com a qual haveria a supremacia da lei que rege as locações urbanas na solução da lide, decorre de um *sistema do real* fruto de uma *política humana*, seja por se tratar de uma política *intersubjetiva* em que houve a elaboração de lei pelo Poder Legislativo posteriormente sancionada pelo Executivo competente, seja por ter sido interpretada por um magistrado de direito, de cujos pontos de vista se infere a influência de uma *ideologia capitalista* focada na *propriedade privada*. Esta realidade *intersubjetiva*, por sua vez, é *reificada*, dando contornos *objetivos*, aparentemente imunes a qualquer subjetividade, reduzindo o poder à coação externa aos indivíduos, formando uma estrutura hierarquizada denominada por Rocha (2014, p. 86) de *comando-obediência*, pela qual a força estatal passa a reivindicar uma legitimidade acima de todas as outras.

Ou seja, o *poder-soberania* que se infere das decisões que determinaram a desocupação da Casa Nem não é uma realidade dada, ingênua, mas sim *socialmente produzida* em um universo simbólico específico: ainda que o *poder* não seja uma *coisa*, é reduzida a uma; ainda que o *Estado* não seja uma *máquina*, é pensada como sendo uma. São produções humanas, mas colocadas acima da sociedade e estranhas a ela. Estabelece-se a seguinte implicação: *reificação* do Estado, *abstrairmento* e, subsequente, *universalização* (ROCHA, 2014, p. 90, 93).

O diagnóstico tal qual exposto é útil na revelação da *processualidade* em torno do direito e da própria política, sendo, igualmente, percepções críticas aos limites do que se entende por problemas de democracia, o que nos conclama a assumir a postura de sempre questionar argumentos pautados na *soberania* como algo dado. Ao mesmo tempo em que demonstra a dificuldade de se superar tal arcabouço, posto que fundado em nível *estrutural* na produção

política, de democracia e do conhecimento, das quais o direito é constituinte e constituído. Ora, se a realidade nunca está dada, é preciso se forjar como sujeito dotado de autoria, aberto ao novo, a novas perspectivas e epistemologias. Eu estava justamente num campo vanguardista neste sentido.

### 3.3.1.1 Conclusões parciais

Dada a conjuntura da segunda intimação para a desocupação da Casa Nem, enfim estudei o processo judicial correspondente à ordem então entregue pelo Oficial de Justiça: uma Ação de Rescisão Contratual, Despejo e Cobrança ajuizada pelo locador em face dos locatários que figuraram formalmente o contrato de aluguel do imóvel situado à Rua Morais e Vale, 18.

A inclusão de Indianare como terceira interessada no feito foi requerida ao Juízo de origem sete meses após o ajuizamento do processo, tendo sido indeferida sob o argumento de suposta ilegitimidade por não ter figurado formalmente o competente contrato de aluguel. Por força do recurso de Agravo de Instrumento, o Tribunal reconheceu Indianare como parte legítima para intervir na demanda, com fundamento na sublocação consentida pela imobiliária mediante os pagamentos pontuais de alguns alugueres.

A defesa de Indianare acabou se revelando, desde então, um verdadeiro caminho das pedras para lograr algum êxito, em um cenário estruturalmente desfavorável aos seus argumentos, (i) pela inclusão tardia no processo; (ii) pela jurisdição que interpretou os dispositivos da lei de locações urbanas dissociados dos paradigmas democráticos estabelecidos pela Constituição Federal, em prol da propriedade privada; (iii) pela percepção conjunta de que eu e Maria Eduarda defendíamos direitos sociais em detrimento da propriedade privada, em sentido oposto à ideologia *capitalista* conformada pelo que hoje se denomina *colonialidade*; o que, por sua vez, (iv) ressoava na desproporcionalidade da *performance* dos patronos litigantes, de cujo Autor dizia respeito a um escritório de advocacia de um certo *status* social, enquanto as das patronas de Indianare (Maria Eduarda e eu) eram mais desprivilegiadas, em um contexto em que a individualização dos patronos se opõe à universalidade e equidade vigente no discurso do direito, revelando fronteiras não-ímmunes à *colonialidade* como reflexo do capitalismo no Estado democrático de direito na atualidade. Tais elementos enunciavam a predominância de uma ideologia *socionormativa* específica derivada do capitalismo, com reflexos no campo do direito, denunciando uma *desproporcionalidade estrutural de privilégios* no âmbito do processo.

Em que pese o andamento processual um tanto quanto atípico em Primeira Instância, o que se comprova pela celeridade na tramitação de três atos processuais relevantes (contestação, réplica e ordem para desocupação) no prazo exíguo de dez dias, a morosidade em torno do recurso de Agravo acabou se configurando um *agenciamento* exitoso em favor da ocupação, na medida em que a suspensão do cumprimento do mandado de desocupação prevaleceu durante dez meses, período em que o Juízo de origem nada pode fazer senão aguardar o desenrolar recursal.

Diante da vigência da segunda ordem para a desocupação e considerando o não enfrentamento direto do lado social intrínseco à ocupação, sugeri uma alternativa de provocar uma nova discussão a respeito, requerendo a designação de uma audiência para a oitiva de testemunhas constituintes da rede de contato da Casa Nem. Foi quando tive a oportunidade de despachar o pedido junto ao Juiz tabelar, dada a ausência do magistrado titular, o que, por seu turno, revelou-se um outro percalço, na medida em que a decisão pela desocupação foi confirmada, ratificando a premissa de que haveria uma praxe implícita que roga aos substitutos a manutenção do entendimento dos juízes titulares.

Aguçando um olhar sociológico a respeito da jurisdição prestada no processo, pude perceber a configuração de uma *ideologia* própria da *colonialidade*, tal como exposto, corroborado pela leitura através da categoria de *cidadania de geometria variável*: a denúncia sobre a calamidade pública iminente com a desocupação da Casa Nem, sem qualquer cuidado prévio atinente à articulação de um lugar para onde as ocupantes pudessem ir, não foi o suficiente para sensibilizar o juiz tabelar, que reiterou a prevalência da propriedade privada em detrimento da dignidade humana daquelas pessoas.

Em termos sociojurídicos, a análise das decisões me permitiu visualizar uma interpretação eivada da lei de locações urbanas (Lei 8.245/1991), uma vez que seus dispositivos seriam preponderantes a qualquer outro fator ou elemento em torno dos fatos, acima até mesmo da própria Constituição Federal. Como se a lide estivesse dissociada de um problema social maior, como se o conflito fundante do processo não dissesse respeito à uma sociedade fundada sob princípios de Estado de direito e de uma república justa e solidária. Esta percepção deu margem para explorar a *processualidade do sistema do real* associada à *política*, às concepções de *democracia*, e ao *direito*. Nesse sentido, partindo da premissa de que todos estes elementos são fruto de uma política específica, portanto, produção humana, enfatizei a subjetividade intrínseca a este fato, a fim de ressaltar o processo de *reificação* de tais concepções. Das quais se incluem as normas jurídicas, e que, embora *subjetivas*, são vivenciadas de forma *objetivada*, sustentada pelo *poder-soberania*, reduzido à coação externa aos indivíduos, formando uma

estrutura hierarquizada de *comando-obediência*. Ao reconhecer a *micropolítica* constituinte do *sistema do real* produzido *subjetivamente*, podemos dar um passo além da aparência e questionar as premissas *soberanas* como algo *dado*, desconstituindo a sua *processualidade* ao mesmo tempo nos constituindo como *sujeitos de direito*. Por isso a necessidade de se enfatizar as discussões a respeito de *cidadania* e *democracia* por um viés *subjetivo* neste contexto *aparentemente objetivo*.

A percepção da *soberania* como elemento *autoritário* que anunciou o fim da ocupação em um horizonte não muito distante reverberou de forma *objetiva* no cotidiano daquelas pessoas, algumas tendo deixado a Casa Nem, outras permanecendo pela falta de perspectivas futuras, agarrando-se ao momento presente como o único resquício de que poderiam usufruir do direito constitucional à moradia.

### 3.4 Reunião política nos últimos dias da Casa Nem: a seletividade da democracia

Haja vista a permanência da ordem para a desocupação da Casa Nem, Indianare elaborou um *post* no *Facebook* sobre o fim iminente da ocupação, requerendo ajuda para angariar recursos tendentes a saldar o débito dos alugueres em aberto, mediante uma campanha de financiamento coletivo<sup>216</sup>. Também articulou uma reunião política na ocupação, designada para o dia 30 de julho, fazendo uso do *Facebook* com a criação do evento “Acolhe Nem”<sup>217</sup>. Em linhas gerais, tratou-se de um encontro da rede de contato da ocupação para debater os efeitos políticos em torno do fim da Casa Nem naquele logradouro tão caro e importante ao movimento. Ali estavam presentes pessoas da sociedade civil engajadas à causa, representantes de partidos políticos de esquerda e as ocupantes da Casa.

A conversa sobre o fim da ocupação perpassou a análise crítica de todo o arcabouço exposto nesta dissertação, inclusive reconhecendo a influência negativa decorrente da exclusão de Indianare do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ao fim que se desenhava num horizonte não muito distante. O elemento *transfobia* foi evocado a partir das várias nuances, entendendo-a de maneira constituinte do processo, nas entrelinhas, de forma subentendida, ou seja, ainda que não explicitamente sob uma discriminação contra as identidades trans. Em específico, a

<sup>216</sup> Íntegra do post no Facebook disponível em <https://www.facebook.com/indianara.sophia/posts/535288316888325>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019

<sup>217</sup> Mais informações a respeito da publicização do “Acolhe Nem” na página do próprio evento criada no *Facebook*: <https://www.facebook.com/events/666748653687677/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.



*transfobia* foi visualizada na questão do debate da transexualidade dentro do partido, cuja pauta emergia sempre por um viés da *exotificação*.

Quando a gente pede protagonismo real, ou quando a gente de alguma maneira alcança esse protagonismo, mesmo sem pedir, a fatura vem. E acho muito elucidativo que o debate se dê em torno da questão que é basilar, coluna de classe. O debate que aparece é o debate de pessoas que se organizam em torno de uma classe, são pertencentes àquela classe, e tem os seus representantes, não à toa, cisheteronormativos brancos, organizados e entrincheirados em determinados postos de comando, e que se valem dessa estrutura para garantir que mulheres trans e travestis e pessoas em situação de vulnerabilidade saiam da rua.<sup>218</sup>

A reflexão é bastante proveitosa, e foi aprimorada por outra participante trans do evento, que fez uma provocação à forma como ela entendia a apropriação da pauta trans por políticos cisgêneros (i. e., não contemplados nesta identidade):

A forma com que os partidos estão organizados, entendo que não é interessante resolver os problemas sociais da nossa população, porque se eles resolverem, vão sobreviver de quê? Vão explorar a vulnerabilidade de quem? Para que então eles iam resolver o problema financeiro da Casa Nem? Eles sabem que se ela [Indianare] assumir, ela vai resolver. Quem é que vai sair perdendo? As pessoas [cis(gêneras)] que eram antes procuradas. Quando a gente assume o protagonismo, a gente entende que não é só falar contra a transfobia, é tomar posição real para ser antitransfóbico, para resolver o problema, porque senão a gente fica só assim, “Ah, gente, óh, somos todos coleguinhas. Tá com fome? Vou te dar uma cesta básica”. Eu acho que essas candidaturas trans têm que ter isso muito claro. A gente tem que atacar os problemas que estão e sempre estiveram e ninguém resolveu, porque nunca foi interessante resolver, nem para os governos que eram ditos progressistas. Eles faziam a mediação de alguma forma, mas sempre seguravam a gente ali da forma como eles conseguiam<sup>219</sup>.

Tem sentido distinguir algumas dimensões nestas disputas. Uma delas é a posição relativa dos grupos na determinação de quais necessidades e interesses entram na agenda pública. Outra dimensão corresponde à disputa por conferir sentido às necessidades reconhecidas, quando fazem parte do debate e da agenda política. Nesse caso, Biroli (2018, p. 50) defende ser de fundamental importância saber se os grupos ocupantes da posição de agentes autônomos, vistos como capazes de conferir sentido a suas necessidades, buscam alternativas para atender a essas demandas, ou se outros atores (políticos, religiosos, técnicos) conferem sentido a essas necessidades. Analisando o caso em estudo, extrai-se algumas possíveis respostas, na medida em que pela categoria de *cidadania de geometria variável*, o lugar de desumanização relegado a travestis e transexuais impede de serem vistas e entendidas como agentes autônomos e dotadas de capacidade postulatória no âmbito político, cabendo a defesa

<sup>218</sup> Depoimento de uma representante política de um partido de esquerda presente no evento de despedida da Casa Nem, denominado “Acolhe Nem”. O texto reproduzido foi construído mediante alguns áudios e anotações feitas por mim no curso da vivência na ocupação, e não exatamente no formato de uma entrevista.

<sup>219</sup> Depoimento de outra representante política de um partido de esquerda presente no evento de despedida da Casa Nem, denominado “Acolhe Nem”. O texto reproduzido foi construído mediante alguns áudios e anotações feitas por mim no curso da vivência na ocupação, e não exatamente no formato de uma entrevista.

de pautas relacionadas à *transfobia* em sentido amplo (incluindo acepções de precariedade e vulnerabilidade) a políticos não abrangidos por esta realidade. Daí a importância política da presença nos espaços em que recursos são alocados e políticas públicas são construídas.

Sob essa premissa de perspectiva, outra pessoa presente no encontro fez uma analogia ao caso do Amarildo<sup>220</sup>, uma circunstância fática que também teve a mediação do PSOL, porém de uma forma distinta:

Tanto que no caso do Amarildo o partido correu para fazer um evento para conseguir dinheiro para conseguir uma casa para a viúva do Amarildo, uma casa na favela, etc e tal. E colocou que 69% dessa arrecadação seria para coisas públicas, e só esses 31% seriam para a compra da casa. Mas fazem para determinados, no caso do Amarildo não tinha ninguém que fosse amigo do PSOL, classe média. Aqui não, aqui o problema envolve uma classe média [os membros do Coletivo Nuvem] que se dizia de esquerda e que levantou dossiê na época do combate do transporte público e vários problemas sociais na época do levante do 2013 essas pessoas foram importantes, etc. Eles colocam como essas pessoas foram importantes na luta, mas a luta trans, a causa trans, o partido faz o que? Desenterra a questão da França<sup>221</sup> como um elemento contrário a Indianare, como se isso não fosse fato público e notório.<sup>222</sup>

As falas em destaque são fundamentais numa compreensão crítica-política a respeito do fim iminente da ocupação, pois analisam a posição concreta dos indivíduos nas relações de poder, e das formas que essa posição assume na vivência cotidiana, sendo ao final necessárias para se avaliarem direitos constituídos e disputas por direitos. O que se infere desta reunião é que a baixa efetividade da luta política da causa trans, protagonizada pelas próprias pessoas trans, indica menos um caminho “incompleto”, menos um “desvio” na universalização dos direitos, e mais como algo constitutivo das instituições e das regras informais que organizam as relações de poder (BIROLI, 2018, p. 10, 28). E dessa constatação advém, igualmente, outra evidência da *crise sistêmica do cuidado*, cuja outra vertente, interdependente a esta, foi abordada inicialmente no primeiro capítulo desta dissertação aprimorada, em sequência, no subcapítulo anterior<sup>223</sup>.

<sup>220</sup> Amarildo foi um homem negro, morador da Rocinha, que trabalhava como pedreiro, e que, em julho de 2013, desapareceu depois de ter sido levado pela Polícia Militar para prestar esclarecimentos. O caso teve repercussão política, tendo sido mobilizado como pauta relevante pela esquerda. Mais notícias disponíveis em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/caso-do-pedreiro-amarildo-completa-5-anos-e-familia-ainda-nao-foi-indenizada.ghtml>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

<sup>221</sup> Refere-se ao episódio em que Indianare foi presa na França por ter sido enquadrada como prática de cafetinagem ao alugar apartamentos para prostitutas brasileiras no país. Tal feito, embora de conhecimento público (não-sigiloso) foi evocado à época como uma justificativa tendente a fragilizar a legitimidade de Indianare para figurar como representante político do partido.

<sup>222</sup> Depoimento de terceiro interessado, constituinte da rede de contatos da ocupação, que esteve presente no evento de despedida da Casa Nem, denominado “Acolhe Nem”. O texto reproduzido foi construído mediante alguns áudios e anotações feitas por mim no curso da vivência na ocupação, e não exatamente no formato de uma entrevista.

<sup>223</sup> Refiro-me ao subitem “1.2.3 A gestão dos corpos dissidentes: a vida matável das pessoas LGBTTTQIA+ e a crise sistêmica do cuidado” e “3.3.1 Uma (falsa) luz no fim do túnel: a percepção do Direito deficitário em torno dos problemas sociais”, respectivamente.

A referida interdependência decorre do predomínio de concepções restritas da política, do foco míope das instituições políticas e das disputas entre os atores nos espaços formais de representação, correspondendo ao esfumaçamento do cotidiano, das relações de trabalho e da dimensão macroeconômica das decisões, sobretudo quando se considera seu impacto na vida cotidiana. Com isso, as relações de poder e a interdependência no cotidiano, de um lado, e a atuação de agentes econômicos privados na conformação das instituições, da agenda e das políticas públicas, de outro, podem não ser tomadas como problemas. Abre-se, assim, uma dinâmica entre, por um lado, os fenômenos e os espaços considerados para a análise da democracia e, por outro, as experiências cotidianas das pessoas; e essa distância se acentua quando se trata das experiências dos grupos que têm menor acesso às arenas políticas institucionais (BIROLI, 2018, p.55).

Este contexto revela como capitalismo e *viriarcado* são sistemas distintos, mas que se sobrepõem e incidem um sobre o outro, dentre outras variáveis: as pessoas trans vivem em um mundo no qual não há apenas sexismo, mas racismo, classismo e outras formas de opressão; em um mundo, portanto, onde o problema da diferença é na realidade o problema do privilégio. A lógica interseccional nos faz concordar com Birolí (2018, p. 36) quando afirma que as diferenças se definem na forma de privilégios e desvantagens, tornando nítido que não estamos tratando de uma questão identitária, mas de posições que ganham sentido em hierarquias. Mais uma vez, este viés corrobora a pertinência da categoria de *ocupação-identitária* para entender a Casa Nem, na medida em que converge a luta de classes associada ao gênero, conformadas em uma estrutura racial fundante do Brasil.<sup>224</sup>

Ato contínuo, o encontro do “Acolhe Nem” passou a discutir a pertinência de haver resistência no momento da desocupação da Casa Nem, momento em que intervi para distinguir o feito em dois atos processuais distintos, porém subsequentes: inicialmente, esclareci que a intimação judicial foi para que as ocupantes desocupassem o imóvel de forma pacífica, de modo que, permanecendo no imóvel, emergiria um contexto para o uso de *violência institucional*, por isso entendida como um excesso de força supostamente legítimo. Eis uma conjuntura dotada de uma feição fundante, pela qual o Estado, no exercício da força, busca o fundamento de validade que transformará a violência pura em legítima. A força estatal não se impõe apenas pelo medo, mas reivindicando uma legitimidade acima de todas as outras, algo necessário visto

---

<sup>224</sup> Abordei de forma mais aprofundada o tema da interseccionalidade, isto é, sobre como os marcadores sociais da diferença são acionados em conjunto em circunstâncias de relações de poder, no subcapítulo “1.2.3 A gestão dos corpos dissidentes: a vida matável das pessoas LGTBTTQIA+ e a crise sistêmica do cuidado”.

que o uso da força nua não é capaz de sancionar e reproduzir seu domínio (ROCHA, 2014, p. 89).

Dito isso, Indianare pautou a questão da vulnerabilidade intrínseca às biografias das ocupantes, permeadas por inúmeros episódios traumáticos e por vezes violentos, consignando sua oposição contrária à utilização dos corpos das ocupantes a título de forjar uma resistência de caráter político frente à ordem de desocupação, sob pena de configurar outro contexto potencialmente traumático na vida daquelas pessoas. Como alternativa, discutiu-se também a respeito das possibilidades de articulação com outros movimentos sociais, a fim de dar visibilidade ao fim da ocupação, alarmando a necessidade de existência de um espaço como a Casa Nem. Dada a relação com a luta pela moradia, foi sugerido o MTST, cuja abordagem solicitando o apoio em questão foi também pensada sob o prisma da publicidade:

Sobre o MTST, acho que tem fazer uma conversa política de movimento para movimento. Não só MTST, mas mais amplo, e chamar para conversar: e aí, tá posto lá, são corpos LGBTQI que tão ali, vai chegar junto? Vai tá perto? E usar a estratégia da mídia, colocando um anúncio de que procurado movimento X, este não deu retorno. Porque isso já dá andamento.

Porque assim, chega de hipocrisia, né? A gente sabe o que acelerou esse processo de desocupação dessa casa. É um processo referente a uma casa de ocupação? É, mas esse processo teve um processo corrido a partir do que o PSOL fez com a Indianare, é isso. O PSOL deu para o Judiciário a oportunidade de jogar todos estes corpos nas ruas, então assim. Tem que também colocar as coisas no lugar, dar nomes às vacas e aos bois, porque quando eles colocam a Indianare num lugar de vulnerabilidade política, tá colocando toda a Casa, porque a Indianare não é candidata por ela, e sim representante de um movimento, um segmento, uma galera que aposta nisso. E o PSOL não tinha o direito de fazer isso, e ele fez e deu carta branca para o Estado vir aqui tirar essas pessoas daqui de dentro. Então cabe a nós, que não temos rabo preso, colocar a desocupação na conta de quem tem que colocar, e o PSOL tem esta conta. Essa desocupação tá na conta do PSOL.<sup>225</sup>

Em complemento a esta fala, outro representante da sociedade civil fez um adendo a esta perspectiva:

O que tá colocando em jogo aqui não é nem só como o partido tem sido transfóbico, mas como o próprio Estado tem sido usado como ferramenta para a manutenção de várias coisas. E como eles tão vendo, as pessoas que ocupam aquele lugar estão se beneficiando daquilo ali para a manutenção da própria vida, porque elas tão vendo que a Indi colocou o dedo na ferida. Toda vez que a gente vai num lugar onde a gente critica o lugar por estar ali, eles veem isso como uma ameaça à própria ordem da coisa que eles reproduzem, então estão acabando com isso tudo. A Indi<sup>226</sup> ta na política há quase dez anos, pelo que conversei com ela. É importante ocupar, se empenhar, mas

---

<sup>225</sup> Depoimento de representante da sociedade civil engajada na Casa Nem presente no evento de despedida da Casa Nem, denominado “Acolhe Nem”. O texto reproduzido foi construído mediante alguns áudios e anotações feitas por mim no curso da vivência na ocupação, e não exatamente no formato de uma entrevista.

<sup>226</sup> *Indi*, apelido afetuoso de Indianare.

não podemos ser ingênuo e achar que, por conquistar um espaço/lugar, vai acabar com esse tipo de ódio e de manutenção, porque não.<sup>227</sup>

Da exposição das falas, podemos formular um problema que é o da definição dos critérios a partir dos quais os dilemas morais e os problemas políticos podem ser construídos sem a participação de agentes diretamente envolvidas nessas questões. Pois o que foi abordado até o momento nesta dissertação nos confere certa propriedade em afirmar que a concepção abstrata de direitos é insuficiente ou mesmo perniciososa em alguns casos. Como, então, trazer ao debate as vivências trans e abrir a possibilidade de que nele se definam interesses políticos plurais, imbricados nas posições diferentes e desiguais das pessoas na sociedade, sem a participação ativa dessas pessoas na qualidade de agente político? O evento “Acolhe Nem” foi uma empiria clara ao demonstrar que, pela *perspectiva interseccional*, apreendemos as engrenagens das relações de poder, e também a *seletividade das democracias*.

Findo o encontro, Indianare elaborou um *post* no em sua página no *Facebook*, a título de manifesto em solidariedade e defesa de sua candidatura nas eleições de 2018, publicizando seus sentidos de injustiça derivados deste contexto:

Manifesto em solidariedade e defesa da candidatura de Indianare Siqueira nas eleições de 2018.

A LGBTIfobia, machismo, capacitismo, misoginia, racismo, o patriarcado, estruturam as desigualdades de classes no Brasil. Essas profundas assimetrias se revelam também na vida político-institucional. É LGBTIfóbico, racista, machista, misógino e capacitista o filtro que os partidos utilizam para dizer ao eleitorado quais candidaturas são relevantes. O resultado disso é que a face que governa o país permanece majoritariamente branca e masculina. Apenas 21% dos 513 deputados e deputadas federais eleitos para a atual legislatura são negros e 1 declaradamente gay, e apenas 2 dos 81 senadores e senadoras se declaram pretos ou pardos. Numa corrida desleal, as candidaturas LGBTIs, mas principalmente as de pessoas trans e travestis estão em desvantagem desde a largada, pois é no momento da definição das candidaturas que as desigualdades estruturais começam a atuar para inviabilizar a representação política de uma parcela da população e são as pessoas trans/travestis as mais prejudicadas. Candidatas trans/travestis não têm as mesmas condições do que as candidaturas cisgeneras (pessoas não trans/travestis), que por sua vez recebem todo apoio de partidos políticos. Candidaturas negras, periféricas, de mulheres, LGBTIs e de pessoas trans/travestis sofrem obstáculos enormes, gerando exclusão política dessas pessoas que compõem a nação brasileira como um todo.

O brutal assassinato político da vereadora Marielle Franco expôs a vulnerabilidade político-institucional de figuras LGBTIs, especialmente das mulheres, de travestis e transexuais. Apesar do intuito de nos intimidar, a morte de Marielle Franco não foi em vão e seu legado deve ser reivindicado sobretudo pelas candidaturas LGBTIs, negras e de mulheres nestas eleições de 2018. Para além da retórica, honrar a trajetória de luta de Marielle Franco é efetivamente viabilizar mandatos que amplifiquem vozes LGBTIs, negras e feministas. Assim, endossar uma lógica injusta machista, misógina, racista e LGBTIfóbica que ataca pra indeferir a candidatura de

<sup>227</sup> Depoimento de representante da sociedade civil engajado na Casa Nem presente no evento de despedida da Casa Nem, denominado “Acolhe Nem”. O texto reproduzido foi construído mediante alguns áudios e anotações feitas por mim no curso da vivência na ocupação, e não exatamente no formato de uma entrevista.

uma pute transvestigenera (como ela se define) é assumir que nossas vidas não têm valor real. Portanto, temos o dever de fortalecer e eleger candidatas que lutam contra o genocídio de LGBTIs, pelo acesso à justiça, à saúde e à educação e à vida.

Nós candidatas trans/travestis do PSOL que assinamos este manifesto, trabalhadores, intelectuais, estudantes, moradores das periferias, ativistas da militância LGBTIs, antirracista, de esquerda, do feminismo, do feminismo negro, dos direitos humanos, dos movimentos populares, das lutas contra o genocídio da juventude negra, consideramos necessária e urgente a ampliação do debate e da luta contra a LGBTIfobia, machismo, capacitismo, misoginia, racismo, o patriarcado institucional no interior dos partidos e suas consequências para a representação de pessoas trans/travestis nas instâncias decisórias do Estado. Nós que lutamos para a ampliação do acesso da população trans/travesti na sociedade brasileira nas últimas décadas entendemos que a renovação política só se dará com a eleição de lideranças trans/travestis comprometidas com a transformação social e a inclusão dessa população como um todo em todas as esferas da sociedade e principalmente nos espaços políticos como de decisão como parlamentares. Consideramos necessário e urgente o debate amplo e a luta determinada contra LGBTIfobia, machismo, capacitismo, misoginia, racismo, o patriarcado estrutural e suas consequências em todas as dimensões da sociedade. Acreditamos que esse debate deve acontecer em todos os espaços, de modo a garantir a representação política de travestis e transexuais em 2018.

Mesmo reconhecendo que são as organizações partidárias do campo progressista que têm encampado as bandeiras e ações contra LGBTIfobia, machismo, capacitismo, misoginia, racismo, o patriarcado e as desigualdades, é preciso sublinhar que a desigualdade LGBTIs, mas principalmente de travestis e transexuais atravessa todo o sistema político-partidário, inclusive partidos de esquerda. Por isso, entendemos ser de suma importância que os partidos políticos de esquerda aceitem efetivamente a viabilidade eleitoral das candidaturas pessoas trans/travestis e isso exige que os critérios sejam transparentes, baseados no princípio das ações afirmativas e capazes de corrigir urgentemente as abismais disparidades na sociedade como um todo.

É nesse sentido que nos posicionamos em defesa e em solidariedade à candidato a deputada federal Indianare Siqueira, militante do movimento trans/travestis e de prostitutas quase 30 anos e integrante do PSOL já tendo ocupado cargo de assessora parlamentar que questiona a direção do PSOL do Rio De Janeiro sobre os critérios e a de indeferimento de sua candidatura a acusando de ser agressiva, perigosa e não ter perfil público para representar o partido por essa ter ocupado um espaço e promovido um local de moradia denominado CASANEM, abrigo para pessoas LGBTIs em situação de vulnerabilidade social e que hoje se encontra com dívidas fragilizando esse espaço de acolhida que vem sendo atacado pela justiça brasileira com risco real de despejo judicial para defender a propriedade privada de pessoas burguesas que não sofrem exclusões sociais.

Conclamamos o PSOL e todos os partidos, organizações e militância do campo progressista a promoverem debates e ações concretas no sentido de superarem as barreiras à representação política da população LGBTI, mas principalmente de travestis e transexuais, e que o façam de maneira pública e transparente.

Entendemos que nesse momento de crise da democracia é urgente a renovação política da esquerda brasileira. Temos o dever histórico de fortalecer as candidaturas de travestis e transexuais, especialmente aquelas que têm compromissos éticos e trajetórias vinculadas às lutas pela igualdade social. Entendemos que a candidatura de Indianare Siqueira representa o acúmulo coletivo e histórico do movimento Trans/Travestis, e de diferentes mobilizações por direitos e justiça construídas pela esquerda brasileira. É uma dentre várias candidaturas trans/travestis que podem fazer a diferença e construir alternativas populares, democráticas, inclusivas de luta contra

LGBTIfobia, machismo, capacitismo, misoginia, racismo, o patriarcado para o futuro do Brasil como um país menos desigual e acessível para todes.<sup>228</sup>

Ao final do aludido *post*, Indianare engajava seus seguidores, mediante solicitação para que subscrevessem os termos do manifesto. Como se vê, a potência do encontro “Acolhe Nem” semeou uma discussão fecunda e crítica ao *status quo* entre a rede de contato da ocupação, fortalecendo o argumento de que a baixa efetividade da luta política da causa trans, protagonizada pelas próprias pessoas trans, é parte integrante das instituições e das regras informais que organizam as relações de poder. O que esteve em jogo foi o critério a partir do qual algo é definido como relevante em termos políticos, e, claro, quem foi e é reconhecido como capaz de interferir nos debates. O encontro permitiu a construção e a fundamentação deste viés, dando corpo aos sentidos de injustiça decorrentes da exclusão de Indianare para a disputa eleitoral de 2018, ilustrativo da permeabilidade seletiva das democracias.

A este respeito, Biroli (2018, p. 171-172) chama a atenção para a necessidade de se construir um entendimento mais complexo sobre a *permeabilidade seletiva das democracias contemporâneas*. No tocante ao gênero, a autora defende que se deve considerar as relações de gênero no cotidiano da vida social e os obstáculos informais à participação nos espaços institucionais, tendo em mente que sua posição não se esgota nesta perspectiva, sendo definida em conjunto com variáveis de classe, raça, etnia, sexualidade e geração. Por sua vez, os obstáculos remetem às dinâmicas sociais de desvantagem que se entrelaçam à seletividade própria aos espaços formais de representação, historicamente masculinos – a ver pela conformação masculina e sexista das campanhas e do ambiente político; pelos óbices na construção das candidaturas e para as dificuldades na manutenção de carreiras políticas entre aquelas que passam pelo filtro eleitoral, exatamente o que foi abordado no evento político de despedida da ocupação.

### 3.4.1 A Defensoria Pública como possibilidade de *agenciamento ao sistema*<sup>229</sup>

Retomando a narrativa do processo por um viés cronológico, rememoro que em 27 de julho [2018], o Juiz tabelar proferiu a decisão que manteve a ordem anterior para a desocupação

<sup>228</sup> Sentidos do injusto elaborados por Indianare, após o encontro Acolhe Nem, publicizado em sua página no Facebook, disponível em <https://www.facebook.com/indianara.siqueiraysinaoqueira/posts/1933846329986749>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

<sup>229</sup> *Cistema*: categoria utilizada pelas ocupantes da Casa Nem para se referir ao *modus operandi* do sistema capitalista em conluio com o *viriarcado*, formulando o que se denomina como poder *cisheteronormativo*. Na medida em que a Defensoria Pública tem como missão constitucional a defesa dos vulneráveis, disso se infere a possibilidade ao menos teórica deste órgão desempenhar um agenciamento exitoso frente à manifestação deste poder, que, no caso concreto, se voltava para a ocupação anunciando o seu fim em um horizonte não muito distante.

do imóvel, solapando qualquer expectativa em torno da minha estratégia referente à audiência para a oitiva das testemunhas, a fim de comprovar a pertinência do lado social da Casa Nem. No entanto, ainda apostei na referida estratégia, porém sob um outro enfoque, evidenciando um elemento que a todo tempo esteve evidente: a minha condição e de Maria Eduarda como *advogades autônomas*<sup>230</sup>, representantes de Indianare, defendendo um problema social em busca de contornos públicos para que, assim, fosse reconhecida a devida prioridade ao cuidado para com o coletivo LGBTTTQIA+ tutelado pela ocupação.

A questão que emergiu, então, perpassava o veículo, isto é, o meio pelo qual essa pauta poderia ser defendida de forma mais efetiva, e isso não se relacionava, por sua vez, às nossas capacidades intelectuais. Tratava-se algo situado no âmbito estrutural, em que a nossa *performance* como *advogades* particulares era muito mais associada por um viés individualista, e menos coletivo, tampouco dotado de uma representação institucional. Como então se apropriar deste problema?

Parte da rede de contato da Casa Nem era composta por defensoras públicas engajadas na luta em torno daquela *ocupação-identitária*. Foi quando entrei em contato com elas sugerindo a intervenção no processo judicial. Marquei uma reunião com a defensora alocada no Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, ocasião em que me dirigi ao seu gabinete para tratar do assunto pessoalmente. Expus a situação do processo de forma resumida e sugeri a minha estratégia, que, por sua vez, foi aprimorada pela defensora: a defesa da Casa Nem se daria no âmbito coletivo, e não representando Indianare Siqueira tal como fiz, legitimando a postura da Defensoria Pública como *custos vulnerabilis*<sup>231</sup> em prol de todas as ocupantes, com fundamento legal na Constituição Federal<sup>232</sup>, na Lei Complementar nº

---

<sup>230</sup> Em continuidade à questão da linguagem apropriada pelas travestis e transexuais da ocupação frente ao padrão cisheteronormativo, escrevo *advogades autônomas* no plural desta forma a fim de rejeitar a regra padrão em que o plural é conjugado no masculino, sendo com “e” uma tentativa de neutralidade do gênero também na escrita.

<sup>231</sup> A Defensoria Pública tem como missão constitucional a defesa dos vulneráveis, motivo pelo qual a sua atuação está ligada à presença de alguma vulnerabilidade, coletiva ou individual, econômica, jurídica, circunstancial ou organizacional, e deve ser interpretado o conceito de necessitado a partir da leitura da Constituição com as lentes de princípios hermenêuticos que traduzam sua plena força normativa e que garantam a aplicabilidade do princípio da máxima efetividade das normas constitucionais, o que justifica e fundamenta, inclusive, a atuação como órgão interveniente na condição de *custos vulnerabilis*, para o fiel cumprimento de sua missão constitucional, ou seja, não como procurador judicial da parte (que se encontre suficientemente representado no feito), mas em apresentação da própria instituição Defensoria Pública, em nome próprio e no regular exercício da Procuratura Constitucional dos Necessitados. Mais informações disponíveis em <https://www.conjur.com.br/2018-abr-04/legitimidade-defensoria-intervir-custos-vulnerabilis>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

<sup>232</sup> Constituição Federal. Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.



80/1994<sup>233</sup>, e no próprio Código de Processo Civil<sup>234</sup>.

E assim foi feito: em 31 de julho a defensora protocolou a referida petição solicitando ingresso no feito como assistente da Ré Indianare Siqueira, na qualidade de substituta processual da coletividade composta pela população LGBTTQIA+ abrigada na ocupação. A narrativa construída na petição sedimentou a relação de Indianare com a Casa Nem: ressaltou os serviços de interesse público realizados no âmbito da ocupação, tratando do Prepara Nem, Costura Nem, exemplificando casos concretos de reinserção exitosa na sociedade de algumas ocupantes. A fim de comprovar a afetação pelo interesse público, a petição destacou o reconhecimento dos serviços prestados pela ocupação pela entrega da 30ª Medalha Chico Mendes de Resistência no ano de 2018, em cerimônia promovida pelo Grupo Tortura Nunca Mais<sup>235</sup>, no Teatro Odylo Costa Filho (UERJ).

Ato contínuo, a petição foi instruída (i) por índices e dados alarmantes da violência contra a população LGBTTQIA+; (ii) arrolou o nome das dezessete ocupantes que àquela ocasião ainda estavam abrigadas na Casa Nem, com o propósito de personalizar os efeitos perversos da decisão pela desocupação, violando diretamente os dispositivos constitucionais atinentes à moradia, cidadania, educação, assistência social, ao trabalho, além do direito à não-discriminação; (iii) tratou da insuficiência de vagas nas unidades de acolhimento da Prefeitura, popularmente conhecidos como abrigos<sup>236</sup>, onde, além do mais, é sabido da ausência de cuidado no acolhimento de pessoas transexuais, enfatizando ainda mais a vulnerabilidade em torno das ocupantes.

Ademais, a petição fundamentou a necessidade de reconsideração da decisão à luz do princípio da função social do contrato<sup>237</sup>, lastreado na própria função social da propriedade, e

<sup>233</sup> Lei Complementar nº80/1994. Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras: X – promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;

XI – exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;

<sup>234</sup> Art. 554. A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.

§ 1º No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais, determinando-se, ainda, a intimação do Ministério Público e, se envolver pessoas em situação de hipossuficiência econômica, da Defensoria Pública.

<sup>235</sup> Informações disponíveis em <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/homenageados-chico-mendes/homenageados-2018/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

<sup>236</sup> Informações disponíveis em <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/05/5542580-inverno-antecipado-aumenta-sofrimento-nas-ruas-da-cidade.html#foto=1>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

<sup>237</sup> Código Civil. Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.

no interesse público existente na atual destinação do imóvel<sup>238</sup>, os quais centralizam a interpretação dos negócios jurídicos à sua função social. Dessa maneira, ao considerar a função social do contrato como um novo princípio do direito contratual, estabelece-se uma nova ordem pública contratual, em que os interesses privados envolvidos na liberdade das partes de contratar passam a se atrelar, essencialmente, aos efeitos externos do contrato (TEPEDINO, 2005; HIRONAKA, 1998).

A petição também tratou da Lei nº 9.637/1998, que dispõe sobre a prestação de serviços públicos por organizações sociais, cuja constitucionalidade foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, à ocasião do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1923<sup>239</sup>, em que se reconheceu a possibilidade de cooperação público-privada para que organizações do terceiro-setor tenham fomento público para a realização de atividades que atendam aos interesses coletivos. Dessa maneira, ao assentar a possibilidade concreta e interesse público suficientes, deriva-se o contexto para que o poder público iniciasse negociações com margem para uma possível desapropriação do imóvel da Casa Nem, ou ainda a realocação da ocupação para outro imóvel, com vistas a dar continuidade aos relevantes serviços ali prestados.

Ao fim, reafirmou a necessidade de dar interpretação constitucional aos dispositivos da Lei nº 8.245/1991, que rege as locações urbanas, a fim de que, pelo princípio da função social do contrato e os direitos fundamentais das ocupantes, fosse prorrogado o prazo para a desocupação por mais seis meses, com fundamento no artigo 63, §3º da mesma lei<sup>240</sup>. A petição foi instruída com quinze anexos comprovando todo o alegado referente aos fatos (Anexo 14).

Muito embora a petição promettesse surtir efeito, o juiz titular, João Marcos de Castello Branco Fantinato, proferiu sentença em 3 de agosto [2018], julgando procedente o pedido, aduzindo uma suposta exceção ao prazo disposto pela lei de locações urbanas:

o prazo de 1 ano para desocupação previsto no artigo 63, § 3º, da Lei de Locações visa a proteger “hospitais, repartições públicas, unidades sanitárias oficiais, asilos, estabelecimentos de saúde e de ensino autorizados e fiscalizados pelo Poder Público, bem como por entidades religiosas registradas”, o que não é o caso do terceiro interessado. O fato de acolher travestis e transexuais e desenvolver atividades de

<sup>238</sup> Código Civil. Art. 2.035. Nenhuma convenção prevalecerá se contrariar preceitos de ordem pública, tais como os estabelecidos por este Código para assegurar a função social da propriedade e dos contratos.

<sup>239</sup> Mais informações sobre o julgamento disponíveis em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=289678>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

<sup>240</sup> Lei 8.245/1991. Art. 63. Julgada procedente a ação de despejo, o juiz determinará a expedição de mandado de despejo, que conterà o prazo de 30 (trinta) dias para a desocupação voluntária, ressalvado o disposto nos parágrafos seguintes.

§ 3º Tratando-se de hospitais, repartições públicas, unidades sanitárias oficiais, asilos, estabelecimentos de saúde e de ensino autorizados e fiscalizados pelo Poder Público, bem como por entidades religiosas devidamente registradas, e o despejo for decretado com fundamento no inciso IV do art. 9º ou no inciso II do art. 53, o prazo será de um ano, exceto no caso em que entre a citação e a sentença de primeira instância houver decorrido mais de um ano, hipótese em que o prazo será de seis meses.

educação para os mesmos não o faz merecedor de tal privilégio, pois não comprovou ser “autorizado e fiscalizado pelo Poder Público. Note-se ainda que, de outro lado, a extensão de tal prazo de desocupação só terá o condão de aumentar o débito de aluguéis, em franco prejuízo aos autores (Anexo 15)

Inobstante, em 8 de agosto [2018], o mesmo juiz titular proferiu despacho nos seguintes termos: “Considerando que eventual recurso interposto contra sentença prolatada em ação de despejo por falta de pagamento só deverá ser recebido no efeito devolutivo, expeça-se mandado de despejo, não sendo necessário aguardar o trânsito em julgado” (Anexo 16). A questão do mérito sobre o artigo 63, §3º será criticada mais à frente, cumprindo, por ora, alarmar quanto ao despacho subsequente, a respeito do trânsito em julgado da sentença.

Do despacho em comento, vê-se que o juiz se respaldou na lei de locações, que prevê somente a aplicação do efeito devolutivo ao recurso de apelação<sup>241</sup>, disso se inferindo a premissa do *poder-soberania*, do qual deriva o *comando-obediência*, cuja *processualidade reificadora* desta norma foi devidamente criticada no subcapítulo anterior<sup>242</sup>. Ademais, é certo que de tal dispositivo emana uma ordem contrária à garantia do trânsito em julgado, igualmente positivada no ordenamento jurídico vigente<sup>243</sup>, que estabelece segurança jurídica às relações sociais constituintes dos conflitos dos quais decorrem as lides. O respeito ao trânsito ao julgado é também uma proteção da confiança, ambos como elementos constitutivos do Estado de Direito, fundado com a premissa de que o ser humano necessita de segurança para conduzir, planificar e conformar autônoma e responsabilmente a sua vida (CANOTILHO, 1999).

A interpretação do magistrado sob crítica deve ser entendida em continuidade (i) à percepção do *direito* como *política subjetiva*, como um *sistema do real* fruto de produção humana inclinada à proteção da *propriedade privada*; (ii) disso se infere a pertinência da crítica ao direito por um viés *classista*, que, por sua vez, discursivamente, de forma aparentemente *objetiva*, legitima as posturas em exercício em descompasso com a neutralidade e imparcialidade rogadas ao Poder Judiciário, diante da *universalidade* compartilhada pelos

---

<sup>241</sup> Lei 8.245/1991. Art. 58. Ressalvados os casos previstos no parágrafo único do art. 1º, nas ações de despejo, consignação em pagamento de aluguel e acessório da locação, revisionais de aluguel e renovatórias de locação, observar - se - á o seguinte:

V - os recursos interpostos contra as sentenças terão efeito somente devolutivo.

<sup>242</sup> Refiro-me ao subcapítulo “3.3.1 Uma (falsa) luz no fim do túnel: a percepção do Direito deficitário em torno dos problemas sociais”.

<sup>243</sup> A Constituição Federal prevê como garantia fundamental constituinte do artigo 5º o inciso “LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”, próprio de discussões atinentes à matéria penal. Mas disso não se infere a limitação desta garantia a temas criminais, pelo contrário. No âmbito do Código de Processo Civil, é possível verificar o trânsito em julgado como parâmetro de regulação das lides tuteladas por aquele código, a exemplo dos artigos 77, §3º; 85, §16; 95, §4º e outras vinte e seis referências disseminadas ao longo de todo aquele ordenamento. Do que se infere se tratar de uma garantia ampla, não se circunscrevendo à especialidade do direito penal.

cidadãos, por força do direito à liberdade e à igualdade, conforme *caput* artigo 5º da Constituição, já referenciado.

Ato contínuo, a Defensoria Pública interpôs recurso de Apelação em face da sentença, com pedido de tutela antecipada de urgência<sup>244</sup> (Anexo 17), distribuído por prevenção à Sexta Câmara Cível, sob a mesma relatoria da Desembargadora Teresa de Andrade Castro Neves. Em 16 de agosto [2018], a despeito de também entender pela não aplicação ao caso do artigo 63, §3º da Lei 8.245/1991, “tendo em vista que o imóvel não apresenta as características descritas no dispositivo legal” (sic), a Desembargadora Relatora deferiu parcialmente o efeito suspensivo ao recurso, garantindo a dilação do prazo por mais sessenta dias para a desocupação voluntária do imóvel (Anexo 18).

Em que pese as decisões proferidas pelo Juízo de origem e pela Desembargadora Relatora tenham dado contornos distintos à solução do caso, fato é que comungaram de uma mesma premissa: a suposta exceção ao artigo 63, §3º da lei de locações. Como visto, o argumento suscitado para a não aplicação do dispositivo em questão foi a suposta ilegitimidade da Casa Nem em ser reconhecida como estabelecimento ou mesmo instituição análogos a hospitais, repartições públicas, unidades sanitárias oficiais, asilos, estabelecimentos de saúde e de ensino, em decorrência da omissão do Estado neste contexto. Este argumento deve ser explorado e problematizado. Vejamos o porquê.

Anteriormente<sup>245</sup>, relatei a categoria de *cidadania de geometria variável* à jurisdição do processo em tela, a fim de evidenciar a produção de precariedade e vulnerabilidade chancelada pelo próprio Poder Judiciário, ou seja, como elemento de Estado neste maquinário, mediante o acionamento dos marcadores sociais da diferença. Desta perspectiva, foi possível sustentar a fragilidade do discurso que roga ao Judiciário uma posição de imparcialidade no julgamento dos conflitos sociais, coerente à crítica que fiz a respeito da suposta neutralidade científica no capítulo segundo<sup>246</sup>. Ato contínuo à consideração da *processualidade do direito*, enquanto elemento de ordem *intersubjetiva* posteriormente *reificado* numa aparente *objetividade*, evidenciou-se a conclusão de que o mesmo é fruto da *produção humana*, deixando-se afetar pela introjeção de ideologias no nosso processo de constituição enquanto

<sup>244</sup> Código de Processo Civil. Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo.

§ 3o O pedido de concessão de efeito suspensivo nas hipóteses do § 1o poderá ser formulado por requerimento dirigido ao:

I - tribunal, no período compreendido entre a interposição da apelação e sua distribuição, ficando o relator designado para seu exame prevento para julgá-la;

II - relator, se já distribuída a apelação.

<sup>245</sup> Refiro-me ao subcapítulo “3.3.1 Uma (falsa) luz no fim do túnel: a percepção do Direito deficitário em torno dos problemas sociais”

<sup>246</sup> Refiro-me, em específico, ao subcapítulo “1.2.2 Do corpo da dissertação – elementos da pesquisa militante”

sujeitos, mesmo inconscientemente, eis que tal influência se opera em cadeias discursivas, agrupamentos, campos semânticos e formações discursivas. Consequentemente, tal percepção teve e tem o condão de abalar a égide do *poder-soberania* decorrente e fundante da autoridade do direito, assim entendido como uma realidade dada, naturalizada, e, por isso, uma realidade um tanto quanto ingênua.

A problematização que se coloca por ora continua nos trilhos destas mesmas premissas, pois o fundamento para afirmar a suposta ilegitimidade da Casa Nem na qualidade de prestadora de serviços afetados pelo interesse público se fundou exclusivamente no *poder-soberania* do Estado, que, no caso concreto, não teria autorizado, tampouco fiscalizado a ocupação nestes termos. O que estou querendo provocar com isso é uma reflexão em sentido inverso: a fatídica falta de autorização e fiscalização do Estado a respeito dos serviços prestados pela Casa Nem como fruto de uma determinada ideologia de contornos convergentes ao *status quo*, falseada pela justificativa de que a omissão decorreria do não interesse público para este reconhecimento. Esta dedução confere margem para questionar a *processualidade* do que vem a ser *interesse público*, assimilando percepção de que há *vários* interesses públicos afora aquele interpretado pela falta de autorização e fiscalização do Estado. Pois, em continuidade à ideia de que se trata de uma produção *subjetiva*, conclui-se que há várias ideologias concorrentes no plano *intersubjetivo*.

Ora, se o *poder-soberania* é fruto de *produção humana* afetada inconscientemente pela introdução de *ideologias*, isso significa que o *Estado*, corporificado por pessoas que o constituem, também é influenciado por esses mesmos termos, não sendo mais possível sustentar a falácia de que o mesmo estaria imune a este processo, principalmente considerando a conjuntura *política neoliberal e neocolonial*<sup>247</sup>. Ao reconstruir a realidade por um outro viés, revela-se a *processualidade* em torno do *poder-soberania* inerente ao *direito*, derivado da ausência do reconhecimento oficial (estatal) aos serviços prestados pela Casa Nem à população LGBTQIA+, expondo sua estrutura afetada pela *ideologia dominante*, não ao acaso de vertente *capitalista, neocolonial, neoliberal e protetora da propriedade privada* em detrimento de outras vidas desumanizadas, sob o prisma da *cidadania de geometria variável*.

Concluída e assentada a problematização supra, continuo a narrativa processual: a decisão a respeito da concessão do efeito suspensivo ao recurso de Apelação foi recebida pelo Juiz de origem no dia seguinte, 17 de agosto [2018], ensejando a ordem para o recolhimento imediato do mandado de despejo, garantindo a sobrevivência da Casa Nem até outubro [2018]

---

<sup>247</sup> tal qual devidamente exposta no supracapítulo “1.2.3 A gestão dos corpos dissidentes: a *vida matável* das pessoas LGBTQIA+ e a *crise sistêmica do cuidado*”

(Anexo 19). No entanto, a dilação acabou sendo ainda maior: em 20 de agosto [2018], o Autor da ação peticionou ao Juízo de origem dando conta de que o Depósito Público do Estado do Rio de Janeiro disponibilizara somente a data de 5 de dezembro [2018] para recebimento dos bens relativos ao imóvel da ocupação (Anexo 20). O efeito prático disso foi a prorrogação do prazo do fim da Casa Nem para além dos sessenta dias de suspensão, tal qual determinado pelo Tribunal, consignando definitivamente o término em 5 de dezembro de 2018.

### 3.4.1.1 Conclusões parciais

Nos subcapítulos jurídicos anteriores, a narrativa processual nos revelou uma aplicação do direito ao caso eivada de um viés *classista*, posto que das ordens judiciais proferidas se inferiu (i) uma premissa *contratualista*, que cerceou o contraditório e a ampla defesa de Indianare desde o ajuizamento do feito, posto que limitada às partes e cláusulas firmadas no contrato de aluguel do imóvel; em consequência (ii) um entendimento preponderante da *propriedade privada* em detrimento dos direitos sociais, derivado da interpretação da lei de locações urbanas em sentido estrito, dissociada dos mandamentos constitucionais basilares, e, por isso, reconhecíveis e aplicáveis a toda e qualquer lide.

A despeito da vigência das normas das quais derivaram ambas inferências, propus que se investigasse mais a fundo a procedência do *poder-soberania* e *comando-obediência* resultantes desse quadro, desconstituindo a *processualidade* do *sistema do real*. Evidenciou-se o direito e a soberania pensados de forma indissociáveis no atual paradigma político-jurídico, com reflexos mais amplos na conformação de um modelo de *democracia seletiva*, carente do *cuidado* como ético-política fundante da sociabilidade e solidariedade vigentes. Tais percepções somente foram possíveis ao reconhecer a pertinência da *micropolítica* como elemento *subjetivo* constituinte do *sistema do real*, rejeitando sua aparência *reificada*.

Destas conclusões teóricas um tanto quanto abstratas emergiu-se a questão de como formular alternativas práticas no seio do processo, a fim de contornar essa estrutura de difícil superação. Uma vez que, na qualidade de *advogades autônomas*, representando os interesses de Indianare, eu e Maria Eduarda não éramos dotados de uma *legitimidade* que abrangesse também o coletivo representado pelas ocupantes da Casa Nem. A resposta foi se corporificando mediante o desejo de se movimentar em sentido contramajoritário, concretizado com a última aposta possível nessa conjuntura: a Defensoria Pública, cuja existência decorre justamente do *cuidado* reconhecido *institucionalmente* às *cidadãs* em situação de *vulnerabilidade* em várias nuances.

Embora sanada a questão atinente à legitimidade, fato é que o *mérito* do processo, referente à destinação do imóvel da Casa Nem, era afetado sobremaneira pelo *status quo* tributário da *propriedade privada*, de modo que houve percalços em Primeira Instância para lograr algum êxito favorável aos direitos sociais. Por sua vez, a intervenção da Defensoria no processo repercutiu parcialmente o efeito esperado junto ao Tribunal, na medida em que logrou-se vencida a necessidade de uma maior dilação do prazo, prorrogando o fim da ocupação por mais alguns meses. Todavia, permanecia o cenário de insensibilidade quanto a uma solução mais humanizada ao caso, haja vista não ter havido o debate em torno da construção de alternativas à coletividade LGBTTQIA+ em situação de vulnerabilidade abrigada pela Casa Nem.

Do entendimento compartilhado pela jurisdição como um todo, de que a Casa Nem não poderia se valer da dilação prevista pela lei de locações urbanas, por faltar o requisito de legitimidade estatal dos serviços desenvolvidos pela ocupação, evidenciou-se a introjeção de uma *ideologia capitalista*, conformada pelo que hoje se denomina por *colonialidade*: não limitada aos modos de produção econômico, a *colonialidade* se reflete na configuração de um padrão de sociabilidade e solidariedade próprios da categoria de *cidadania de geometria variável*, nítida pela omissão do debate em torno de alternativas às ocupantes do imóvel, por isso mesmo tidas como *menos dignas*.

Menos um raciocínio prolixo e mais um caminho alternativo ao que se induz a acreditar sob o rótulo falacioso da *objetividade*, como algo exógeno à produção humana, como algo imune à subjetividade, seja esta qual for. A conclusão em análise responde a hipótese desenvolvida ao longo desta dissertação, ao demonstrar as lacunas derivadas dos problemas de ordem democráticas menos como efeitos indesejados ou inesperados, menos como situações anormais ou atípicas; e mais como elementos constituintes da prática de Estado nesse maquinário *neocolonial* e *neoliberal*, cuja gestão *biopolítica* nos permite com propriedade denunciar práticas *necropolíticas* de ordem omissiva e comissiva como um todo em várias instâncias.

Igualmente, a necessidade de dar enfoque aos *agenciamentos* possíveis nesse contexto, como forma de entender a (r)existência das ocupantes mediante articulações frente à violência urbana, com ênfase nos arranjos, modos de circulação, redes de contato. Posto que, menos do que fantoches ou cidadãs desprovidas de capacidade política, o foco paralelo nestas personagens nômades, fugitivas e andarilhas nos demonstrou a *arte do contornamento* à *exceção ordinária*, emergindo possibilidades de vida, produção de afetos, enfim, maneiras de encarar a vida dentro da produção *sistêmica* da vulnerabilidade e precariedade. Em suma, as

ocupantes como *sujeitos*, aquelas que agem apesar de estarem sujeitas à conjuntura do mundo. “É o lançar-se no mundo que nos assujeita, mas pelo mesmo movimento vivemos e podemos fundar a possibilidade de uma subjetividade. O tempo passando, a vida subsistindo enquanto a morte espreita: são as condições em que se está sujeito. Naufrágio e salvação”.<sup>248</sup>

Por isso mesmo cumpro com este papel ao decidir não concluir essa pesquisa por ora, com o exaurimento dos recursos e gambiarras jurídicas possíveis, haja vista o fim definitivo da ocupação em 5 de dezembro [2018], abrindo novamente à narrativa das aventuras e desventuras protagonizadas por essas pessoas.

### 3.2.13 Queermuseu e Casa Nem no Parque Lage

Entre os dias 18 de agosto a 16 de setembro [2018] o Parque Lage sediou a exposição “Queermuseu – cartografias da diferença na arte brasileira”, depois de ter sido censurada pelo Prefeito Marcelo Crivella em 2017, quando cogitada de vir para o Museu de Arte do Rio (MAR).

Àquela ocasião, o Prefeito publicou um vídeo em sua página no *Facebook*, pautado na seguinte sequência: introduziu-se um grupo de seis pessoas, dentre as quais homens e mulheres, brancos e negros, sustentando a opinião contrária à exposição, numa *performance dramática* do que seria a opinião pública: o primeiro cidadão aparece no vídeo afirmando “Eu não quero no Rio de Janeiro exposição de zoofilia e pedofilia”, o que foi endossado, em sequência, pelas demais cinco pessoas em coro “eu também, não”. Logo em seguida, surge o Prefeito, numa postura como se estivesse ouvindo a opinião da “sociedade”, decidindo pela censura nos seguintes termos: “Tá vendo? É por isso que aqui no Rio a gente não quer essa exposição. Saiu no jornal que ia ser no MAR, (risos), só se for no fundo do mar, porque no Museu de Arte do Rio, não.”<sup>249</sup>

A repercussão decorrente da referida censura foi ampla e notória<sup>250</sup>, mobilizando a sociedade civil a financiar coletivamente recursos para que a exposição acontecesse em terras cariocas. A campanha de financiamento coletivo foi lançada em 31 de janeiro e coordenada pelo diretor da Escola de Artes Visuais do Parque Lage, Fábio Szwarcwald. Em 58 dias, foram

<sup>248</sup> Reflexão de Silvio Pedrosa a respeito do que vem a ser sujeito, a partir do poema “Autonomia” de Szymborska, disponível em <https://www.facebook.com/shgpedrosa/posts/1965629723449790>. Acesso em 6 de março de 2019.

<sup>249</sup> Vídeo publicado na página oficial do prefeito no Facebook, disponível em <https://www.facebook.com/marcelocrivella/videos/1606673966022514/>. Acesso em 6 de março de 2019.

<sup>250</sup> Mais informações disponíveis em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/prefeitura-do-rio-veta-exposicao-queermuseu-no-mar.html>. Acesso em 6 de março de 2019.



arrecadados um total de R\$ 1.081.156 (um milhão, oitenta e um mil, cento e cinquenta e seis reais), através de 1.724 (mil, setecentos e vinte e quatro) doações provenientes de 1.659 (mil, seiscentos e cinquenta e nove) colaboradores. A campanha contou com iniciativas históricas que impulsionaram o movimento, como um show de Caetano Veloso contra a censura<sup>251</sup> e o Levante *Queer*<sup>252</sup>, evento que atraiu mais de 2 mil pessoas no Parque Lage em um único sábado.

A exposição teve a curadoria de Gaudêncio Fidelis, que reuniu trabalhos provenientes de coleções públicas e particulares, com 223 obras de 85 artistas reconhecidos nacional e internacionalmente, como Adriana Varejão, Alair Gomes, Alfredo Volpi, Cândido Portinari, Efrain Almeida, Guignard, Leonilson, Lygia Clark, Pedro Américo, Sidney Amaral e Yuri Firmeza.

Em que pese a mobilização positiva e significativa da sociedade civil em defesa da liberdade de expressão, a comunidade ativista LGBTQIA+ não poupou esforços em tecer críticas que anunciavam apropriação da temática *queer*, na medida em que a própria curadoria foi designada a um homem branco, cisgênero, heteronormativo, de classe média alta, o que repercutiu em suas escolhas: a quase totalidade do corpo dos expositores era composta por artistas igualmente conformados ao padrão *cis-heteronormativo*. Ou seja, as críticas apontavam uma “lógica integracionista e higienizadora”, pois sua seleção de obras não contemplou a diversidade e a complexidade dos artistas que se reivindicam *queer* atuando no Brasil, dando mais visibilidade a artistas cisgêneros, heterossexuais, brancos e com carreiras consolidadas.



Figura 27: foto de Gaudêncio Fidelis, curador da Queermuseu, em que resta claro não se tratar de um sujeito que se reivindica *queer* dado a conformação de seu corpo ao padrão cis-heteronormativo, branco e de classe média alta. Fonte: Híbrida

<sup>251</sup> Mais notícias disponíveis em <https://www.destakjornal.com.br/agenda-d-a/rio-de-janeiro/detalhe/caetano-faz-show-beneficente-pelo-queermuseu-no-parque-lage>. Acesso em 6 de março de 2019.

<sup>252</sup> Mais notícias disponíveis em <http://eavparquelage.rj.gov.br/levante-queer/>. Acesso em 6 de março de 2019.

Fidélis não recebeu bem as críticas, que, obviamente, foram eclipsadas no momento da censura. Quando perguntado a respeito durante a coletiva, ele se defendeu afirmando que “repudiava veementemente a ideia de que se trata de uma exposição higiênica” e que tais críticas não teriam nenhuma legitimidade, uma vez que “a teoria *queer* não pertence a ninguém, ela é um conhecimento”. O curador negou que a mostra seria uma mera ilustração da teoria *queer*, porque seria uma exposição contrastante e que levantaria múltiplos questionamentos, lançando luz sobre “outras correntes teóricas como o marxismo, o formalismo e o feminismo”. E assim, Fidélis concluiu dizendo que quer “colocar uma pedra no assunto” e que a Queermuseu “inaugurou no centro da sociedade brasileira o mais extenso debate sobre gênero e sexualidade”. A declaração soou anacrônica e desrespeitosa ao movimento LGBTTTQIA+ existente e atuante no Brasil muito antes da exposição.<sup>253</sup>

Paralelamente à mostra, aconteceu o Fórum Queermuseu, compreendendo uma série de debates sobre a temática *queer*, envolvendo discussões não só sobre as identidades de gênero, as orientações sexuais e o reconhecimento da diversidade da arte brasileira, mas também em torno das manifestações culturais periféricas e do movimento contra a censura e a intolerância. Além do fórum, foi constituído o Núcleo de Ação Educativa, pensado a partir de práticas e políticas *queer* com o objetivo de aprofundar os debates levantados pela comunidade LGBTTTQIA+ ao longo da exposição, formado por 29 pessoas interessadas e dedicadas a pesquisas em torno das identidades, sexualidades, erotismos e militâncias, dentre as quais algumas ocupantes da Casa Nem, que trabalharam na exposição de forma remunerada, na qualidade de mediadoras e guias-de-visitação.

Estive presente na exposição, e conhecia todas as ocupantes e algumas conhecidas que ali trabalhavam. Natália, que integrou a Casa Nem em seu período de fundação, foi uma travesti incumbida da tarefa de acompanhar os visitantes na exposição, intermediando o contato com as obras, compartilhando informações e notícias a respeito dos itens expostos. Ela me contou de um episódio ilustrativo da denúncia de apropriação mencionada: a uma semana da abertura da exposição, os materiais de divulgação foram entregues à equipe, cujo teor se pretendia pedagógico, ao introduzir termos, palavras e elementos próprios da cultura *queer*, que, em sua essência, fundamenta sua ação no que Preciado (2004, p. 28) denomina de *performatividade queer*, isto é, uma força política da citação descontextualizada de um insulto homofóbico e da inversão das posições de enunciação hegemônicas que este provoca. Na prática, isso significa, por exemplo, a reapropriação do termo travesti, que passa de um insulto pronunciado por

---

<sup>253</sup> Mais notícias e informações disponíveis em <https://revistahibrida.com.br/2018/08/17/enfim-queermuseu-por-dentro-das-controversias-da-exposicao/>. Acesso em 6 de março de 2019.

peças ciscgêneras e heterossexuais para se referir a um corpo tido como abjeto, para se transformar em uma autodenominação contestadora e produtiva de “corpos abjetos” que tomam a palavra e reclamam sua própria identidade. Prova da procedência da denúncia de apropriação tal qual formulada, Natália me relatou que o termo travesti foi conceituado no referido material de divulgação da exposição como “homem que se veste de mulher”, o que causou um rebuliço interno. As travestis que trabalhavam na exposição exigiram o recolhimento do material e a sua imediata destruição, sob pena de configurar *transfobia institucional* em uma exposição que se dizia apoiadora da causa LGBTTTQIA+. Houve com certa relutância por parte da organização do evento, que ao final acabou admitindo o erro grosseiro e inadmissível, recolhendo o material.

Ato contínuo das manifestações ativistas da comunidade LGBTTTQIA+, Gabe Passarelli, irmã de Matheusa Passareli, de cuja morte tratei no subitem “3.2.4 Preparativos para o Prepara Nem 2018”, ambas artistas *queer*, não-binárias, familiarizadas e amigas de algumas ocupantes da Casa Nem, realizou uma *performance* não-autorizada no saguão de entrada da Escola de Artes Visuais, intitulada “O que fazer quando uma corpa vira cinzas?”, cujos dizeres também foram pichados nas paredes, além da frase “Escola não é banco”, performando nua, com o corpo coberto de carvão, em analogia ao fim trágico de sua irmã, que fora queimada viva e esquartejada por traficantes depois de adentrar nua em uma comunidade, no Morro do 18, em Quintino, Zona Norte do Rio de Janeiro<sup>254</sup>.



Figura 28: foto da performance não-autorizada de Gabe Passarelli no saguão de entrada da Escola de Artes Visuais do Parque Lage, durante a exposição Queermuseu. Foto: Corpos Visíveis.

<sup>254</sup> Notícias disponíveis em <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/05/5647179-policia-prende-assassino-e-esquartejador-da-estudante-matheusa.html?fbclid=IwAR1-dysU4KHiiTwK-HzeJMIzPobU5SBw1df4Q8s8s-YLT9Onh-3UO-fvdU#foto=1>. Acesso em 29 de maio de 2019

Em resposta, Ulisses Carrilho, curador do Parque Lage, manifestou-se nos seguintes termos:

A performance é legítima, a arte sempre é legítima. Assim como os protestos e as críticas também são. Acompanhei a ação, mas não desde o início, pois estava dentro das Cavalariças. Há muitas camadas de significado na ação que foi feita: trata da violência colonial, de como as instituições têm ficado satisfeitas com seus discursos excludentes. Nosso racismo é estrutural. Há um uso das identidades minoritárias sendo feito largamente e isso, infelizmente, não é privilégio da arte, mas um movimento mais complexo, que envolve a imprensa, a publicidade, o entretenimento. O próprio projeto educativo era uma tentativa de resposta a esse uso dos corpos estranhos, desviantes, transviados com a pecha de queer na mostra, sem convocar a representatividade. Falamos muito sobre desobediência, indisciplina, insubordinação, que, particularmente, em minha pesquisa, são noções muito importantes para atualizar a própria noção de escola. No entanto, o que mais me emocionou ontem foi o fato da performance ter sido realizada pela irmã de Matheusa, Gabe Passareli, que integra o Núcleo de Ação Educativa da mostra. A frase que mais ressoa para mim, que tive a oportunidade de conhecer a Theusa e a complexidade de pensamento dela, é a que fala sobre os corpos virarem cinzas. A performance foi feita com carvão. Entendo a performance como um grito, um grito de insubordinação. Como sociedade, precisamos escutar esse grito. A própria Gabe falou sobre escuta quando estive conosco no fórum, no dia em que palestrou. Fiquei muito emocionado ao vê-la deitada no chão, coberta de carvão, com os amigos em volta, como numa vigília, num gesto de cuidado. Essa família perdeu a Theusa por conta da violência de estado e não teve a oportunidade de enlutar, velar esse corpo. Esse gesto carrega a força e a radicalidade de corpos que estão sendo constantemente colocados num lugar subalterno. Quando lemos uma frase como "escola não é banco", mesmo que tenha sido escrita de maneira insubordinada, sem pedir autorização prévia, penso que é preciso que a gente pense sobre ela antes de emitir opiniões ou acusar um uso errado do espaço expositivo.<sup>255</sup>

A exposição Queermuseu foi ilustrativa do debate vigente no cotidiano da Casa Nem, no sentido de se discutir a inserção de corpos dissidentes na sociedade de maneira realmente efetiva. Uma oportunidade de visibilidade a artistas brasileiros que se reivindicam *queer*, e, por isso mesmo, artistas marginalizados, posto que relegados à margem sob limitações higienistas do que vem a ser arte, foi apropriada por segmentos privilegiados e que assumiram o protagonismo da exposição sem portar qualquer legitimidade corpórea do que vem a ser arte *queer*.

Por fim, em 13 de setembro [2018], na última semana da exposição, realizou-se um leilão beneficente à Casa Nem, no salão nobre do Parque Lage, com o apoio de Walter Resende leiloeiros, reunindo doações de obras de 39 artistas, alguns deles artistas de renome como Adriana Varejão, Ernesto Neto e Marcos Chaves, e personalidades da alta sociedade carioca, como Narcisa Tamborindeguy e Alice Caymmi.

<sup>255</sup> Mais notícias a respeito da repercussão da performance disponíveis em <https://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/a-arte-sempre-legitima-diz-curador-da-eav-sobre-performance-de-artista-com-criticas-direcao-do-parque-lage-23076647?fbclid=IwAR2Q3PStim4SbffHmPhKgOZC0-BTvbfLEjm8vFzjYGwWpB-jxmKnKFKo5CQ>. Acesso em 6 de março de 2019.



Figura 29: foto autoral do momento em que foi dada a palavra à Indianare no Leilão Beneficente em favor da Casa Nem, realizado no âmbito do Queermuseu, no Parque Lage (RJ)

Indianare teve a palavra, ocasião em que contextualizou a ocupação ao público presente, enfatizando os serviços prestados pela Casa Nem, ressaltando a necessidade e urgência em torno do evento. Ao final, logrou-se êxito no objetivo de angariar recursos em prol da ocupação, arrecadando o total de R\$ 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais), embora ainda assim insuficiente para saldar o montante da dívida, cuja memória de cálculo demonstrava um valor atualizado de mais de cem mil reais.

#### 4.6 Casa Nem na 23ª Parada LGBT de Copacabana (RJ)

Em 30 de setembro [2018] aconteceu a 23ª Parada LGBT de Copacabana (RJ), com o tema “Vote em ideia e não em pessoas”, permeada por discursos em defesa do voto compromissado com as questões de gênero e sexualidade, em oposição e rejeição explícitas às ideias do então candidato Jair Bolsonaro<sup>256</sup>.

Indianare e demais travestis e transexuais ocupantes da Casa Nem estiveram presentes, a título, inclusive, da parceria firmada com a organização do evento, que decidiu pela divisão de trios conforme segmento próprio identidade de gênero e sexualidade constituinte do acrônimo LGBTTQIA+, de modo as ocupantes tomaram conta do trio das travestis e transexuais, em cuja lateral constava a presença da ocupação de forma oficial:

<sup>256</sup> Mais informações e notícias a respeito da 23ª Parada LGBT de Copacabana (RJ) disponíveis em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/parada-do-orgulho-lgbti-no-rio-pede-voto-em-ideias-e-nao-em-pessoas>. Acesso em 6 de março de 2019.





Figura 30: foto autoral do anúncio da Casa Nem encampado na lateral do trio das travestis e transexuais na 23ª Parada LGBT de Copacabana (RJ)

No começo da manifestação, a Escola Divines, curso de formação em moda para travestis e transexuais, de autoria e patrocinado pelo consagrado estilista Almir França, presidente do Grupo Arco-Íris e integrante da rede de contatos da Casa Nem, realizou um desfile apresentando as peças de roupas feitas de materiais reutilizáveis, vestidas pelas ocupantes, posteriormente colocadas à venda para angariar recursos destinados ao Grupo Arco-Íris, à Casa Nem e ao Casarão<sup>257</sup>.

Por se tratar de um evento festivo e de grande porte, minha interação com as ocupantes foi limitada, nos encontrando esporadicamente, posto que, após o desfile, todes aproveitamos a parada para nos divertirmos.

#### **4.7 Reunião do Coletivo Nuvem-Nem antes da desocupação do imóvel**

Em 25 de novembro [2018], a uma semana da entrega do imóvel, agendada para o dia 5 de dezembro, Indianare me mandou uma mensagem indagando se eu poderia estar presente na reunião que começaria dali a pouco no bar da esquina da ocupação, com alguns integrantes do Coletivo Nuvem, com quem ainda mantinha uma postura de cordialidade apesar dos pesares.

<sup>257</sup> O Casarão Brasil – Associação LGBTI é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que utiliza seu espaço como forma de inclusão social. Temos como principal objetivo atuar em prol da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersex. Atuamos como incubadora de projetos sociais e disponibilizamos infraestrutura para fortalecimento e união da comunidade LGBTI. Mais informações disponíveis em [https://www.facebook.com/pg/CasaraoBrasil/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/CasaraoBrasil/about/?ref=page_internal). Acesso em 6 de março de 2019.

Éramos um total de oito pessoas interessadas em articular os pontos finais daquela história prestes a se encerrar, com a questão de não ter sido possível saldar a dívida em aberto, que superava os cem mil reais. Tínhamos em caixa o valor depositado em juízo de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais), à ocasião em que fui despachar a petição com o juiz tabelar<sup>258</sup>, somado ao montante fruto do leilão no Parque Lage, do valor de R\$ 48.500 (quarenta e oito mil e quinhentos reais), totalizando R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). Para tanto, sugeri que fosse enviado um *e-mail* ao patrono do Autor-locador, em tom amigável, dando conta dos esforços envidados para a arrecadação desta quantia, ainda que deficitária, a fim de contornar o cenário fatídico de recursos escassos e de possibilidades rasas de lograr êxito em acumular mais dinheiro para quitar o restante.

Igualmente desenhamos estratégias sobre como barganhar a quitação da dívida por este valor aquém e, das hipóteses delineadas, demos prosseguimento à ideia de desocupar o imóvel voluntariamente, entregando-o de forma razoavelmente ordeira e num estado físico possivelmente admissível aos critérios da imobiliária. Ao final, o referido *e-mail* foi enviado nos seguintes termos:

Aos proprietários do imóvel situado na Rua Moraes e Vale, 18.

Somos um grupo de 6 pessoas, (5 das quais fizeram parte do coletivo Nuvem) denominado NúvemNem, que se organizou com o objetivo de buscar soluções e sanar conflitos, e levantar recursos para o pagamento da dívida. Cientes da necessidade de desocupação da casa, que acontecerá no dia 05/12, e tendo concluído os esforços de captação de recursos por nós empreendido, apresentamos a seguinte proposta:

Começamos a nos movimentar enquanto coletivo em maio de 2018, e, desde então, realizamos um conjunto de iniciativas que contou com uma ampla rede de colaboradores, sendo as duas principais, em termos de captação de recursos: i) campanha de financiamento coletivo, através do site “Vakinha”, ii) Leilão de Arte Beneficente, ocorrido no Parque Lage.

Sendo a Casa Nem reconhecida como um importante projeto de acolhimento da população LGBTQI+, o leilão de arte foi realizado em parceria com a Escola de Artes Visuais do Parque Lage, como parte das atividades paralelas à mostra “QueerMuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira”. Um total de 39 artistas, alguns deles artistas de renome como Adriana varejão, Ernesto Neto, Vera Fischer e Marcos Chaves doaram obras para o leilão, que aconteceu em 01 de setembro de 2018, no salão nobre do Parque Lage, com o apoio de Walter Resende leiloeiros.

Em paralelo, através da campanha de financiamento coletivo, um total de 62 pessoas fizeram doações com objetivo de sanar a dívida contraída nos últimos anos. Em anexo seguem documentos que comprovam estes esforços: i) carta de apoio assinada pelo diretor do Parque Lage; ii) termos de doação de obras de arte (a título de exemplo do conjunto de doações); iii) printscreen do resultado final de arrecadação da “vakinha” (<https://www.vakinha.com.br/vaquinha/nu-vem-nem>).

---

<sup>258</sup> A narrativa a este respeito foi exposta no subcapítulo 4.3.1 Uma (falsa) luz no fim do túnel: a percepção do Direito deficitário em torno dos problemas sociais.

Neste período foi levantado um total de R\$ 65.000,00, dos quais R\$ 16.500, foram depositados em juízo por Indianare Siqueira em 26/07/2018, nos autos do processo judicial, e outros R\$ 48.500, arrecadados pelos movimentos supramencionados, e que se encontram sob nossa responsabilidade.

Importa destacar a conjuntura econômica que tem fragilizado e sacrificado as finanças e as atividades econômicas no país de forma geral, e o esgotamento dos esforços envidados à arrecadação do montante ora proposto. Diante do cenário pouco favorável a maiores arrecadações, nossa proposta é de um acordo, em benefício de todas as partes, com base nos R\$ 65.000,00 levantados. Esperamos, sinceramente, que seja possível uma negociação amigável, capaz de encerrar este tão custoso e conflituoso processo.

Aguardamos uma confirmação do recebimento desta mensagem, e posição por parte dos senhores. Nos colocamos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente, Coletivo NúvemNem - (Nomes omitidos)

Por sua vez, o patrono do Autor-locador respondeu o *e-mail* indagando a respeito da entrega do imóvel, condicionando a voluntariedade e a devolução “em boas condições” como requisitos para que ele defendesse a proposta de quitação junto ao proprietário. Em paralelo, elaborei uma petição requerendo a juntada da guia do referido valor, e o histórico do *e-mail* mencionado, provocando uma tentativa de conciliação pela via judicial tendo por fundamento o Código de Processo Civil, ao considerar seus mandamentos ao Estado-juiz no sentido de (i) tentar buscar a solução consensual de conflitos<sup>259</sup>; (ii) estimular a solução consensual de conflitos, inclusive no curso de processo judicial<sup>260</sup>; (iii) cooperar para que se obtenha decisão de mérito justa, efetiva e em tempo razoável<sup>261</sup>; e (iv) a qualquer tempo, promover a autocomposição<sup>262</sup> (Anexo 21).

Em que pese a tentativa de conciliação, não logramos êxito na quitação do débito pelo valor do depósito. A discussão processual teve o seu andamento regular, no tocante às obrigações assumidas pelos fiadores e na tentativa dos credores em levantar o valor residual.

---

<sup>259</sup> Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

§ 2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.

<sup>260</sup> Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

<sup>261</sup> Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva

<sup>262</sup> Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

V - promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais;



#### 4.8 A desocupação do imóvel

Na manhã do dia 5 de dezembro [2018], o grupo de *Whatsapp* do Prepara Nem foi bombardeado por fotos enviadas por Indianare registrando o momento da entrega do imóvel, ocasião em que me dirigi à ocupação. Eram quase onze horas de uma manhã de verão e fazia muito calor. Quando cheguei, o Oficial de Justiça já tinha comparecido, realizado a vistoria e recolhido as chaves do imóvel. Do lado de fora havia cerca de dez ocupantes, cada qual segurando seus poucos pertences, dentre os quais uma pequena leva de roupas, objetos pessoais, colchões, travesseiros, toalhas, ventiladores. Cada qual tentando um lugar na sombra existente naquele horário com o sol quase a pino.

Parte integrante da rede de contatos da Casa Nem, havia dois homens pertencentes a um movimento de ocupação em Botafogo, cujo líder propôs o acolhimento daquelas pessoas, numa demonstração de sociabilidade e solidariedade fundadas no *cuidado*. Ali estava presente também um outro homem da ocupação, com uma bicicleta de frente adaptada para carregar grandes volumes. Embora não tivesse os freios funcionando perfeitamente, os pertences das ocupantes da Casa Nem foram dispostos de forma organizada, possibilitando o deslocamento até Botafogo, ainda que de forma não muito segura ao ciclista. Em seguida, as ocupantes foram almoçar com Indianare no bar parceiro da ocupação para depois se direcionarem à nova moradia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se trata de romantizar as margens. Em que pese a associação simbólica entre os movimentos de ocupação, as relações interpessoais daquele coletivo com as ocupantes da extinta Casa Nem não engrenaram de forma respeitosa. Estive presente na ocupação de Botafogo também na qualidade de advogado, ocasião em que me responsabilizei pela defesa jurídica daquele novo movimento<sup>263</sup>, intitulado por seus ocupantes de “Denise presente”, em homenagem a uma personagem de importância afetiva para eles. O que para mim era a continuidade de uma chance de engajamento e militância importantes na ressignificação do direito na minha vida, mediante a compreensão da pertinência de se ter pessoas afetadas pelas pautas sociais em ambientes estratégicos para a concretização desta luta, embora conformados pela ideologia tendente à manutenção do *status quo*.

Recorrentemente, Indianare e as demais meninas da Casa Nem se queixavam de *transfobia* contra elas por parte dos ocupantes, não ao acaso absolutamente todos cisgêneros, em que pese a convergência da origem de classes populares. Indianare, inclusive, fazia questão de enfatizar a minha posição de *gay* assumido para eles, a fim de desconstituir a LGBTTQIA+fobia presente naquele contexto, no sentido de enfatizar o elo de sociabilidade e solidariedade para além das questões de gênero e sexualidade. De nada adiantou: embora as ocupantes da Casa Nem tivessem conseguido reservar o terceiro andar exclusivamente para elas, o que, por si, denota a intolerância daquelas pessoas, a *transfobia* continuou onipresente, a ponto de terem decidido abandonar a ocupação de Botafogo, peregrinando pela cidade em busca de um novo abrigo.

Em razão de não se tratar do meu estudo de pesquisa em específico, dado o recorte final no dia 5 de dezembro e o fato de se tratar de um campo composto por novos sujeitos (o que me demandaria um trabalho etnográfico de introdução dos mesmos, contexto de ocupação, articulações políticas, dentre outros), não imergi naquele contexto a fim de tentar investigar a fundo as cacofonias e os atritos para levantar hipóteses e discriminar os elementos e fatores que teriam dado ensejo aos conflitos que ali se estabeleceram. Minha intervenção foi muito mais profissional, na qualidade de advogado, do que como pesquisador com propósitos específicos para o desenvolvimento da pesquisa, embora a jurisdição prestada no processo correspondente à ocupação tenha se diferenciado daquela analisada a respeito da Casa Nem. A exemplo da designação de uma audiência de justificação prévia do alegado pelo proprietário do imóvel

---

<sup>263</sup> Me refiro ao processo de Ação de Reintegração de Posse nº 0257826-65.2018.8.19.0001, em trâmite perante a 16ª Vara Cível da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

ocupado antes da decisão liminar<sup>264</sup>. Inclusive estive presente na audiência, circunstância fecunda que me deu subsídios interessantes para realizar uma etnografia comparativa, com condições de estabelecer um mapeamento interessante das subjetividades em *performance* na sala de audiência, porém com personagens estranhas à pesquisa. A despeito disso, sobreveio a decisão liminar desfavorável à ocupação, cujos termos, a par das (muitas) críticas que cumpririam ser formuladas, revelaram o cuidado daquele Juízo em estabelecer alternativas de destinação àquelas pessoas, mediante expedição de ofício aos órgãos públicos e entidades estatais do Município e Estado do Rio de Janeiro, a fim de que promovessem um cadastro dos ocupantes e sugerissem uma realocação para outro destino. A propósito, cuida-se de um ótimo exemplo que robustece as minhas críticas à jurisdição encampada pelo Juízo correspondente ao processo da Casa Nem, ilustrando empiricamente a introjeção de ideologias de cunho pessoal na prestação jurisdicional, apesar do discurso normativo rogar a imparcialidade e neutralidade, conforme expus nesta pesquisa. A distinção de gêneros entre os Juízos parece ser um ponto de análise interessante, posto que potencialmente coerente à percepção do *cuidado* como algo culturalmente instituído sob a alçada feminina na conformação da cultura patriarcal vigente. No entanto, a superveniência de questões pessoais fez com que eu me ausentasse por um período do Rio de Janeiro, com implicações na minha *performance* como advogado presencial, ao impossibilitar minha frequência às reuniões daquela ocupação, o que me pareceu um elemento caro àquelas pessoas, tanto que solicitaram o meu afastamento do caso.

De toda forma, a frustração da aliança entre as duas ocupações foi tamanha, principalmente considerando o contexto em que ambas as lideranças se conheceram: a ocupação do imóvel sede do Automóvel Clube do Rio de Janeiro, em frente ao Parque Passeio Público, no centro da cidade, em momento anterior ao próprio fim da Casa Nem. Não posso deixar de comentar a respeito desse movimento interessantíssimo: tratou-se de uma estratégia maturada por Indianare em associação aos movimentos de luta pela moradia em meados de agosto de 2018, quando o desfecho da Casa Nem já se anunciava em um horizonte não muito distante. Dada a contextualização em uma época em que estava imerso como pesquisador no campo, acabei também me envolvendo na ocupação do Automóvel Clube de maneira intensa e ativa. Deixei de relatar o movimento no corpo desta dissertação, posto que se tratou de uma articulação paralela à Casa Nem, de protagonismo quase exclusivo de Indianare, em que não houve uma coparticipação ativa por parte de grande parte das ocupantes da Casa. Pontualmente

---

<sup>264</sup> Código de Processo Civil. Art. 562. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração, caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.

uma ou outra ocupante se envolveu diretamente, a despeito de eu ter tido condições e propriedade para etnografar este movimento de um simbolismo tão relevante à assimilação da importância da unificação das lutas sociais.

A ocupação do prédio do Automóvel Clube aconteceu no dia 8 de setembro de 2018, envolvendo Indianare em conjunto com moradores em situação de rua assistidos por um coletivo da sociedade civil que tenta suprir a situação de extrema precariedade dessas pessoas distribuindo refeições diárias, que são, por sua vez, preparadas pelo corpo operativo de uma das ocupações da Rua Venezuela, na região do porto da cidade. Uma articulação que eu sequer sabia da procedência, e que muito me despertou o interesse em acompanhar de perto, o que justificou a minha imersão naquela ocasião. Igualmente, o interesse em defender a teoria subjacente ao movimento, no sentido de demonstrar empiricamente a pertinência do compartilhamento das lutas protagonizadas por cidadãos subalternizados, eis que fundadas na premissa que leva em conta os privilégios, e não somente a identidade.

Dada a situação singular do prédio do Automóvel Clube afetado pelo interesse público de proteção de construções histórico-simbólicas, ao mesmo tempo em que se encontrava em situação de nítido abandono, desocupado e sem qualquer função social em torno do mesmo, a ocupação foi batizada de “Ocupação Marielle Franco – Indigene, Afro e LGBTINB”, fundada não na premissa de luta por moradia, mas sim imbuída do objetivo de “lutar pela preservação e conservação dos prédios públicos e históricos”. A visibilidade ampla em torno do movimento foi pensada a partir da colocação de uma bandeira em frente ao prédio composta pelas cores branco e rosa, em associação à defesa das pautas de gênero e sexualidade, e também através do *Facebook*, em cuja plataforma se criou uma página da Ocupação<sup>265</sup>.

Haja vista a localização no centro da cidade, e em se tratando de um prédio cujo interesse público decorria por lei, houve imediatamente a formação de um aparato policial truculento em frente à porta de entrada, que manteve os ocupantes numa espécie de cárcere privado, na medida em que proibiram a entrada de água e alimentos, a fim de enfraquece-los, estimulando-os a abandonarem o movimento em prol de sua sobrevivência. A presença de advogados, em que me incluo, foi importante nas tentativas de negociações e diálogos em que apontávamos as arbitrariedades e ilegalismos perpetrados pelos agentes de guarda do Município e Estado mobilizados contra a ocupação. A categoria de *cidadania de geometria variável* foi também útil à dimensão de *status* de desumanização reconhecido àquelas pessoas haja vista a violência institucional, cuja reação pensada em contrabalancear os excessos se deu mediante a ocupação

---

<sup>265</sup> Disponível em [https://www.facebook.com/pg/Ocupa%C3%A7%C3%A3o-de-Cultura-Marielle-Franco-Indigene-Afro-e-Lgbtinb-1900289083614147/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/Ocupa%C3%A7%C3%A3o-de-Cultura-Marielle-Franco-Indigene-Afro-e-Lgbtinb-1900289083614147/about/?ref=page_internal). Acesso em 6 de março de 2019.

do lado de fora por apoiadores do movimento, a fim de coibir o sobejo por parte do Estado durante a madrugada, ocasião em que o centro da cidade fica praticamente às moscas. Para este fim, foi articulada a apresentação do grupo Baque Mulher, integrante da rede de contatos da Casa Nem, para performarem em frente ao prédio, estimulando a reunião de pessoas naquele ponto.



Figura 31: apresentação do grupo Baque Mulher em frente a ocupação do prédio do Automóvel Clube, centro (RJ).

A ocupação teve o seu fim anunciado em três semanas, por força de uma ordem liminar proferida pelo Juízo de direito competente, no seio dos autos da Ação de Reintegração de Posse ajuizada dias após a ocupação. A liminar foi cumprida sob ilegalismos, em que os agentes decidiram por adentrar o prédio desrespeitando a possibilidade de se recorrer da decisão judicialmente, de modo que, cumprida a desocupação à força, não mais justificou a nossa intervenção jurídica na lide, dada a irreversibilidade concretizada<sup>266</sup>. Em outras palavras, por mais que a recorrêssemos, os ocupantes expulsos não seriam realocados no imóvel.

Após esta tentativa, Indianare então se articulou com pessoas constituintes de movimentos em favor da moradia, tendo conseguido abrigo na ocupação de Botafogo, onde, dada a situação de preconceito conforme relatado, também não subsistiu na empiria a força do argumento em prol da unificação das lutas, pelo que se extrai a conformação do padrão *cis-heteronormativo* de forma muito enraizada na configuração da cidade, a despeito da superficialidade intrínseca à processualidade dos estereótipos e estigmas fundantes dessa discriminação, tal qual expus ao longo desta pesquisa. Após o desentendimento em Botafogo, algumas ocupantes da extinta Casa Nem, que ainda permaneceram juntas, encontraram abrigo na “Ocupação Elza Soares”, situada no bairro de Vila Isabel (RJ), que igualmente teve um fim trágico, sob tutela judicial. Não tive a chance de conhecer pessoalmente a ocupação, tampouco acompanhar o processo, haja vista a superveniência de acontecimentos na minha vida pessoal aos quais tive que dar prioridade.

De toda forma, as considerações finais tais quais expostas derivam de um trabalho cujo recorte obedeceu muito mais à necessidade de entregar o resultado, do que induzir um desfecho dado, acabado. Ao ser instigado a prospectar as linhas de força dessas realidades em mutação, pude perceber a *cidade* como um *campo de práticas*, tendo sido mais interessante do que apresentar as conclusões (se é que existem), focar nos percursos pelos quais se tentou armar um campo de investigação, as questões que surgiram e as perguntas que, no andamento desse trabalho, redirecionaram a pesquisa, tanto quanto os parâmetros teóricos para lidar com as questões que se impuseram nesse percurso de prospecção dos mundos urbanos. Por sua vez, as questões narradas que tive que abortar não foram descartadas em absoluto por mim; pelo contrário, semearam uma curiosidade de pesquisar o motivo dos atritos, conflitos,

---

<sup>266</sup> O tumulto, a rapidez e os ilegalismos com que os fatos foram se sucedendo foram tamanhos que sequer tive acesso a qualquer documento oficial em que supostamente constaria a ordem judicial determinando o cumprimento dos atos, dentre os quais o arrombamento da porta de entrada, que culminou com o fim da ocupação do Automóvel Clube. Por isso deixei de registrar as informações atinentes ao processo.

disputas, cacofonias a serem maturados em momento oportuno, num trabalho subsequente e futuro como pesquisador de sujeitos sendo igualmente sujeito. Pois se trata exatamente disso: lançar-se no mundo que nos assujeita, ao mesmo tempo em que vivemos e podemos fundar a possibilidade de uma *subjetividade*. O tempo passando, a vida subsistindo enquanto a morte espreita: essas são as condições em que se é e está sujeito: naufrágio e salvação.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS/DOCUMENTAIS

AIDS. **O que é Prep.** Disponível em <http://www.aids.gov.br/pt-br/o-que-e-prep>. Acesso em 6 de março de 2019

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer I. O poder soberano e a vida nua.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

ANTRA BRASIL. **Já são as 86 pessoas trans assassinadas apenas no primeiro semestre de 2018.** Disponível em <https://antrabrasil.org/2018/07/01/sao-86-pessoas-trans-assassinadas-no-primeiro-semester-de-2018/>. Acesso em 18 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Pessoas trans relatam dificuldades em realizar a retificação registral nos cartórios.** Disponível em <https://antrabrasil.org/2018/08/03/pessoas-trans-relatam-dificuldades-em-realizar-a-retificacao-registral-nos-cartorios/>. Acesso em 5 de agosto de 2018

ARQUIVO TEMÁTICO. **Folclore (generalidades)/Geografia/Brasil/Rio de Janeiro/História do Rio de Janeiro.** Disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Tematico&PagFis=44493&Pesq>. Acesso em 18 de julho de 2018

BELLO, Enzo. Cidadania, alienação e fetichismo constitucional. In: Enzo Bello; Martonio Mont'Alverne Barreto Lima. (Org.). **Direito e Marxismo.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

\_\_\_\_\_. **A cidadania na luta política dos movimentos sociais urbanos.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2013

BELLO, Enzo; OLIVEIRA, Mara. O método do materialismo histórico e dialético no cenário atual da pesquisa científica no Brasil. In: BELLO, Enzo; ENGELMANN, Wilson. (Orgs.). **Metodologia da pesquisa em Direito.** Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão? Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro.** São Paulo: Todavia, 1ª ed, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 13ª ed. Judith Butler; tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

\_\_\_\_\_. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. “Regulações de Gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 42, 2014.

\_\_\_\_\_. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia.** Buenos Aires: Paidós, 2006.



BRINGEL, Breno & VARELLA, R. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital De Direito Administrativo**, nº 3, 2016.

CADERNO GLOBO 12. **Corpo: artigo indefinido**. São Paulo, Editora Globo Comunicação e Participações S.A, 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 3ª edição, Coimbra: Almedina, 1999.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Vol. 2, nº 4, 2009.

CONGRESSO EM FOCO. Juíza nega que trans e travestis fiquem em presídio feminino. Disponível em [https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/juiza-nega-que-trans-e-travestis-fiquem-em-presidio-feminino/?utm\\_source=m.facebook.com&utm\\_medium=referral&utm\\_campaign=mobile-redirect&utm\\_content=geral](https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/juiza-nega-que-trans-e-travestis-fiquem-em-presidio-feminino/?utm_source=m.facebook.com&utm_medium=referral&utm_campaign=mobile-redirect&utm_content=geral) . Acesso em 5 de agosto de 2018

CUNHA, Teresa; VALLE, Luísa de Pinho; VILLAR-TORIBIO, Cristina del, "**Cuidado**", Dicionário Alice. Consultado a 18.07.19, em [https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id\\_lingua=1&entry=25288](https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=25288). ISBN: 978-989-8847-08-9, 2019.

CURIEL, OCHY. "**Género, raza, sexualidad: debates contemporáneos**." Colombia: Universidad del Rosario, 2014.

CUT. **Centrais indicam greve geral em 30 de junho**. Disponível em <https://www.cut.org.br/noticias/centrais-indicam-greve-geral-em-30-de-junho-f71b>. Acesso em 1º de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. De las identidades a la imbricación de las opresiones. Desde la experiencia. In Encrespando. **Anais do I Seminário Internacional: Refletindo a Década Internacional dos Afrodescendentes (ONU, 2015-2024)** / FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula (org.). Brasília: Brado Negro, 2016.

CRENSHAW, K. W. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989.

DAVIS, Angela. A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura, 2009 [2005].

\_\_\_\_\_. **A liberdade é uma luta constante**/ Angela Davis: organização Frank Barat; tradução Heci Regina Candiani – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2018

DEBERT, Guita e GREGORI, Maria Filomena. Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23, nº 66, 2008.

DESTAK JORNAL. **Caetano faz show beneficente.** Disponível em <https://www.destakjornal.com.br/agenda-d-a/rio-de-janeiro/detalhe/caetano-faz-show-beneficente-pelo-queermuseu-no-parque-lage>. Acesso em 6 de março de 2019.

DUAYER, Mario. Jorge Luis Borges, **Filosofia da ciência e crítica ontológica: verdade e emancipação.** São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

EAV. **Levante queer.** Disponível em <http://eavparquelage.rj.gov.br/levante-queer/>. Acesso em 6 de março de 2019.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Voluntários se mobilizam na preparação de transexuais para o Enem.** Disponível em <http://www.abc.com.br/cidadania/2015/07/voluntarios-se-mobilizam-na-preparacao-de-transexuais-para-o-enem>. Acesso em 5 de agosto de 2018.

FACEBOOK. **A Rua Moraes e Vale.** Disponível em <https://www.facebook.com/fotografiamurillosantiago/posts/a-rua-morais-e-vale/1591475721127557/>. Acesso em 18 de julho de 2018

\_\_\_\_\_. **Post de Beatriz Pagliarini Bagagli.** Disponível em <https://www.facebook.com/beatriz.pagliarinibagagli/posts/483520572080948>. Acesso em 5 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Post de Beatriz Pagliarini Bagagli.** Disponível em <https://www.facebook.com/beatriz.pagliarinibagagli/posts/483643915401947>. Acesso em 5 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Post de Alessandra Ramos Makkeda.** Disponível em <https://www.facebook.com/alessandra.ramos.makkeda/posts/10156563687417658>. Acesso em 5 de agosto de 2018

\_\_\_\_\_. **Post de Indianare Siqueira.** Disponível em <https://www.facebook.com/indianara.siqueiraysinaoqueira/posts/1013700282001363>. Acesso em 5 de agosto de 2018

\_\_\_\_\_. **Post de Indianare Siqueira.** Disponível em <https://www.facebook.com/indianara.siqueiraysinaoqueira/posts/1025034574201267>. Acesso em 5 de agosto de 2018

\_\_\_\_\_. **Post de Indianare Siqueira.** Disponível em <https://www.facebook.com/indi.siqueira/videos/453759098142237/>. Acesso em 20 de agosto de 2018

\_\_\_\_\_. **Sob o mesmo teto.** Disponível em <https://www.facebook.com/sobomesmoteto/>. Acesso em 12 de janeiro de 2019

\_\_\_\_\_. **Post de Indianare Siqueira.** Disponível em <https://www.facebook.com/indi.siqueira/posts/to-be-or-not-to-bevamosquarta-feira-21-de-outubro-2015-na-semana-internacional-d/439547626230051/>. Acesso em 20 de agosto de 2018

\_\_\_\_\_. **Post de Indianare Siqueira.** Disponível em <https://www.facebook.com/indi.siqueira/videos/453759098142237/>. Acesso em 20 de agosto de 2018

\_\_\_\_\_. **Post de Indianare Siqueira.** Disponível em <https://www.facebook.com/indi.siqueira/posts/aos-12-anos-comecei-a-tomar-anaceclineram-anticoncepcionais-com-altas-doses-de-h/561252514059561/>. Acesso em 20 de agosto de 2018

\_\_\_\_\_. **Post de Indianare Siqueira.** Disponível em <https://www.facebook.com/indianara.sophia/posts/534326890317801>. Acesso em 20 de agosto de 2018

\_\_\_\_\_. **Post do PSOL.** disponível em <https://www.facebook.com/psolriodejaneiro/posts/1257920464342660>. Acesso em 20 de agosto de 2018

\_\_\_\_\_. **Evento lançamento O que é lugar de fala.** Disponível em <https://www.facebook.com/events/1977321169206896/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Corpos Visíveis.** Disponível em <https://www.facebook.com/corposvisiveis/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019

\_\_\_\_\_. **Post de Marcelo Crivella.** Disponível em <https://www.facebook.com/marcelocrivella/videos/1860951730594735/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019

\_\_\_\_\_. **Post de Indianare Siqueira.** Disponível em <https://www.facebook.com/indianara.sophia/posts/535288316888325>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019

\_\_\_\_\_. **Evento “Acolhe Nem”.** Disponível em <https://www.facebook.com/events/666748653687677/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Post de Indianare Siqueira.** Disponível em <https://www.facebook.com/indianara.siqueiraysinaoqueira/posts/1933846329986749>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Post de Silvio Pedrosa.** Disponível em <https://www.facebook.com/shgpedrosa/posts/1965629723449790>. Acesso em 6 de março de 2019.

\_\_\_\_\_. **Post de Marcelo Crivella.** Disponível em <https://www.facebook.com/marcelocrivella/videos/1606673966022514/>. Acesso em 6 de março de 2019

\_\_\_\_\_. **Casarão Brasil.** Disponível em [https://www.facebook.com/pg/CasaraoBrasil/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/CasaraoBrasil/about/?ref=page_internal). Acesso em 6 de março de 2019.

FALBO, Ricardo Nery. Pensamento crítico, pesquisa empírica e emancipação teórica do direito. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 7, nº 2, 2016.

FEMINISTA CANSADA. **Indianare Siqueira na Marcha das Vadias**. Disponível em <http://www.feministacansada.com/post/52595446688>. Acesso em 5 de agosto de 2018

FERNANDES, Adriana dos Santos. **Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro**. Orientador: Patricia Birman. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo : Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território e população**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1978].

\_\_\_\_\_. “Aula de 19 de março de 1975”. In: **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRANZ, Fanon. A experiência vivida do negro. In: **Pele negra, Máscaras brancas**. Bahia: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Jussara. Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmatistas. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 12, n. 36, 2013.

FUTURA PLAY. **Sob o mesmo teto**. Disponível em <http://www.futuraplay.org/video/sob-o-mesmo-teto/381057/>. Acesso em 12 de janeiro de 2019

G1. **Mudança de sigla de GLBT para LGBT divide comunidade gay**. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL597188-5606,00-MUDANCA+DE+SIGLA+DE+GLBT+PARA+LGBT+DIVIDE+COMUNIDADE+GAY.html>. Acesso em 16 de dezembro de 2018

\_\_\_\_\_. **LGBTs excluídos do convívio familiar se reúnem para ceia de Natal: 'Acolhedor'**. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/lgbts-excluidos-do-convivio-familiar-se-reunem-para-ceia-de-natal-acolhedor.ghtml>. Acesso em 5 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Papa diz que teoria de gênero é 'guerra global' contra o casamento**. Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/papa-diz-que-teoria-de-genero-e-guerra-global-contr-o-casamento.html> . Acesso em 5 de agosto de 2018

\_\_\_\_\_. **OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais**. Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais.ghtml> . Acesso em 5 de agosto de 2018.

\_\_. **Em vídeo Damares Alves diz que nova era começou no Brasil: meninos vestem azul e meninas vestem rosa.** Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em 3 de janeiro de 2019.

\_\_. **Curso preparatório para o Enem reúne transexuais e travestis no Rio.** Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/curso-preparatorio-para-o-enem-reune-transexuais-e-travestis-no-rio.html>. Acesso em 5 de agosto de 2018.

\_\_. **Estudante Matheusa foi julgada antes de ser morta por traficantes.** Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/estudante-matheusa-foi-julgada-antes-de-ser-morta-por-trafficantes-diz-delegada.ghtml>. Acesso em 25 de janeiro de 2019

\_\_. **Caso do pedreiro Amarildo.** Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/caso-do-pedreiro-amarildo-completa-5-anos-e-familia-ainda-nao-foi-indenizada.ghtml>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

\_\_. **Prefeitura do Rio veta exposição.** Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/10/prefeitura-do-rio-veta-exposicao-queermuseu-no-mar.html>. Acesso em 6 de março de 2019

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Campinas: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n 47, 2011.

GONZALO, Ignacio Mendiola. De la biopolítica a la necropolítica: la vida expuesta a la muerte. Eikasía: **Revista de Filosofía**, n.75, 2017.

GREEN, James N. O Pasquim e Madame Satã, a “rainha” negra da boemia brasileira. **Topoi (Rio J.)**, vol.4, n.7, 2003.

HARAWAY, Donna. Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: **Cadernos Pagu (22)**. Campinas: Unicamp, 2004.

HARVEY, David. The right to the city. **New Left Review**, nº 53, 2008.

HILARIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. In: **Sapere Aude**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica, 2016.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Neves. Função social do contrato. In: **Revista de direito civil**, vol. 45, 1988.

HYPENESS. **Casa Nem é um exemplo de amor, acolhimento e apoio a transexuais, travestis e transgêneros no RJ.** Disponível em <https://www.hypeness.com.br/2016/08/casa-nem-e-um-exemplo-de-amor-acolhimento-e-apoio-a-transexuais-travestis-e-transgeneros-no-rj/>. Acesso em 5 de agosto de 2018

ICD. **Post sobre CID-11.** Disponível em <https://icd.who.int/> . Acesso em 25 de fevereiro de 2019

**IG. Galeria de arte abre na rua onde morou Madame Satã.** Disponível em <http://lulacerda.ig.com.br/galeria-de-arte-abre-na-rua-onde-morou-madame-sata/>. Acesso em 18 de julho de 2018.

**JULIANA GABRIEL. Entrevista Amara Moira: “E se eu fosse puta?”.** Disponível em <http://julianagabriel.com.br/entrevista-amara-moira-e-se-eu-fosse/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

**JUSBRASIL. Pouco conhecido serviço de voo gratuito em aviões da FAB.** Disponível em <https://fernandafav.jusbrasil.com.br/noticias/135639748/pouco-conhecido-servico-de-voo-gratuito-em-avioes-da-fab-garante-viagem-de-carona-a-cidadao>. Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

**JUSTIFICANDO. Djamila Ribeiro parou a Lapa.** Disponível em <http://www.justificando.com/2017/12/04/djamila-ribeiro-parou-lapa/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

**JORNAL DO BRASIL. Operação Malandro Ausente.** Disponível em <http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2014/01/14/operacao-malandro-ausente/>. Acesso em 18 de julho de 2018.

JUNIOR, Celso Naoto Kashiura; JUNIOR, Oswaldo Akamine Junior; MELO, Tarso (organizadores). **Para a crítica do direito. Reflexões sobre teorias e práticas jurídicas.** São Paulo: outras expressões: Editorial Dobra, 2015.

**LADO A. 100 frases homofóbicas de Jair Bolsonaro.** Disponível em <https://revistaladoa.com.br/2016/03/noticias/100-frases-homofobicas-jair-bolsonaro/>. Acesso em 3 de janeiro de 2019

LEONEL JÚNIOR, Gladstone; SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. A luta pela constituinte e a reforma política no Brasil: caminhos para um "Constitucionalismo Achado na Rua". **Revista Direito e Praxis.** Vol. 08, n.2, UERJ, Rio de Janeiro, 2017.

LIMA, Elias Lopes de. **Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social crítica.** 1 edição – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

LITERATURA E RIO DE JANEIRO. **Nomes antigos de rua do Rio de Janeiro.** Disponível em <http://literaturaeriodedejaneiro.blogspot.com/2003/01/nomes-antigos-de-ruas-do-rio-de-janeiro.html>. Acesso em 5 de agosto de 2018.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é o direito.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

**MAIOR VIAGEM. Ocupação cultural Morais e Vale Lapa.** Disponível em <http://www.maiorviagem.net/ocupacao-cultural-morais-e-vale-lapa/>. Acesso em 18 de julho de 2018.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MATTO S, A.; CIDADE, M. L. **Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia**. Periódicus, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out.2016. Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA

MOIRA, Amara; BRANT, Tarso; ROCHA, Márcia; NERY, João. **Vidas Trans: a coragem de existir**. Bauru, SP: Astral cultural, 2017.

MOSCOVICI, Serge. O fenômeno das representações. In: Idem. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 7ª Ed., Petrópolis: Vozes, 2010

NERY, João W. **Viagem solitária. Memórias de um transexual trinta anos depois**. São Paulo: Leya, 2011

O DIA. **Inverno antecipado**. Disponível em <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/05/5542580-inverno-antecipado-aumenta-sofrimento-nas-ruas-da-cidade.html#foto=1>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

O GLOBO. **Retrospectiva: dez fatos que marcam a execução de Marielle Franco e Anderson Gomes**. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/retrospectiva-dez-fatos-que-marcam-execucao-de-marielle-franco-anderson-gomes-22665511>. Acesso em 25 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Coluna Ancelmo Gois**. Disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/parque-madureira-recebera-peca-com-travesti-no-papel-de-jesus-cristo.html> . Acesso em 25 de fevereiro de 2019

PAHO. **OMS divulga nova classificação internacional de doenças**. Disponível em [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11&Itemid=875). Acesso em 25 de fevereiro de 2019

PISCITELLI, Adriana. **Masculinidades** / organização Mônica Raisia Schpun – São Paulo: Boitempo editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

\_\_\_\_\_. **Multidões queer**. Florianópolis: Estudos feministas 19, 2011.

REVISTA GÊNERO UFF. **Entrevista Indianare Siqueira.** Disponível em <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/download/599/359> . Acesso em 20 de agosto de 2018

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (comp.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2000

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SAFATLE, Vladimir. **Por um conceito antipredicativo de reconhecimento.** Lua Nova, São Paulo, 94: 79-116, 2015

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES [Online]**, n. 18, 2012.

SENADO NOTÍCIAS. **Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional.** Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso em 5 de agosto de 2018.

STF. **STF reafirma direito de transgêneros de alterar registro civil sem mudança de sexo.** Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=386930>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019

\_\_. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 1923.** Mais informações sobre o julgamento disponíveis em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=289678>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

TELLES, Vera da Silva. **A Cidade nas Fronteiras do Legal e do Ilegal.** Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

TEPEDINO, Gustavo (coord.) **Obrigações: estudos na perspectiva civil-constitucional.** Rio de Janeiro: RENOVAR, 2005

TORTURA NUNCA MAIS. **Homenageados Chico Mendes.** Disponível em <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/homenageados-chico-mendes/homenageados-2018/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019

UOL. **Bruno Gagliasso vai interpretar personagem transexual em filme: “Mundo que me fascina”.** Disponível em <https://blogs.ne10.uol.com.br/social1/2017/09/09/bruno-gagliasso-vai-interpretar-personagem-transexual-em-filme-mundo-que-me-fascina/>. Acesso em 5 de agosto de 2018



VAKINHA. **Campanha de financiamento coletivo Casa Nem.** Disponível em <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/nu-vem-nem> . Acesso em 6 de março de 2019.

VALOR. **Fux elogia regra americana que permite ao Supremo escolher processos.** Disponível em <https://www.valor.com.br/politica/5582469/fux-elogia-regra-americana-que-permite-ao-supremo-escolher-processos>. Acesso em 5 de agosto de 2018

VEJA RIO. **Arte na Lapa.** Disponível em <https://vejario.abril.com.br/atracao/arte-na-lapa/>. Acesso em 18 de julho de 2018.

WELZER-LANG, Daniel. **Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. Masculinidades** / organização Mônica Raisa Schpun – São Paulo: Boitempo editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

WIXSITE. **Dossiê Golpe Nuvem.** Disponível em <https://isabelzarzuela.wixsite.com/dossiergolpenuvem>. Acesso em 5 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Corpos Visíveis.** Disponível em <https://corposvisiveis.wixsite.com/2018>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019

\_\_\_\_\_. **Karina de Abreu.** Disponível em <https://karinadeabreu.wixsite.com/coletivadelas/potfolio>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2011.

YOUTUBE. **Entrevista Indianare Siqueira.** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6ES5IHQhH3c>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Entrevista Indianare Siqueira.** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6ES5IHQhH3c&t=48s>. Acesso em 18 de julho de 2018